



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

DANIELA DO CARMO KABENGELE

**A trajetória do “pardo” Antonio Ferreira
Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês**

ORIENTADORA: MARIA SUELY KOFES

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do título de
Doutora em Antropologia Social.

Este exemplar corresponde à versão final da tese
defendida pela aluna Daniela do Carmo Kabengele e
orientada pela Profa. Dra. Maria Suely Kofes.

Campinas,
2012

DANIELA DO CARMO KABENGELE

**A trajetória do “pardo” Antonio Ferreira
Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês**

Campinas,
2012



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

DANIELA DO CARMO KABENGELE

**A trajetória do “pardo” Antonio Ferreira
Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês**

Orientadora: Maria Suely Kofes

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Campinas,
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

| | |
|-------|---|
| K111t | <p>Kabengele, Daniela do Carmo, 1973- A trajetória do "pardo" Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês / Daniela do Carmo Kabengele. - - Campinas, SP : [s. n.], 2012.</p> <p>Orientador: Maria Suely Kofes. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Cesarino, Antonio Ferreira, 1808-1892. 2. Análise de trajetória. 3. Cor da pele. 4. Doações. 5. Negros – Brasil - Condições sociais – Séc. XIX. 6. Antropologia. I. Kofes, Suely, 1949- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p> |
|-------|---|

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The life trajectory of the "brown" Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) and the exchange of gifts

Palavras-chave em inglês:

Analysis of trajectory

Skin, color of

Gifts

Blacks – Brazil - Social conditions – 19th century

Anthropology

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Doutor em Antropologia Social

Banca examinadora:

Maria Suely Kofes [Orientador]

Maurides Batista Macêdo Filha

Rita de Cássia Lahoz Morelli

Daniela Tonelli Manica

Cristina Maria da Silva

Data da defesa: 29-06-2012

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

DANIELA DO CARMO KABENGELE

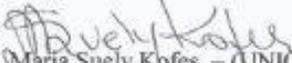
**A trajetória do “pardo” Antonio Ferreira Cesarino
(1808-1892) e o trânsito das mercês**

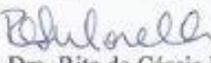
Tese apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de Doutora em Antropologia Social sob orientação do Profa. Dra. Maria Suely Kofes.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora no dia 29 de junho de 2012.

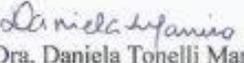
Comissão Julgadora:

Titulares:


Profa. Dra. Maria Suely Kofes – (UNICAMP) - (Presidente)


Profa. Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli (UNICAMP)


Profa. Dra. Maurides Batista Macêdo Filha (UFG)


Profa. Dra. Daniela Tonelli Manica (UFRJ)


Profa. Dra. Cristina Maria da Silva (UFC)

Suplentes

Profa. Dra. Emilia Pietrafesa de Godoi (UNICAMP)

Prof. Dr. José Maurício Paiva Andion Arruti (UNICAMP)

Profa. Dra. Alexandro Dantas Trindade (UFPR)

*Aos meus pais Delfina (in memoriam) e Heli
e à minha irmã Natália*

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Suely Kofes, pela leitura atenta e criteriosa de meus textos. Suely marcou minha trajetória na Unicamp. Suas aulas, estruturadas em torno de leituras teóricas, debates e seminários, são comumente reconhecidas pelos alunos pela seriedade, pela qualidade e pelo fato de despertar epifanias. Agradeço sua generosidade intelectual e seus votos de confiança e estímulo.

Sou grata à professora Dra. Aracy Lopes da Silva (*in memoriam*), pessoa a quem devo o gosto pela antropologia.

Serei sempre grata à professora Dra. Ana Maria de Niemeyer, pela oportunidade de integrar, no ano de 1999, o projeto “Revisitando a prática pedagógica: relações interétnicas na escola pública paulistana”, financiado pelo Programa *Rockefeller Fellowships in the Humanities at Unicamp* (1995-2000). Ana Maria foi quem me abriu as portas para a pesquisa em relações raciais. Sou grata por sua amizade, principalmente.

Agradeço às agências Ford e Fulbright pelas bolsas a mim concedidas.

Agradeço ao Departamento e à Coordenação do Doutorado em Antropologia Social.

Aos funcionários do Centro de Memória da Unicamp e do Arquivo Edgar Leuenroth.

Também expresso minha gratidão à Sonia Roncador, professora do *Department of Spanish and Portuguese* da *University of Texas at Austin*, por quem fui gentilmente recebida durante meu estágio doutoral em Austin, e a Niyi Afolabi, professor do *African/African Diaspora Studies Department*, um homem generoso e conhecedor dos estudos produzidos sobre a temática racial no Brasil. À Michael T. Smith, diretor do *International Office* da universidade, por viabilizar toda a parte burocrática, que envolve um convênio acadêmico entre dois países, e à querida Mary Lou Price, que foi minha professora de inglês junto ao *Academic English Program*.

Agradeço à professora Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli, da Universidade Estadual de Campinas, à professora Dra. Maurides Batista Macêdo Filha, da Universidade Federal de Goiás, à professora Dra. Daniela Tonelli Manica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, à Profa. Dra. Cristina Maria da Silva, da Universidade Federal do Ceará, por aceitarem participar da banca de defesa desta tese.

Agradeço à professora Dra. Emília Pietrafesa de Godoi, ao Prof. Dr. José Maurício Paiva Andion Arruti e ao professor Dr. Alexandro Dantas Trindade, por aceitarem a suplência da banca.

Agradeço aos professores Sidney Chalhoub e Etienne Samain pela participação em minha banca de qualificação. Ao Sidney devo um agradecimento muito especial pela leitura cuidadosa do meu material e por suas sugestões preciosas.

Agradeço especialmente à Maria de Lourdes Cesarino Costa, à Maria Thereza Cesarino Trevas, ao Antonio Carlos Massarotto Cesarino, à Flávia Cesarino Costa, descendentes de Antonio Ferreira Cesarino, que amavelmente me receberam em suas casas em São Paulo e Brasília, durante minha pesquisa. Agradeço também ao Fábio Moretto que esclareceu alguns pontos em relação à parentalidade entre as famílias Cesarino e Massarotto.

Agradeço à Fátima Argon, Chefe do Arquivo Histórico do Museu Imperial, por me enviar uma cópia da transcrição de parte do volume 16 e das notas do Diário do Imperador D. Pedro II.

Aos amigos para toda a vida. Marcella Beraldo, parceira de várias situações na vida e na Unicamp. Lúcia Abaurre Gnerre e Ana Cláudia Taú, pelo carinho e prazer de suas companhias. Carolina Puelles, a pessoa mais *on the road* que conheço, e que tanto admiro. Eva-Maria Rößler e Simone Vieira Campos, pela amizade sincera. Aos queridos Rogério Basali, Manuel Camilo Gil Ferreira de Medeiros, Gabriel Rapassi e Flávio Shimoda. Quando nos encontramos, “a cada século, parece que foi ontem”. Agradeço à minha querida amiga Valentina Letelier Pimstein: a convivência com Valentina torna a vida muito mais agradável.

Meu agradecimento se estende a várias pessoas que me ajudaram de diversas maneiras, particularmente Gabriela Abreu Guedes, Sandra Negraes Brisolla, Regina Brisolla Manzur, Ray Alves Santos, Paula Domitilla Bezerra, Carolina Cantarino Rodrigues, Eurotides Loyola, Filomena Sandalo, Marilia Giesbrecht, Paula Vermeersch e Cintya Castillo.

Agradeço a todos da secretaria de pós-graduação por viabilizar, com competência e bom humor, os trâmites burocráticos da minha vida acadêmica. Maria José, Cristina, Júnior e Maria Rita me recebem com um sorriso toda vez em que entro na sala, o que me deixa aliviada.

Meu agradecimento especial ao Teófilo, meu cunhado, por sua hombridade e generosidade, assim como à sua/nossa família, pelos encontros divertidos.

Agradeço à minha irmã, Natália, de todo o meu coração. Por ela ser quem é e por estar sempre ali.

Ao meu amado pai, Heli, e à memória da minha corajosa e bela mãe, Delfina, cuja luz e amor continuam a brilhar em minha vida. Meus pais, verdadeiras dádivas.

Resumo

Este trabalho é uma narrativa histórica em torno da trajetória de Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892). O objetivo foi procurar apresentar o itinerário de Cesarino, observando o período histórico e os contextos em que viveu. Movendo-se dentro de uma sociedade racialmente hierarquizada, mas afeita a lógicas raciais contextuais, Cesarino, negro, era classificado sob o designativo “pardo”. Numa visão dialética, verificou-se que a classificação de Cesarino na categoria parda se deu devido a uma leitura de sua cor em relação à sua condição social e ações sociais. Além disso, argumento que o designativo pardo, operando como modalidade oposicional, era um sinal diacrítico utilizado para demonstrar a diferença. O expressivo desempenho sócio-profissional e o prestígio que Cesarino alcançou ao longo da vida se fez possível também por força de sua condição social, de suas ações e pela prática de mercês e de troca de mercês. Para este trabalho, as mercês e a troca de mercês foram entendidas como préstimos, favores, dádivas, cordialidades, esforços e toda sorte de princípios e práticas úteis e proveitosas que se conectam com as capacidades de dar, receber e retribuir. O cenário escolhido para a análise é móvel, deslocando-se da Vila do Paracatu do Príncipe, noroeste mineiro, para a Vila de São Carlos, futura cidade de Campinas, interior paulista, entre a primeira década do século XIX e os primeiros anos do XX. A narrativa e a análise da trajetória de Cesarino expõem alguns traços pertinentes de sua biografia, compreendendo, em especial, as relações desse homem com a sociedade em que vivia e as disposições presentes nesse campo.

Palavras-Chave: Cesarino, Antonio Ferreira. Análise de Trajetória. Cor da pele. Doações. Negros – Brasil – Condições sociais – Séc. XIX. Antropologia.

Abstract

The here presented work constitutes a historical narrative constructed around the life trajectory of Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892). The aim was to present the itinerary of this man, noting the historical period and the contexts in which he lived. Moving in racially hierarchical society which had logical racial contextual, Cesarino, a black man, was classified as “pardo” (brown). In a dialectical view, I will suggest that an identification as pardo was attributed in intersection with his social conditions well as his particular social action. In parallel, I argue that the designation pardo, operating as oppositional mode, was a diacritical signal used to demonstrate the difference. For Cesarino, reaching the expressive social and professional performance and a high level of prestige was only possible, given specific social conditions, his own actions, as well as the practise and exchange of “mercês”. As result of my research, I assume that the practise of mercês or its exchange can be understood as borrowings, donations, favors, efforts, altogether, as the useful and profitable practices that are bound together by the capacities of giving, receiving and returning. In terms of spacial scenary, my work choses a rather flexibel focus for analysis, switching from Vila do Paracatu do Príncipe, in the northeast of Minas Gerais to Vila São Carlos, a place later to become the city of Campinas, a country town of São Paulo state. The discussion is situated between the first decades of the 19th and the first years of the 20th century. Narrative and analysis about the life trajectory of Cesarino brings several pertinent aspects of his biography leading to a deeper understanding of this man’s relationship to the society he lived in and opportunities avaiable in that context.

Key words: Cesarino, Antonio Ferreira. Skin, color of. Gifts. Blacks – Brazil – Social conditions – 19th century. Anthropology.

Lista de Abreviaturas

AEL – Arquivo Edgar Leuenroth

FPE – Fundo Peter Eisenberg

LG/1822 – Lista Geral dos Habitantes Existentes da Vila de São Carlos de 1822

CMU – Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas

FAFCJ – Fundo Antonio Ferreira Cesarino Junior

FJB – Fundo Jolumá Brito

FTJC – Fundo Tribunal de Justiça de Campinas

AHMI – Arquivo Histórico do Museu Imperial

APP – Arquivo Público de Paracatu

BGD – Brazilian Government Documents

PPR/1865 – Provincial Presidential Reports, 1865

FSIGI - Family Search International Genealogical Index

IBDSCJ – Instituto Brasileiro de Direito Social Cesarino Junior

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Lista de Imagens

Imagem 1: Fotografia de Antonio Ferreira Cesarino

Imagem 2: Verso da fotografia de Antonio Ferreira Cesarino

Imagem 3: Fotografia de Balbina Gomes Cesarino

Imagem 4: verso da fotografia de Balbina Gomes Cesarino

Imagem 5: Fotografia de Aprígio Cesarino

Imagem 6: Verso da fotografia de Aprígio Cesarino

Imagem 7: Fotografia de João Clímaco Cesarino

Imagem 8: verso da fotografia de João Clímaco Cesarino

Imagem 9: Fotografia de Alice Cesarino Massarotto

Imagem 10: Fotografia de Affonso Massarotto

Imagem 11: Fotografia de Julia Franco de Andrade Cesarino e Antonio Ferreira Cesarino

Imagem 12: Fotografia de Antonio Ferreira Cesarino Júnior e família

Imagem 13: Quadro parcial das relações de parentesco Antonio Ferreira Cesarino.

Sumário

| | |
|---|-----|
| Introdução | 01 |
| Capítulo I - Do nascimento na Vila do Paracatu do Príncipe à mudança para a Vila de São Carlos (futura Campinas) | 29 |
| Os dias de menino e as primeiras letras..... | 34 |
| Características da Vila do Paracatu do Príncipe..... | 44 |
| O encontro com o pai e a travessia..... | 51 |
| Capítulo II – Das condições de vida e das atividades profissionais..... | 59 |
| Os agregados na literatura acadêmica..... | 66 |
| Os agregados em Machado de Assis e o agregado Cesarino..... | 69 |
| O Colégio Perseverança..... | 84 |
| Capítulo III- A Cor como condição social..... | 99 |
| Capítulo IV- A Parentela..... | 115 |
| Considerações finais..... | 143 |
| Bibliografia..... | 155 |
| Anexo..... | 171 |

Introdução

Não há muitos annos via-se passar pelas ruas centraes de Campinas, vestido de brin claro, com um largo chapéu de palha inclinado da nuca para o dorso, um velho alto, acostado a um bengalão. Tinha o rosto comprido, ornado da tradicional barba moldura, ou de passapioelho, que foi a característica em Portugal dos fidalgos do seculo XIII e que ficou sendo o typo de classe nos altivos burguezes do Porto. Seus grandes olhos eram pensativos, rasgada a bocca, lentos os passos, ligeiramente vergado ao peso de seus honrados janeiros. Era Antonio Ferreira Cesarino, o Cesarino velho, como o chamavam naquele tempo¹.

Em janeiro de 1899, uma série de reportagens vinha circulando no jornal *Diário de Campinas* com o propósito de homenagear pessoas ilustres que viveram na cidade. Antonio Ferreira Cesarino, que havia falecido sete anos antes, foi um dos homenageados. Destacando-se pelos serviços prestados à Educação, por ter fundado e mantido por mais de vinte anos um conceituado colégio em Campinas, Cesarino foi descrito da maneira acima reproduzida. Descrição alinhada, que vai reunindo elementos expressivos de caracterização: vestimenta, adereços e traços físicos são detalhados. A descrição do rosto mostra-se particularmente interessante não apenas porque espia o formato, o tipo de barba e o desenho da boca, mas também porque evoca a expressão dos olhos do velho Cesarino – olhos pensativos ele tinha. Uma descrição detalhada sem dúvida, mas que se faz imprecisa pela falta de informação importante: a pertença racial do homenageado.

Os que não conheceram Cesarino são levados a supor, ao lerem a reportagem, tratar-se de um homem branco, visto que sem muita variação as figuras de destaque da sociedade campineira

¹ CMU, FJB, Série 10-Personagens, “C”, P316, fl. 3, *Diário de Campinas*, 15 de janeiro de 1899. Título da reportagem: “Antonio Ferreira Cesarino”. Mantenho a grafia original dos documentos.

da época apresentavam essa “qualidade”². Mas não era o caso de Cesarino. Deveras notado por seus méritos e feitos, o homem de honrados janeiros a quem o jornal presta homenagem era pardo, ou melhor, *era considerado pardo*. Disso dão testemunho as fontes.

Razões para a falta da informação na homenagem do jornal podem ser pensadas. Pode-se cogitar, que talvez a ausência tivesse a ver com o fato de que essa informação também não comparecia na descrição dos outros homenageados, por isso a referência à pertença racial de um homenageado em particular não seguiria a lógica de pauta daquelas reportagens. Tal hipótese seria admitida sem reservas se não se tivesse em conta que os outros homenageados eram brancos e, desse modo, informações quanto a suas pertenças raciais seriam prescindíveis. Pode-se cogitar também que, não sendo Cesarino branco, a apresentação da informação quanto à sua condição racial não o colocaria, no rol das homenagens, ombreado aos outros homenageados; então, para igualá-lo, seria necessário omitir seu “traço destoante”, hipótese que me parece mais provável. De todo modo, é preciso considerar que não era muito raro esse tipo de informação faltar nos documentos oficiais do século XIX, que não era muito raro o silenciamento acerca de pertenças étnicas ou raciais, principalmente nos documentos da segunda metade daquele século, quando o discurso oficial no Brasil passava então a omitir referências à cor da pele, pois tornava-se cada vez mais evidente que, em um futuro não muito distante, escravos e afrodescendentes teriam de ser aceitos como cidadãos (Cf. Castro, 1995). Embora a reportagem do jornal campineiro não se constituísse evidentemente como documento oficial, mas como uma narrativa de impressões particulares, trata-se, todavia, de um discurso veiculado na imprensa, a qual, por sua vez, se inseria na lógica contextual, que reconhecia a cidadania do homenageado e, desse modo, a informação sobre a sua cor não se fazia pertinente.

Omitida a cor de Cesarino naquele momento, ela, todavia, foi declarada em outros. Na Lista de Habitantes do ano de 1822 da Vila de São Carlos (futura cidade de Campinas), por exemplo, Antonio aparece classificado sob o designativo “pardo”. As listas de habitantes eram censos domiciliares que traziam informações como nome, naturalidade, idade, estado conjugal e cor, assim como a atividade econômica do domicílio, a ocupação de cada um e o grau de parentesco ou relação do indivíduo com o chefe do domicílio. Na lista da Vila de São Carlos, de

² De acordo com Russel-Wood, no Brasil escravista a palavra *qualidade* “foge à definição, mas que todo mundo entendia”. RUSSEL-WOOD, A. J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Tradução Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 297.

1822 encontram-se perfilados 136 fogos (domicílios)³, detalhados em seis colunas: i) Número do Fogo; ii) Nomes, Empregos e Naturalidades; iii) Idades, iv) Estado civil [abreviações Casado: C, Solteiro: S. Viúvo: V]; v) Cores [abreviações Branco: B, Negro: N, Pardo: P]; vi) Ocupações e Causalidades.

Logo ao primeiro fogo da lista correspondia o do capitão-mor João Francisco de Andrade, natural de Santana de Parnaíba, 63 anos, casado, branco, senhor de engenho⁴; seguido pelo nome de sua esposa, Anna Francisca Cardozo, 61 anos, casada, branca⁵, e pelos três filhos. Em seguida, lê-se o nome dos quatro agregados da fazenda e, após esses, os nomes dos escravos. Dos 42 escravos contados nesse fogo, 33 eram homens e 9 mulheres. Os escravos aparecem classificados como negros. Em relação aos quatro agregados, todos eram brancos, à exceção de um: “Antonio, natural de Paracatu, 14 anos, solteiro, pardo⁶”. Vivendo como agregado nas lavras do capitão-mor, Cesarino foi classificado como pardo.

Da mesma forma ele aparece classificado seis décadas à frente, em 1875, e desta vez a informação se depreende do *Diário do Imperador* do Brasil D. Pedro II. Ao contrário do pai, que

³Muito provavelmente esses eram os fogos dos senhores de engenho e partidistas. Ao empreender um estudo histórico sobre os pequenos agricultores de Campinas da primeira metade do século XIX, Valter Martins se debruçou sobre o setor agrícola em termos de atividade dos fogos. Trabalhando com números referentes a três anos distintos (1800; 1817; 1829) e referentes a três categorias distintas (pequenos proprietários; partidistas; senhores de engenho), o autor observa que em 1800 havia 453 fogos na vila, dos quais 314 (69,4%) pertenciam aos pequenos proprietários, 36 (7,9%) pertenciam a senhores de engenho e 16 (3,4%) pertenciam aos partidistas. Em 1817, o número de fogos na vila saltou para 687, dos quais 375 (54,5%) eram de pequenos proprietários, 61 (8,9%) de senhores de engenho e 13 (1,9%) de partidistas. Em 1829, totalizavam 952 fogos, dos quais 317 (33,3%) pertenciam aos pequenos proprietários, 92 (9,6%) a senhores de engenho e 3 (0,3%) aos partidistas. Feitos os cálculos, o autor conclui que o número de fogos agrícolas de partidistas teve uma queda de 18,7% entre 1800 e 1817 e de 76% entre 1817 e 1829 (MARTINS, 1996, p. 37). O movimento ascendente no número de fogos dos senhores de engenho ao longo dos anos é notório. Com efeito, considerando a queda no número de fogos dos partidistas entre 1817 e 1829 e o crescimento no número de fogos dos senhores de engenho ao longo dos anos, sou levada a admitir que os 136 fogos contados na lista de 1822 se referiam aos fogos dos senhores de engenho e partidistas.

⁴AEL, LG/1822: no documento original vê-se: “Fogos n.ºs 1.º, Cap.º Mor João Franco de Andr.º, Natural de Parnaíba, 63, C, B. Sr. de Eng.º”.

⁵AEL, LG/1822: no documento original vê-se: “D. Anna Franco Cardozo, natural de [ilegível], 61, C, B.

⁶AEL, LG/1822: no documento original lê-se: “Ant.º, n.º 1 de Paracatu, 14, S, P”. Ver documento em anexo à p. 168. Considerando a ausência do sobrenome de Antonio, a dúvida poderia ser colocada: será esse mesmo o Antonio do qual estamos tratando? De acordo com a narrativa de seu bisneto: “Com o falecimento de seu progenitor ficou [Antonio Ferreira Cesarino] sob a proteção do capitão mor João Francisco de Andrade, de quem foi mais tarde feito” (CMU, FJB, série 10, Personagens, “C”, P316, filipeta datilografada). Assim, a julgar por este escrito e as narrativas dos seus descendentes, estou convencida de que, embora não conste o sobrenome dele na Lista, trata-se sim da mesma pessoa da qual estamos falando.

enfrentou três guerras, abdicou do trono e morreu cedo, aos 35 anos de idade, D. Pedro II pôde aproveitar “o lado bom” da vida de imperador. Fez várias viagens pelo Brasil e pelo mundo (Europa, Estados Unidos, Egito, Líbano e diversos outros países) e, nessas ocasiões, encontrava as elites locais, frequentava jantares, museus e eventos. O imperador registrava tudo isso em documentos, desenhos e diários.

Entre os dias 18 e 31 de agosto de 1875, D. Pedro II seguia viagem pela Província de São Paulo, visitando as cidades de São Paulo, São João de Ipanema, Sorocaba, Itu, Jundiaí, Campinas, Rio Claro e São Vicente. Na manhã do dia 25 de agosto, a comitiva real apeou na cidade de Campinas e após um almoço na “excelentemente preparada” casa de Joaquim Bonifácio do Amaral (que se tornaria Barão de Indaiatuba em fevereiro de 1876 e Visconde em julho de 1879), o Imperador foi conhecer alguns estabelecimentos comerciais e de ensino da cidade. Ao que nos interessa, cabe notar que naquela tarde Sua Majestade esteve no colégio da família Cesarino e registrou em seu diário: o “Colégio Perseverança do Cesarino e sua mulher pardos tem muitas meninas e é conceituado”⁷.

No que diz respeito à menção de Cesarino no *Diário do Imperador*, alguns trabalhos acadêmicos já o fizeram. José Roberto do Amaral Lapa (1996), Irene Maria Ferreira Barbosa (1997), Schuma Schumamer e Érico Vital Brazil (2007) referem-se ao *Diário do Imperador* e à visita que Sua Majestade fez ao colégio de Cesarino. Barbosa (1997) e Schumamer e Brazil (2007), em particular, indicam a passagem do *Diário* em que o imperador classifica Cesarino como “pardo”, mas nenhum desses autores desenvolve a discussão a respeito dessa classificação. Apesar de Surya Aaronovich Pombo de Barros (2005) não fazer referência ao *Diário*, ela anuncia a classificação de Cesarino sob o termo “pardo”. Em nota de rodapé, a autora esboça o que seria o princípio de uma discussão a respeito dessa categoria no período escravista, entretanto, a discussão não é desenvolvida (BARROS, 2005, p. 87, nota 13).

⁷AHMI, *Diário do Imperador*, v. 16, 25 ago. 1875. Há divergências sobre o dia da chegada do imperador a Campinas em 1875. José Roberto do Amaral Lapa cita o dia 28 de agosto. LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: Os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p.100. De outra parte, Jolumá Brito, apud Lapa, 1996, p. 100, nota 25, indica o dia 25 de agosto. Objetivando coligir as informações sobre a visita de D. Pedro II a Campinas no ano de 1875 em fonte primária, enviei um e-mail para o Arquivo Histórico do Museu Nacional, em Petrópolis, solicitando um agendamento para eu mesma realizar uma consulta ao *Diário do Imperador*. Gentilmente, a pessoa responsável pelo Arquivo respondeu-me dizendo que tal documento não se encontra disponível para consulta, que o *Diário* foi publicado em 1999, mas que atualmente a edição encontra-se esgotada. Contudo, enviou-me uma cópia no formato word da transcrição do volume 16 do *Diário do Imperador*, onde consta informação a respeito da chegada do Imperador a Campinas, a data de 25 de agosto. Ver documento em anexo à p. 176. A referência ao colégio de Cesarino encontra-se à p. 177.

De toda forma, se, como dá a entender, D. Pedro II repercute a boa impressão que se tinha a respeito do colégio do Cesarino, ele o faz sem deixar de indicar, primeiramente, a pertença racial dos proprietários. Classificado como pardo em 1822, seguiu Cesarino assim classificado em 1875.

Isso posto permitiria concluir rapidamente que, em sendo Cesarino classificado como pardo, ele era mesmo um pardo, que ele tinha a cor da pele parda, que seria, por conseguinte, um mestiço. Entretanto, além de apressada, tal conclusão seria, para se dizer o mínimo, desacertada, haja vista que as narrativas de seus descendentes trazem algo diferente.

No dia 16 de março de 2006, teve lugar no Auditório do SESC, na Avenida Paulista em São Paulo, um tributo à memória e celebração do centenário de nascimento de Antonio Ferreira Cesarino Júnior (1906-1982), bisneto de Cesarino. O discurso de abertura foi proferido pelo então já ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Na platéia estavam presentes familiares do homenageado; muitos desembargadores e promotores (a maioria ex-alunos de Cesarino Júnior); vários admiradores; e, por fim, jornalistas de diversas emissoras de rádio e televisão que, de alguma forma, refletiam a dimensão do evento e o prestígio do homenageado. Fernando Henrique Cardoso conviveu com Cesarino Júnior quando este o convidou para ministrar um curso de Sociologia na Faculdade de Direito da USP, na segunda metade da década de 1950. Em seu discurso de homenagem, o ex-presidente recuperou momentos importantes da trajetória profissional de Cesarino Júnior e afirmou que além de Cesarino Júnior ter sido “o precursor do Direito Social e do Direito do Trabalho no Brasil”, foi, quando fundou o Instituto Brasileiro de Direito Social, “o dínamo daquela instituição”⁸. Encerrada a homenagem, os familiares, os amigos mais próximos e eu nos dirigimos para a casa de uma das filhas do homenageado, onde foi oferecido um jantar. Em meio a um clima descontraído, as conversas fluíram e foi justamente nesse momento que pude verificar que outras indicações a respeito da cor de Cesarino existiam.

Ainda que a memória familiar não fosse capaz de alcançar os pais do velho Cesarino e trazer informações sobre suas pertenças raciais e daí derivar, com menor margem de erro, a de Cesarino, disseram seus descendentes naquela noite: “o velho Cesarino que veio de Paracatu era preto”; “era um homem preto que foi viver em Campinas no tempo da escravidão”; ele era “um

⁸ Vale notar que apesar dos comentários entusiasmados sobre Antonio Ferreira Cesarino Júnior, o discurso proferido por Fernando Henrique também não fez menção à pertença racial do homenageado.

homem negro”; “um preto na sociedade branca”; “naquele tempo a família era toda negra”; “o velho fazia parte da elite negra de Campinas”. Estes comentários se deram uns seguidos dos outros e, de maneira geral, denotaram uma concordância das narrativas quanto à pertença racial de Cesarino.

Comentários nesse mesmo sentido apareceram por ocasião das entrevistas particulares que realizei com alguns de seus descendentes⁹. Em conversa com uma trineta de Cesarino, eu disse a ela que Cesarino aparece como pardo em um censo e no diário do imperador. Ao que ela responde:

Não sei, mas isso não me parece que está muito correto não. Parda sou eu, porque, veja, eu sou da mistura de negros, brancos e até índios. Apesar da sociedade de agora me considerar branca, eu sou parda. O velho Cesarino era negro. Talvez o imperador não quisesse falar isso e falou pardo. Mas tenho quase certeza que ele não era pardo não. Verifica isso.

Confluente com esses relatos está a bibliografia disponível em que Antonio Ferreira Cesarino é mencionado. Transitando por períodos e conteúdos empíricos distintos, mesmo que as referências periféricas a ele fossem de ordem periféricas, não são poucos os trabalhos que identificam Cesarino como negro, como os de Arilda Inês Ribeiro (1993, p. 274); Irene Maria Ferreira Barbosa (1997, p. 31, 46, 54); José Galdino Pereira (2001, p.41, 44); Surya Aaronovich Pombo de Barros (2005, p. 87).

O livro de Irene Maria Ferreira Barbosa, em particular, mais do que trazer essa informação, deixou marcas em nossa pesquisa¹⁰. Dentro de uma tentativa análoga, mas elegendo

⁹Realizei quatro entrevistas individuais. Em 26 de fevereiro de 2007, entrevistei Maria de Lourdes Cesarino Costa (trineta de Cesarino); local da entrevista: casa da entrevistada/São Paulo. Em 14 de fevereiro de 2008, entrevistei Flávia Cesarino Costa (tetraneta de Cesarino); local da entrevista: casa da entrevistada/São Paulo. Em 20 de fevereiro, entrevistei Maria Thereza Cesarino Trevas (trineta de Cesarino); local da entrevista: casa da entrevistada/Brasília. Também, em vários momentos, tive conversas com Antonio Carlos Massaroto Cesarino (trineto de Cesarino). Em 16 de março de 2006, por ocasião do jantar em homenagem a Cesarino Júnior, conversei com Fábio Moretto. Fábio é sobrinho-neto de Affonso Massarotto, esse que foi casado com Alice Cesarino (neta de Cesarino). Fábio trouxe informações pontuais para a pesquisa que permitiram esclarecer a rede de parentesco entre Cesarinos e Massarottos.

¹⁰BARBOSA, Irene Maria Ferreira. *Enfrentando Preconceitos. Um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades*. Campinas: CMU-Unicamp, 1997. Contudo, preciso deixar claro que foi a partir de suas referências que pude ir atrás das fontes primárias, consultá-las, selecionar as informações e trabalhá-las, de acordo com os meus objetivos desta pesquisa.

outro membro da família Cesarino em seu trabalho de investigação, a saber, o bisneto de Cesarino, Antonio Ferreira Cesarino Júnior, a autora vai reconstruindo componentes da trajetória do sujeito de sua pesquisa, mas não se furta a pinçar elementos da trajetória de nosso personagem. Em muitas passagens a autora, para elucidar sua narrativa, faz referência a Cesarino e, em algumas delas, indica a sua pertença racial: negro.

A favor dessa perspectiva está uma outra fonte, desta vez iconográfica, a saber, a antiga e conservada fotografia de Cesarino¹¹. A partir da segunda metade do século XIX, ocorreu uma relativa popularização da fotografia nos principais centros urbanos brasileiros, devido principalmente à invenção da impressão da imagem no papel, com custos mais acessíveis, e à criação do negativo e, com ele, a possibilidade de se obter várias cópias de uma mesma imagem. A cidade de Campinas, em particular, teve na pessoa de Hércules Florence um dos principais pioneiros dessa técnica e, talvez mesmo por conta disso, muitas pessoas que viveram na cidade na segunda metade do XIX tiveram a oportunidade de se fazer fotografar. Antonio Ferreira Cesarino foi uma delas. Sidney Chalhoub (1990) observa que o ato de se deixar fotografar não deve entendido como um caso de “aculturação”, pois tinha a ver, de fato, com uma estratégia de aceitação, ascensão e sobrevivência¹².

A **imagem 1** traz a fotografia de Cesarino e a **imagem 2** o verso da fotografia¹³. No enquadramento da fotografia, ele aparece ao centro.

¹¹As fotos apresentadas neste trabalho são procedentes de várias pessoas das famílias Cesarino e Massarotto. Fonte: Coleção das famílias Cesarino/Massarotto.

¹²CHALHOUB. Sidney. *Visões da Liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 213-214.

¹³Fonte: Coleção das famílias Cesarino/Massarotto. Tipo de documento: Foto. Data: não identificada. Local de captação: provavelmente Campinas, a julgar por seu local de residência. Observações feitas no verso da foto: autor não identificado.

Antonio Ferreira Cesarino

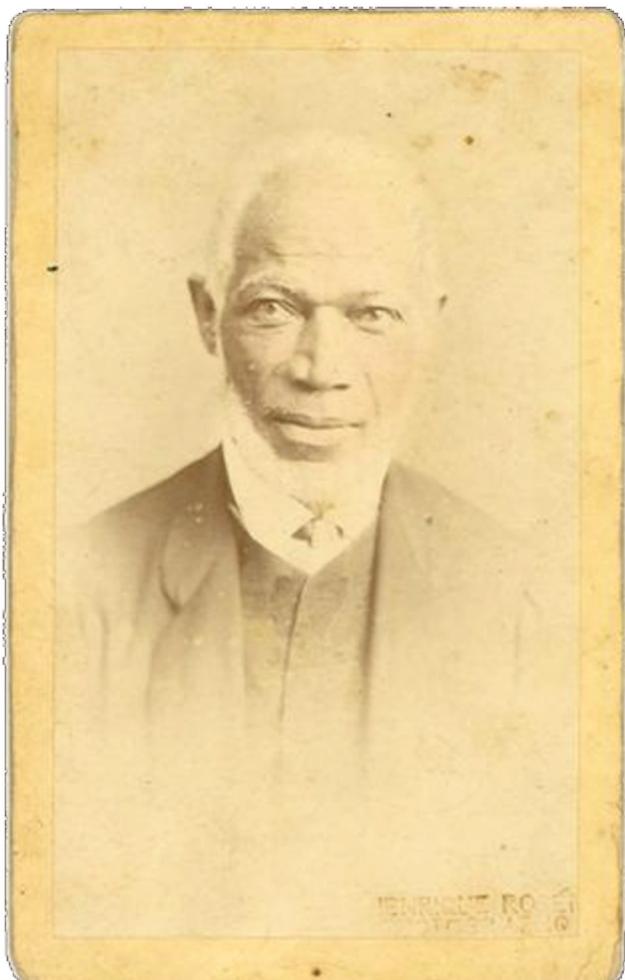


Imagem 1: Frente da Fotografia de Antonio Ferreira Cesarino.

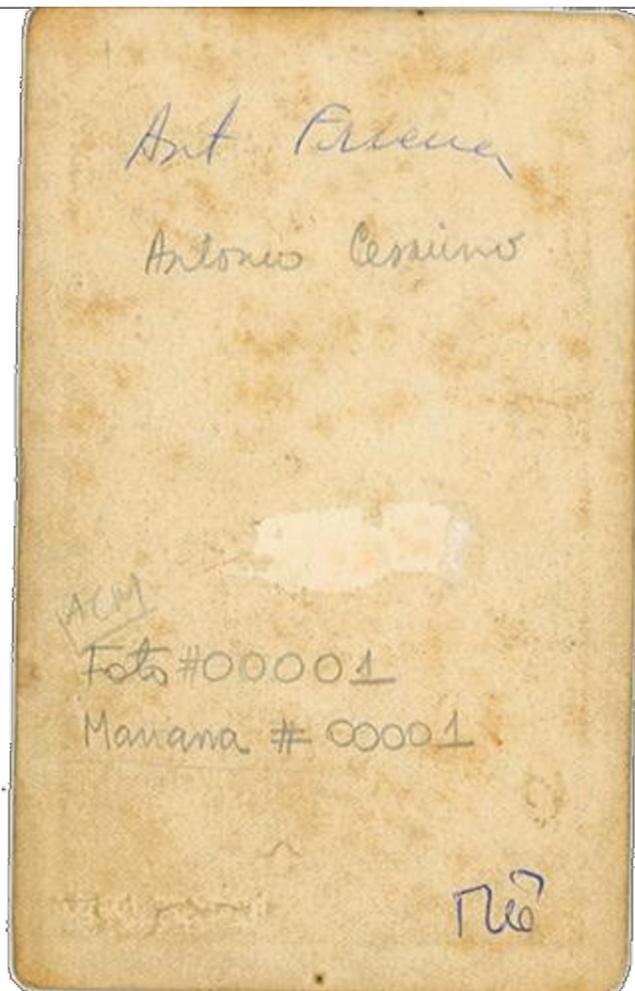


Imagem 2: Verso da fotografia de Antonio Ferreira Cesarino.

Se o ponto de maior destaque é o rosto – remetendo-nos às linhas da epígrafe que abre este trabalho, exatamente no ponto onde se lê: “rosto comprido, ornado da tradicional barba moldura (...) rasgada a boca” – são seus grandes olhos que mais chamam a atenção.

Se não há como dizer do mesmo modo que a descrição da reportagem/homenagem que seus olhos eram pensativos observa-se, contudo, um olhar fixo nesta fotografia; um olhar circunspecto, diria. Já o ombro, curvado para baixo, faz juz àquela descrição, quando mostra-se “ligeiramente vergado”. O traje, em sua maior parte, escuro, era composto de casaca, colete, camisa e gravata. A iluminação utilizada, um tanto clara, pode ser justificada em virtude da cor do retratado. Sandra Koutsoukos (2006) salienta que “a pessoa muito branca não podia ficar com uma aparência ‘fantasmagórica’, e a pessoa de pele morena ou mais escura não podia ficar com o rosto escurecido demais; nos dois casos, os detalhes particulares das feições não ficariam evidentes se houvesse uma má iluminação”¹⁴.

Conquanto se possa presumir que as feições de Cesarino não se apresentam totalmente evidentes nesta fotografia, o que não considero ser o caso, deve-se admitir que elas se apresentam nítidas no ponto que nos interessa: a imagem dá a ver um homem por volta de seus 70 anos de idade, bem vestido e negro.

Em face do registro iconográfico, das narrativas dos seus descendentes e da bibliografia consultada, uma questão se coloca: por que então Cesarino, negro, era classificado como pardo? Esta é uma das questões centrais neste trabalho. Mas acrescenta-se, ainda, uma outra questão: como foi possível para um homem negro no século XIX no Brasil alcançar tamanho desempenho sócio-profissional e prestígio social, conforme a reportagem do jornal campineiro e a citação do imperador atestam?

Através de sua trajetória, procuro mostrar que Cesarino era classificado sob o designativo “pardo” devido a uma leitura de sua cor em relação à sua condição social e ações sociais. Em paralelo, entendo que o termo “pardo” funcionava como um sinal diacrítico acionado para explicitar a diferença entre “ele” e os “outros” negros. O desempenho sócio-profissional e o prestígio que alcançou se fez possível também por força de sua condição social, assim como pela

¹⁴KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *No estúdio do fotógrafo: representação e autorepresentação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX*. 2006. 373f. Tese (Doutorado em Multimeios) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006, p. 59.

prática de mercês e de troca de mercês. Para este trabalho, as mercês e a troca de mercês estão sendo entendidas como benesses, favores, préstimos, dádivas, cordialidades, esforços e toda sorte de princípios e práticas úteis e proveitosas que se conectam com as capacidades de dar, receber e retribuir.

Em diversos momentos, as mercês e a troca de mercês estiveram inscritas na trajetória de Cesarino. Na infância, por exemplo, o menino Cesarino conheceu as primeiras letras mediante o empenho da tia paterna, que o ensinara a ler e escrever. Ainda que tal empenho possa ser apreendido, de modo legítimo, na paisagem dos afetos, onde as ações são, por assim dizer, movidas pelos sentimentos, pela afeição, deve-se reconhecer, em meio a isso, que o letramento de Cesarino ocorreu porque houve alguém que se dispôs a fazê-lo, alguém que lhe apresentou uma possibilidade e, assim, lhe concedeu aquele benefício; uma mercê.

Em terras paulistas, o rapaz Cesarino passou a viver como agregado nas lavras de um importante fazendeiro, tipo de vivência que já o situava na assim chamada *estrutura do favor*. Percebida desde os tempos que se implementaram as capitânicas hereditárias no Brasil, afigurando-se de modo intenso em um contexto em que as leis pessoais sobressaiam-se às leis impessoais, onde o clientelismo marcava as assimétricas relações sociais, aguçada no prestígio senhorial e na precariedade das condições de vida dos homens livres e pobres, a estrutura do favor se fez bastante presente na sociedade brasileira. A vida agregada fez parte da existência de Cesarino e, nela concorriam, como indicarei adiante, benefícios e favores concedidos a Cesarino, assim como trocas de favores entre Cesarino e o fazendeiro.

Considero, também, os vínculos profissionais que Cesarino pôde estabelecer no contexto do colégio do qual foi proprietário. Se, de um lado, estavam “pessoas importantes” da cidade que lecionaram em seu colégio, pessoas que carregavam consigo a envergadura de suas pertencas e, deste modo, iam aprofundando a boa reputação do colégio, de outro lado, estava o proprietário do colégio, cujo prestígio já era desde há muito tempo notado na cidade e que, naquele momento do colégio, encontrava-se já consolidado. Assim, o prestígio de Cesarino favoreceu a aproximação de renomados professores. Aquilo que poderia ser visto como decorrência é visto como causa. As cordialidades trocadas entre Cesarino e os professores no enquadramento do colégio foram possíveis em razão da posição social relativamente equiparada de nosso personagem face àqueles sujeitos. Por fim, mostrarei as mercês e o trânsito de mercês em momentos da vida de seus descendentes.

A discussão sobre os usos e significados dos termos de cor vem ganhando espaço nos estudos sobre o escravismo brasileiro. Uma série de trabalhos recentes não apenas chamam a atenção para o complexo jogo classificatório praticado, dando mostras da variedade e ambiguidade dos termos, como também descortinam os sentidos do designativo “pardo”. Os trabalhos de Hebe Mattos (1996, 2000), Sheila Farias (2004), Silvia Lara (2007) e Roberto Guedes (2007) trazem apontamentos que foram considerados nesta pesquisa. Estes estudos também se vertem sobre uma quantidade apreciável de documentação, oferecendo um panorama riquíssimo da terminologia racial e, com acuidade, revelam as especificidades da categoria parda no período escravista. .

Por outro lado, se a trajetória de Cesarino indica uma certa constância da prática de mercês e troca de mercês, há que se captar a dimensão simbólica que as informam. Parece-me razoável considerar que estou tratando as ditas mercês como “dádivas” e o trânsito delas como “trocas”. É a partir dessa premissa que recupero os significados desses imperativos no pensamento de Marcel Mauss, em particular, no seu “Ensaio sobre a Dádiva: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas” (2003 [1923-24]).

O que são dádivas? Por que elas existem? Por que são trocadas? Que força existe na coisa dada que faz com que ela seja aceita e retribuída? Qual a funcionalidade desse tipo de ação?

Na trajetória de Cesarino há uma constante que traduzo pela noção de mercês sobre a qual já me referi. Com essa noção, expresso uma forma particular de dádiva, em que se mesclam, para parodiar Mauss, “generosidade e interesse” e que concentram o conjunto de relações, de alianças na quais se sustenta o itinerário de Cesarino.

Arrisco aqui o argumento de que Cesarino recebeu e deu mercês de diversos tipos e em diversas situações; se, em alguns momentos, tais mercês foram dadas e trocadas sem interesse aparente, em outros, os interesses mostravam-se evidentes. Isso posto, estou aderindo às ideias de Mauss desenvolvidas em seu *Ensaio sobre a Dádiva*, porque esse autor circunscreve a dádiva de modo amplo, não apenas na forma única de presentes; porque ele reconhece que se as trocas de dádivas podem ser voluntárias, desinteressadas e simbólicas, também podem ser obrigatórias, interessadas e úteis. O que é também importante considerar no argumento de Mauss é que as dádivas produzem alianças. E foram justamente alguns desses compassos observados na trajetória de Cesarino. Recebendo e distribuindo mercês, de diversos tipos e em diversas situações,

Cesarino produziu as alianças que sustentaram a sua trajetória, e é isso que pretendo demonstrar ao longo dos capítulos. Mas antes, é preciso recapitular os argumentos de Mauss.

Referencial Teórico acerca das Mercês

Obra fundamental de Marcel Mauss, o *Ensaio sobre a Dádiva*, publicado originalmente no tomo I do *L'Année Sociologique* (1923-1924), teve acolhida favorável em distintas áreas do conhecimento, e em longa temporalidade, na Antropologia inglesa (A.R. Radcliffe-Brown, E.E. Evans-Pritchard, R. Firth), no estruturalismo francês (Claude Lévi-Strauss, Louis Dumond), na Antropologia estadunidense (Clifford Gertz, James Clifford), por sociólogos (Pierre Bourdieu) e historiadores (Fernand Braudel e a escola dos *Annales*). O que não extenua o fato, notado por muitos dos seus leitores, estudiosos e seguidores, que tanto esse como outros escritos de Mauss não possuem muita sistematicidade, na medida em que se caracterizam pela dispersão e descontinuidade¹⁵. Há que se notar também que Mauss nunca realizou pesquisa de campo, deixando assim de valer-se de uma das principais possibilidades abertas por Malinowski: a busca de uma maior contextualização dos dados. Se o *Ensaio sobre a Dádiva* arrola uma quantidade significativa de fatos, esses só foram mais bem contextualizados em um momento posterior por alguns alunos de Mauss¹⁶, entre os quais Lévi-Strauss e Louis Dumont. De toda forma, atribui-se a Mauss “um notável controle do que estava sendo produzido àquela época nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Alemanha, e utilizava textos e reflexões para suas atividades didáticas”¹⁷.

¹⁵Conforme o próprio Mauss admite: “Não estou interessado em desenvolver teorias sistemáticas (...) Trabalho simplesmente com os meus materiais e se, ali ou acolá, aparece uma generalização válida, eu estabeleço e passo a qualquer outra coisa. Minha preocupação principal não é elaborar um grande esquema teórico geral que cubra todo o campo – tarefa impossível -, mas somente mostrar algumas das dimensões do campo do qual apenas tocamos as margens. Conhecemos alguma coisa – é tudo”. Mauss apud FOURNIER, Marcel Fournier. “Marcel Mauss ou a dádiva de si”. Conferência proferida na 16ª reunião nacional da ANPOCS, outubro de 1992. O site tem o endereço: www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_09.htm. Acessado em: setembro de 2011.

¹⁶LANA, Marcos. “Notas sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva”. In: *Revista de Sociologia e Política*. Nº14: 173-194 JUN, 2000.

¹⁷SIGAUD, Lygia. “As vicissitudes do ‘Ensaio sobre o Dom’”. In: *Mana* 5(2), 1999, p. 92. Em 1999, a professora e estudiosa Lygia Sigaud publicou um artigo esclarecedor a respeito da descontinuidade na interpretação do *Ensaio sobre a Dádiva*. Graças à iniciativa de Lygia, o longo caminho que percorreu na vasta literatura sobre Mauss, somados a sua acuidade analítica, percebe-se não apenas a complexidade e o fôlego do texto de Mauss mas também os imperativos das injunções sociais.

Quando o *Ensaio sobre a Dádiva* foi publicado, Mauss ensinava na *École Pratique des Hautes Études*, ocupando a cátedra de *História das Religiões dos Povos Primitivos e não Civilizados*, e já era reconhecido como um resenhista incansável. Lygia Sigaud nos faz saber que, em 1930, foi calculado que das dez a onze mil páginas que constituíam os quatro volumes do *Année Sociologique*, Mauss havia escrito duas mil e quinhentas, fora outras setecentas páginas de contribuições bibliográficas¹⁸.

Os escritos de Mauss “constituem verdadeiras monografias sociológicas de primeiríssima ordem e de um conteúdo mais rico que muitos livros inteiros”¹⁹. Mas é Lévi-Strauss, tão seu interlocutor quanto seu crítico, que melhor formula a relevância e o alcance do pensamento de Mauss:

Seja suficiente lembrar que a influência de Mauss não se limitou aos etnógrafos, nenhum dos quais poderia dizer ter escapado a ela, mas se estendeu também aos linguistas, psicólogos, historiadores das religiões e orientistas, de modo que, no domínio das ciências sociais e humanas, uma plêiade de pesquisadores franceses lhe deve, de alguma forma, a orientação. Para os demais, a obra escrita permanecia muito dispersa e, em geral, de difícil acesso. O acaso de um encontro ou de uma leitura podia despertar ecos duráveis: reconheceríamos facilmente alguns deles em Radcliffe-Brown, Malinowski, Evans-Pritchard, Firth, Herskovits, Lloyd Warner, Redfield, Kluckhohn, Elkin, Held e muitos outros²⁰.

O *Ensaio sobre a Dádiva* logrou importância e reconhecimento para a etnologia e para diversas áreas do conhecimento. Expressões como “obra-prima”, “uma descoberta”, “trabalho admirável”, “um clássico”, são correntes nos balanços acerca desse texto. Lévi-Strauss esclarece:

¹⁸SIGAUD, op. cit., 1999, p. 117, nota 4.

¹⁹GURVITCH, Georges. “Prefácio à primeira edição – 1950”. In: MAUSS, M. *Marcel Mauss: Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 9.

²⁰LÉVI-STRAUSS, Claude. “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In: MAUSS, M. *Marcel Mauss: Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 11.

É que, pela primeira vez na história do pensamento etnológico, um esforço era feito para transcender a observação empírica e atingir realidades mais profundas. Pela primeira vez, o social cessa de pertencer ao domínio da qualidade pura – anedota, curiosidade, matéria de descrição moralizante ou de comparação erudita – e torna-se um sistema, entre cujas partes pode-se descobrir, portanto, conexões, equivalências e solidariedades. São primeiramente o produto da atividade social (técnica, econômica, ritual, estética ou religiosa) – ferramentas, produtos manufaturados, produtos alimentares, fórmulas mágicas, ornamentos, cantos, danças e mitos – que se tornam comparáveis entre si pelo caráter comum que todos possuem de serem transferíveis, segundo modalidades que podem ser analisadas e classificadas e que, mesmo quando parecem inseparáveis de certos tipos de valores, são redutíveis a formas mais fundamentais, estas gerais. Aliás, eles não são apenas comparáveis, mas com frequências substituíveis, na medida em que valores diferentes podem se substituir na mesma operação²¹.

Na edição original, *O Ensaio sobre a Dádiva* apresenta 134 páginas e cerca de 500 notas²²; encontra-se dividido em uma introdução, três capítulos e uma conclusão. Na introdução, Mauss apresenta a temática do ensaio: as prestações e as contraprestações, as trocas que se estabelecem entre as diversas seções e subgrupos que compõem as sociedades ditas primitivas. As trocas têm por conteúdo os presentes e os presentes não se limitam a bens móveis ou imóveis (produtos, riquezas, esmolas, heranças) ou coisas úteis economicamente, mas incluem conjuntamente favores, amabilidades, festas, banquetes, visitas, mulheres, crianças, danças, regalos, incluem as “coisas sociais em movimento”. A dádiva promove uma mistura entre amizade e conflito, interesse e desinteresse, obrigação e liberdade, promove uma mistura entre as pessoas que se presenteiam, entre as coisas e as pessoas, entre as coisas e os espíritos.

Na introdução, também são anunciados os principais conceitos-ideias de que o autor vai se valer ao longo de todo o texto. O primeiro deles corresponde aos *fenômenos sociais totais*, que exprimem, “de uma só vez”, os fenômenos derivados de diversas instituições: religiosas, jurídicas, morais, políticas, familiares, econômicas, e até mesmo os fenômenos estéticos e

²¹LÉVI-STRAUSS, op. cit., 2003, p.30.

²²SIGA UD, op. cit., 1999, p. 91.

morfológicos que essas instituições manifestam. Anunciam-se igualmente os *sistemas de prestações totais*, sistemas no qual as “tribos” e “metades” trocam tudo o que lhes é importante (comidas, festas, riquezas, mulheres, crianças). A circulação de dádivas e contra-dádivas corresponde a um “fato social total”, que engloba diversos domínios da vida coletiva.

Em meio à multiplicidade das trocas, há um traço comum e recorrente: a obrigatoriedade. Apesar de as trocas parecerem voluntárias, elas são, na verdade, obrigatórias. No argumento de Mauss que se refere “[a]o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações”²³. O caráter coercitivo e interessado é posto em relevo nas trocas. É central ao argumento mostrar que a dádiva produz sempre uma recompensa, pois a coisa dada “não é perdida, reproduz-se”.

Tratando dos dados etnográficos da Polinésia, no primeiro capítulo, Mauss salienta a obrigação de retribuir entre os Maori. Valendo-se de narrativas, o autor toma o *hau* como uma ideia central do direito maori, em que o *hau* é visto como o elo criado pelo trânsito de coisas. Em sua interpretação do *Ensaio sobre a Dádiva*, Lygia Sigaud observa que: “O direito maori é o que o leva a concluir que o laço do direito, o laço pelas coisas, é um laço entre almas”²⁴. No trânsito de coisas faz-se o laço de almas. A circulação de riquezas não é senão um dos termos da troca, uma vez que a circulação de valores, essa sim, estabelece um contrato social bem mais geral e permanente²⁵.

Ao referir-se ao *kula*, Mauss salienta a sua diferenciação das simples trocas econômicas de mercadorias úteis: o *kula* é um comércio de ordem nobre, que parece ser reservado aos chefes, é exercido de maneira desinteressada e modesta e se diferencia da simples troca econômica de mercadorias úteis.

²³MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva: Forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas”. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 188.

²⁴SIGAUD, op. cit., 1999, p.96.

²⁵No segundo capítulo, Mauss trata dos fatos da Melanésia, mostrando o sistema de dádivas e a ventura da troca do *potlatch*. Diz ele que as populações melanésias desenvolveram o *potlatch* melhor do que as polinésias, pois na Melanésia a noção de moeda apresenta-se mais precisa. Ricos comerciantes, os melanésios têm um sistema de troca muito desenvolvido. O ponto central de Mauss é mostrar que essa parte da humanidade, relativamente rica, “sabe trocar coisas consideráveis” (Mauss, 2003, p. 231). Também neste capítulo, o autor apresenta os dados que se referem ao *potlatch* do Noroeste americano e apresenta a hipótese de que o princípio da dádiva e da troca no contexto americano deve ter sido aquele que prevaleceu nas sociedades que ultrapassaram a fase prestação total e ainda não alcançaram o contrato puro e individual no qual circula dinheiro.

As sociedades progrediram na medida em que elas mesmas, seus subgrupos e seus indivíduos souberam estabilizar suas relações, dar, receber e, enfim, retribuir. Para começar, foi preciso inicialmente depor as lanças. Só então se conseguiu trocar os bens e as pessoas, mas não apenas de clãs a clãs, mas de tribos em tribos, de nações em nações e – sobretudo – de indivíduos a indivíduos. Só então as pessoas souberam criar e satisfazer interesses mútuos, e, finalmente, defendê-los sem precisar recorrer às armas. Foi assim que o clã, a tribo, os povos souberam – e é assim que amanhã, em nosso mundo dito civilizado, as classes e as nações e também os indivíduos deverão saber – se opor sem se massacrar, dando-se de sua sabedoria e de sua solidariedade”²⁶.

A conclusão divide-se em conclusões morais, conclusões de sociologia política e de economia política e conclusões de sociologia geral e moral. Nas conclusões morais, Mauss destaca a permanência da dádiva, da liberdade e da obrigação em nossas sociedades, incorporando a ordem moral na prática da dádiva. A dádiva não retribuída torna inferior quem a aceitou, “sobretudo quando é recebida sem o espírito de reciprocidade”²⁷. Convites e cortesias devem ser aceitos e retribuídos. “Nessa vida a parte que é nossa vida social, nós mesmos não podemos ‘ficar sem dívida’, como costumamos dizer. E preciso retribuir mais do que recebeu”²⁸. “O convite deve ser feito e deve ser aceito”²⁹.

Acho importante notar que, para Mauss, a sociedade cerca o indivíduo de tal maneira que nele se misturam sentimentos dos direitos que ele possui e outros sentimentos chamados por Mauss de “mais puros – de caridade, de ‘serviço social’, de solidariedade, da liberdade”³⁰. E esses sentimentos misturados, mesmo que esquecidos, ainda reaparecem entre nós. Mauss fala dos princípios da dádiva: “[...] a alegria de doar em público; o prazer do dispêndio artístico

²⁶MAUSS, op. cit., 2003, p. 313-14.

²⁷MAUSS, op. cit., 2003, p. 294.

²⁸MAUSS, op, cit., 2003, p. 294.

²⁹MAUSS, op. cit., 2003, p .295.

³⁰MAUSS, op. cit., 2003, p. 298.

generoso; o da hospitalidade e da festa privada e pública. A previdência social, a solicitude de cooperativas, do grupo profissional, de todas essas pessoas morais que o direito inglês honra como o nome de ‘Friendly societies’, valem mais do que o simples seguro pessoal que o nome garantia a seu capataz, mais que a vida mesquinha do salário pago pelo patrão assegura, e mais que a poupança capitalista – baseada num crédito variável”³¹.

Nas conclusões de sociologia política e de economia política, Mauss observa as implicações dos fatos examinados e como se relacionam com os fatos econômicos mais gerais. Em tudo isso incide uma série de direitos e deveres de consumir e retribuir em que: “Tudo vai e vem como se houvesse troca constante de uma matéria espiritual que compreendesse coisas e homens, entre clãs e indivíduos, repartidos entre as funções, os sexos e as gerações”³².

Partindo do entendimento de que a organização social se assenta na tríplice obrigação de dar, receber e retribuir, Mauss vai desenvolver o argumento de que tais obrigações podem assumir características distintas de acordo com a época e o lugar em que estão sendo postas em prática – daí a universalidade das dádivas e das trocas. Embora a tríade dar-receber-retribuir organize-se de modo particular, isto é, caso a caso, embora seja concebida e praticada de diferentes maneiras em tempos e lugares distintos, essa tríplice obrigação, esse contrato, tem, para Marcel Mauss, um caráter universal.

Dar é uma obrigação. Mauss explica “porque se é forçado a isso”³³. Receber é uma obrigação, porque do mesmo modo que se é forçado a dar, também se é forçado a receber, uma vez que se reconhece e se aceita a premissa de que tudo aquilo que está sendo doado é de todos. As duas regras, a de dar e a de receber, se misturam, assim como se misturam as prestações antitéticas e simétricas que elas ordenam e determinam. Recusar-se a dar, assim como recusar-se a receber, equivale a uma declaração de guerra, pois se está recusando a aliança, a comunhão, está-se recusando a *mistura de vínculos espirituais* que há entre as coisas, os indivíduos e os grupos. Mauss sentencia que há nesse sistema uma “mistura de vínculos espirituais entre as coisas, que de certo modo são alma, e os indivíduos e grupos que se tratam de certo modo como

³¹MAUSS, op. cit., 2003, p. 299.

³²MAUSS, op. cit., 2003, p. 203.

³³MAUSS, op. cit., 2003, p. 202.

coisas”³⁴. Entendo a provocante sentença da seguinte maneira: as coisas são alma, são parte imortal dos indivíduos e os indivíduos, por sua vez, dotados de alma, são coisas.

Recusar uma dádiva é temer “ter de retribuir”, é “ficar calado”, é “perder o peso” de seu nome, é “confessar-se vencido” ou, ao contrário, como mostra Mauss, é “proclamar-se vencedor e invencível”³⁵.

Retribuir é uma obrigação. As dádivas devem ser retribuídas, “sob pena de perder esse *mana*”³⁶, ou seja, sob pena de se perder a força espiritual do grupo, que estabelece os vínculos sociais. A coisa dada encontra-se inserida em uma relação contextualmente estabelecida que leva necessariamente à retribuição do presente dado, uma relação que impulsiona as obrigações entre os participantes. Dessa forma, a razão de dar não é um ato desinteressado, na medida em que pressupõe não apenas o fato de que a coisa dada será retribuída, mas também pressupõe a manutenção das relações sociais já estabelecidas.

As dádivas produzem alianças que, por sua vez, se manifestam em diversas instituições: religiosas, jurídicas, morais, políticas, familiares, econômicas. As prestações e contraprestações que se estabelecem nessas instituições se dão de forma aparentemente voluntária, mas, em verdade, acabam se mostrando rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública. Importante notar também que, para Mauss, a troca de dádivas não exclui o interesse, a produção de desigualdades. Roberto Guedes (2007) tem razão ao lembrar que em Mauss a reciprocidade não é sinônimo de equivalência. Em suma, dando mercês, recebendo mercês e retribuindo mercês, Cesarino bem operou as possibilidades disponíveis em seu meio social e foi, ao longo de sua trajetória, produzindo alianças.

Fontes e Métodos

Ao procurar empreender uma narrativa histórica em torno da trajetória de Cesarino, conjuguei informações de fontes primárias, como a Lista Nominativa dos Habitantes Existentes na Vila de São Carlos de 1822, disposta na forma de *slides* no Arquivo Edgar Leuenroth, da

³⁴MAUSS, op. cit., 2003, p. 202.

³⁵MAUSS, op. cit., 2003, p. 247-248.

³⁶MAUSS, op. cit., 2003, p. 195.

Unicamp; dados, memórias e narrativas escritas a respeito da família Cesarino, dispostos no Fundo Antonio Ferreira Cesarino Júnior e no Fundo Jolumá Brito, ambos os Fundos localizados no Centro de Memória da Unicamp; Auto de Alistamento Eleitoral e Inventário do neto de Cesarino, Certidão de Óbito e Inventário de Affonso Massarotto (marido de uma neta de Cesarino), Inventário de João Francisco de Andrade (fazendeiro que recebeu Cesarino em suas terras), encontrados no Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, igualmente localizado no Centro de Memória da Unicamp; dados do *Family Search International Genealogical Index*, site que traz informações sobre o nascimento, batismo e casamento de um extraordinário número de pessoas do mundo todo, inclusive sobre os Cesarinos; o Relatório do Presidente da Província de São Paulo de 1865 (*Provincial Presidential Reports, 1865*), disposto no site *Brazilian Government Documents*, que traz dados referentes às escolas do século XIX; passagens do Diário do Imperador D. Pedro II, diário localizado no Arquivo Histórico do Museu Imperial; o Estatuto e informações sobre Cesarino Júnior localizados no site do Instituto Brasileiro de Direito Social Cesarino Júnior. Vali-me igualmente de trabalhos acadêmicos anteriores com outros recortes; de jornais; sites da internet – especialmente blogs que, por ventura, mencionam Cesarino.

Ao procurar mostrar os traços constitutivos da Vila do Paracatu do Príncipe e da Vila de São Carlos, utilizei-me das narrativas dos viajantes, memorialistas, jornalistas, cronistas e auto-didatas de época. Ao longo do século XIX, a história das vilas brasileiras era quase sempre conhecida por meio destas narrativas, haja vista que a historiografia acadêmica no Brasil ainda não estava formada nesse período³⁷.

Apesar de serem diversos os viajantes, memorialistas, jornalistas, cronistas e auto-didatas que se detiveram nas referidas vilas, e apesar de serem diversos os gêneros em pauta, havia certas características correntes em seus escritos, como o sentimento e a crença religiosa, a concepção de progresso fomentado pelo espírito de iniciativa e pioneirismo das elites, a construção de mitos fundadores, a afirmação da relação afetiva com o passado como critério de reconstituição³⁸. Para

³⁷ Somente a partir dos anos de 1980, a historiografia acadêmica, as concepções sobre o fazer historiográfico e a natureza das pesquisas assumiram e colocaram em foco outras perspectivas de análise a respeito das origens das cidades, entrando na análise concepções de história e movimentos culturais.

³⁸ Cf. GODOY, João Miguel Teixeira de & BARONI, Gabriel Vinicius. “História fabricada: controvérsias em torno da fundação da cidade de Campinas”. In: *Revista de História Regional* 16(1), 2011.

o caso de Campinas, homens como Jolumá Brito, Celso Maria de Mello Pupo, Leopoldo Amaral e Raphael Duarte expunham suas perspectivas em artigos de jornais sobre as origens, a data de fundação e os “principais fatos” dessa cidade. Foi justamente observando alguns desses memorialistas que João Miguel Teixeira de Godoy (2009) salienta que “o modo como um determinado grupo estabelece relações com seu próprio passado (...) não está condicionado apenas por uma busca de identidade e uma tomada de consciência (...), mas mantém uma relação íntima com as formas e mecanismos de instituição do poder e das relações de mando e obediência vigentes nesse grupo”³⁹. Tem-se, assim, para esse autor, uma possível e estreita relação entre memória e poder. Tendo no horizonte a discussão acerca do paradigma tradicional, escreve Godoy & Baroni:

Esse conceito pode ser definido por um conjunto de características no qual prevalece uma abordagem da sociedade que valoriza, sobretudo, suas dimensões político-institucionais; que preza a narrativa dos acontecimentos como estilo de escrita; que reflete um ponto de vista dos segmentos dominantes, mesmo quando fala dos grupos e manifestações populares; que supervaloriza os documentos escritos e oficiais como fontes legítimas de informação; que adota como modelo explicativo as declarações conscientes dos agentes; que ignora os condicionamentos sociais na construção do conhecimento e não incorpora as contribuições das Ciências Sociais na construção do conhecimento histórico⁴⁰.

Concordo em parte com os autores, mas não posso deixar de considerar que mesmo o calibrado trabalho dos historiados também reflete um ponto de vista de um segmento dominante da sociedade. Mais ainda, que a produção acadêmica dos historiadores, mesmo que experimentada por métodos e técnicas, não escapa às narrativas dos acontecimentos e que a história que produzem também pode ser utilizada como mito de origem.

³⁹GODOY, João Miguel Teixeira de. “Memória, história e sociedade”. In: apresentação no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), no Rio de Janeiro, Brasil, de 11 a 14 de junho de 2009, p. 10.

⁴⁰GODOY, João Miguel Teixeira de & BARONI, Gabriel Vinicius. “História fabricada: controvérsias em torno da fundação da cidade de Campinas”. In: *Revista de História Regional* 16(1), 2011, p. 138.

Em outra frente, realizei uma série de entrevistas individuais com três trinetos de Cesarino e com uma tetraneta, em suas residências em São Paulo e Brasília. O objetivo principal das entrevistas foi levantar o maior número possível de informações sobre Cesarino, a família Cesarino, os graus de parentesco e os ramos colaterais. Como a família é relativamente extensa e a memória sobre os antepassados consegue remontar a algumas gerações, já imaginava que esse trabalho exigiria algumas horas de entrevistas e muitas perguntas, o que de fato aconteceu nos anos de 2007 e 2008. Desde as entrevistas, agendadas na casa de alguns descendentes, até uma animada reunião familiar, por ocasião da homenagem do centenário de nascimento de Cesarino Júnior (bisneto de Cesarino), as lembranças dos meus interlocutores indicaram várias personagens da família e muitos eventos passados.

Chegar até os descendentes de Cesarino e estabelecer o contato e o diálogo para a realização desta pesquisa não foi um processo complicado, uma vez que os descendentes de Cesarino aos quais tive acesso mostraram-se tão receptivos quanto abertos ao diálogo, pois têm apreço pela história da família, gostam de conversar sobre essa história e, em especial, reconhecem os esforços, os percalços e a importância que conformam um trabalho acadêmico.

Contudo, como é de se imaginar, nem tudo foi esclarecido, pois não foi possível se completarem algumas lacunas. Com isso, percebi que investigar as lacunas nos relatos não significa buscar “verdades”, mas sim procurar reconhecer a *dimensão simbólica*, da qual nos fala Manuela Carneiro da Cunha (1997), que está em cada crônica, em cada destaque ou em cada lacuna. Assim, entendo que alguns sujeitos e elementos não foram trazidos à tona em algumas narrativas de nossos entrevistados não devido a uma omissão intencional, mas à percepção que cada um tem – e cada qual ao seu modo – das situações vivenciadas pelos antepassados.

Como mostra Suely Kofes (2001), no processo narrativo, o esquecimento de certos personagens em oposição à lembrança de outros, o narrar e o não narrar, o que é ou não lembrado fazem parte dos embates a partir dos quais é construída a narrativa. Muitas vezes, os elementos necessários ao entendimento de determinados sujeitos/situações surgem não só da análise do que é dito no conjunto dos relatos, mas também daquilo que não foi dito. A autora também toca em um ponto interessante quando observa que se o acesso “à pessoa que viveu e teve a experiência está mediada pelas narrativas de outros que falam sobre ela, criam a personagem, estes relatos

remetem à pessoa e incorporam as histórias contadas por ela”⁴¹. Considero que esta reflexão de Kofes pode tanto valer para o caso das narrativas orais dos descendentes de Cesarino, para as narrativas escritas pelos memorialistas a respeito de Cesarino, para produção dos historiadores e para a minha própria narrativa. Em suma, narrativas dão a ver concepções e percepções, muitas delas arbitrárias e reformadas.

Mas que não se desprezem as narrativas orais dos descendentes de Cesarino. O alcance e detalhamento das informações obtidas através dessas fontes orais foram decisivas para este trabalho e vieram ao encontro das palavras de Peter Burke (1992), quando chama a atenção para o estatuto das fontes e a negligência em relação a algumas delas. Trata-se de uma visão que privilegia os mais diferentes escritos e vozes, desde que sejam capazes de indicar acontecimentos específicos e sejam observadas em conexão com o contexto que as produziu. Diz Burke:

Uma das grandes contribuições de Ranke foi sua exposição das limitações das fontes narrativas - vamos chamá-las de crônicas - e sua ênfase na necessidade de basear a história escrita em registros oficiais, emanados do governo e preservados nos arquivos. O preço dessa contribuição foi a negligência de outros tipos de evidência⁴².

Se, por um lado, posso dizer que documentos oficiais e registros arquivísticos não foram deixados de lado nesta tese, por outro, dou por certo que diferentes escritos, registros e vozes foram aqui privilegiados.

Tive acesso às conservadas fotografias da família Cesarino. As fotos apresentadas neste trabalho são procedentes de várias pessoas das famílias Cesarino/Massaroto. Atualmente Flávia Cesarino Costa, tetraneta de Cesarino, é a pessoa que detém os originais das fotos. Flávia faz o trabalho de sistematização das fotos dessas duas famílias, como enumeração e digitalização. Entretanto, se muitas das fotos já chegam para Flávia com a data e o local de captação indicados nos versos, outras não. E se para algumas fotos ela sabe indicar o nome da pessoa fotografada e

⁴¹ KOFES, Suely. *Uma trajetória, em narrativas*. São Paulo: Mercado de Letras, 2001, p.154.

⁴² BURKE, Peter. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 13.

seus graus de parentesco, para outras não. Possuo cópias de 20 fotos da coleção das famílias Cesarino/Massarotto, fotos que em sua maior parte correspondem a pessoas das duas famílias que nasceram nas primeiras décadas do século XX. Em relação ao meu primeiro contato com as fotos, vale dizer que Flávia e eu nos reunimos em fevereiro de 2008, com o objetivo de que eu me inteirasse de todas as fotos que ela guardava. No início da reunião, Flávia perguntou-me por que álbum ou pasta de fotos eu queria começar. Respondi que achava melhor ela escolher. Então, ela foi aleatoriamente escolhendo álbuns e pastas. Após ver todas as fotos, escolhi aquelas que julguei importantes para esse trabalho e sobre as quais Flávia sabia indicar pelo menos o nome do fotografado – esse foi o critério de escolha das cópias das fotos que tenho.

Realizei a pesquisa de campo na cidade de Paracatu, Noroeste de Minas Gerais, uma vez que Cesarino nasceu e viveu naquela cidade por aproximadamente por 12 anos. Em Paracatu, dirigi-me ao Cartório de Registros, à Casa Paroquial e ao Cemitério da Santa Cruz de Paracatu. Entrevistei o “coveiro mais antigo da cidade”, tal como ele se identificara, e entrevistei também duas das “pessoas mais velhas do Paracatu”⁴³.

Ao descrever a trajetória de Cesarino, procurei relacionar questões que dizem respeito às ações desse sujeito nos sistemas normativos sob os quais vivia. Nesse sentido, considerei o quadro de abordagens da Nova História, “que sem necessariamente negar processos gerais e totalidades amplas, debruça-se antes sobre enredos específicos, por vezes microscópicos”⁴⁴. Assim, vislumbrei as possibilidades da escrita arroladas no escopo da chamada micro-história, aqui entendida como um gênero específico de narrativa e modo de fazer história. Dessa maneira, será por “razões instrumentais” – das quais nos fala Natalie Davis (1991) ao explicar sua aproximação com a Antropologia, mas que, no meu caso, se dá pelo caminho inverso, pela tentativa de aproximação com esse modo de se fazer história – que penso em compartilhar os supostos dessa historiografia recente.

Conquanto haja a aproximação da Nova História com a Antropologia, como é o caso de autores como Peter Burke, Carlo Ginsburg, Keith Thomas, Natalie Davis e outros, e suas relações com textos antropológicos de tendências e épocas diversas, é preciso esclarecer que esses autores não adotaram em seus trabalhos modelos antropológicos de interpretação. Entendo que seja

⁴³ A pesquisa de campo em Paracatu foi realizada em duas etapas: em outubro de 2007 e entre finais de fevereiro e meados de março de 2008.

⁴⁴ VAINFAS, Ronaldo. “A melancolia dos historiadores”. In: *Topoi*. Rio de Janeiro: UFRJ, mar, 2001, p. 218.

importante mencionar esse fato, tanto para evitar mal-entendidos quanto às suas posições teóricas, como para tentar explicitar as minhas. Se por um lado considerei partir de um instrumental que pretende seguir os supostos da Nova História e da micro-história, por outro, considere a perspectiva antropológica e alguns de seus operativos para a reflexão.

Deve-se observar a inconstância da grafia do sobrenome dessa família ao longo dos séculos XIX. Em diversas fontes me deparei tanto com a grafia Cesarino como com a grafia Cezarino, e em alguns casos com Cesarina, Cezarina e Cezario. A desatenção no momento da escrita ou mesmo a falta de conhecimento a respeito da grafia desse nome e outros ponderáveis (como a preferência por uma grafia em particular) podem justificar a variabilidade. Para efeitos deste trabalho, na exposição do dado, trago a grafia na forma tal que aparece na fonte em questão. No momento da minha narrativa, opto por trabalhar com a grafia Cesarino, devido ser essa a mais recorrente nas fontes e a que chegou à contemporaneidade.

Cumpra sublinhar também a recorrência de homônimos na família Cesarino: Antonios, Balbinas, Amancias, Joões, Jeremias, estiveram presentes em várias gerações. Norbert Elias (1994) afirma que o nome com o qual se é registrado ao nascer é o elemento distintivo do indivíduo, é uma resposta à questão da “identidade-eu”. Contudo, o autor observa que, ao nascer, o indivíduo é registrado com nome e sobrenome. Assim, entra em cena no argumento do autor, a explanação que cerca a questão da “identidade-nós”:

[...] com seus dois componentes de prenome e sobrenome, indica a pessoa tanto como indivíduo singular quanto como membro de determinado grupo, sua família. E enquanto, de um lado, o nome dá a cada pessoa um símbolo de sua singularidade e uma resposta à pergunta sobre quem ela é a seus próprios olhos, ele também serve de cartão de visita. Indica quem se é aos olhos dos outros⁴⁵.

Para Elias, o conceito de indivíduo na modernidade refere-se a pessoas interdependentes, refere-se ao indivíduo como ser social, “pois não há identidade-eu sem identidade-nós”⁴⁶. Se a análise de Elias estiver correta – e penso que esteja –, considero que os recorrentes homônimos

⁴⁵ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 151.

⁴⁶ELIAS, op. cit, p. 152.

observados nas família Cesarino serviam para reforçar a “identidade-nós”, tanto no domínio do sobrenome quanto do nome.

Françoise Zonabend (1991) considera que a recorrência de homônimos constitui, para certas famílias, um emblema de pertença, quando “usar esse nome é desde logo estar inserido no seio da comunidade familiar: a nomeação é antes de mais nada um rito de agregação”⁴⁷. A autora vai mais longe ao afirmar que o nome recebido e constantemente retomado “está imbuído do espírito de todos os parentes mortos que usaram” e, dessa forma, “nomes encarregam-se de unir os vivos e os mortos do grupo e constituem uma forma de sobrevivência de uns através dos outros”⁴⁸. Seu argumento é que as perdas humanas reais são compensadas pelos novos membros que portam os nomes antigos. De todo modo, fosse para reforçar a “identidade-nós”, para unir vivos e mortos ou para compensar as perdas dos parentes, fato é que havia muitos xarás entre os Cesarinos.

Por fim, durante mais de um ano (janeiro de 2010 a abril de 2011) cumpri estágio doutoral na *University of Texas at Austin*, Texas, Estados Unidos. Neste tempo, estive em contato com alunos e pesquisadores do *African and African American Studies* e do *Department of Spanish and Portuguese Studies*, nesse último, tive a oportunidade de apresentar parte de minha pesquisa e ouvir comentários e sugestões. Realizei pesquisa bibliográfica no *Lozano Long Institute of Latin American Studies* (LLILAS)⁴⁹. Ademais, em Austin, tive a oportunidade de participar do *IV Annual Black Brazilian Consciousness Zumbi Day*, evento realizado em 19 de novembro de 2010 na universidade, organizado pelo *The Afro Brazilian Study Group*, patrocinado pelo LLILAS, com o apoio do *Department of Anthropology*.

O trabalho apresentado a seguir não faz vistas grossas às dificuldades e às lacunas que a pesquisa por vezes não teve condições de cobrir: às dificuldades encontradas nos arquivos públicos de Paracatu devido à escassez e mesmo à falta de alguns documentos procurados, passando por uma hipótese que não se confirmou e mesmo uma pista que levou à outra direção,

⁴⁷ZONABEND, Françoise. “A memória familiar. Do individual ao coletivo”. In: *Sociologia – Problemas e Práticas*. Nº9, 1991, p. 187-88.

⁴⁸ZONABEND, op. cit., p. 188.

⁴⁹ Impressiona a quantidade de livros e obras raras referentes ao Brasil, de diferentes períodos, presentes na Biblioteca do LLILAS, mesmo alguns que não são encontrados em muitas bibliotecas brasileiras.

todos esses percalços se revelam neste trabalho. A ideia deste estudo amadureceu na soma das sucessivas conversas que tive com os trinetos e tetranetos de Cesarino que, além de despertar meu interesse pela história da família, instigou a investigação sobre a vida e os feitos de Cesarino; na correspondência que troquei com alguns de seus descendentes; no contato com o conservado acervo fotográfico da família; e, principalmente, no trabalho sensível da memória, isto é, devido à empatia que tenho, desde a infância, quando ouvia alguns negros comentarem a respeito dos Cesarinos com indisfarçável entusiasmo.

Esta tese está dividida em quatro capítulos. Os dois primeiros capítulos e o quarto capítulo vêm com um sentido cronológico. Nos procedimentos de pesquisa e análise dos dois primeiros capítulos, tive que esclarecer, por exemplo, porque Cesarino demorou tanto para conhecer o pai, por que ambos partiram para outra cidade, como que de agregado de uma fazenda Cesarino se tornou proprietário de um colégio. A cronologia permitiu firmar essas vigas, assim como permitiu, no quarto capítulo, desvelar os seus descendentes.

O Primeiro Capítulo trata do nascimento de Cesarino na Vila do Paracatu até a sua mudança para a Vila de São Carlos. Para cobrir esse período, foi necessário estimar o ano de seu nascimento, dar conta das condições que cercaram seus primeiros dias de vida e vislumbrar as possibilidades do cotidiano de sua infância. Ainda no Capítulo 1, analisei as possíveis razões que levaram ao letramento de Cesarino, as características da vila em que Cesarino viveu até seus doze anos de idade, o tardio encontro com o pai e a marcha de ambos para as terras paulistas.

O Segundo Capítulo mostra a trajetória sócio-profissional de Cesarino na Vila de São Carlos. Em primeiro lugar foram indicados os aspectos particulares da localidade. Em seguida, será mostrada a incorporação de Cesarino como agregado à propriedade de um importante fazendeiro da vila. A situação de agregação foi examinada tendo por referência a literatura acadêmica sobre esse tema. Não obstante, as experiências de Cesarino como agregado foram interrogadas à luz de algumas personagens da obra de Machado de Assis. Prosseguindo no traçado da trajetória profissional do nosso personagem, foi abordada a criação do Colégio Perseverança, esse estabelecimento de ensino fundado por ele e conduzido por sua família, e analisada a relação que Cesarino manteve com pessoas da sociedade local.

O Terceiro Capítulo examina os usos e significados do termo “pardo” no período imperial. Na sociedade escravista brasileira, havia um sistema próprio e flexível de categorização social; assim, as percepções a respeito do que era “ser livre”, os fatores demográficos, as

realidades censitárias e, principalmente, a condição social dos sujeitos, eram aspectos que incidiam nas classificações. A atenção se voltou para as marcas da experiência social e das retraduições contextuais, uma operação complexa que exigiu a mobilização de uma perspectiva analítica que leve em conta os sentidos ativados contextualmente. Por fim, apresento os “sinais diacríticos” como mais uma possibilidade analítica para explicitar a classificação de cor de Cesarino.

O Quarto Capítulo apresenta os filhos, alguns netos e bisnetos de Cesarino. O objetivo foi perfilar esses sujeitos e descrever, o tanto possível, suas situações profissionais. Ainda neste capítulo busquei refletir sobre os casamentos inter-raciais na virada do século XIX para o XX, tendo como ponto de partida o casamento de uma Cesarino com um imigrante italiano no ano de 1905. Se por um lado é certo que esse tipo de casamento não era comum, por outro não quer dizer que eram impossíveis de acontecer. Assim, central à análise foi matizar as variantes de como aconteciam. Nas Considerações Finais, por entre convicções e suspeitas, as palavras exprimem e reúnem o próprio conteúdo deste trabalho.

Capítulo I – Do nascimento na Vila do Paracatu do Príncipe à mudança para a Vila de São Carlos (futura Campinas)

Vila do Paracatu do Príncipe, início do século XIX: nasce Antonio Ferreira Cesarino. Da mãe não se sabe nem o nome, apenas que morreu logo que o menino nasceu e que o pequeno foi confiado a uma das tias, que o criou numa das fazendas próximas à vila. O pai, tropeiro, não o viu nascer, pois estava a muitas léguas de distância, seguindo viagem pelos sertões e pela província de São Paulo. Órfão de mãe, criado pela tia, Cesarino passou a infância ansiando estar com o pai e a ansiedade do menino tinha sua razão de ser, pois só foi conhecê-lo muitos anos após o seu nascimento, quando o tropeiro retornou a Vila do Paracatu. Talvez por aí já se possa começar a entender a intensa relação que pai e filho travaram nos curtos anos de convívio que seguiram ao tardio encontro, uma convivência perpassada por viagens, descobertas e reveses, por ralhos e coças, por algumas cenas pouco lisonjeiras, mas que, como veremos, em muito refletiam a especificidade das condições então arregimentadas. Um convívio curto, é verdade, mas que definiu os rumos que esse Cesarino iria tomar na vida.

Antes, porém, de apresentar esse convívio, talvez seja válido fazer alguns esclarecimentos a respeito do ano de seu nascimento, uma vez que as possibilidades aventadas nas fontes mostram-se conflitantes e também esclarecer as condições que cercaram os seus primeiros dias de vida, mostrando algumas singularidades de sua infância. Daí segue a apresentação de uma particular disposição que, desde menino, esteve à vista de Cesarino e fez com que seu pai, homem vivido e viajado, o considerasse, por hora do tardio encontro, em condições de “ser alguém na vida”. Tratarei de seu letramento, essa disposição que, num duplo movimento, tanto contribuiu para a sua inserção no processo formal de escolarização e para seu desempenho sócio-profissional, quanto reverberou nas futuras gerações da família. Note-se que para os primeiros anos de vida de Cesarino utilizo o conceito de letramento, ao passo que para a sua fase adulta o de escolarização. O letramento diz sobre a alfabetização para além do espaço escolar enquanto que a escolarização se refere às fases de aprendizagem que se seguem a alfabetização,

no espaço da escola⁵⁰. Se escolarizados foram alguns dos seus filhos, netos e bisnetos, alfabetizados foram muitos dos perfilados em sua genealogia. Sem perder de vista as particularidades subjetivas e contextuais, tal disposição figurou no cotidiano dos membros dessa família. Aprender a ler e a escrever, frequentar escolas, alcançar diplomas, foram alguns dos objetivos perseguidos e alcançados por seus descendentes. Mas, por hora, há que se esclarecer o ano de seu nascimento.

É difícil dizer com precisão a data em que Cesarino nasceu. Essa dificuldade se deve tanto à ausência de um documento que informe o fato quanto pelo conflito de informações tangenciais que se depreendem das fontes disponíveis. No início do século XIX, os registros dos habitantes da Vila do Paracatu do Príncipe eram feitos – a exemplo das outras localidades – na casa paroquial da vila. Sendo assim, cabia aos párocos daquele tempo realizar batismos, casamentos, óbitos, assim como também eram solicitados para preencher quadros, os chamados mapas populacionais, que deveriam ser encaminhados semestralmente para o presidente da província. Nesses quadros, deveria aparecer o número de batismos, casamentos e óbitos, e informações como a condição social, idade e cor dos registrados. Animada por essas possibilidades, dirigi-me à Casa Paroquial de Paracatu em busca de informações. Mas, infelizmente, a tentativa foi infrutífera; assim como infrutífera também foi a busca nos arquivos do Cartório de Registro da cidade, pois mesmo sabendo que esse cartório possuía em seus arquivos registros a partir de 1889, considerei consultá-lo com vistas a algumas pistas. As buscas foram realizadas no período de 17 a 28 de outubro de 2007. Numa terceira frente de investida, estive ainda por entre as sepulturas e túmulos do Cemitério da Santa Cruz de Paracatu. De acordo com o “novo coveiro”, Luciano, não há no Cemitério sepulturas ou túmulos onde apareçam o sobrenome Cesarino ou Cezarino. Fui até a casa do “antigo coveiro”, Jarbas, onde estão guardados os livros de registro do cemitério, mas também não foram encontradas referências aos Cesarinos⁵¹.

⁵⁰Para um detalhamento sobre esses conceitos, ver: MAGALHÃES, J. P. “Alfabetização e história”. In: BATISTA, A. A. G. et al (orgs.) *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. BH: Autêntica, 1999; MAGALHÃES, J. P. *Alquimias da escrita*. Bragança Paulista: EdUSF, 2001; KLEIMAN, A. *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

⁵¹Para maiores informações sobre os registros no século XIX, ver: LOTT, Mirian Moura. “Registros paroquiais: mudanças e permanências - século XIX”. In: II Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidades e Culturas, 2006, Dourados: Editora UFMS, 2006.

No conjunto de uma mesma fonte que se constitui, principalmente, de narrativas sobre as origens da família escritas por um descendente desse Cesarino, encontramos duas indicações distintas para o ano de seu nascimento: 1799 e 1805. Na primeira indicação, lê-se: “Antonio Cesarino – Nasceu em Paracatu, estado de Minas Gerais, em 1799”⁵². Na segunda, temos: “Antonio Ferreira Cesarino, nasceu em 1805, em Paracatu, província de Minas Gerais”⁵³. A indicação de que nasceu em 1799 pode fazer sentido se vista à luz de uma outra informação depreendida da mesma fonte: a de que Antonio morreu em 1891, aos 92 anos de idade⁵⁴. Por outro lado observei que a segunda indicação, de que ele nasceu em 1805, está de acordo com uma homenagem feita pelo jornal *Diário de Campinas* em 1899: “Antonio Ferreira Cesarino, nascera em 1805 na comarca de Paracatu, província de Minas Geraes”⁵⁵.

Para embaraçar ainda mais as informações sobre o ano de seu nascimento, há ainda outra fonte constituída por um conjunto de filipetas recortadas – como tiras de papel desgastado pela ação do tempo, coladas sobre outras folhas, menos desgastadas, com escritos datilografados – que remontam cenas de sua trajetória e de outros membros da família⁵⁶. Em uma dessas filipetas, lê-se: “Antonio Ferreira Cesarino, com 71 annos, professor, casado, em 1878”⁵⁷. O ano de 1878 nessa filipeta faz referência à data em que a frase foi escrita, ou melhor, faz referência à data em que se atualizaram as informações ali passadas. Algo que pode ser lido da seguinte forma: em 1878, Antonio Ferreira Cesarino era casado, era professor e tinha 71 anos. O que nos traz de volta para a discordância quanto ao ano de seu nascimento: se tinha 71 anos em 1878, deduz-se, por essa fonte, que ele nasceu em 1807. Com isso, tem-se, até agora, três diferentes anos possíveis para o seu nascimento: 1799, 1805 e 1807.

⁵² CMU, FAFCJ, Mb, Pasta 3, *Memórias de um Pajem*.

⁵³ CMU, FAFCJ, Mb, P3, fl. 1.

⁵⁴ CMU, FAFCJ, Mb, P3, fls. 19-20.

⁵⁵ CMU, FJB, série 10, “C”, P316, fl.3.

⁵⁶ Os documentos que compõem essa fonte (CMU, FJB, série 10, “C”, P316) foram “fornecidos por pessoa da família do finado” (cf. fl. 3). De acordo com uma funcionária do Centro de Memória da Unicamp, “muito provavelmente essas filipetas foram escritas pelo Dr. Cesarino Júnior”, bisneto de Antonio Ferreira Cesarino.

⁵⁷ CMU, FJB, série 10, Personagens, “C”, P316, fl.1.

Como as adivinhações não servem como recurso consistente e como não foi possível encontrar um documento que oferecesse informação inequívoca a respeito do ano de seu nascimento, o jeito foi procurar desatar este nó mudando o foco da questão. Ao invés de procurar por informações contundentes sobre o ano que nasceu, optei, então, pela procura de documentos que fossem capazes de informar a idade que tinha quando chegou a Campinas. Para esse foco, felizmente, as informações se mostraram mais precisas.

As fontes parecem concordar com o fato de que Cesarino tinha entre 13 e 14 anos quando chegou a Campinas⁵⁸. De acordo com a Lista Geral de Habitantes Existentes na Vila de São Carlos de 1822⁵⁹, naquele ano, Antonio contava 14 anos de idade. A partir da indicação dessa fonte, pode-se dizer que ele nasceu em 1808.

Não encontrei fonte primária que permita afirmar se Cesarino nasceu escravo ou livre. Alguns autores (Irene Ferreira Barbosa, 1997; José Galdino Pereira, 2001) afirmam que Cesarino era um escravo liberto; entretanto, esses autores não indicam referências ou apresentam maiores informações que comprovem essa afirmação, nem especificam o tipo de alforria por ele obtida (se paga e onerosa ou se gratuita). Certo é que na já referida Lista de 1822, Cesarino não aparece como escravo; portanto, se Cesarino tivesse sido escravo, aos 14 anos não era mais.

Mas os primeiros dias de Cesarino foram marcados por sorte adversa, pois “logo que nasceu, morreu-lhe a mãe”⁶⁰. É bem provável que sua mãe tenha morrido em consequência de dificuldades do parto ou da “febre do parto”, doença temida na época, na maioria das vezes fatal, que acometia muitas mulheres horas após dar a luz, e que nem mesmo a prática de oferta dos ex-votos aos santos como medida para livrá-las dos perigos – comum nos séculos XVIII e XIX – pôde por ventura salvá-la⁶¹. Ficou, pois, o menino órfão de mãe.

⁵⁸ CMU, FAF CJ, Mb, pasta 3, fl. 1 e CMU, FJB, série 10, Personagens, “C”, P316, fl.3.

⁵⁹ AEL, LG, fogo 1. Para este trabalho foram consultadas as Listas Gerais de Habitantes Existentes na Vila de São Carlos, que cobrem o período de 1815 a 1836.

⁶⁰CMU, FJB, série 10, Personagens, “C”, P316, fl.3.

⁶¹ Mary Del Priore esclarece que: “A prática de ofertar ex-votos aos santos pode ser considerada uma importante manifestação da religiosidade popular nas Minas do século XVIII. Entre os objetos oferecidos aos santos destacam-se os ex-votos pintados, ou tábuas votivas”. DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Edunb, 1993. Afirma ainda que os perigos relacionados ao parto estavam entre os principais motivos que levavam as mulheres a oferecerem ex-votos aos santos.

Naqueles dias, seu pai, o tropeiro Custodio Ferreira Cesarino, encontrava-se fora, em viagem longa, tão longa que não deve ter tido de imediato conhecimento dos últimos acontecimentos que envolviam sua família na Vila do Paracatu do Príncipe, e tocando sua tropa de burros e mulas, ele continuou. Não obstante, ao se considerar que o mundo do tropeirismo combinava ao lado da atividade econômica, a atividade social de comunicação⁶², e nessa toada, o tropeiro encontrava-se inserido numa extensa e eficiente rede de informação, na qual cabiam notícias em suas mais variadas feições – cartas, bilhetes, recados, “diz-que-diz-ques” – pode-se presumir que algum tempo depois, Custodio deve ter tido conhecimento da vinda de seu filho ao mundo e do falecimento da mãe de seu filho. Mas mesmo que tenha sabido desses acontecimentos, seguindo viagem ele continuou.

Na Vila do Paracatu do Príncipe, o recém-nascido, órfão de mãe, foi “confiado a sua tia Marianna, que o criou numa fazenda denominada Gaio”⁶³. Salientam-se, neste pequeno trecho, dois pontos importantes. O primeiro refere-se à pessoa com quem Cesarino conviveu seus primeiros anos de vida: a tia Marianna, a mais antiga mulher da família de quem esta pesquisa tem notícia, figura decisiva na vida de Cesarino. O segundo ponto refere-se ao local onde Cesarino viveu boa parte de sua infância: a fazenda Gaio. Por uma escolha de narrativa, deixemos o ponto sobre Marianna para mais adiante. Em relação à fazenda Gaio é penoso reconhecer que, mesmo após longa busca em estudos que tratam das fazendas do noroeste mineiro do começo do século XIX e fontes que envolvam, em particular, as fazendas da Vila do Paracatu do Príncipe no início daquele século, não se obteve informação alguma sobre essa fazenda. Não se sabe as características de Gaio como, por exemplo, localização e tamanho, atividades por lá desenvolvidas, vivências do cotidiano das pessoas que lá moravam; não se sabe nem se a fazenda era propriedade da família Cesarino ou não. Seria “Gaio” uma curruptela de “Galho”, como cogitou um bisneto de Cesarino?⁶⁴ Mesmo que fosse, também para “Galho” não se reuniu

⁶² Ver, entre outros: ZEMELLA, Mafalda P. “O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII”. Coleção Estudos Históricos, São Paulo: Hucitec-Edusp, 1990; CAMPOS, Helena. “Estradas reais e estradas de ferro: cotidiano e imaginário nos caminhos de Minas”. *Revista de História Comparada*, volume 1, número 1, jun./2007; STRAUBE, Kelly von Knoblauch. *A estruturação sócio-espacial do sistema tropeiro – O caso do caminho das tropas entre Palmas e União da Vitória/PR*. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

⁶³ CMU, FJB, série 10, “C”, P316, fl.3.

⁶⁴ CMU, FAFCJ, Mb, Pasta 3, *Memórias de um Pajem*.

informação⁶⁵. Assim, fico devendo ao meu leitor as feições da fazenda onde o pequeno viveu desde os seus primeiros dias de vida até o retorno do pai. Na tentativa de vislumbrar algumas possíveis características da fazenda Gaio, parece razoável imaginar que, ao lado dos cultivos de subsistência, de uma indispensável roça de milho, feijão, e outros gêneros que deveriam prover o sustento das pessoas, existisse também um espaço reservado para os animais. Não se está se falando apenas de um espaço reservado às galinhas e porcos, ou quem sabe aos patos e marrecos, mas considerando o ofício ao qual o pai de Cesarino se dedicou, a lida com animais, e também as atividades correntes na paragem do Paracatu que envolviam animais de carga, pode-se imaginar que em Gaio também existisse um espaço reservado a burros e mulas. Mesmo na hipótese de aquela fazenda ter sido propriedade daqueles Cesarinos, não é descabido supor que nela existissem uma pequena roça, um pequeno paiol, um galinheiro com meia dúzia de galinhas, um chiqueiro com dois ou três porcos na engorda e um pequeno cercadinho, fazendo as vezes de curral. Fosse Gaio local de extensas terras e propriedade de um grande fazendeiro, esses indicativos teriam, evidentemente, suas proporções alargadas. Mas que seja permitido seguir por sua infância.

Os dias de menino e as primeiras letras

Que Cesarino tenha vivenciado a dinâmica do cotidiano dos meninos negros do início dos Oitocentos é crível e dá o que pensar. Se as experiências cotidianas da infância de um menino negro daquela época se mostram difíceis de serem recriadas, isso ocorre porque “as próprias crianças não deixam muitos registros”⁶⁶ e também porque aqueles meninos eram vistos como filhos de pessoas sem importância, o que acarretava na desatenção das fontes; até mesmo a

⁶⁵ Entrei em contato com o historiador e filósofo Antonio Gaio Sobrinho, que nasceu e vive na cidade de São João Del Rei. Infelizmente, Antonio Gaio Sobrinho não tem informações sobre a fazenda Gaio. Contudo observou que o sobrenome “Gaio” é de origem italiana, da região de Treviso, que seus antepassados vieram para o Brasil no final do século XIX com a imigração italiana e que “se esparramaram” por todo o Brasil. Em Minas Gerais, observou ele, o sobrenome “Gaio” pode ser encontrado nas cidades de São João Del Rei, Juiz de Fora, Lavras e Divinópolis. “Como a cidade de Divinópolis é caminho para Paracatu não me pareceria estranho que houvessem Gaios em Paracatu”, disse ele.

⁶⁶ Cf. HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 14.

historiografia sobre este tema se mostra escassa⁶⁷. Todavia, suas experiências podem ser retidas em uma importante clivagem que as encerra: o universo lúdico.

Considerando a escassez da bibliografia sobre o tema, Raquel Zumbano Altman (2006) pondera que há dúvidas sobre a existência de jogos e brinquedos de natureza estritamente negra que tenham influenciado isoladamente na formação dos folguedos infantis brasileiros. “Brinquedos originariamente africanos não são conhecidos”, afirma a autora⁶⁸. De tal feita, foram, segundo ela, as cantigas, os mitos e as lendas dos negros que ajudaram a compor o quadro das brincadeiras, tanto dos meninos negros como dos brancos.

De acordo com Ione da Silva Jovino (2008), as crianças filhas dos libertos, acompanhavam suas mães lavadeiras, engomadeiras, aguadeiras, amas-de-leite, vendedoras ambulantes na lida diária⁶⁹. Quando não requisitadas para ajudar as mães com alguma porção de trabalho, em uma ou outra atividade que suas tarefas exigissem, os meninos passavam a maior parte do tempo perambulando ao redor ou brincando com seus bодоques. Trazido pelos primeiros portugueses, o bодоque foi um brinquedo bastante utilizado pelos meninos dos sertões e do interior do país. Fazia às vezes de uma arma e era utilizado para caçar pássaros, borboletas, largatixas e calangos⁷⁰.

Considerando-se o cenário das Minas Gerais do século XVIII, Julita Scarano (2006) afirma que embora as crianças negras daquele período, filhas de negras livres, andassem acompanhadas pelas mães que iam vender seus produtos, até mesmo em lavras distantes, as

⁶⁷ Sobre a escassez do tema, Ver: FRAGA FILHO, Cláudio Luiz Pereira, FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996; SCARANO, Julita. “Criança esquecida das Minas Gerais”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 107-136; JOVINO, Ione da Silva. “Entre o sentimento da infância e a invisibilidade das crianças negras: ambiguidades no século XIX”. 31ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2008. Mimeo. Julita Scarano observa que as crianças são pouquíssimo mencionadas em assuntos de vida diária em documentos oficiais que tratam da região das minas e que se encontram conservados em arquivos.

⁶⁸ ALTMAN, Raquel Zumbano. “Brincando na História”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. 5ª. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 244.

⁶⁹ JOVINO, Ione da Silva. “Entre o sentimento da infância e a invisibilidade das crianças negras: ambiguidades no século XIX”. 31ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2008, p. 6-7.

⁷⁰ Ver: BERNARDES, Elizabeth Lannes. “Jogos e Brincadeiras Tradicionais: um passeio pela história”. *Cadernos da Educação*, São Paulo, n. 06, jan/dez 2006.

crianças não tinham, todavia, uma atividade laboral específica e contínua⁷¹. A autora afirma que no período em questão, pelas vilas e cidades, as crianças negras desfrutavam de uma relativa “sensação de liberdade” e “a rua fazia parte do seu mundo”⁷².

Ora, imagina-se Cesarino em seus dias de menino. Com o pé no chão e às voltas com os recreios e folguedos daquele tempo: entoando cantigas; dando ouvidos aos causos e lendas; apontando o bodoque; subindo nos galhos das árvores; apanhando fruta (manga, havia muita no Paracatu e as verdes, dizem os atuais moradores, “com um tico de sal, sempre foi tentação pros moleques”⁷³); subindo na porteira para balangar; armando e atirando o pião; engenhando e embicando o papagaio em dias de vento; se refrescando nas bicas d’água ou nos corregozinhos da vila; cavoucando o chão à cata das molengas minhocas, iscas mais que perfeitas para os lambaris, esses pequenos peixes que desde àquela época pululavam os rios do Paracatu; bolinando perigosamente com as colméias de abelhas; aventurando-se despropositadamente na batalha excitante contra os marimbondos; vivamente interessado nas “cousas” que aconteciam no galinheiro, no chiqueiro e no curral; palmilhando cada canto do terreiro atrás de novidades que só mesmo seus interesses de menino poderiam figurar. Enfim, um moleque negro que ia aproveitando os dias de sua infância. E a julgar pelo comportamento que teve quando fez sua primeira viagem com o pai – comportamento que será descrito mais adiante – pode-se dizer que Cesarino foi um menino no mínimo irrequieto, para não dizer peralta.

Tudo eles sabiam fazer melhor do que a gente; soltar papagaio, brincar de pião, jogar castanha. Só não sabiam ler. Mas isto, para nós, também não parecia grande coisa⁷⁴.

⁷¹ SCARANO, Julita. “Criança esquecida das Minas Gerais”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 110.

⁷² SCARANO, op. cit., 2006, p. 110.

⁷³ Segundo Dona Lazi Galeano, 74 anos, “uma das moradoras mais velhas da cidade de Paracatu”, segundo suas próprias palavras, “doceira de mão-cheia”, na opinião de todos aqueles que se referiam a ela, na opinião da pesquisadora inclusive. Entrevista realizada em janeiro de 2008. Local da entrevista: casa de Dona Lazi, centro de Paracatu. Qualidade do registro: as informações que foram passadas durante a entrevista encontram-se anotadas no meu caderno de campo.

⁷⁴ *Menino do Engenho*, José Lins do Rego (Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p.56).

Nessa passagem do livro *Menino de Engenho*, o narrador trata das habilidades dos meninos negros no contexto da sociedade escravista brasileira e pontua que aqueles meninos com quem convivia “só não sabiam ler”, “mas” esse desconhecimento, tanto para aqueles meninos negros como para o próprio narrador, não “parecia grande coisa”.

Que assim tenha sido, com toda a licença poética, para as personagens daquele romance; que assim tenha de fato ocorrido nos sertões da Paraíba e em muitos outros cantos da América portuguesa; porém não foi exatamente assim que ocorreu na Vila do Paracatu do Príncipe e em outras bandas das Minas Gerais. Na Vila do Paracatu, um menino negro sabia ler e, como veremos, além dele não ser o único, isso pareceu ter sido “grande coisa” para a sua vida e para a vida daqueles que o cercaram.

O moleque Cesarino sabia ler e escrever, ensinado pela irmã de seu pai, a tia Marianna⁷⁵. De início, tal informação deve causar algum estranhamento por parecer incomum, para não dizer duvidoso, o fato de um menino negro, no início do século XIX, ter tido a ventura do letramento. Mais do que sobre a fonte, a desconfiança recaiu mesmo sobre tal possibilidade. Entretanto, para a minha surpresa, a recente historiografia brasileira tem mostrado importantes aspectos da difusão do conhecimento no período colonial e imperial⁷⁶, assim como tem com fôlego evidenciado efetivas formas de acesso de negros (escravos, forros e livres) à escrita e à leitura⁷⁷.

Exemplos notáveis têm sido apresentados, como, por exemplo, o trazido por Eduardo França Paiva (2006), que trata de um caso ocorrido nas Minas Gerais na segunda metade do

⁷⁵ Cf. BARBOSA, Irene Maria Ferreira. *Enfrentando Preconceitos. Um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades*. Campinas: CMU, Unicamp, 1997, p. 39.

⁷⁶Ver, entre outros: LEITE, Paulo Gomes. “Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana”. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro n. 01/02, 1995, p. 153-166, 1995; VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: NOVAIS, F. A. & SOUZA, L. de M. e. *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América portuguesa*. 1999. 443f. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, 1999; BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

⁷⁷Ver: PAIVA, Eduardo França. “Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa”. In: DUTRA, E.R.F & MOLLIER, J. (Org.). *Política, Nação e Edição - o lugar dos impressos na construção da vida política - Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. 1ª ed. p.481-493. São Paulo: Annablume, 2006; PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995, p. 84-86; MORAIS, Christianni Cardoso. “Ler e escrever: habilidades e escravos e forros? (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850)”. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, 2007, p. 493-504; FONSECA, Marcus Vinicius. *Educação dos negros*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

século XVIII. O local exato? Onde, senão na Vila do Paracatu. O indivíduo em questão? Um cativo chamado Cosme Teixeira Pinto de Lacerda. O episódio expõe as investidas de Cosme para conseguir a liberdade:

Ainda em cativeiro e ele aprendera a ler e a escrever e trabalhara como escrevente de cartório no arraial do Paracatu, e depois em Sabará. Empregou suas economias em quatro processos malogrados de coartação, em vestir-se e em “emborrachar-se com peralvilhadas”, como acusava o seu primeiro proprietário. Cosme não mediu esforços para obter o que mais desejava, isto é, a libertação. [...] Aprender a ler e a escrever e, ainda mais, trabalhar como escrivão em cartório, tudo parece ter frutificado de seu ímpeto pela vida e por viver em liberdade⁷⁸.

Se não fica nítido o período da vida (se infância, puberdade ou vida adulta) em que o letramento de Cosme ocorreu, o autor pôde deixar claro que foi durante o cativeiro que aquele escrevente negro do Paracatu aprendera as letras. Nesse ponto, o caso de Cosme se assemelha a outro caso – este bem mais conhecido – de um negro que alcançou o letramento ainda no cativeiro. O importante trabalho de pesquisa de Elciene Azevedo (1999) nos faz saber da trajetória de Luiz Gama (1830-1882), filho da quitandeira africana liberta Luiza Mahin e de um fidalgo português. Aos dez anos de idade, Luiz Gama foi vendido ilegalmente pelo pai como escravo e foi para o Rio de Janeiro. Ainda em 1840, foi vendido novamente e seguiu para a Província de São Paulo, onde viveu como escravo do alferes Antônio Pereira Cardoso em sua fazenda em Lorena. Aos dezessete anos de idade passou a conviver “com um hóspede de seu senhor”⁷⁹. O estudante Antônio Rodrigues de Araújo se hospedou na fazenda do alferes e se tornou amigo de Luiz Gama, ensinando-o a ler e a escrever. Em 1848, consciente da ilegalidade de sua condição de escravo, Luiz Gama fugiu para São Paulo e conseguiu provar sua condição de livre. Por volta de 1850, casou-se e frequentou, como ouvinte, o curso de Direito na Faculdade do

⁷⁸ PAIVA, 2006, p. 484.

⁷⁹ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social, 1999, p. 38.

Largo de São Francisco, mas não chegou a concluir o curso. Em 1856, tornou-se funcionário da Secretaria da Repartição. Na década de 1860 tornou-se advogado provisionado, político de prestígio e jornalista de renome; em 1869 fundou com Rui Barbosa o jornal *Radical Paulistano*. Por volta de 1880, foi líder da *Mocidade Abolicionista e Republicana*.

Observando esse resumo dos principais marcos da trajetória de Luiz Gama, noto um ponto decisivo: o contato de Luiz Gama com o estudante não se caracteriza como um detalhe menor na trajetória do Orfeu de carapinha; pois foi essa proximidade que permitiu o alargamento de seu horizonte de possibilidades. Sem rodeios, considero que devido a uma mercê concedida pelo amigo, Luiz Gama teve acesso ao letramento.

Eduardo França Paiva (2006) conta um caso interessante, o da africana forra Antonia Soares Rodrigues que, ao falecer, deixou ordens registradas no processo de inventário de seus bens para que seus três filhos, que ficaram sob responsabilidade de um tutor, aprendessem a ler e a escrever.

Ao questionar se Antonia percebia plenamente a contribuição que dava às alterações e adaptações derivadas do sistema escravista, quando a capacidade do letramento era um privilégio reservado à população branca, Paiva diz que não há como saber, mas considera, no entanto, que muito provavelmente Antonia pensava num futuro promissor para os filhos. Nesse caso, pode-se dizer também que os bens que Antonia deixou para os filhos e a ordem para que aprendesse a ler e a escrever inscrevem-se nas mercês que tiveram em conta o parentesco e, por que não dizer, o afeto.

Assim parece ter sido o caso do letramento de Cesarino, que aprendera o be-a-bá por dedicação da tia que o amparava⁸⁰. Se a tia percebera a contribuição que dava nas alterações e adaptações derivadas do sistema escravista, também não tenho como dizer, mas muito provavelmente ela percebia a importância e a diferença que podia fazer o aprendizado das letras e dos números na vida de uma pessoa. Marianna pode ter entendido que ao ensinar o menino Cesarino, ela estaria dando uma contribuição útil para o futuro do sobrinho. Nesse caso, também, o letramento de Cesarino se deu devido a uma mercê afetiva, voluntária, livre e gratuita, que levava em conta o parentesco.

⁸⁰Não desconsido a possibilidade de que poderia haver uma escola na fazenda Gaio ou mesmo que Cesarino poderia ter frequentado alguma escola quando menino. Contudo, estou trabalhando com a informação de que disponho: a de que Cesarino aprendeu as primeiras letras com a tia.

De todo modo, a historiografia tem mostrado também que quando o letramento acontecia aos negros, acontecia na maioria dos casos com indivíduos do sexo masculino⁸¹. Então, o que pensar do caso da tia Marianna, essa que ao introduzir o sobrinho nas letras, por lógica, teve antes que aprendê-las? Se o letramento era reservado *a priori* à população branca e *a fortiori* aos homens, como pôde Marianna alcançar o letramento?

A despeito do acesso das mulheres ao letramento na sociedade escravista brasileira, sabe-se que, no geral, tanto as mulheres brancas como as escravas e libertas raramente alcançavam-no; quando isso ocorria, nem mesmo “tornaram-se leitoras e capazes de redigir algo”⁸². Entretanto, reconhece-se também que algumas mulheres letradas existiram naquele contexto; e que alguma delas eram negras, algumas outras, escravas⁸³.

Conquanto todos os casos observados sejam impressionantes, um dos mais instigantes foi recuperado com esmero por Luiz Mott, ao remontar a existência de Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz, negra nascida na Costa da Mina, desembarcada como cativa em 1724, aos seis anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro. Conta Mott que de 1725 até 1733 Rosa permaneceu naquela cidade e que foi abusada sexualmente pelo seu senhor. Depois, foi levada, ainda como cativa, para Minas Gerais, onde foi colocada no ganho como prostituta. Nas Gerais foi presa, acusada de possuída pelo demônio, e vergastada em público em Mariana. Depois disso, ao que parece, foi alforriada através da intervenção de um padre e de outras pessoas. Por volta de 1750, começou a ter visões místicas. Uma visão a levou a mudar o nome para Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz. Ainda em Minas Gerais, aprendeu a ler “letra redonda” (letra de imprensa).

Em 1751, protegida por um tal Padre Xota-Diabos, volta ao Rio de Janeiro e por “sugestão divina”, começa a aprender a “letra de mão”, ensinada pela regente da igreja do Recolhimento do Parto. E mesmo que o Padre Xota-Diabos tenha observado em carta ao ex-senhor de Rosa que ela mal sabia escrever e, em outra oportunidade, tenha dito, em tom de desabafo, que a beata negra:

⁸¹ PAIVA, op. cit., 2006.

⁸² PAIVA, op. cit., 2006, p. 487.

⁸³ Ver: MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia; uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993; FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; PRAXEDES, Vanda Lúcia. *Frutos da fragilidade humana: os filhos ilegítimos das Minas Gerais – 1770-1840*. 2003.247f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

“(...) vive escrevendo, e nem tem tempo de rezar – tudo permitido por seu pai espiritual”⁸⁴, fica evidente que Rosa aprendera o alfabeto⁸⁵.

No caso de Rosa Maria Egípcia, é possível considerar que o misticismo do qual se revestiu lhe permitiu sair da experiência direta e diária do cativeiro; também nesse caso, a mercê que recebeu de algumas pessoas permitiu seu letramento. Porém, para Rosa, a mercê se configurou na forma de um “trânsito”, ou seja, um trânsito de mercês, um trânsito de favores, uma troca. Dessa forma, se é certo que Rosa aprendera a “letra de mão” com a regente da Igreja do Recolhimento do Parto, é fato também que, como mostra Mott, “ter uma santa em casa, ensinava a tradição, redundava em romarias, polpudas doações para o convento, a garantia, portanto, de manutenção das velas dos altares e demais gastos dos atos litúrgicos e do próprio convento”⁸⁶. E mais ainda: “Foi graças às visões de Rosa, e para representá-las visualmente, que os franciscanos construíram, no Convento do Largo da Carioca, a maravilhosa Capela dos Sagrados Corações, até hoje perfeitamente conservada e aberta à visita pública (...)”⁸⁷. Em suma, Rosa recebeu favores e concedeu favores; participando, assim, de um trânsito de mercês, de uma troca de dádivas.

Sempre me perguntei se Marianna, a tia de Cesarino, nascera escrava, livre ou se fora alforriada. Não se sabe. Teria ela se casado, constituído família e dado primos a Cesarino? Não há registros. Contudo, talvez mais proveitoso do que cogitar os pormenores mais íntimos de sua vida, seja refletir acerca dos fatores que concorreram para que ela própria pudesse ter aprendido a ler e a escrever. Nesse escopo, trabalho com uma informação que de disponho e sobre a qual será feita minha principal hipótese: a filiação de Marianna. Ela era irmã de Custodio e ele, já se sabe, era tropeiro. Geralmente, a tropa pertencia ao tropeiro; entretanto não era de se estranhar quando os grandes fazendeiros adquiriam centenas de animais com o objetivo de transportar os produtos de suas fazendas; nessa operação, os capatazes das fazendas conduziam os animais. Também não era de se estranhar o fato de que o tropeiro, homem livre, tanto podia comercializar o transporte

⁸⁴ MOTT, op. cit., 1993, p. 252. Nesse caso, o pai espiritual (e permissivo) da vez chamava-se Frei Agostinho.

⁸⁵ Segundo Mott, Rosa foi “a primeira afro-brasileira a escrever um livro, do qual restaram algumas páginas manuscritas”. MOTT, Luiz. “Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial”. In: *Cadernos IHU Idéias*. Ano 3, nº 38, 2005, p. 1.

⁸⁶ MOTT, op. cit., 2005, p. 9.

⁸⁷ MOTT, op. cit., 2005, p. 11.

de animais e cargas que lhe pertenciam como também negociar com as cargas de terceiros. Assim, havia a diferença entre os tropeiros que negociavam os animais e aqueles que transportavam cargas. Os tropeiros negociadores de animais iam parando pelo caminho, comprando animais, antes de chegar à feira de Sorocaba⁸⁸.

Há uma referência que situa Custodio como “dono de tropa”⁸⁹. Se assim foi, Custodio desempenhava uma atividade rentável para o período. Mas além de conduzir as tropas de burros e mulas, os donos de tropas e os próprios tropeiros desempenhavam funções paralelas que eram muito bem vistas na época, desde levar e trazer notícias dos povoados, vender remédios, óculos e quinquilharias, até intermediar negócios entre os comerciantes para os quais trabalhavam, propiciando bem-estar para algumas pessoas e ascensão social para outras, que deles se valiam. Com efeito, certo grau de prestígio, influência e importância acompanhava a vida daqueles homens⁹⁰. Ainda que não se possa verificar, com a documentação disponível, se Custodio tinha arregimentado todos esses predicados (prestígio, influência, importância) na Vila do Paracatu do Príncipe, a documentação mostra que ele gozou da confiança de fazendeiros importantes na nova vila para a qual ele e Cesarino se mudaram. A hipótese sobre seus predicados se reforça quando se tem em mente que a atividade de tropeiro era um ofício que começava desde cedo, ainda na infância e, considerando esse fato, Custodio pode ter começado a construir seu suposto prestígio ainda em Paracatu. Sendo assim, considero que através do *status* do irmão, poderia Marianna ter sido beneficiada. Quer dizer, uma das possibilidades para que Marianna pudesse ter aprendido o letramento teria a ver com o parentesco com Custodio. Sendo irmã daquele tropeiro e usufruindo de seu prestígio, Marianna pode ter tido maiores chances de aprender as letras.

Para finalizar esse ponto, saliento que a possibilidade de acesso ao letramento e de letramento para os negros no Brasil escravista, além de ter sido possível, deu-se sob fatores

⁸⁸ Ver: TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. São Paulo: Editorações, Publicações e Comunicações Ltda., 1992.

⁸⁹ Cf. *O Tempo*, dezembro de 1951 a Janeiro de 1952, série de reportagens publicadas por ocasião da formatura de Antonio Ferreira Cesarino Júnior na Faculdade de Medicina.

⁹⁰ Ver, entre outros: ALMEIDA, Aluísio de. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo, Martins/EDUSP, 1981; MAIA, Tom & MAIA, Thereza Regina de Camargo. *O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro, MEC-FUNARTE: Instituto Nacional do Folclore; São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura: Universidade de Taubaté, 1981; ZEMELLA, Mafalda P. "O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII". Coleção Estudos Históricos. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1990; TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. São Paulo, Editorações Publicações e Comunicações Ltda., 1992.

variados. Afinal, essa era uma sociedade em que os livros circulavam de “mão em mão”, em que grande parte dos alfabetizados era auto-didata ou aprendia a ler, escrever e contar em espaços não escolares, em que o cálculo observado nas trajetórias de alguns indivíduos desenhou e determinou suas investidas, em que seus esforços, somados aos seus traquejos sociais, desenvoltura enquanto aprendizes, afetos, mercês, trânsito de mercês, parentesco, em que *tudo isso* pode ter trabalhado a favor de que alguns negros, homens e mulheres, livres ou mesmo escravos, infantis ou adultos, pudessem ter aprendido a ler, a escrever e a contar, cada qual valendo-se de fatos específicos e contextuais. Cesarino, um menino negro que vivia numa vila mineira no início do século XIX, viu-se revestido de muitas dessas condições, principalmente, da mercê concedida por sua tia.

Então, o que à primeira vista pode parecer surpreendente, a imagem de um menino negro que sabia ler e escrever no início do século XIX, não deve ser tomado como caso isolado e tampouco encerrado fora de um contexto social. O que essa afirmação reconhece é que, se o acesso dos negros à leitura e à escrita foi menos observado no período escravista, isso não quer dizer que não ocorreu ou que, quando aconteceu, tal fato tenha se dado fora da lógica contextual. Cosmes, Gamas, Rosas, Annas, Mariannas, Antonios e, por que não dizer, Chicas da Silva e suas filhas existiram, aprenderam a ler, a escrever e a contar, e o fizeram nas possibilidades contextuais inscritas nas cidades do Rio de Janeiro, de Lorena, de Mariana, de São João Del, no Tijuco e na Vila do Paracatu do Príncipe. E se esses casos são exceções, são, por outro lado, exceções que sugerem a vantagem de se notar as especificidades contextuais como fonte de dinamismo.

Fechando esse ponto: em que pese, portanto, a contribuição de Marianna na criação e no letramento de Cesarino. Além de ela ter tomado conta do pequeno desde o nascimento e por anos de sua infância, ela também o tenha ensinado as primeiras letras. Tão sua parente quanto sua primeira professora, Marianna foi decisiva para o letramento de Cesarino, concedendo-lhe essa mercê. E ambos iam tocando a vida na famosa, mas já decadente, Vila do Paracatu do Príncipe, a ser apresentada a seguir.

Características da Vila do Paracatu do Príncipe

A Vila do Paracatu do Príncipe, pertencente à Comarca de Paracatu, localizava-se no noroeste da Província de Minas Gerais, limitando-se ao norte pela Comarca do Rio São Francisco da Província da Bahia, da qual a separava o Rio Carinhonha; ao sul, encontrava-se separada da Comarca do Rio das Mortes e da província de São Paulo pelo Rio Grande até a sua foz no Paraná; a leste pelas comarcas do Sabará e Serro Frio, pelas serras vertentes dos Rios Indaiá e Abaeté e pelo Rio São Francisco; e a oeste separava-se da Província de Goiás pela Serra Geral. A Comarca era compreendida por uma vila e quatro julgados: a Vila do Paracatu do Príncipe, o Julgado de Brejo do Salgado, o Julgado de S. Romão e o Julgado do Desemboque. A Vila do Paracatu do Príncipe localizava-se num terreno plano e elevado, cercada por uma cadeia de montanhas. Nessa planície, corriam numerosos rios e córregos que se lançavam no grande São Francisco, dentre os quais se destacavam o Rio Paracatu e o Córrego Rico. O Córrego Rico era um dos afluentes do Rio Paracatu, que por sua vez constituía-se como um dos afluentes mais importantes da Bacia do São Francisco⁹¹.

Não é novidade na historiografia o fato de, desde o final do século XVI, a região noroeste de Minas Gerais ter sido perscrutada por muitas bandeiras. Sempre às voltas com a preação de índios, as bandeiras comandadas por Domingos Luis Grau (1586-1587), Antônio Macedo (1590), Domingos Rodrigues (1596), Domingos Fernandes (1599) e Nicolau Barreto (1602-1604) palmilharam a região. Ao que parece, os primeiros documentos que fazem referência ao lugar que viria a se tornar a Vila do Paracatu do Príncipe constituíram-se nos testamentos dos bandeirantes que fizeram parte da expedição comandada por Nicolau Barreto.

Contudo, há divergência entre os estudiosos quanto ao nome do membro da expedição que autou o primeiro testamento reportando-se ao lugar. O historiador Angelo Alves Carrara (2007), tendo por referência o trabalho de Orville Berby, observa que, entre fevereiro e abril de 1603, os membros da expedição de Nicolau Barreto achavam-se no vale dos rios das Velhas e

⁹¹ Em relação ao Córrego Rico, Cunha Matos observa: “É notável pela sua antiga riqueza e por se achar próximo à vila de Paracatu do Príncipe 400 braças. Nasce na Serra de Santa Isabel e, correndo NO-SE por espaço de 12 léguas, entra na margem esquerda do Rio Escuro – que daqui em diante se chama Paracatu” (CUNHA MATTOS, 1981 [1837], vol. 1, p. 251). Com o passar do tempo e devido aos desmatamentos nas margens dos rios, o panorama hidrográfico da região teve mudanças significativas.

Paracatu e “foi no ‘sertão e rio de Paracatu’ que, entre 22 de março e 4 de abril de 1603, Manuel de Chaves, membro da expedição, ditou seu testamento e seu inventário foi autuado”⁹². Já para o memorialista paracatuense Antonio Oliveira Mello, “a primeira vez que surgiu o nome de Paracatu foi em março de 1603, num testamento do bandeirante Martim Rodrigues, que fazia parte da Bandeira chefiada por Nicolau Barreto”⁹³. Seja como for, no testamento desse ou daquele bandeirante, parece que foi com as andanças desses homens que a paragem que viria a ser a terra natal de Cesarino tornou-se conhecida⁹⁴.

Para alguns estudiosos, o processo de ocupação dessa região se deu entre 1668 e 1682, período em que os bandeirantes paulistas ainda continuavam a percorrer a região à cata dos índios goiases⁹⁵; para outros, a explicação se coloca na expansão agro-pastoril às margens do rio São Francisco, nas primeiras décadas do século XVIII⁹⁶. Há os que acreditam na simultaneidade dos dois eventos, quando bandeirantes paulistas e vaqueiros que seguiam o curso do rio São Francisco se estabeleceram na região, fundando povoados⁹⁷. Ainda há aqueles que entendem os processos de fixação e adensamento populacional na complementaridade da expansão agro-pastoril nas margens do rio São Francisco em paralelo às notícias (não-oficiais) que já corriam a Capitania sobre a descoberta de filões de ouro no Córrego Rico⁹⁸. De todo modo, se é certo que

⁹² Derby, 1903, p. 405, apud CARRARA, Ângelo Alves. “Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros”. *Varia história, Belo Horizonte*, jul./dez, vol. 23, n.38, 2007, p. 584.

⁹³ OLIVEIRA MELLO, Antônio de. *Paracatu, meu bem querer*. 2ª Edição revista e atualizada. Paracatu, Câmara Municipal, [1937] 2000, p. 42.

⁹⁴ Ou, melhor dito, tornou-se “publicamente” conhecida, mas talvez não pela primeira vez visitada. De acordo com Ângelo Carrara (2007), embora os relatos de viagens exploratórias do curso do São Francisco sejam escassos, o caminho percorrido pelas bandeiras saídas de São Paulo com destino a barra do Rio das Velhas não constituía, em 1602, novidade para os paulistas, pois em momentos anteriores eles já haviam percorrido a região. Ver: CARRARA, op. cit., 2007, p. 574-596. O autor observa também que a trama da conquista e ocupação das terras do vale do Rio São Francisco adquiriu, há quase um século, versões definitivas na assim chamada historiografia tradicional.

⁹⁵ MARCILIO, Maria Luíza. “Migrações no Brasil Colonial: uma proposta de classificação”. *LPH-Revista de História*, (1), 1990, p.36-45.

⁹⁶ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Promoção, 1961.

⁹⁷ MATA-MACHADO, Bernardo Novais. *Historia do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991; GRISOTTO, Rosely Fontes. *A luta pela terra no noroeste mineiro: a experiência em Paracatu – MG (1985-2000)*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Viçosa, 2003, p. 21.

⁹⁸ VENANCIO, Renato Pinto. “Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII”. *Lócus: revista de história*. Juiz de Fora, vol. 4, n.1, 1998, p. 81-92; CARRARA, Ângelo Alves. “Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros”. *Varia história*, jul./dez, vol. 23, n.38, 2007, p.574-596. Mafalda P. Zemella afirma que “lançado o

paulatinamente o noroeste mineiro foi ocupado pelas fazendas de gado vacum e cavalari e as atividades agropastoris começaram a se desenvolver, foi necessária a descoberta do ouro no início do século XVIII para que o povoamento deixasse de ser rarefeito. Assim, no cultivo da terra, ao som dos mugidos do gado e no desejo de se ver o brilho do ouro, a região foi sendo povoada.

Ainda que seja certo que o alvará da criação da Vila do Paracatu do Príncipe tenha sido assinado pela rainha de Portugal, D. Maria I, em 20 de outubro de 1798 (Biblioteca Nacional, Alvará Régio de 20 de outubro de 1798) e que o nome da vila tenha sido uma homenagem ao herdeiro do trono português que, mais tarde, se transferiria para o Brasil com toda a família real, o povoamento daquelas terras se deu bem antes, já nas primeiras décadas do século XVIII, e ao longo do tempo o lugar mudou de nome algumas vezes. Até o ano de 1744, o povoado era conhecido como Arraial dos Caldeiras. A partir dessa data e já na condição de distrito, passou a ser chamado de Arraial de São Luiz e de Sant'Anna das Minas do Paracatu. Como se verá, o extensivo "Minas de Paracatu" aos nomes dos santos nada tinha de aleatório. Em 1798, recebeu o nome de Vila do Paracatu do Príncipe e, finalmente, em 1840, a cidade passou a ser chamada pelo diminuto Paracatu, chamamento que se estende até os dias atuais. Discute-se se foi a palavra *Paracatu*, *Pyracatu* ou *Piracatu* que deu origem ao nome do lugar. Sant-Hilaire considera que Paracatu era a princípio Piracatu. Baseando-se nas informações de Saint-Hilaire, Afonso Arinos entende que Piracatu era o nome original, assim como Batista Caetano, que acreditava que Paracatu era uma corruptela de Piracatu. Oliveira Mello (2002) observa que a grafia Paracatu surge pela primeira vez no testamento de um dos primeiros bandeirantes que conheceu o lugar. De acordo com o autor, "em todas concessões de sesmaria na região, a grafia é sempre Paracatu (Oliveira Mello, 2002, p. 50). Paracatu: *para* pode significar "água" ("mar" ou "rio") e *catu* quer dizer "bom". Em outro registro, *pira* significa "peixe" e *catu*, como foi dito, "bom." Raimundo José da Cunha Matos recupera os escritos do Monsenhor J. S. A. Pizarro que observa: "A respeito do nome da comarca, vejo tanto nas leis como em escritos particulares chamarem-lhe já Paracatu, ou Piracatu, derivando-se, segundo dizem, aquele nome da palavra 'água' e este da palavra 'peixe'" (Cf. Pizarro, citado por Cunha Matos, [1837] 1981, vol. 1, p. 201). Neste trabalho utilizo a grafia *Paracatu* em razão das fontes primárias que consultei apresentarem a grafia desse modo.

grito da descoberta do ouro, desencadeou-se para os sertões das Gerais uma torrente imigratória que tem poucos paralelos na história da humanidade" (Zemella, 1990, p. 46).

Para evitar confusões, não se deve tomar a Vila do Paracatu do Príncipe, noroeste mineiro (atual Paracatu), pela Vila do Príncipe, no centro-nordeste mineiro (atual Serro)⁹⁹.

Segundo a narrativa do memorialista Rodrigo Otávio, que se debruçou sobre a vida de um dos primeiros habitantes do lugar, o contratador Felisberto Caldeira Brant, que lá viveu de 1743 a 1746, Paracatu tinha, nas lentes de Caldeira Brant, excelentes predicados: o clima era “ameno”, a “terra ubérrima” (fecunda), a “água piscosa” (na qual se verifica a abundância de peixes) e “o bosque abundante de caça e fruta”¹⁰⁰. Dessa observação, decorre que se, na perspectiva do contratador, aquela vila não fosse uma cópia bem acabada do paraíso, era algo de melhor, pois, além das excelentes condições climáticas e de terreno mencionadas, além de todas as riquezas naturais, ainda havia um predicado, não mencionado na passagem, mas que, sem dúvida, mais do que os outros, arrebatou os sentidos do contratador: as abundantes minas de ouro. Mas, por outro lado, como nem sempre os diferentes olhares percebem as mesmas coisas da mesma maneira e como nem sempre estão acordados ao se referirem a elas do mesmo modo, a versão do ouvidor Antônio Paulino Limpo de Abreu, que atuou em Paracatu de 1823 a 1826, vai a outra direção. Para ele, o clima daquela vila era “pouco salubre, grassando várias espécies de febre endêmicas em quase todos os períodos do ano” e o solo, ruim, era coberto por “lugares pantanosos”.

Seja como for, no ano de 1722, Thomaz Lago Medeiros, além de ter recebido a patente de Coronel do Paracatu, recebeu o direito de guardamoria e o privilégio de distribuição das terras da região. E, na década de 1720, já estava em curso uma progressiva e cada vez mais lucrativa mineração do ouro ao longo do Córrego Rico; tal atividade era realizada, vale notar, sem o conhecimento do governo, o que nesse caso implicava o encobrimento do pagamento de impostos à Coroa. Mas, como não foi possível guardar o segredo por muito tempo, pois as notícias corriam rápido demais, em 24 de janeiro de 1744, os contratadores Felisberto Caldeira Brant e José Rodrigues Fróis levaram ao conhecimento do Governador de Minas a “descoberta” de minas de ouro no arraial, revelação que ficou conhecida como *Manifesto Legal*¹⁰¹. A partir de então,

⁹⁹ OLIVEIRA MELLO, Antônio de. *As Minas Reveladas* (Paracatu no Tempo). 2ª ed. revista e ampliada. Paracatu: Ed. da Prefeitura Municipal, 2002; CUNHA MATOS, Raimundo José da. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais* (1837). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, v.1-2, 1981.

¹⁰⁰ Otavio, apud Oliveira Mello, 1990, p. 186. OLIVEIRA MELLO, Antônio de. *Memória Cultural: a cultura de Paracatu*. Belo Horizonte: Comissão Mineira de Folclore, 1990.

¹⁰¹ Reconhecida e oficializada a descoberta de ouro, algumas providências foram tomadas pelo Governo. Além da mudança do nome para Arraial de São Luiz e de Sant’Anna das Minas do Paracatu “[...] o governo de Portugal e o da capitania tomaram sérias providências, pondo guardas nos rios, serras e bocainas atravessadas pelas estradas que iam

passou a correr aos quatro ventos que tudo que ali reluzia era ouro ou, quando menos, pedras preciosas.

Segundo uma moradora da cidade: “No tempo antigo, o ouro no Paracatu era tanto que cegava a vista”¹⁰². Não obstante o possível exagero da expressão, muitas pessoas pareciam acreditar nisso e tomaram aquele rumo. Além do que, com a proibição da extração de diamantes no arraial do Tijuco, os exploradores que se viram expulsos de lá dirigiram-se para os descobertos do Paracatu¹⁰³. O povoado passou então a receber gente de todos os cantos das Minas Gerais e até de fora da capitania. Em um curto período de tempo, a cidade foi invadida por milhares de aventureiros e assim, sob o brilho do ouro e das pedras preciosas, o arraial cresceu vertiginosamente.

As mudanças na demografia do arraial devem ser percebidas dentro do expressivo quadro da empresa mineradora, pois, nos anos que se seguiram à oficialização da descoberta de ouro no Arraial de São Luiz e de Sant’Anna das Minas do Paracatu, ocorreu um aumento significativo da população, que se manteve nos trinta anos seguintes e que coincide com o período do auge minerador naquele local. “[...] nesse período (1752 – 1787) que as Minas de Paracatu mais produziram. Por muitos annos a moeda que corria ahi era ouro em pó”¹⁰⁴. Na abundância do ouro e no fervilhar das gentes, o Arraial de São Luiz e de Sant’Anna das Minas do Paracatu se tornou um chamariz. Desde os primeiros tempos de sua constituição, a Vila do Paracatu era conhecida como um lugar que abrigava ou que servia de passagem para homens “operosos e ávidos de fortuna”¹⁰⁵, ou, não muito diferente, “ativos e industriosos”¹⁰⁶; assim eram descritos os homens

ter às Minas de Paracatu, com o fim único de evitar o contrabando do imposto do Quinto do Ouro! Esses guardas distribuía patrulhas pelos caminhos, para revistar todos os viandantes, sem excepção de pessoa alguma”. (Revista do Archivo Publico Mineiro, fascículo III, p. 453, apud GONZAGA, 1910). GONZAGA, Olímpio. *Memória histórica de Paracatu*. Paracatu: edição do autor, 1910.

¹⁰² Expressão de Dona Lazi Galeano, 74 anos, moradora de Paracatu. Dona Lazi é filha de um antigo explorador do Morro do Ouro. Entrevista realizada em janeiro de 2008. Local da entrevista: casa de Dona Lazi, centro de Paracatu. Qualidade do registro: á pedido da informante, “mineira desconfiada”, como ela própria se classificava, a entrevista não foi gravada. As informações que foram passadas durante a entrevista encontram-se anotadas no meu caderno de campo.

¹⁰³ Para um maior desenvolvimento do tema, ver: VASCONCELOS, Diogo. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1974.

¹⁰⁴ Cf. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, fascículo III, p. 453, apud Gonzaga, 1910.

¹⁰⁵ Caldeira, apud Otavio, 1921, p. 95-98.

¹⁰⁶ Abreu, apud Oliveira Mello, 1990, p. 18.

que lá viviam, que para lá iam e que de lá saíam. Não obstante, a vila abrigava também homens de fé. Sem excluir a importância dos cultos de matriz africana praticados pelos negros cativos, forros e livres no Paracatu¹⁰⁷, a maior parte dos habitantes da Vila – incluindo negros cativos, forros e livres – vivia sob a égide do catolicismo¹⁰⁸.

No tempo em que a Vila do Paracatu do Príncipe era um “chamariz”, criaram-se as primeiras benfeitorias: “surgiram ruas e largos. As primeiras ruas foram a Rua Direita, a Rua Goiás e a Rua do Ávila”¹⁰⁹. As narrativas dos viajantes podem incitar a imaginação em relação a alguns aspectos da Vila do Paracatu do Príncipe no período em torno ao nascimento de Antonio. Até mesmo os relatos de Manuel Aires de Casal podem servir para aguçar a imaginação: “ruas direitas e calçadas; uma igreja matriz dedicada a Santo Antonio da Manga; três ermidas de Nossa Senhora com as invocações da Abadia, Amparo e Rosário, outra de Sant’ Ana, e duas boas fontes. (...) As casas são térreas e feitas de madeira”.¹¹⁰ Assim como os relatos de Rodrigo Otávio: “Em torno das casas feitas para habitação da família, outras e mais outras foram sendo construídas por escravos e agregados, e, ao longo das correntes de água, viam-se a espaços, as cobertas de sapê para o descanso dos mineradores”¹¹¹. A construção da imagem de Paracatu pode ser verificada na narrativa de Saint-Hilaire:

Existe em Paracatu apenas uma praça pública, de traçado mais ou menos triangular, nela desembocando a Rua Direita, uma das principais da cidade. É no final dessa praça que foi erguida a Igreja de Sant’ Ana, a mais antiga de

¹⁰⁷ Como o ritual *Acotundá* ou *Dança de Tunda*, por exemplo. Fala-se em “protocantoblé” proveniente da cultura courana. Ver: MOTT, Luiz. “Acotundá: raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro”. In: *Anais do Museu Paulista*, nova série, volume XXXI, São Paulo, 1986, p. 124-147; MOTT, Luiz. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. In: *Historia da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda., 1997, p. 155-220.

¹⁰⁸ A capela de Sant’Anna, a mais antiga do povoado, teve a sua construção iniciada por volta de 1730; já a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), foi construída com a chegada das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Paracatu, assim como em vários estados do país, em 1744. A Igreja Matriz de Santo Antonio funcionava como igreja paróquial desde 1750.

¹⁰⁹ Oliveira Mello, 2000, p. 46.

¹¹⁰ Casal, 1976, p. 177-178, apud Oliveira Mello, 1990, p.164. Grifo meu. Ainda hoje, um dos pontos turísticos mais visitados no centro histórico da cidade é o *Chafariz da Traianna* e o *Beco do Chafariz*.

¹¹¹ Otávio, 1921, p. 95-98, apud Oliveira Mello, 1990, p.186.

Paracatu. Além dessa, que já está em ruínas, há quatro outras, todas feitas de barro. A Igreja paroquial, dedicada a Santo Antônio, é ornamentada com bom gosto. Depois desta, a do Rosário, que foi construída à custa do trabalho escravo, é a maior e a mais bem ornamentada. Dois chafarizes fornecem água aos habitantes da cidade, mas nenhum deles tem ornamento. A casa da câmara é um sobrado quadrangular, cujo andar térreo serve de prisão, segundo o costume na província. Vê-se em Paracatu um número considerável de botequins [...] ¹¹².

Percebida em seu “aspecto alegre e aprazível” pelo naturalista e botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, mas descrita como uma “vila medíocre e famosa” pelo padre português Manuel Aires de Casal, que além do ofício religioso publicou, pela primeira vez, a carta que o escrivão Pero Vaz de Caminha escreveu ao rei D. Manuel e se dedicou aos estudos da geografia, da história e da paisagem brasileira ¹¹³, o fato é que aquela Vila não passava despercebida aos olhos dos viajantes ou de quem quer que fosse. E mesmo que o padre Manuel Aires de Casal tenha qualificado a Vila de Paracatu como “medíocre”, assim como fez com outras vilas mineiras como Caeté, Pitangui, Araxá e Santa Luzia (GO), a Vila do Paracatu foi a única que mereceu em seus escritos sobre vilas o adjetivo de “famosa”.

Os efeitos econômicos do esgotamento da produção aurífera na Vila ¹¹⁴ já estavam sendo relativamente superados com o fortalecimento das atividades agro-pastoris que vinham se desenvolvendo. A economia local se diversificara, pois, desde a oficialização da descoberta do ouro, a Vila encontrava-se na rota das cidades mais importantes do comércio mercantil. Havia um quadro muito variado das relações mercantis que se desenvolviam no interior de Minas Gerais, assim como variados eram os produtos que de lá saíam: desde os derivados da cana-de-açúcar, como a cachaça e a rapadura, passando por uma grande quantidade de gado e seus subprodutos, como a carne seca e o sabão, até mesmo outros produtos mais específicos, como o fumo, peixes,

¹¹² SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1944, p. 144.

¹¹³ Casal, 1976, apud Oliveira Mello, 1990, p.164.

¹¹⁴ Laura de Mello e Souza (1986) justifica o declínio das minas pelo argumento de que a mineração produz riqueza, mas uma riqueza provisória, onde as disposições da sorte e do acaso falam mais alto do que as de um trabalho regular.

etc. Dos “produtos” que recebiam, havia o chumbo, as ferramentas, as armas, os escravos e várias outras mercâncias¹¹⁵.

Falar na entrada e saída dos produtos na Comarca do Paracatu no início do século XIX implica considerar o negócio com tropas. As tropas de burros e mulas ligavam as regiões do país que se encontravam distantes umas das outras. Se, devido ao traçado das estradas e à precariedade de sua conservação, a besta de carga havia se tornado o único meio possível de trânsito, o intenso trânsito fez com que os tropeiros fossem responsáveis pela implantação e localização de estradas e cidades ao longo dos séculos XVII e XVIII. Nas cercanias do Paracatu não era diferente, pois os vários tropeiros que por lá transitavam faziam do negócio com tropas uma fonte de ganho e acumulação de capital. Pelas ruas da vila podiam ser vistos muitos tropeiros. O Beco dos Tropeiros (atualmente conhecido como Travessa dos Tropeiros), que passava pela esquina do Beco do Cisco em direção à Rua da Praça, concentrava suas pausas e o reinício de suas marchas. O vai-e-vem de tropas no Beco dos Tropeiros, além de conferir um certo dinamismo à vila, emprestava-lhe um diferente colorido. E foi justamente num desses vai-e-vens de tropas que o tropeiro Custodio apeou na Vila do Paracatu do Príncipe e finalmente conheceu e, de alguma maneira, coloriu a vida de seu filho.

O encontro com o pai e a travessia

Se tardio foi o encontro entre Custodio e Cesarino, isso não era todavia algo incomum naquele tempo. Primeiro porque nas Minas Gerais daquele período reinava um certo tipo de “individualismo” devido aos trabalhos a que os homens livres se dedicavam. Os homens livres, na maioria das vezes, se dedicavam a um trabalho aventureiro, precário e sujeito às mudanças, o que os levava a renunciar, ainda que eventualmente, ao convívio cotidiano com os seus parentes, pois eram obrigados com regular frequência a mudar de local. Daí decorria que “grande parte das crianças, sobretudo na primeira infância, tinha apenas contato com suas mães e com outras mulheres, isso acontecia não somente com os filhos dos escravos, mas inclusive com os filhos de

¹¹⁵ CHAVES, Claudia. *Perfeitos negociantes: Mercadores nas Minas Setecentistas*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

homens livres (...)”¹¹⁶.

Em segundo lugar, há que se considerar que a lida com tropas era uma atividade que exigia *tempo*, um tempo o mais das vezes significativamente longo para que fossem cumpridas todas as etapas e incursões que aquele tipo de trabalho exigia: escolher os animais, arregimentá-los, conduzi-los por caminhos tão difíceis quanto longínquos, e, enfim, negociá-los. Frequentemente, a cada fase do processo, em cada nova paragem, novos negócios se imbricavam anteriores, obrigando o tropeiro a percorrer mais léguas. Com efeito, a lida com tropas era uma atividade que podia levar mais do que semanas ou meses, podia levar anos. Está se falando de uma laboração morosa. Assim, não deve causar surpresa o fato de que, neste registro, correram-se anos até que Custodio fosse a ter com Antonio. Tanto quanto a ambição e um relativo prestígio, apresentavam-se como possíveis qualificativos a se increverem na figura do tropeiro, a morosidade e o incessante alcance de novas léguas, marcas que se associavam às condições de seu trabalho. E o tardio encontro entre pai e filho, uma vez que o pequeno Antonio só o conheceu quando tinha onze anos de idade, deve ter ocorrido, contadas as coisas, por volta do ano de 1818.

Finalmente pai e filho olharam-se pela primeira vez. De um lado, um moleque na casa de seus 11 anos, um tanto ativo, de olhos grandes, que sabia ler, escrever e contar. De outro lado, um homem de rija têmpera, experimentado pelas muitas feitas sertão a fora, acostumado a tratar com meios e pessoas variadas, a lidar com diferentes tipos de situações e supostamente informado de um predicado que poderia levar alguém a ter êxito na vida. Naquele primeiro encontro, pai e filho olharam-se, um tanto prosearam e, minimamente, conheceram-se. Custodio tomou conhecimento do especial predicado já disposto em seu filho: o menino era letrado. E foi nesse registro que o tropeiro manifestou um de seus mais acalentados sonhos: “queria que o filho fosse alguém”¹¹⁷.

Sem demora, Custodio resolveu o que faria para que seu sonho fosse realizado: ele e o filho haveriam de deixar a já decante Vila do Paracatu do Príncipe e tomariam o rumo da promissora Vila de São Carlos. Ao filho com potencial cabia uma cidade promissora. Esse é o viés que organiza e dá sentido à mundança de cidade que fizeram.

¹¹⁶ SCARANO, Julita. “Criança esquecida das Minas Gerais”. In: Mary Del Priore (org.). *História das crianças no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111.

¹¹⁷ CMU, FAFJ, Série Recortes de Jornais. *O Tempo* (jornal), dezembro de 1952/janeiro de 1953. Reportagem publicada a propósito da formatura do bisneto de Cesarino, Antonio Ferreira Cesarino Júnior, na Faculdade Paulista de Medicina no ano de 1952. A reportagem recupera parte da história dos ascendentes do formando.

Na cadência da tropa, pai e filho deixaram os morros do Paracatu para trás e tomaram o rumo das terras paulistas. As informações seguintes dão conta dessa travessia. Para que minimamente se delineiem alguns episódios que cercaram aquela viagem, é necessário mostrar as condições e o contexto que a conformavam. De início, é necessário considerar que a marcha das tropas não se dava de maneira ininterrupta. Ao longo dos caminhos, as tropas tinham suas paradas para descanso e não era incomum encontrarem um pouso e um estabelecimento destinado ao abastecimento das caravanas. Observe-se que não eram apenas nas áreas mais exploradas que tais postos eram frequentes, mas, diziam os viajantes: “não se vence um quarto de légua sem encontrar uma venda e um rancho”¹¹⁸. Muito provavelmente Cesarino e Custodio fizeram várias e necessárias paradas ao longo da travessia.

Havia quatro tipos de pousos encontrados nas estradas brasileiras: o rancho, a venda, a estalagem e a fazenda. Sabe-se que o feitiço do rancho era bem simples e mais ou menos igual por todos os caminhos: barracão erguido sob pilares, aberto dos lados, construído para abrigar os animais e seus condutores. Variavam apenas em tamanho, limpeza e solidez e eram, comumente, dependentes das vendas. Frequentemente havia reclamações dos tropeiros a respeito do abuso de seus hospedeiros de beira de estrada, fato que não causa surpresa quando se tem em conta que o vendeiro tinha um objetivo de vida exatamente igual ao do tropeiro: enriquecer¹¹⁹. Em alguns desses pousos, pai e filho pararam, adquiriam alimentos e pernoitaram e, se houve reclamações da parte de Custodio, o que pode ter sido bem possível ao se considerar o gênio forte daquele tropeiro, como veremos logo adiante, e o sempre presente objetivo de ganhar e juntar dinheiro, foram elas feitas não muito longe dos olhos e ouvidos de Cesarino.

As vendas maiores ofereciam variados tipos de mercadorias: alimentos, fazendas, quinquilharias¹²⁰. Nas vendas menores, vendia-se o milho para alimentar os animais da caravana e, para o sustento dos homens, vendia-se refeição de feijão, farinha e carne seca¹²¹. Talvez tenha sido mesmo essa carne-seca ou, como diriam aqueles tropeiros, o “xarque”, encontrado pelas

¹¹⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo*. Tradução e introdução de Afonso de E. Taunay. Col. Biblioteca História Paulista, Vol. VI, 2ª ed., São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954, p. 122.

¹¹⁹ ZALUAR, Augusto E. *Peregrinação pela Província de São Paulo 1860-61*. São Paulo: Cultura, 1943.

¹²⁰ Selys-Longchamps, 1875, apud FRANCO, 1997, p. 73.

¹²¹ Walsh, 1830, apud FRANCO, 1997, p. 73.

vendas dos caminhos em que a tropa percorreu, que ocasionou para Cesarino as situações pouco lisonjeiras edoloridas naquela travessia. Vejamos:

Deram-se dois episódios curiosos – o farnel [provisões alimentícias da tropa] consistia em gordo xarque que revolucionou os intestinos do pequeno [Antonio] e deixou em triste estado o único capotinho de beatão que trazia; ainda por circunstancia intestinal, meteu-se numa tapera, perdeu-se do pai que lhe applicou um remédio heróico – desancou-o com um feixe de varas de marmelo do campo [...] ¹²².

Sofrendo de problemas intestinais e tendo levado uma coça do pai, Cesarino seguiu viagem. E por falar em coça, essa não foi a única vez que Cesarino foi surrado pelo pai: já na Vila de São Carlos, “onde o pequeno chuchou mais lambadas por causa dos bichos que lhe frequentavam os pés!” ¹²³. Também houve uma vez em que o moleque Cesarino “perdeu uma trouxa à beira de um córrego onde fora beber agua. Castigo prompto e supostamente pensado pelo pai como exemplar. O velho tirou o cabeçote da sella um enorme guarda-chuva e dahi a pouco uma chuva de lambadas correu ao fio do lombo do pequeno!” ¹²⁴. Mais uma dentre as inúmeras coças que o rapazinho levou do pai. Décadas mais tarde, um jornalista chamou Custodio de “irascível”. Mas seria mesmo aquele tropeiro um homem tão irritável que não podia dominar a ira? Estaria o jornalista com razão ao chamá-lo de “irascível”?

Tudo faz crer que o comportamento de Custodio estava em acordo com os valores em voga naquele início de século. Pelos sertões da Colônia, valores como honra, coragem, valentia estavam inscritos nos comportamentos dos homens que a percorriam. Tais valores encontravam-se comumente alimentados por uma trama de sentimentos variados: medo, ressentimento, ódio, desejo de vingança. Havia um “código do sertão”, sob o qual se cingiam alguns padrões de comportamento e, nesse registro, a violência aparecia incorporada com alguma regularidade às formas de ajustamentos. O trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco vai nessa linha quando a autora considera que: “A emergência desse código que sancionou a violência prende-se às

¹²² CMU, FJB, série 10-Personagens, “C”, P316, fl. 3.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Ibidem.

próprias condições de constituição e desenvolvimento da sociedade de homens livres e pobres”¹²⁵. Nessa perspectiva, a incidência regular e a institucionalização das manifestações de violência encontram-se integradas à cultura no nível de regulamentação normativa das relações sociais. Quando a violência é incorporada como legítima pela moralidade, ela mesma se torna um imperativo e passa a orientar a conduta de vários setores da vida social¹²⁶. Os tropeiros “pertenciam a uma classe de gente das mais moralizadas”¹²⁷. De todo modo, os “conflitos de família”, além de não escaparem a esses imperativos, produziam eles mesmos formas de sociabilidades específicas.

Em relação ao castigo físico aplicado aos filhos, Mary Del Priore afirma que no Brasil colonial/imperial a “correção era vista como uma forma de amor¹²⁸, e o amor de pai inspirava-se em um ditado religioso que dizia que amar “é castigar e dar trabalhos nesta vida”. Ainda inspirados pelo divino, os pais prestavam muita atenção nas palavras de um Padre que disse, ainda no Brasil do século XVI, que os vícios e pecados, mesmo aqueles cometidos pelas crianças, deveriam ser combatidos com “açoites e castigos”¹²⁹. Com efeito, um pai sorrir, bater, castigar, “chuchar lambadas” em um filho não era coisa estranha à sociedade da época. Assim me parece que o fato em si, a experiência histórica, e a narrativa do jornalista construída sobre o fato se diferenciam. Provavelmente não é pelas muitas coças que Custódio aplicou em Cesarino que ele deve ser tomado como “irascível”, como apregoa o jornalista. Naquele tempo, os açoites e castigos aplicados a um filho faziam de um pai um bom pai, não um irascível. Se Custódio teve a virulência na crista – e até acredito que ele tenha tido mesmo por força do seu ofício, do tipo de atividade que desenvolvia, inserido no mundo dos chamados *homens de grosso trato*¹³⁰ – isso não se confunde com uma ira incontrolada dirigida ao filho.

¹²⁵ FRANCO, op. cit., 1997, p. 60.

¹²⁶ FRANCO, op. cit., 1997, p. 60

¹²⁷ ALMEIDA, Aluísio de. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo: Editora Martins, 1971, p. 73.

¹²⁸ DEL PRIORE, Mary. “O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.), *História das Crianças no Brasil*. 5ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 97.

¹²⁹ José de Anchieta, 1564, p. 504, apud DEL PRIORE, op. cit., 2006, p. 97, nota 30.

¹³⁰ Expressão utilizada do artigo de João Fragoso, “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra no Rio de Janeiro (1600-1750). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro et alli (orgs.), *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 33-120.

E é interessante notar que a virulência que aparentemente revestia o comportamento de Custodio não pôde ser observada no comportamento de seu filho, mesmo nas tensas situações que experimentara. Como na vez em que Cesarino, já adulto, regressava de uma viagem a Curitiba onde fora mascatear, “quando no caminho teve uma *duvida* com o camarada; os cargueiros puzeram-se em desordem; a duvida aumentou e *azedou-se*; Cezarino pôz-se a escovar uma garucha, e à medida que a escovava, crescia-lhe o medo de atirar, a ponto que o camarada foi-se muito socegado, deixando-o...”¹³¹. Senão de todo manso, haja vista que se pôs a “escovar uma garrucha”, dando a entender que sim, conhecia do código do sertão; porém um pouco “medroso”, pensaram alguns, pois não se valeu do mesmo código quando a situação supostamente assim exigira; o fato é que Cesarino não incorporou a violência como forma de ajustamento social. Sua coragem pessoal não foi percebida na ponta de uma faca, no cabo de uma foice e, muito menos, como vimos, no cano da garrucha¹³². Mas voltemos àquela travessia, pois ela já estava quase chegando ao fim.

Na cadência da tropa, iam pai e filho completando o caminho. “Apesar de penosos, apesar de longos”, imagine o leitor, “os caminhos paulistas de penetração nas Gerais (...) eram caminhos cheios de vida, cheios de movimento” percorridos por levas de forasteiros e tropas de mercadores¹³³. Em meio aos animais e negociantes, tendo por pouso ranchos simples e compartilhados com os outros condutores, vendo o pai comprando o milho para alimentar os animais e o feijão, a farinha e a carne-seca que lhes serviriam de refeição, observando o tropeiro nas reclamações com os vendeiros e nas negociações com outros homens, senão fazendo suas peraltices de menino, apenas se comportando como um menino, levando muitas varadas de marmelo no lombo, vencendo léguas, olhando para os novos horizontes; assim, Cesarino ia cumprindo aquela viagem, até que enfim, a tropa, o pai e ele alcançaram e puderam ver as terras da Vila de São Carlos.

¹³¹ CMU, FJB, série 10, Personagens, “C”, P316, fl. 4. Grifo presente no documento.

¹³² Não importa muito, aqui, saber se as coças que levou do pai fizeram com que ele, por um lado, se “emendasse”, “tomasse jeito” ou que, por outro, odiasse-as, renegasse-as, a ponto de não as utilizar. O que se argumenta, nesse momento, é que se valentia, raiva, rixas e agressões faziam parte do universo que o conformava, Cesarino pôde, todavia, ultrapassá-lo por força de outra ordem de valores que veio a incorporar: a aquisição de instrução, a amenidade no trato e as negociações em vários níveis, valores que incorporara em sua vida adulta.

¹³³ ZEMELLA, Mafalda P. “O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII”. Coleção Estudos Históricos. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1990, p. 56.

Conhecidos os traços mais gerais das condições e de alguns eventos que circundaram a viagem que pai e filho fizeram de Paracatu para a Vila de São Carlos, convém agora situar os principais aspectos da constituição da vila paulista para onde Cesarino se dirigia. O objetivo é mostrar os elementos mais importantes que moldaram a nova terra e que, de algum modo, influenciaram nas condições que cercaram sua chegada. O que levou a Vila de São Carlos a ser como era por ocasião da chegada? Para onde pai e filho se dirigiram quando chegaram à nova vila? Como Cesarino ganhou a vida? São essas as questões que procuraremos responder no próximo capítulo.

Capítulo II – Das condições de vida e das atividades profissionais

Este capítulo tem por objetivo principal tornar familiar ao leitor a trajetória profissional de Antonio Ferreira Cesarino na Vila de São Carlos. Em primeiro lugar, serão indicados os aspectos da localidade. Em seguida, como parte mais significativa deste capítulo, será mostrada a incorporação de Cesarino como agregado à propriedade de um importante fazendeiro da vila. A situação de agregação será examinada tendo por referência a literatura acadêmica sobre esse tema. Não obstante, as experiências de Cesarino como agregado serão interrogadas à luz de algumas personagens da obra de Machado de Assis. Prosseguindo no traçado da trajetória profissional do nosso personagem, será abordada a criação do Colégio Perseverança, esse estabelecimento de ensino fundado por ele e conduzido por sua família.

Os prelúdios da constituição da região conhecida atualmente como cidade de Campinas se vinculam ao conflito entre paulistas e adventícios pela posse das minas de ouro na região do rio das Velhas, atual estado de Minas Gerais, e a busca por novas minas na região do atual estado de Goiás. É no ponto de articulação desses dois eventos (conflito em Minas Gerais e a procura de novas minas de ouro em Goiás) que se situa a abertura, em 1722, de uma rota bandeirante conhecida como “estrada de Goias”, ligando São Paulo às minas de Goiás¹³⁴. Partindo de São Paulo, a estrada de Goias “seguia em direção ao Norte, margeando, a Leste, a encosta da serra da Mantiqueira, atravessando os atuais municípios de Jundiaí, Mogi-Guaçu, Casa Branca e Franca, entre outros, até o município de Uberaba, de onde defletia a Oeste, atingindo a região das minas de Goiás”¹³⁵.

Se de São Paulo até Jundiaí, a região era coberta por campos, em Jundiaí tinha início uma densa floresta que ia até a região de Mogi, onde recomeçavam novamente os campos. Ao termo

¹³⁴ Note-se que não foi somente o conflito com os adventícios que levou paulistas a buscar novas minas. Alie-se a isso o crescimento do controle do fisco pela coroa na região mineira.

¹³⁵ ROSSETTO, Pedro Francisco. *A cidade do curto século vinte: uma história social do advento e difusão do padrão de casa urbana isolada no lote em Campinas como história da síntese (1917-1927) de um novo padrão de cidade*. 2006. 273f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos Sociais) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 143.

da vila de Jundiaí pertencia toda essa extensão de mata cerrada e, por essa razão, a extensão foi chamada “mato grosso de Jundiaí”. A floresta cerrada não favorecia o crescimento de pastagens que serviriam à alimentação das tropas de mulas que se encontravam em marcha. Por isso, ao longo do percurso, em meio ao mato grosso, abriam-se clareiras, campinhos, campinas. Por isso o antigo nome de “Campinas do Mato Grosso”.

Em novembro de 1728, foi concedida a primeira sesmaria a Antônio da Cunha Abreu. Mas esse influente homem nunca habitou a sesmaria que lhe fora concedida, pois estava interessado apenas – tanto nessa como em outras terras que lhe pertenciam - na exploração dos pousos¹³⁶. Desse ângulo, acentuam-se as observações de que a região de Campinas teria sido aquela em que mais houve disputa pela exploração de pousos e vendas e, por conta disso, houve um maior número desses estabelecimentos pelo caminho.

Em seus marcos cronológicos, até 1767, a localidade ainda era conhecida como bairro rural de Jundiaí, chamado Campinas do Mato Grosso. Em 1774, foi fundada a primeira igreja e a localidade alcançou a condição de freguesia, com a designação de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, em homenagem à santa padroeira. “Venceram-se alfin os obstáculos, e em setembro de 1774 foi a paróquia inaugurada, e a pia levantada, havendo missa cantada com benzimento da matriz provisória ereta no lugar onde hoje se acha a cadeia, visto que não fora possível de, com tempo, concluir o edifício que devia ficar definitivamente servindo”¹³⁷.

Em 1797, tornou-se Vila de São Carlos, em homenagem à filha recém nascida de Dom João e Dona Carlota Joaquina. A vila alcançou o *status* de cidade de Campinas em 1842, designação que chega aos dias atuais. Nessa localidade, passavam muitas tropas indo ou voltando de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As tropas que ali chegavam tinham por objetivo transportar o açúcar dos engenhos para o porto de Santos e, na volta de Santos, traziam produtos importados para abastecer a crescente demanda no comércio local. No último quartel do século XVIII, já era grande o número dos engenhos de cana. No limiar do século XIX, a localidade já

¹³⁶ Segundo Rossetto, isso fica evidente ao se observar a resolução na qual o capitão-general Antônio Luís de Távora determina que “caso alterados os trajetos da estrada, o referido donatário teria automaticamente preferência sobre as terras às margens dos novos trajetos” (ROSSETTO, op. cit., 2006, 145).

¹³⁷ DAUNT, Ricardo Gumbleton. “Reminiscências do distrito de Campinas em bairro, freguesia e vila”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*. Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Volume XL, 1941 [1904], p. 328.

possuía os bairros de Anhumas, Boa Vista, Campo Grande, Capivari, Dois Córregos, Ponte Alta e Atibaia¹³⁸.

O crescimento demográfico foi considerável. Se no ano de 1767 a localidade contava com uma população de 268 pessoas, em 1798 já possuía uma população de pouco mais de 2.500 pessoas, entre livres e escravos¹³⁹. Nos anos subsequentes, o crescimento populacional foi se acentuando: em 1817 eram 5.963 os seus habitantes e em 1829, totalizavam 8.395 pessoas¹⁴⁰. A expansão da lavoura canavieira atraiu as pessoas de condição livre como também incentivou a entrada maciça de cativos na região. Assim, o aumento da população cativa também foi expressivo. Robert Slenes (1998) afirma que: “Açúcar e escravidão rapidamente tornaram-se praticamente ‘sinônimos’ em Campinas e o crescimento da população cativa foi explosivo: em torno de 18% ao ano entre 1789 e 1801, e 5% ao ano entre 1801 e 1829”¹⁴¹. No ano de 1800, contavam-se 1.050 escravos na vila, os quais representavam 29% da população total. No ano de 1817, foram contados 2.461 escravos, representando 41,3% do número geral de habitantes. Em 1829, os 4.761 escravos correspondiam a 56,7% da população total¹⁴².

A localidade tornara-se o destino dos investimentos dos chamados “homens de posição de São Paulo”, aqueles senhores que haviam comprado terras ou tirado sesmarias mas que confiavam o cultivo das terras aos sócios ou administradores. Com efeito, a importância e o crescimento da freguesia forçaram o governo a conceder a sua elevação aos foros de vila. Com o *status* de vila, o governo foi forçado também a observar a Real Provisão (de 21 de abril de 1739), para que uma localidade desse porte tivesse seu próprio capitão-mor e os demais oficiais de Ordenanças¹⁴³. O episódio do preenchimento do primeiro posto de capitão-mor na Vila de São

¹³⁸ MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP, 1996, p. 91.

¹³⁹ Cf. TEIXEIRA, Paulo Eduardo. “Aspectos da reprodução populacional de Campinas. A fecundidade e a mortalidade da população livre (1774-1850)”. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, setembro, 2010, p. 1.

¹⁴⁰ MARTINS, op. cit., 1996, p. 32.

¹⁴¹ SLENES, Robert. “A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX”. In: *População e Família*, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./jun. 1998, p. 17.

¹⁴² MARTINS, op. cit., 1996, p. 32.

¹⁴³ Os postos de Ordenanças com patente mais alta eram: capitão-mor, sargento-mor, capitão. Os oficiais inferiores eram os alferes, sargentos, furriéis, cabos-de-esquadra, porta-estandartes e tambor. Cf. PEREIRA FILHO, Jorge da

Carlos pode ser considerado como um dos maiores entreveros políticos de que se tem notícia na história da Capitania, e o resultado daquela disputa curiosamente se relaciona, em alguma medida, com o nosso Cesarino.

Corriam os primeiros anos da elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas em Vila de São Carlos, quando o Governador e Capitão-General Antonio José de Franca e Horta, que havia tomado posse em 10 de dezembro de 1802, representando a figura do rei, ordenou que a vila preenchesse o importante posto de capitão-mor. A escolha deveria funcionar da seguinte forma: a Câmara da vila, composta por um conselho de “homens bons”, deveria enviar para Franca e Horta o nome de três candidatos em uma lista, a qual Franca e Horta, por conseguinte, escolheria o nome de sua preferência. Acontece que, mesmo antes de a lista ter sido organizada, o capitão-general já tinha em mente um preferido: o sargento-mor Raimundo Alves dos Santos Prado Leme, que além de ter convivido desde moço com os capitães-gerais e com a “melhor sociedade da capital”, era “oriundo de uma nobre família dos Algarves, e pertencente a vários troncos de apurada nobreza da capitania”, era amigo pessoal do capitão-general. Assim, era desejo do capitão-general que o conselho elegeisse Raimundo Alves dos Santos Prado Leme para a lista, a fim de que pudesse finalmente escolhê-lo para o posto de capitão-mor. Mas, como “com tal desejo, porém, não se importaram os distintos cidadãos que compareceram à Câmara”, e devido também à popularidade e influência de uma família na vila, a família Teixeira Nogueira, entra em cena como candidato da lista o “muito inteligente e empreendedor” capitão Filipe Neri Teixeira, acompanhado dos nomes de outros dois candidatos de menor expressão. Raimundo Alves dos Santos Prado Leme estava fora da lista. Lista feita, lista enviada. E negada. Enraivecido, Franca e Horta anulou a proposta e ordenou que uma nova lista fosse feita. E assim os conselheiros fizeram, mas sempre mantendo o nome do capitão Filipe e sempre excluindo o nome do sargento Raimundo.

Este jogo de troca de anulações e de novas propostas entre o capitão-general e os conselheiros da Câmara da Vila de São Carlos continuou perdurando por um bom tempo, até Franca e Horta resolver, finalmente, pôr fim ao conflito “mandando presos para a barra de Santos” todos os conselheiros da Câmara e aceitando, dos novos conselheiros, uma lista que não continha o nome nem de Filipe, nem de Raimundo. E desta última lista, Franca e Horta

Cunha. “Tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX”. In: *Boletim do Projeto: Pesquisa Genealógica Sobre as Origens da Família Cunha Pereira*. Ano 03, nº. 12, 01/mar/1998, p. 5-9.

finalmente escolheu para capitão-mor da Vila de São Carlos, o capitão que fez ordenanças em (Santana do) Parnaíba, João Francisco de Andrade, doravante, Capitão-Mor João Francisco de Andrade¹⁴⁴.

Após ser empossado como Capitão-Mor¹⁴⁵ da vila em 18 de fevereiro de 1804, *o senhor de terras e de homens* João Francisco de Andrade sedimenta seu poder político na região, confirma seu lastro de influência na vila, dá prosseguimento à exploração lucrativa de suas terras e, no ponto que interessa, anos mais tarde, em 1814, recebe Cesarino em suas terras. Quase duas décadas após o conturbado pleito, Cesarino passa a viver justamente na propriedade desse ainda poderoso capitão-mor¹⁴⁶.

Há divergências na fonte no que se refere ao destino de pai e filho ao chegarem a Vila de São Carlos. Uma passagem diz que “chegaram pai e filho à fazenda do capitão Joaquim Teixeira, e dali seguiram para a fazenda do capitão João Franco de Andrade”¹⁴⁷ e em outra passagem lê-se que, quando chegaram à nova vila, o pai foi viver “como empregado de D. Maria de Arruda”. De toda forma, o que se salienta, é que ao chegar à nova vila, pai e filho se dirigiram para terras alheias.

Há que se sublinhar também o fato de que pai e filho não permaneceram juntos na mesma fazenda todo o tempo. Isso pode ser apreendido no seguinte trecho:

¹⁴⁴ Ver: DAUNT, Ricardo Gumbleton. Reminiscências do distrito de Campinas em bairro, freguesia e vila”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*. Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Volume XL, 2º semestre de 1941. De acordo com as informações de Daunt, essas informações constam: a) no Almanaque Literário de São Paulo, IV, 179-191, 1878 e V, 34-45, 1879; b) no Catálogo da 1ª Exposição Regional do Município de Campinas, dez., 1885) na Rev. Do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas, II, p. 122-134, 1904.

¹⁴⁵ O capitão-mor era responsável por fazer o recrutamento local e organizar militarmente a região. Sobre o termo a que se refere o pleito e a homenagem a João Francisco de Andrade, ver: FARJALLAT. Célia Siqueira. “O primeiro capitão mor de Campinas”. *Correio Popular*, Campinas, 16 jan., 1972 (Nossa terra e nossa gente). Ver documento em anexo à p. 174.

¹⁴⁶ Digo ainda poderoso considerando que foi “este João Francisco, a maior autoridade da Vila de S. Carlos durante longos vinte e quatro anos, isto é até 1828, quando o cargo foi extinto” (FARJALLAT, 1972).

¹⁴⁷ CMU, FJB, série 10-Personagens, “C”, P316, fl. 3.

Dahi a um anno [após chegarem a Vila de São Carlos], fallecia o irascivel velho [Custodio] na fazenda de Ângelo Custodio, ficando o Antonio aos 14 anos, orpham de pai e mãe, sob a proteção do capitão-mor¹⁴⁸.

Ou seja, nos últimos dias de vida, Custodio estava vivendo na fazenda de Ângelo Custodio, enquanto que Cesarino vivia nas terras do capitão-mor João Francisco de Andrade. A importância desse trecho se traduz por confirmar as ideias já enunciadas – a de que ao chegarem à vila, pai e filho se estabeleceram em fazendas de outrem, e a de que pai e filho não estiveram juntos na mesma fazenda por todo tempo.

Cingido por letras e números, deixando no passado as peraltices de menino e as muitas surras que levou, órfão de mãe e agora também de pai, Cesarino segue a vida nas lavras do capitão-mor. A fazenda se localizava à beira do rio Atibaia, no bairro da Ponte Alta. A respeito da casa de João Francisco de Andrade, o viajante Saint-Hilaire deixou algumas impressões:

A casa do capitão-mor, que era nova e muito bonita, mostrava que o seu proprietário era um homem de posses. As salas de visita e de jantar e os quartos que me foram mostrados tinham as paredes pintadas a óleo até meia altura, imitando mármore, e em seguida caiadas até o teto, ornando com gruirlandas de flores. Nessa época esse tipo de decoração, não de todo destituído de elegância, parecia bastante em uso entre os brasileiros ricos¹⁴⁹.

A construção descrita, diga-se de passagem, em muito se diferia daquelas narradas por Daunt, que “eram de frentes estreitas, uma porta e uma janela, ou quando muito, duas [...]”¹⁵⁰. Mas em muito se aproximava das estudadas por Áurea Pereira da Silva (2006) em seu trabalho sobre a produção arquitetônica rural de Campinas a partir do final do século XVIII e no século XIX. Observa a autora:

¹⁴⁸Idem.

¹⁴⁹Saint-Hilaire apud MARINS, Paulo César Garcez. “A vida cotidiana entre os paulistas: moradias, alimentação, indumentárias”. In: SETÚBAL, Maria Alice (Coord.). *Modos de vida dos paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. V.2

¹⁵⁰ DAUNT, op. cit., 1904 [1941], p. 331.

Por longas décadas do século XIX, a arquitetura cafeeira manteve-se vinculada à herança arquitetônica dos engenhos, revelada pela primazia das técnicas construtivas tradicionais e pela preferência por tipologias de casas assobradadas ou térreas, sempre organizadas em espaços internos segregados – salas sociais na frontaria, alcovas e quartos no centro, varanda (atual sala de jantar) nos fundos, e área de serviços no prolongo ou puxado. A recorrência dessa herança mostra, sem dúvida, a permanência de formas sociais profundamente arraigadas na cultura local¹⁵¹.

Como indiquei na Introdução deste trabalho, viviam nessa fazenda o capitão-mor e sua família, os escravos e os agregados. Em relação aos agregados, encontravam-se listados quatro: José da Costa Delgado, natural da Europa, 78 anos, solteiro, branco; seguido de Maria Joaquina do Espírito Santo, natural de Parnaíba, 59 anos, solteira, branca; Ana Custódia, natural da Vila de São Carlos, 11 anos, solteira, branca, e por fim, o já mencionado Antonio, natural de Paracatu, 14 anos, solteiro, pardo¹⁵².

A despeito das informações sobre o grupo de agregados que viviam naquele fogo, salta aos olhos sua dessemelhança, seja em função da naturalidade, uma vez que cada um dos listados nasceu em lugar diferente dos demais, seja em relação às idades, quando o grupo se divide entre aqueles que ultrapassaram a idade adulta (o quase octogenário europeu e a quase sexagenária de Parnaíba) e os que ainda não a atingiram (a menina e Antonio). O grupo também se divide quanto à cor: como “brancos” foram classificados a maior parte daquelas pessoas e como “pardo” foi classificado Antonio. Em comum apresentavam apenas o estado civil: solteiros.

Mas, afinal, que disposições entrariam em cena para que pessoas de distintas clivagens se dirigissem e fossem aceitos em terras alheias, como agregados?

¹⁵¹ SILVA, Áurea Pereira da. “Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX)”. In: *Anais do Museu Paulista* [online]. Vol. 14, 2006, p. 107-108.

¹⁵² AEL, LG/1822. No documento original lê-se: “Ant.on.^a1 de Paracatu, 14, S, P”.

Os agregados na literatura acadêmica

Katia Mattoso (1978) considera como agregados gradações de parentesco em relação aos chefes dos domicílios. Afirma a autora que frequentemente eram chamados de agregados os irmãos e irmãs e os parentes distantes dos chefes de domicílios, mas também os afilhados, as viúvas e as mães solteiras com filhos pequenos.

Embora a documentação disponível não determine que os agregados da fazenda do capitão-mor João Francisco de Andrade participavam, em primeiro ou segundo grau, da sua rede de parentesco, isso é razoável de se supor no caso, por exemplo, da agregada Maria Joaquina do Espírito Santo, que nasceu em Parnaíba, mesma localidade que o fazendeiro, e que por isso pode ter sido uma “parente” que o acompanhou na mudança para Campinas, ou que foi viver em sua fazenda algum tempo depois. Não obstante, poderia ter sido ela também uma viúva ou mesmo a mãe da menina Ana Custódia.

No caso do outro agregado, José da Costa Delgado, o parentesco com o fazendeiro também pode ser pensado, mesmo observando-se as diferenças quanto à localidade de seus nascimentos e quanto aos sobrenomes. Em perspectiva abrangente, Iraci Del Nero da Costa (1994), além de considerar os agregados àqueles indivíduos que mantinham como chefes desses domicílios um relacionamento de caráter pessoal, observa também que podiam ser aquelas pessoas que experimentaram importante mudança de *status*, em sua mais larga acepção. A partir dessa perspectiva, algumas possibilidades quanto ao *status* do velho agregado de origem européia se desenham: desuso, desfeitura ou mesmo inexistência de laços de relacionamento com parentes mais próximos; perda ou diminuição de patrimônio e avanço da idade. Assim, é possível pensar que o fazendeiro tenha acolhido esse parente distante, de origem européia, em idade já avançada e talvez empobrecido.

Em relação à hipótese de algum dos agregados ser afilhado do fazendeiro – mais especificamente, a menina e/ou Antonio, há que se notar que o apadrinhamento além de ser bastante comum no Brasil do século XIX, tinha um papel importante na configuração das relações sociais. Silvia Brugger (2005) expressa bem essa ideia:

O padrinho, segundo a própria doutrina católica, constituía-se em um segundo pai, [...] alguém com quem se dividia a paternidade [...]. [Dessa forma], nada mais "normal" do que a pretensão de que esta divisão pudesse ser feita com homens situados socialmente num patamar superior e que pudessem dispor de mais recursos - não só financeiros, mas também políticos e de prestígio - para o "cuidado" dos afilhados¹⁵³.

Que o fazendeiro em questão neste trabalho, o capitão-mor João Francisco de Andrade, desfrutava de prestígio social e poder político, já se sabe. Quanto aos recursos financeiros pode-se dizer que era um homem bastante rico. Ele e sua família se mudaram para a Vila de São Carlos no ano de 1803, e nas três décadas em que morou na vila, passou de agricultor com 14 escravos para senhor de engenho com aproximadamente 50 cativos. Em seu inventário sua fortuna foi calculada em 22:285\$026 reis¹⁵⁴. Para a os inventários da década de 1830, essa foi um das maiores quantias encontradas. Que ele poderia ter sido padrinho de pessoas tidas como socialmente inferiores, faz sentido considerar que dificilmente os padrinhos tinham uma posição social inferior a dos pais dos batizados, pois tratava-se de mais uma regra moldada costumeiramente no século XIX¹⁵⁵.

Deste modo, parece razoável pensar que o fazendeiro tenha sido padrinho da menina Ana Custodia. No caso de Antonio, isso parece ser um pouco mais difícil, haja vista que Antonio nascera na Vila do Paracatu e lá deve ter sido batizado e apadrinhado. Contudo, deve-se observar o "cuidado", do qual fala Silvia Brugger em linhas acima citadas, que um padrinho devotava ou era esperado que devotasse aos afilhados, e nesse escopo merece atenção o fato de que Antonio era, como vimos, protegido do fazendeiro. Senão afilhado do fazendeiro, fora Antonio Ferreira Cesarino, no mínimo, seu protegido.

Para Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) a ocupação da terra na região paulista, na forma de grande propriedade privada, e na expansão comercial, baseada no trabalho escravo,

¹⁵³ BRÜGGER, Silvia M. Jardim. "Compadrio e patriarcalismo". In: Encontro do Centro do Estudo do Oitocentos – CEO. São João Del Rei, maio 2005, p. 1.

¹⁵⁴ CMU, 1830, TJC, Inventários de Campinas, 3º. ofício, cx. 335, proc. 6630, João Francisco de Andrade.

¹⁵⁵ CONDE, Bruno Santos. "Relações de compadrio: meio de sociabilidade na Vitória do século XIX". In: Relatório CNPq, 2006, p. 18. <http://www.cchn.ufes.br/nudes/relatorios/15.pdf>. Acessado em: agosto de 2010.

teriam sido fatores determinantes para se pensar a conformação do processo que levaria pessoas a morarem em terra alheia. Como parte do mesmo processo, a persistência das economias de mercado e de subsistência em suas respectivas formações durante todo o século XIX em consonância com a relativa disposição de terras e o cessar do tráfico levaram o trabalhador livre a reelaborar seu antigo estilo de vida e passar a viver como agregado na propriedade de outra pessoa.

Do argumento de Carvalho Franco, observa-se também que, se o ajustamento entre proprietário e agregado se baseou na cordialidade, que atingia áreas mais íntimas da convivência diária, o caráter pessoal dessa relação se assentava, antes, num esquema de dependência. Assim, a incorporação do agregado à propriedade de um fazendeiro se dava, a despeito de possíveis laços sentimentais, às necessidades de cada um. Para a autora a incorporação do agregado na fazenda não gerava necessariamente um vínculo de trabalho, pois o que subsistiam, eram os encargos pessoais que o proprietário podia confiar ao agregado e a retribuição por parte do agregado que se traduzia na forma de uma outra tarefa bem cumprida.

Ao examinar a escravidão no Recôncavo baiano, Bert Jude Barickman (2003), observa que a condição dos agregados poderia encobrir outros tipos de relações, à medida que “em todo o Recôncavo, as desigualdades na distribuição da riqueza haviam criado uma considerável população de homens e mulheres livres que, para sobreviver, se agregavam a um “fogo” (unidade doméstica) “[...] portanto, seria razoável argumentar que os agregados e domésticos serviam para aumentar o ‘fundo comum’ de mão-de-obra familiar disponível na unidade doméstica”¹⁵⁶. Aliás, esse viés interpretativo se aproxima do lançado por Alzira Lobo de Arruda (1977), quando mostra o agregado como extensão da mão-de-obra familiar ou escrava.

Enfim, a despeito da pergunta anteriormente formulada – que disposições entrariam em cena para que pessoas de distintas clivagens se dirigissem e fossem aceitas em terras alheias, como agregados – a literatura acadêmica tem mostrado várias possibilidades em relação ao questionamento feito. Cada um desses trabalhos traz informações importantes sobre as disposições que levavam as pessoas a se dirigirem a terras alheias, tornando-se agregados, assim como as disposições que levavam os fazendeiros a admitirem essas pessoas em seus domicílios. Razões internas à família do fazendeiro (em especial, o parentesco), razões eventuais (mudança

¹⁵⁶ BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 219-221.

do *status* das pessoas que para as fazendas se dirigiam), razões costumeiras (apadrinhamentos), razões econômicas (aquisição de mão-de-obra para a fazenda), supostas razões benevolentes (acolhimento de viúvas com filhos pequenos e mães solteiras) e relações de dependência foram apresentadas pelos autores, de acordo com o material que dispunham em paralelo à linha argumentativa que elegeram para o exame da conformação da situação agregado-fazendeiro.

Assim, a partir dos estudos indicados, sou levada a considerar que parentes próximos, parentes distantes, afilhados poderiam ter sido aqueles agregados da fazenda do capitão-mor João Francisco de Andrade. Considero, sem muita reserva, mesmo a possibilidade de que poderiam prestar-se à mão-de-obra na fazenda, pois pelo menos Antonio, como veremos, a isso se prestou. Se não parente próximo ou distante do fazendeiro, na dúvida de ser seu afilhado ou não, a certeza de seu agregamento àquela fazenda pode ser entendida através do trabalho que lá exerceu e pela mudança de *status* que experimentou, pois, conforme já se disse, com a morte do pai, Antonio viu-se órfão.

Ainda que se considerem as contribuições das análises apresentadas dão para este trabalho, é hora de mudar a lente, assim como as perguntas, quando a atenção se volta para domínios um tanto mais subjetivos. As perguntas que neste momento se colocam não se vertem mais sobre as disposições que levavam as pessoas a se tornarem agregadas ou o que fazia com que os fazendeiros as aceitassem, mas sobre os sujeitos em si. Daí, neste momento, seguem-se as seguintes perguntas: quais eram os anseios dos agregados? Como apreendiam o contexto em que se viam inseridos? O que era colocado em voga e o que, de fato, estava em voga nas relações entre agregados e senhores proprietários?

A despeito desses questionamentos, há um conjunto de posicionamentos dos agregados que pretendo percorrer a seguir, tendo por referência as personagens de alguns romances de Machado de Assis.

Os agregados em Machado de Assis e o agregado Cesarino

De modo irredutível, Machado de Assis imprime bem e com frequência a figura do agregado na sociedade brasileira do século XIX. Sua reconhecida capacidade crítica e acurada percepção da dinâmica social somadas à refinada ironia e ceticismo coadunam-se no excelente valor literário de sua obra e na ilustração detalhada desses sujeitos. Personagens principais em

muitos de seus romances, secundários em outros, os agregados aparecem por toda sua obra. Machado de Assis, ele próprio, teria experimentado a condição de agregado na infância. Filho de um pintor e de uma imigrante portuguesa, a mãe de Machado foi trabalhar para a viúva de um senador¹⁵⁷. Talvez daí se derive a regularidade com que esse tema aparece em seus escritos e os vários ângulos por ele apresentados. Sidney Chalhoub afirma que “foi a visão deste mundo de dependência – o Brasil do século XIX – que imprimiu em sua obra”¹⁵⁸.

A razão desse escritor figurar neste trabalho está em pautar, de maneira alargada, o alcance das experiências dos agregados. Mas não se trata, bem entendido, de praticar-se um jogo de espelhos entre a realidade e a ficção, forçando o reflexo de Cesarino nas personagens machadianas ou vice-versa. Trata-se de atentar-se para uma escrita que reconstrói com clareza experiências possíveis, essas sim, caleidoscópicas. Considerar as personagens de alguns livros de Machado de Assis não significa eleger a sua interpretação para o sujeito desta pesquisa, mas ter a chance de interrogar o sujeito desta pesquisa à luz de descrições cuidadosamente feitas e de caracteres que, em alguma medida, estão presentes nos dados de que disponho. Machado de Assis, sabe-se, primou por descrever e articular diversas ações e reações de agregados, inclusive a relação dos senhores e agregados do ponto de vista dos senhores. Nesse movimento, há ângulos e dinamismos e alguns rendimentos analíticos possíveis.

Cabe notar, todavia, que os agregados machadianos aparecem inseridos em um contexto mais urbano, pois espaços e personagens do meio rural, da roça, pouco aparecem em sua obra. O que não quer dizer que a estrutura patriarcal, a relação de dependência e o pressuposto da vontade senhorial não estivessem também presentes nos centros urbanos. O processo de urbanização observado na segunda metade do século XIX vincula-se ao desenvolvimento da economia cafeeira, quando os fazendeiros do café passaram a investir seus lucros em comércios, bancos e na construção de palacetes. Assim, nem tudo se modificara, pois as relações de trabalho e servilidade continuavam assentadas em bases escravistas. A cidade do Rio de Janeiro, em particular, pode ser pensada como um lugar onde esses movimentos se atualizavam e, através de sua escrita, Machado de Assis dava a ver esses movimentos, essas experiências. Sidney Chalhoub (2003) considera que: “Ao escolher a ambiência senhorial urbana da corte, Machado de Assis

¹⁵⁷ PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

¹⁵⁸ CHALHOUB, Sidney. “Entrevista”. In: *Revista de História*. Edição online, 1/9/2008. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/sidney-chalhoub>. Acessado em julho de 2011.

também adotou a aparência que suas personagens procuravam aparentar, no entanto, qualquer leitor do século XIX saberia observar essa aparência a contrapelo, e o bruxo certamente contava com esse olhar”¹⁵⁹.

Outro ponto a notar, como nos informa Chalhoub, é que se a situação de dependência experienciada por Machado o ajudou a construir uma visão crítica e bem acabada a respeito dos marginalizados da sociedade, a questão da dependência era para ele mais fácil de ser discutida por meio de personagens femininas. “As mulheres de Machado são mais sofisticadas ao lidar com a situação de poder”¹⁶⁰.

Começamos, então, pela personagem-agregada do romance “A Mão e a Luva”¹⁶¹. Guiomar, moça de 17 anos, órfã, afilhada de uma baronesa viúva e rica. Disputada por três homens que desejavam sua mão em casamento, a moça tinha que se decidir. Os pretendentes eram Estêvão, Jorge e Luís Alves. Estêvão a ama louca e inocentemente; a expressão “primeiro amor” lhe cabe bem. Jorge, sobrinho e preferido da baronesa, tem por Guiomar um amor “pueril e lascivo”, associado a um desejo de ascensão social. Luís Alves, um meio-termo entre os dois primeiros, decidido e ambicioso, começa a gostar de Guiomar com o passar do tempo. Com o apoio da baronesa, Jorge pede a mão de Guiomar, mas, no dia seguinte, Luís Alves faz o mesmo. Então, a baronesa pede a Guiomar que se decida entre os dois pretendentes. De novo, Jorge era o preferido da baronesa, mas por seu caráter indolente ele desagradava a moça. Luís Alves lhe era mais compatível, inclusive na ambição. Então, estrategicamente, a moça diz à baronesa: “eu sacrifico minha felicidade por até obedecer, madrinha”. Com essa frase Guiomar dá a entender que não iria contra a vontade senhorial, mas também sugere que a baronesa poderia lhe dar a felicidade na liberdade de escolha. Por fim, a agregada atinge seus objetivos sem romper com a protetora: Guiomar acaba casando-se com Luís Alves. O trecho final, além de justificar o título do romance, ilustra bem a razão daquele casamento:

¹⁵⁹ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia de Letras, 2003, p. 57.

¹⁶⁰ CHALHOUB, Sidney. “Entrevista”. In: *Revista de História*. Edição online, 1/9/2008. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/sidney-chalhoub>. Acessado em julho de 2011.

¹⁶¹ Publicado em 1874.

Guiomar, que estava de pé defronte dele [Luís Alves], com as mãos presas nas suas, deixou-se cair lentamente sobre os joelhos do marido, e as duas ambições trocaram o ósculo fraternal. Ajustavam-se ambas, como se aquela luva tivesse sido feita para aquela mão.

Órfã, protegida, ambiciosa, tais são os qualificativos mais imediatos que marcaram o perfil dessa agregada. Atenta ao modelo de sociedade em voga, ciente da fragilidade de sua situação e, sobretudo, animada por um espírito utilitarista, ela joga o jogo na estrutura do favor e, para ganhar, lança mão de estratégias tão conciliatórias quanto manipuladoras. Jogo ganho, a agregada garantiu seus interesses sem perder a proteção que lhe convinha. Presentes na figura da baronesa estão, evidentemente, o pressuposto da vontade senhorial, que em contexto fortemente se apresenta e se toma por inviolável, e a arbitrariedade. Assim como Guiomar, a baronesa sabia que podia determinar com quem a agregada iria se casar. Contudo, no outro lado desta moeda, a crença na autoridade pessoal era tamanha que talvez tivesse impedido a importante senhora de perceber as manipulações da agregada.

Em verdade, não é do amor que trata esse romance de Machado de Assis, mas da ambição. A mocinha da estória nada tinha de romântica, mas de calculista. Agregada e interesseira, Guiomar não contestava a estrutura social dominante, queria fazer parte dela, queria tirar-lhe proveito em benefício próprio (cf. Flávia Gieseler Assis, 2007). Enfim, uma observação essencial precisará as palavras a respeito da agregada desse romance: ela anseia ascender socialmente.

A passos largos chegamos ao agregado do livro “Dom Casmurro”¹⁶². José Dias era o seu nome, 55 anos a sua idade. Passando-se por médico homeopata, chegou à antiga fazenda do pai

¹⁶² Publicado em 1900, esse romance é narrado em primeira pessoa por Bento Santiago, que conta a história de sua vida. Apelidado Dom Casmurro por um rapaz de seu bairro, Bentinho estava cumprindo a promessa feita por sua mãe: tornar-se-ia um padre. Dirige-se então para o seminário, mas sempre pensando na vizinha-namorada Capitu. Por intermédio do agregado da casa de sua mãe, José Dias, que ansiava em estudar no exterior, Bentinho abandona o seminário. José Dias era contra o namoro de Bentinho e Capitu, mas esses namoram e casam-se. Bentinho forma-se em Direito e faz estreita amizade com um ex-colega de seminário, o Escobar, que acaba se casando com uma amiga de Capitu. Do casamento de Bentinho e Capitu, nasce Ezequiel. Escobar morre e durante seu enterro Bentinho observa Capitu olhando para o cadáver de forma estranha. Daí começa o drama de Bentinho que percebe semelhança entre o filho Ezequiel e o falecido Escobar. Bentinho lembra que já havia encontrado Escobar e Capitu sozinhos em sua casa. Atormentado e com ciúmes, Bentinho chega mesmo a planejar o assassinato da esposa e do filho, e seu suicídio. Mas desiste. O casal se separa e Capitu vai para a Europa com Ezequiel. Ezequiel volta paravisitar o pai e

de Bentinho, onde curou um feitor e uma escrava e por isso foi convidado a ali morar. Tinha casa, comida, mas por conveniência não aceitou salário. Quando a família se mudou para o Rio de Janeiro, José Dias teve garantido seu quarto no fundo da chácara. Mesmo após ter confessado não ser médico, continuou vivendo com a família, porque se tornara indispensável. “Tinha o dom de se fazer aceito e necessário; dava-se por falta dêle, como de pessoa da família”. Após a morte do fazendeiro, o agregado recebeu uma apólice e quatro palavras de louvor. Com o tempo se fazia ouvir na família, mas “não abusava, e sabia opinar obedecendo”. Entretanto, “não lhe suponhas alma subalterna; as cortesias que fizesse vinham do cálculo que da índole”. Dizia-se viajado, era lido e gozava da confiança da família: “Tio Cosme, que era advogado, confiava-lhe a cópia de papéis de autos”¹⁶³.

Ainda que o perfil de José Dias se pareça um pouco com o de Guiomar, haja vista que nenhum dos dois era inocente e ambos margeavam suas atitudes pelo cálculo social, eles um tanto se diferenciavam em aspectos de conduta. Enquanto Guiomar mostra-se sutil no trato com pessoas de posição social superior, José Dias vem com sua desembaraçada adulação. José Dias era um adulator. De todo modo, há outro aspecto que define sensivelmente o perfil desse agregado: ele tinha o dom de se fazer necessário; ele foi o tipo de agregado sem o qual a família protetora não podia passar. Sua estada em terra alheia não se dava de maneira contingente, uma vez que era (ou se fazia) repetidas vezes imprescindível.

De ambições, adulações, conformidades e imprescindibilidades foram marcados os agregados machadianos até aqui. Mas é hora de mudar o registro. Passemos à agregada do romance “Iaiá Garcia”¹⁶⁴. Estela vivia como agregada na casa da importante viúva Sra. Valéria e

conta da morte de Capitu. Bentinho segue percebendo a semelhança entre o filho Ezequiel e Escobar. Ezequiel volta a viajar e pouco tempo depois também morre. E a dúvida permanece e segue com Bentinho.

¹⁶³ Todas as citações desse parágrafo encontram-se no livro *Dom Casmurro*, no Capítulo 5.

¹⁶⁴ Segue resumidamente o enredo desse livro escrito em 1878: Estela vivia como agregada na casa da viúva Sra. Valéria, mãe de Jorge. Estela era filha de um ex-empregado do finado de Valéria. Jorge se apaixona por Estela e lhe declara o seu amor. Estela, acreditando na impossibilidade desse amor volta para a casa do pai. A viúva Valéria era amiga de Luís Garcia, também viúvo, e pai da menina Iaiá. Luís Garcia morava numa casa afastada. Valéria pede a Luís Garcia para ajudar a convencer Jorge a se alistar como voluntário para lutar na Guerra do Paraguai, pois a viúva não aprovava os sentimentos do filho para com Estela, pois não a julgava digna de sua posição social. Jorge vai para a guerra, mas escreve uma carta a Luís reafirmando seu amor por Estela, que ainda se mantinha fria. Valéria que já não mais acreditava no amor do filho para com a agregada chama Estela de volta a casa. A viúva fala para Estela que ela deveria se casar. A moça responde que o faria assim que achasse o homem certo. Iaiá, crescendo, encantava a todos e se torna amiga de Estela. Iaiá queria o casamento da amiga com o pai. Luís Garcia e Estela se casam. Jorge volta da guerra. Valéria havia falecido. Luís Garcia fica doente e por isso a presença de Jorge passa a ser constante

não aceita as investidas amorosas de Jorge, filho da viúva. A agregada considera que através dessa recusa poderia superar a estrutura de servilismo e garantir sua liberdade. Abdicando de seus sentimentos amorosos, Estela tenta superar a condição de dependência. Sugestivas são as palavras que dirige a Iaiá:

Medi toda a distância que nos separava e tratei simplesmente de evitá-lo. [...]. Casamento entre nós era impossível, ainda que todos trabalhassem para ele; era impossível, sim, porque eu o consideraria uma espécie de favor. [...] Era preciso me dar outra índole (cap. 16).

Estela procura mostrar a Iaiá que a submissão ao favor era pior que a abdicação de uma paixão, então, acaba se casando com o pai de Iaiá, Luís Garcia. Como bem observa Flávia Gieseler Assis (2007), o desejo de Estela em se casar com Luís Garcia representa uma tentativa de redução do poder senhorial, na medida em que se “Estela se une a Jorge, a estrutura do favor não estaria rompida, pois ela estaria atendendo a um desejo senhorial, o de Jorge. Casando-se com Luís Garcia, a influência seria reduzida e ela poderia manter o seu orgulho”¹⁶⁵. Desta feita, não é a ambição, mas a moral que orienta as ações dessa agregada.

Flávia Gieseler Assis (2007) nos faz ver ainda que, assim como Estela, Luís Garcia também dá mostras de um desejo de ruptura com os laços senhorias, e isso pode ser notado quando sua filha Iaiá manifesta a vontade de ser professora de piano e Luís Garcia vê nesse desejo uma maneira de a filha se tornar independente e lhes dar os meios para viver sem favor. A isso cumpre acrescentar que Luís Garcia não tinha muito apreço pelo pai de Estela, pois considerava que aquele homem sempre viveu às custas dos outros. Luís Garcia entende que o trabalho deveria estar apartado do domínio senhorial e, nessa perspectiva, almeja a estabilidade de suas condições de vida. O trecho que segue ilustra o resultado desse posicionamento:

na casa de Estela e Iaiá. Iaiá desconfia de um romance secreto entre a madrastra e Jorge. Procópio Dias afirma a Jorge que tinha amor por Iaiá. Iaiá rejeita esse amor e pouco tempo depois inicia um romance com Jorge. Estela apóia o romance entre Jorge e Iaiá. Luís Garcia morre. Iaiá adia o casamento com Jorge e depois rompe com ele. Estela escreve a Jorge dizendo que o rompimento era só um capricho de Iaiá. Iaiá manda um escravo entregar uma carta a Procópio, tendo esperanças de que Procópio ainda mantivesse sentimentos de amor por ela. Mas o escravo não a entrega. Assim, Iaiá e Jorge se reaproximam e o casamento deles se concretiza. Estela muda de cidade.

¹⁶⁵ ASSIS, op. cit., 2007, p. 59.

Luís Garcia tinha agora melhor posição. Obtivera uma promoção de emprego, mediante isso, e alguns trabalhos extraordinários que lhe eram confiados, pôde ficar inteiramente coberto das intempéries da vida.

Por fim, a agregada do livro “Helena”¹⁶⁶. Ainda que Helena manipulasse algumas situações a seu favor – como, por exemplo, na vez em que queria visitar o verdadeiro pai na casinha próxima à chácara da família do Conselheiro, e para tanto ela usou da artimanha de aprender a cavalgar, sendo que já sabia cavalgar – ela, todavia, tinha brios. Quando descobrem que ela não era filha legítima do Conselheiro, a moça se sentiu muito envergonhada. E o fato de continuar vivendo na família do Conselheiro, como se o segredo não houvesse sido descoberto, provoca nela muita dor e embaraço. Padre Melchior compreende bem a situação e sentencia que a posição que esses acontecimentos a deixaram, repugna-lhe mais que tudo. Ela prefere a miséria à vergonha. Não podendo conviver com a revelação do segredo, a agregada adoece e morre.

Inserida, à revelia, num contexto de dependência, Helena coloca o decoro acima do desejo de ascender socialmente. Enfim, o orgulho, a recusa do favor e a integridade moral são os traços principais que se inscrevem na agregada desse romance.

Passo agora a destacar os pontos congruentes entre os agregados de Machado de Assis e o agregado Cesarino. O primeiro deles: o desejo de ascensão social também esteve presente no ânimo de Cesarino. Aliás, o desejo de ascensão se fez presente bem antes, quando o pai tropeiro

¹⁶⁶O enredo, grosso modo, assim se delineia: um homem importante e rico chamado Conselheiro Vale tinha um caso amoroso com Ângela, uma mulher que havia migrado do Rio Grande do Sul e que se separara do marido devido a problemas financeiros. Ângela tinha uma filha, Helena. O Conselheiro morre e perdoa Helena em seu testamento, alegando que Helena era sua filha e que deveria viver com a sua família. Helena sabe que não é filha do finado, mas acaba aceitando tal condição por desejar ascender socialmente. A princípio, D. Úrsula, irmã do Conselheiro, uma viúva de 55 anos que cuidava da casa desde a morte da cunhada, reage negativamente à chegada de Helena, mas depois passa a gostar da moça. Estácio, filho do Conselheiro, aceita as determinações do finado pai sem reclamar. Dr. Camargo, que queria casar sua filha Eugênia com Estácio e assim garantir fortuna, não vê Helena com bons olhos, pois com ela diminuiria a parte da herança que cabia a Estácio. Helena, moça determinada e sociável, toma o seu lugar na família e passa a dirigir muito bem a casa. No decorrer da narrativa, vai impressionando Estácio, que se apaixonou por ela. O drama do suposto incesto aparece. Ao contrário de Helena, Estácio não sabia da verdade, isto é, de que Helena não era realmente filha do Conselheiro. Mas para continuar ascendendo socialmente, Helena manteve o segredo e as aparências. Pressionada pelo Dr. Camargo, que ameaça a tornar público os misteriosos passeios matutinos na moça, ela deveria empurrar Estácio para o casamento com Eugênia. Surge Mendonça que se apaixonou por Helena. Começam a namorar. Estácio tenta dissuadir Helena do casamento com Mendonça, mas acaba cedendo a contra gosto. Estácio pede Eugênia em casamento para tentar esquecer Helena. Padre Melchior induz Helena a se casar com Mendonça. A família do Conselheiro tinha uma chácara e perto dessa havia uma casa simples. Helena costumava visitar a chácara com frequência. Estácio resolve segui-la e descobre Salvador, que revela ser o pai de Helena. Helena, envergonhada, adoece e morre. Estácio casa-se com Eugênia. A morte de Helena reconduz a ação da trama ao estado inicial. Tudo retorna à situação anterior à abertura do testamento do Conselheiro. Estácio é de novo o filho único e pode casar com Eugênia, a prometida de infância.

manifestou o acalantado sonho de que “queria que o filho fosse alguém” e, para começar a realizar esse sonho, pai e filho deixaram a decadente Vila do Paracatu do Príncipe e se dirigiram para a promitente Vila de São Carlos, pois “o pai achava Campinas uma cidade de futuro” para o filho¹⁶⁷. Ao sair de Paracatu, o desejo da ascensão já estava presente em Cesarino. Mas, de toda forma, foi como agregado na fazenda do capitão-mor que o elemento da ascensão se faz mais nítido.

Já foi dito que aos 14 anos de idade Cesarino estava vivendo como agregado naquela fazenda. Desconhecem-se as atividades que lá desempenhava nessa idade, mas, considerando a pouca idade que tinha e uma suposta falta de experiência no mundo do trabalho, Cesarino devia, naquela idade, ter lá vivido de maneira um tanto modesta e desempenhado funções não muito destacáveis. Mas o que se sabe e que ainda não foi dito é que, com o tempo, Cesarino tornou-se feitor de engenho naquelas lavras. Fosse acompanhando as etapas da produção da cana de açúcar, fosse no conhecimento dos tempos de plantar, limpar, cortar e fazer a roça, fosse no trato com os escravos ou na defesa das terras do seu senhor, e em tudo o que fosse necessário à lida e à boa produção do canavial, Cesarino, por esse trabalho, e para espanto do autor de sua elegia, “ganhou o respeitável salário de 160 réis por dia!”¹⁶⁸.

Não foi à toa que o salário recebido por ele mereceu a exclamação, pois, afinal, sua renda anual, estimada em torno de 58 mil réis, equiparava-se, e em alguns casos ultrapassava, a renda anual de diferentes profissões registradas no Censo de 1825. Para se ter uma idéia, sua renda anual como feitor de engenho equiparava-se, nos valores mais altos registrados, à renda de um alfaiate (57\$000 réis), ultrapassava à de camarada de tropa (32\$000 réis) e à de professor (55\$000 réis), ficando atrás, porém, de algumas profissões, tais como negociante de fazendas (300\$000 réis), caixeiro (100\$000 réis) e músico (100\$000réis)¹⁶⁹.

¹⁶⁷ *O Tempo*, dezembro de 1951 a Janeiro de 1952, apud Barbosa, 1997, p. 39.

¹⁶⁸ CMU, FJB, série 10, “C”, P316, fl. 4.

¹⁶⁹ MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*. Campinas, SP: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996, p. 99. Sobre os assalariados do período colonial, ver: SCHWARTZ, Stuart B. “Trabalhadores assalariados em uma economia escravista”. In: *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial - 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Mas aqui, o mais importante é notar que se de fato Cesarino almejava a ascensão social, essa começou a fruir na fazenda do capitão-mor. Deste modo, a dimensão última dessa ocupação de Cesarino revela, para além do expressivo salário que recebia na fazenda, sobretudo um ponto dele decorrente: naquele momento, Cesarino estava atualizando a sua ambição.

O segundo ponto refere-se ao fato de que, assim como a agregada Guiomar, o agregado Cesarino também não contestava a estrutura do favor, mas queria fazer parte dela e tirar-lhe proveito em benefício de seus próprios interesses. Inserir-se no halo dos grandes proprietários de terras foi a maneira que algumas pessoas pobres e livres encontravam para sobreviver e obter alguns benefícios, uma vez que o poder desses grandes estava muitas vezes acima da lei.

Alcançando a confiança do fazendeiro, desempenhando uma função de destaque na fazenda e passando a receber um salário digno de nota, Cesarino segue vivendo e segue de maneira diferenciada, mobilizando conteúdos considerados sofisticados à época: na fazenda do capitão-mor, Cesarino aproveita “as horas vagas para alargar os estudos, entre eles o de música com Maneco músico (Manoel José Gomes) pai de Carlos Gomes”¹⁷⁰. Manoel José Gomes (Santana do Parnaíba, 1792 - Campinas, 1868) era mestre-de-capela desde sua chegada a Campinas, em 1815, até seu falecimento. Responsável pela música que acompanhava as cerimônias religiosas na capela da Matriz do Carmo, Maneco, além de preparar e reger a orquestra e o coro para as apresentações na capela, contratava e pagava os músicos, copiava músicas de outros autores e ainda ensinava música a alguns meninos¹⁷¹.

Desde então, a música passou a figurar no cotidiano da família Cesarino, tantonas aulas ensinadas no colégio que viriam a fundar décadas mais tarde, como nos reconhecidos dotes para a música de um dos filhos de Cesarino e mesmo nos vários saraus promovidos por seus descendentes. Mas mesmo que o especial interesse dos Cesarinos por música possa ser observado nesse momento inaugural em que Cesarino começa a ter aulas com Maneco, não escapa o fato de que nesse encontro com Maneco se dá a inserção de Cesarino em redes de sociabilidade diferenciadas, tendo acesso a conteúdos considerados prestigiosos. Meu argumento é de que

¹⁷⁰ *O Tempo*, dezembro de 1951 a Janeiro de 1952, apud Barbosa, 1997.

¹⁷¹ Para maiores detalhes sobre Manuel José Gomes, ver: DIAS, Vivian Lis Ferreira Nogueira. *Um resgate do patrimônio musical paulista: transcrições musicológicas e considerações analíticas de três Missas de Manoel José Gomes, mestre-de-capela em Campinas*. 2008. 262f. Tese (Doutorado em Música) - Instituto de Artes, UNICAMP, 2008, p. 5.

devido à relação próxima que Cesarino tinha com o capitão-mor, ele teve a oportunidade de se relacionar com pessoas de destaque na sociedade campineira, e dessa relação tirar proveito do prestígio senhorial.

O terceiro ponto diz respeito aos indícios sugestivos de que o elemento da imprescindibilidade também esteve presente nas realizações do agregado Cesarino. Ora, quando se estabeleceu na fazenda, o rapazinho já sabia ler e escrever e esse saber era um predicado raro na Vila de São Carlos, considerando-se que, mesmo alguns anos depois, já no ano de 1838, a vila contava “com uma população de 6.689 habitantes [dentre os quais], apenas 205 sabiam ler e escrever”¹⁷². Sidney Chalhoub (2003) sublinha que na sociedade brasileira do século XIX “entre a população livre, apenas 23,43% dos homens e 13,43% das mulheres sabiam ler e escrever, numa média de 18,56% de alfabetizados; incluídos os escravos, essa média final descia para 15,75%”¹⁷³. Roxane Rojo (2009) informa que, no final do século XIX e início do XX, a taxa de analfabetismo se manteve em torno de 80% da população.

Saber ler e escrever eram predicados raros, estimados e usualmente aproveitados nas primeiras décadas do século XIX. Talvez mesmo em decorrência dessa raridade, estima e aproveitamento, Cesarino encontrava-se inserido no halo do capitão-mor. E ainda que a ocupação de feitor de engenho não tenha sido um encargo que imperiosamente exigisse os predicados de saber ler e escrever, eles foram, sem dúvida, de grande serventia, e, muito provavelmente, deles Cesarino se valeu. Assim, Cesarino fez-se necessário.

Também de outra maneira ele pôde fazer-se necessário para o fazendeiro. Ao se considerar a narrativa do viajante-engenheiro Luiz D’Alincourt, de 1818, que observa que: “(...) o Capitão Mor João Francisco de Andrade, por sua altura, e extraordinária gordura, que o priva de montar a cavalo (...)”¹⁷⁴; temos, de um lado, um fazendeiro impedido de montar e, de outro, Cesarino, homem de confiança da fazenda, senão exímio montador, como fora o pai tropeiro, mas certamente experimentado nessa atividade, haja vista a longa travessia que fez em lombos de animais de Paracatu para a Vila de São Carlos. Desimpedido de montar, Cesarino pôde mais uma

¹⁷² BARBOSA, op. cit., 1997, p. 58.

¹⁷³ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 282.

¹⁷⁴ D’ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Edição eBooksBrasil, digitalizado. Biblioteca Histórica Paulista. Copyright: ©2001, 2006 Luiz D’Alincourt.

fazer-se necessário. Necessidades que se traduzem em préstimos; préstimos que se vertem em mercês; mercês que, por sua vez, estabelecem alianças. Marcada, assim, está a aliança entre o importante fazendeiro e Cesarino.

O último ponto retoma o aspecto da integridade moral que esteve presente na agregada Helena. Mas antes de observar o agregado Cesarino sob este aspecto, é preciso observar que, ao contrário de Helena, Cesarino não estava inserido *à revelia* no contexto de dependência e submissão. Tudo indica que além de ele ter querido permanecer na condição de agregado, ele aproveitou as possibilidades disponíveis dessa condição no tempo em que viveu na fazenda. Entretanto, assim como aconteceu com Helena, parece que chegou um momento em que os brios e a integridade moral de Cesarino falou mais alto e interrompeu a sua condição de agregação.

Neste momento, considere-se a saída de Cesarino da fazenda do capitão-mor. Sim, Cesarino deixa a fazenda, deixa de ser agregado. Segundo o jornalista Leopoldo Amaral, “a pandega fez-lhe[Cesarino] perder este rendoso emprego [...]”¹⁷⁵. Se tomarmos a palavra *pândega* nos termos semânticos que a constituem (como *festança*, *gandaia*, algo que se refere à leviandade no agir), vê-se que, para algumas pessoas, para o seletos e conservador grupo da elite campineira e, principalmente, para aqueles que se revestiam do rigor da patente militar, como era o caso do capitão-mor, o comportamento de Cesarino, se em *pândega* estivesse realmente vivendo, poderia ser visto como pouco virtuoso. Acrescenta-se a isso o fato de que as elites brasileiras rotulavam de *vadios* e *indolentes* os negros livres ou *libertos* que trabalhavam no setor rural e não se encaixavam bem no papel de trabalhadores dependentes¹⁷⁶.

Se não está claro se Cesarino deixou a fazenda porque foi demitido ou porque pediu demissão, mais claro parecem dois cenários. O primeiro, de que naquele momento, naquela situação, o caráter de Cesarino estava sendo posto em dúvida pelos outros; pelo capitão-mor, inclusive, o que poderia tê-lo levado a ser demitido. Segundo, de que naquele momento, naquela situação, Cesarino poderia estar coberto de vergonha, o que o teria levado a pedir demissão. De todo modo, o homem reconhecido pelos seus “honrados janeiros”, que era respeitosamente estimado não só pelo seu caráter elevado, como pelos “actos humanitários que quotidianamente

¹⁷⁵ CMU, FJB, série 10-Personagens, “C”, P316, p. 4.

¹⁷⁶Cf. ALBUQUERQUE, Wlamira R. de & FRAGA FILHO, Walter. “Capítulo VI: Negros escravos, libertos e livres: In: *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centros de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 158.

praticava”, não podia conviver com nenhum desses embaraços. Sua dignidade estava sendo interrogada.

Helena partiu para sempre, não prosseguindo com a vida. Cesarino partiu da fazenda, em definitivo. Ambos deixaram para trás as conveniências e vantagens da vida de agregado. Ambos partiram impelidos pelas situações “desonrosas” que lhes acometeram. Se Helena saiu da vida por força de sua própria vontade, é complicado afirmar. Assim como é difícil afirmar que a decisão de deixar a fazenda foi tomada por Cesarino. Mas o que observo nas partidas desses agregados é a tentativa de manter suas dignidades.

Ao lembrar que Estela procurou superar a condição de dependência, noto que Cesarino, a seu modo, também rompeu com essa condição. Tal como Luís Garcia, Cesarino, dali em diante, viu seu trabalho apartado do domínio senhorial.

Ao deixar a fazenda, Cesarino passou por um rol de ocupações: foi carpinteiro, músico e alfaiate. Em relação ao ofício de alfaiate, sabe-se que ele “estabeleceu-se e ia bem”. Mais uma vez, firmara-se em uma atividade que o remunerava satisfatoriamente. De acordo com a consideração de Ricardo G. Daunt, recuperada por Amaral Lapa (1976), as primeiras décadas do século XIX parecem ser um momento propício na história dessa vila paulista para a expansão do mercado profissional. E por aí se compreendem as muitas oportunidades que surgiram para o jovem migrante tanto nas fazendas quanto no próprio espaço urbano, então em desenvolvimento, assim como o entusiasmo de Cesarino a se dedicar temporariamente a ocupações profissionais tão rentáveis quanto variadas. A isso se acrescenta o fato de que, ainda naquela época, trabalhando como alfaiate, ele começara a estudar à noite, “com esforço, até conseguir o diploma de professor”¹⁷⁷.

No final da década de 1820, Cesarino casa-se com Balbina. Apesar de não termos informações sobre a família de Balbina e o grau de instrução da esposa de Cesarino, sabe-se que, em algum momento, ela aprendera a ler e escrever, pois, quando Cesarino abriu o Colégio Perseverança, lá estava Balbina ensinando as primeiras letras às meninas. Cabe notar, ainda, que nos diferentes documentos de registro de seus filhos do FSIGI (e sempre tendo como cônjuge Antonio Ferreira Cesarino), Balbina chega a aparecer com três sobrenomes diferentes: Balbina

¹⁷⁷ CMU, FAFCI, Mb, P3,11, fl. 3.

Gomes, Balbina Gomes Ribeiro e Balbina Gomes da Graça. Na nota divulgada quando de seu falecimento, ela aparece como Balbina Gomes Cesarino¹⁷⁸.

Casado e com filhos, Cesarino tornou a se estabelecer profissionalmente, ainda no ramo de vestuário, mas agora na comercialização de fazendas (tecidos). Ao que parece, esse negócio deu certo por algum tempo. No livro *Campinas de outr'ora*, publicado em 1905, Raphael Duarte deixou registradas as antigas casas comerciais que existiram em Campinas a partir de 1840¹⁷⁹. Apesar de reconhecer a primazia dos portugueses nessa atividade, o autor observa que foi “grande o número de campineiros que tiveram lugar saliente entre os negociantes dos bons tempos” e que não podendo perfilar todas as lojas, o autor iria consignar o nome de algumas casas dentre as mais importantes:

Em 1856, foram criadas muitas lojas de fazendas, finas e grossas, e também de armarinhos, tais como as do Polycarpo Alves Cruz, ao depois do caixeiro Agostinho de Magalhães, de Campos Junior, Irmão & Cia., de Joaquim Antonio Hodrigues, Antonio Ferreira Cezario, Manoel J. Lopes dos Santos e muitas outras” (Grifo meu).

De acordo com Raphael Duarte, a loja de Cesarino figurava entre as mais importantes da cidade.

Mas ao que consta, as atividades profissionais de Cesarino não se restringia as mais comuns. Alguns anos antes, em 1850, fora concedida a ele uma licença para abrir uma casa de tavolagem. O código de posturas municipais dividia as jogatinas em lícitas e ilícitas; as lícitas eram praticadas em casas de tavolagem, que pagavam licença à Câmara, onde era vedada a presença de escravos e menores; as ilícitas, eram realizadas fora das casas legalizadas de jogo. Em 12 de janeiro de 1853, Cesarino entra com uma carta junto à Câmara solicitando uma nova licença para sua casa de tavolagem. Licença negada, o assunto foi parar na Comissão e deu o que

¹⁷⁸ “Falecimento. 6 de abril de 1882 as 3 horas da madrugada de hontem faleceu nesta cidade [Campinas], apoz pertinaz molestia de peitoral snr. d. Balbina Gomes Cesarino, esposa do snr. Antonio Ferreira Cesarino. Aos seus elevados dotes moraes, deve principalmente o Colegio Perseverança os beneficios resultado que tem produzido em favor da classe pobre, muitas meninas orfãos pobres tem recebido ali naquele colegio, ha mais de vinte anos, educação, ensino e os meios de subsistencia” (CMU, FJB, série 10-Personagens, “C”, P316, filipetas).

¹⁷⁹ DUARTE, Raphael. *Campinas de outr'ora*. São Paulo: Typografia Andrade & Mello, 1905.

falar, mas não teve jeito. Com ventos soprando ao contrário, o negócio com a tavolagem e, posteriormente, com a alfaiataria, não indo tão bem, Cesarino foi tentar a sorte em outra freguesia. Ou melhor, em outras freguesias, pois ele entendeu salvar-se indo mascatear.

Assim, foi ele para Curitiba, acompanhado por um moleque negro comprado em São Paulo. Em verdade, não se sabe muito a respeito das andanças dele como mascate, exceto a já mencionada *duvida* que tivera com um camarada no caminho de Curitiba e que, por alguns anos, esteve no Paraná e Rio Grande do Sul procurando vender suas mercadorias. Até que um dia voltou, são e salvo, e com réis no bolso, pois nessas andanças havia conseguido juntar dinheiro. De volta a Campinas e sem perda de tempo, Cesarino e Balbina abriram outro negócio que, diferente dos anteriores, perdurou por um longo tempo e com o qual ficou conhecido na cidade, constituindo parte de sua história. A **imagem 3** traz a fotografia de Balbina e a **imagem 4** o verso da fotografia.



Imagem 3: Frente da fotografia de Balbina Cesarino.

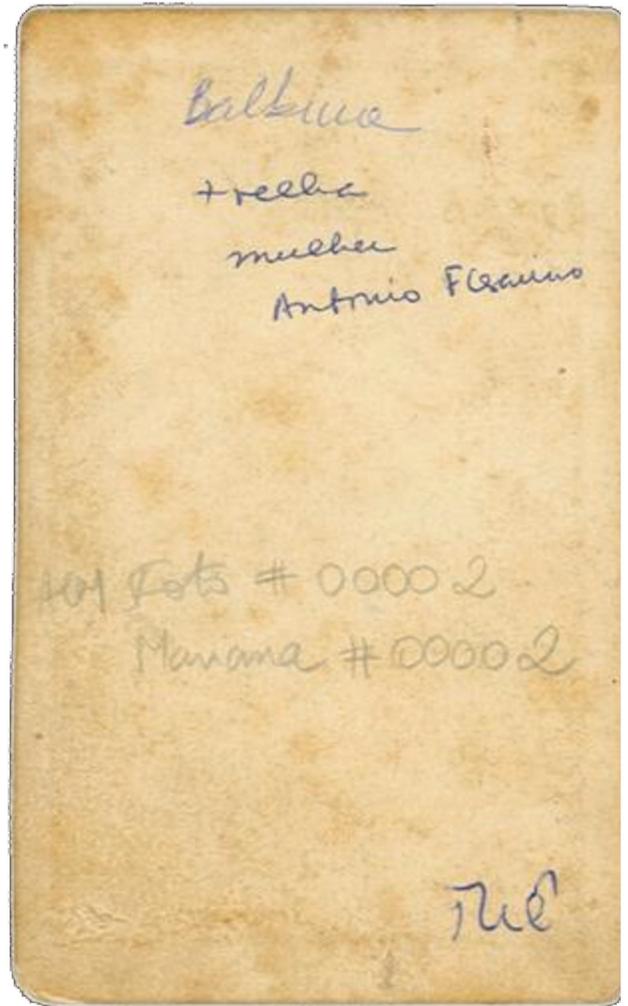


Imagem 4: Verso da fotografia

O Colégio Perseverança

Aos 10 dias do mês de março de 1860, Antonio Ferreira Cesarino e a sua esposa Balbina Gomes da Graça Cesarino abriram as portas de um colégio para moças na então pujante cidade paulista de Campinas. Situado inicialmente na Rua do Alecrim, nº 1, esquina com a Rua América (atual Dr. Quirino), o Colégio Perseverança, ou Colégio do Cesarino, como também era conhecido, encontrava-se localizado, anos após a inauguração, na Rua do Comércio (atual Rua General Osório), em frente ao atual Centro de Convivência¹⁸⁰.

De acordo com as percepções da época, havia uma diferença básica entre colégios e escolas, sendo os primeiros vistos como estabelecimentos que ofereciam educação mais aperfeiçoada, ou seja, observavam a variedade e a excelência nos conteúdos, e podiam funcionar em regime de internato, semi-internato e externato; neste último caso, atendendo àqueles que residiam na cidade. Como era de se esperar, os valores das matrículas variavam segundo a forma de permanência no colégio, e as aulas de música e piano eram cobradas à parte.

As escolas, por sua vez, eram percebidas como locais de instrução um pouco mais rasa e funcionavam comumente em regime de externato (RIBEIRO, 2006). Até onde se sabe, o estabelecimento de ensino dos Cesarinos, além de funcionar em regime de internato (LAPA, 1996; BARBOSA, 1997; RIBEIRO, 2006), oferecia, como se verá, uma educação que primava por conteúdos variados.

Em relação à especificidade de seu corpo discente, as informações que chegam remetem a duas possibilidades. Para alguns autores, aquele colégio destinava-se exclusivamente à educação feminina (BARBOSA, 1997; RIBEIRO, 2006). Em suas referências ao colégio, os termos “alunas”, “meninas”, “moças”, “colégio para mulheres” e “internato para o sexo feminino” estão marcados e são correntes. Em contrapartida, Lapa (1996) definiu o Colégio Perseverança como um internato destinado ao público masculino. Todavia, esse mesmo autor reconheceu que, em 1873, aquele colégio só admitia meninas. Poder-se-ia supor, a partir das afirmações de Lapa, que o Colégio Perseverança tenha sido criado inicialmente para atender meninos e, anos mais tarde, já na década de 1870, passou a atender exclusivamente o público feminino.

¹⁸⁰ LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 171.

Ainda que os escritos do autor tenham iluminado parte deste trabalho, não considero que tenha sido aquele o caso. Valiosa fonte primária consultada, o *Relatório do Presidente da Província de 1865*, traz em seus anexos a relação de colégios femininos em atividade na Província de São Paulo, naquele ano. Dos 16 colégios listados em nove cidades, encontra-se em Campinas o colégio dirigido por “D. Bernardina Gomes Cezarino” que, em 1865, cinco anos após a sua fundação, atendia a “44 alumnas”¹⁸¹. Portanto, se diante das informações conflitantes dos autores torna-se difícil afirmar sem margem de erro que o Colégio Perseverança atendeu, desde a sua fundação, exclusivamente ao público feminino, pode-se dizer com mais certeza que, no quinto ano de sua existência sentavam-se apenas meninas nos bancos do colégio.

E muitas delas, dizem, “bem-nascidas”. Pelo menos esse foi o parecer de alguns contemporâneos ao colégio. O jornalista Henrique Barcellos (1854-1911), por exemplo, sublinhou que o Perseverança era “frequentado por filhas das melhores famílias de Campinas”¹⁸². Por seu turno, o jornalista/memorialista Leopoldo Amaral (1856-1938) sobre quem ainda se falará neste capítulo, pois participou de algumas atividades naquele colégio, escreveu que eram “algumas [alunas] pertencentes às primeiras famílias desta cidade”¹⁸³. Opinião parecida expressou, um século adiante, um bisneto de Antonio, Antonio Ferreira Cesarino Júnior, que em suas *Memórias*, de 1982, observou que o estabelecimento de ensino fundado por seu bisavô atendia a “moças, filhas de fazendeiros da região”¹⁸⁴. E se o parecer dos jornalistas dá vazão a uma perspectiva que se tinha à época respeito da origem social da maioria das meninas que frequentavam o Perseverança, tida como deveras abastadas, a narrativa escrita do bisneto Cesarino veio reforçar os pareceres anteriores.

¹⁸¹ Relatório do Presidente da Província de São Paulo de 1865. Endereço do *site*: www.crl.edu/content/brazil/sao.htm→Collections→Digital Collections→ Collections→ Brazilian Government Documents→Browse→ Provincial President Reports (1830-1930)→São Paulo→ Anexos do relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial em S. Paulo na 2.a sessão ordinária da 15ª legislatura pelo presidente, o conselheiro João Crispiano Soares, Typ. Imparcial de J.R. de Azevedo Marques, 1865→ A1-34→ Collegios Particulares do Sexo Feminino. Ver documento em anexo à p.180, em que faz referência a Bernardina como diretora e ao número de alunas do colégio.

¹⁸² CMU, FAFCI, Pasta 3, I- Origens.

¹⁸³ CMU, FJB, Serie 10-Personagens, “C”, P316, fl. 4.

¹⁸⁴ CMU, FAFCI, Mb, P3, 11- *Memórias de um Pagem*, fl. 4.

Mas não eram só alunas abastadas que estudaram naquele colégio. Já se disse que, no ano de 1865, o Perseverança atendia a quarenta e quatro alunas. Em 1871, o número de alunas do colégio diminuiu para trinta; mas quatro anos depois, em 1875, o colégio contava com cinquenta e uma alunas, sendo que oito delas não pagavam mensalidade¹⁸⁵, pois eram pobres e/ou órfãs. Para admitir essas meninas, o colégio recebia uma subvenção da Intendência Municipal. Esclarece Barbosa (1997): “[...] o Colégio Perseverança ou Cesarino fazia parte dessa categoria de ensino privado que ao lado das alunas que podiam pagar, mantinha as pobres negras e para isso recebia subvenção”.

Com relação à educação, a Constituição de 1824 destacava que: “A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”. Quer dizer que era obrigação do Estado prover a instrução primária. Em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Legislativa aprovou a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, estabelecendo que “em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”. Mas, ainda assim, até meados daquele século, a situação educacional permaneceu quase estacionária e as razões para tal situação eram inúmeras: insuficiência de escolas públicas, pouca verba, grande extensão do territorial nacional, disseminação irregular da população, entre outras.

Em 1854, com a implementação das diretrizes gerais de Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte, fica estabelecido o ensino obrigatório primário para menores entre 7 e 14 anos. Esse preceito legal obrigava os pais ou outros responsáveis a cuidarem da instrução primária dos menores, sob pena de multa. Mas ainda assim a situação não havia mudado muito. Então, para garantir a viabilização desse preceito legal, e cumprir o seu próprio dever estabelecido na Carta de 1824, o governo decidiu pela criação de novas escolas públicas e pela subvenção das particulares¹⁸⁶. Maria de Lourdes Mariotto Haidar (1972) afirma que na década de 1870 havia uma proposta para que o governo oferecesse pensões para colégios particulares em troca da matrícula de estudantes pobres, o que, segundo ela, fora feito.

¹⁸⁵ Cf. “A Rua Antonio Cesarino”. *Diário do Povo*, Campinas, 28 de novembro de 1954.

¹⁸⁶ Em relação ao incentivo das escolas privadas, Aline de Moraes Limeira (2007) vai ao ponto: “Neste contexto, percebemos então que a iniciação e o incentivo à expansão da iniciativa privada no século XIX partiram do próprio governo. Neste caso, a proposta de associar a ação privada à política de Instrução Pública significava que o poder público procurava dividir o ônus do serviço com a sociedade, e, simultaneamente, garantir o princípio da liberdade de ensino”. LIMEIRA, Aline de Marais. *Educação Particular e Publicidade no Almanak Laemmert (1844/1859)*. Fundação Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa 2007, p. 73-74.

Assim, o Colégio Perseverança teve, pelo menos por um período, condições de reservar algumas vagas para aquelas meninas pobres, orfãs e negras. Por receber essas “infelizes desamparadas” em seu colégio, Cesarino foi considerado “ [...] um cidadão de proeminente dedicação à infância desvalida”, pois “dava-lhes amparo material e moral”, de modo que se pode concluir que “foram muitos os órfãos que nele [Cesarino] encontraram um protetor dedicado”¹⁸⁷. Palavras que remetem a um trecho de Marcel Mauss (2003), quando o autor assinala os resultados da dádiva:

[...] a alegria de doar em público; o prazer do dispêndio artístico generoso; o da hospitalidade e da festa privada e pública. A previdência social, a solicitude de cooperativas, do grupo profissional, de todas essas pessoas morais que o direito inglês honra como o nome de “Friendly societies”, valem mais do que o simples seguro pessoal que o nome garantia a seu capataz, mais que a vida mesquinha do salário pago pelo patrão assegura, e mais que a poupança capitalista – baseada num crédito variável¹⁸⁸.

Continuando com a apresentação do Perseverança, o quadro docente desse colégio compunha-se por membros da família e outros. Da família, apresentavam-se o próprio Cesarino, sua esposa Balbina e as filhas do casal: Amancia, Bernardina e Balbina-filha. Da sociedade campineira, compareceram Leopoldo Amaral e Amador Florence, este filho mais velho do primeiro casamento de Hércules Florence, pioneiro da fotografia na cidade de Campinas, com D. Maria Angélica Machado e Vasconcellos. Amador Florence viria a se tornar, anos após sua estada no Perseverança, professor de Latim, Francês e Desenho no renomado Colégio Culto à Ciência, fundado pelo irmão de sua madrasta; anos mais tarde, tornar-se-ia um de seus diretores. Já Leopoldo Amaral (1856-1938), era um funcionário público da cidade e, na maturidade, tornou-se um proeminente jornalista que escreveu sobre temas e aspectos da história de Campinas. Daquela mesma banca de exames participou também um certo Padre Januário, que respondia pela presidência da mesa, mas sobre quem não se pôde reunir informações.

¹⁸⁷ Cf. GOULART, Edmo. *Campinas-Ruas da época Imperial*. Campinas: Editora Maranata, 1983, p. 99-100.

¹⁸⁸ MAUSS, 2003, p. 299.

No que concerne ao dia a dia de funcionamento dos colégios daquela época, os anexos do já referido Relatório do Presidente da Província de 1865 trazem mais informações:

Os educandos levantam-se às 6 horas, lavam-se, e depois de uma breve oração, tomam uma breve refeição. Às 6 e meia entram para a escola, até às 9. Até às 10 almoço e recreio. Até às 12 e meia oficina (para os que frequentam). Até à uma e meia jantar e recreio. Até as quatro escola. Até às 6 oficina. Até às 8 (de inverno) e até às 8 e meia (de verão) recreio, oração às Ave-Maria, e cêa, lavam-se e deitam-se¹⁸⁹.

No Colégio Perseverança, ensinavam-se “Primeiras Letras, Arithmetica, Portuguez, Francez, Geographia, Historia, Musica e todas as Prendas Domésticas”. Também se ensinavam Desenho, Canto, Dança (RIBEIRO, 2006). Muito provavelmente Balbina-filha respondia pela disciplina de música e era a professora de piano. Naquela época e durante todo o século XIX havia uma convenção na sociedade patriarcal que o ato de tocar piano era, conforme nos faz saber Jaci Toffano, um *affair* feminino ligado à delicadeza. Com base nesse pressuposto, a prática desse instrumento e sua propagação entre as mulheres das classes sociais mais abastadas passaram a ser, em grande parte, itens do código de conduta da época e do ensino nas escolas. “O ato da mulher tocar piano, bem como seu resultado girava em torno do código de ética ditado por uma camada dominante da sociedade, geralmente imitada pela camada imediatamente inferior”¹⁹⁰. Balbina-mãe, provavelmente, contribuía no ensino das prendas domésticas. A direção do colégio, conforme faz saber o *Relatório*, estava nas mãos de Bernardina Cesarino.

Neste momento, cabe expor os pontos que estiveram ordenados e que permitiram a Cesarino e sua família fundarem e conduzirem o colégio. O argumento acerca da possibilidade da fundação inscreve-se no quadro de modernização/adequação da cidade, onde a criação de estabelecimentos de ensino constituiu demanda na época e demanda de um influente segmento da

¹⁸⁹ Relatório do Presidente da Província de São Paulo de 1865. Endereço do *site*: www.crl.edu/content/brazil/sao.htm → Collections → DigitalCollections → Collections → Brazilian Government Documents → Browse → Provincial President Reports (1830-1930) → São Paulo → Anexos do relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em S. Paulo na 2.a sessão ordinária da 15ª legislatura pelo presidente, o conselheiro João Crispiano Soares, Typ. Imparcial de J.R. de Azevedo Marques, 1865 → A1-34 → Collegios Particulares do Sexo Feminino.

¹⁹⁰ TOFFANO, Jaci. *As pianistas dos anos 1920 e a geração jet-lag*. Brasília: Ed. UnB, 2007, p. 55-56.

população. A isso se acrescentam as credenciais profissionais dos nossos personagens. No que diz respeito ao prestígio alcançado pelo colégio, argumenta-se sobre a dosagem de sua proposta pedagógica, que se mostrava em conformidade com os valores da época vis-à-vis as boas relações que a família proprietária travou com pessoas da sociedade local. Vejamos então, primeiramente, o argumento da possibilidade de criação. Não se trata de descrever em detalhe, quanto menos as forças externas e internas que atuaram na evolução econômica e social de Campinas. O objetivo aqui consiste em indicar alguns traços que contribuíram para o entendimento das mudanças que se fizeram sentir naquela localidade paulista de meados do século XIX e que tinham a ver com a expansão da lavoura cafeeira, o acúmulo de capital privado e as transformações na cidade e na mentalidade de seus habitantes.

Se assim for, começa-se por sublinhar que em Campinas a expansão da lavoura cafeeira encontrou uma de suas mais fortes expressões, haja vista que desde o ciclo econômico anterior, com a cultura do açúcar, a localidade já se orientava para uma produção voltada para o mercado externo e, por isso mesmo, encontrava-se relativamente equipada para a produção em larga escala. Acentuando cada vez mais o desenvolvimento de maquinários e implementos, de benfeitorias e edificações, apostando na concentração de mão de obra escrava e estabelecendo um sistema de transportes regular constituído inicialmente por tropas de muares – e a partir de 1872 por ferrovias – os fazendeiros campineiros puderam se inserir na produção cafeeira de modo bastante competitivo. E se, na cultura do café, objetivou-se a base dos rendimentos da população agrária paulista, os grandes produtores de Campinas passaram, então, a concentrar um dos mais significativos capitais privados da região¹⁹¹.

Sob o impulso desses capitais, transcorreram, na cidade de Campinas, significativas transformações que se fizeram sentir quando os grandes proprietários de terras deixaram de morar no campo e passaram a construir os sobrados residenciais na cidade, exigindo adequação necessária para isso. E é justamente na chave da implementação de benfeitorias que “cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos”¹⁹². O desenvolvimento dos serviços de utilidade pública, como iluminação, água, esgoto e transporte urbano, além de situar a cidade de Campinas

¹⁹¹ Cf. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

¹⁹² VIOTTI DA COSTA, Emilia. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977, p. 197.

entre as de maior desenvolvimento urbano da época, correspondia a algumas das adequações. Se do predomínio econômico da lavoura cafeeira estavam se derivando marcantes implicações estruturais na cidade, algumas novas formas de pensamentos e valores também estavam sendo arregimentadas em diferentes níveis por distintos grupos sociais.

E não se pode compreender o significado dessas transformações sem pensar na importância que certos grupos estavam dando à educação. Tendo no horizonte o crescimento econômico e as transformações dele advindas, mas também a extrema desigualdade e as muitas contradições presentes na sociedade, alguns grupos que vinham ganhando projeção e se tornando influentes na cidade – como os liberais e os republicanos, por exemplo – enxergavam na *educação* a solução para o desenvolvimento social. Ao progresso da cidade respondiam com o letramento de seus cidadãos. E se o alcance dessa ideia pode ser percebido nas muitas escolas que se abriram na cidade a partir da segunda metade do século XIX, é porque figuras históricas da cidade e nomes de peso da sociedade campineira da época, como Campos Salles, Francisco Quirino dos Santos e Francisco Glicério, estiveram na batalha, direta e indiretamente, a favor dessa ideia. Campos Salles teria dito publicamente que: “O povo que tem as melhores escolas é o primeiro povo; se elle não o é hoje, sel-o-há amanhã” e que “Nem um outro progresso é realmente possível sem a cooperação do ensino, esse elemento primordial da civilização (...)”¹⁹³.

Com isso, vê-se que não apenas no plano do tangível as transformações ocorreram naquela cidade paulista, mas estavam em curso transformações no comportamento social e na mentalidade de seus habitantes. Sob o acento daqueles que detinham o capital privado e se constituíam como formadores de opinião, a criação de escolas constituiu parte do projeto das elites dirigentes da cidade. Em síntese, se naquela época existia um lugar propício à abertura de um estabelecimento de ensino, esse lugar era Campinas, e Antonio Ferreira Cesarino, homem vivido e ativo, teve consciência disso. Captando as demandas que perpassavam a sociedade campineira naquele momento, os reclames das elites da cidade pela criação de escolas, Cesarino achou que podia levar adiante uma empreitada.

Considere-se, também, o fôlego que Cesarino tinha para o mundo dos negócios e o dinheiro que dispunha no final da década de 1850. Porém, não bastavam apenas disposição e réis

¹⁹³ Almanack de Campinas para 1871 apud ANANIAS, Mauriceia. “O ensino em Campinas na segunda metade do século dezenove: a escola Correa de Mello, de Campinas”. In: *Quaestio* (UNISO), Sorocaba SP, v. 3, n. 1, p. 85-96, 2001.

no bolso para abrir um colégio. Aos necessários recursos financeiros para a criação de um empreendimento daquela natureza e o ímpeto do “empreendedor” deveriam corresponder o suporte de credenciais adequadas. E aqui entram em cena os predicados de Cesarino e de suas filhas. Formação escolar Cesarino tinha, pois viu-se que, de menino letrado a estudante noturno, o jovem havia conquistado um diploma de professor. Acrescenta-se a essas prerrogativas a hipótese de que, por ocasião da abertura do colégio, suas filhas também já tivessem uma formação escolar adequada, que as habilitasse para lecionar.

Em relação à boa aceitação e reputação do Colégio Perseverança na sociedade campineira, alguns fatores devem ser considerados. Em primeiro lugar, a dosagem de sua proposta pedagógica que alinhavava tópicos que permitiam a instrução das moças àqueles que resguardariam os ainda caros valores e anseios da época. Vimos que as Primeiras Letras, os conteúdos de Aritmética, Português, Geografia e História faziam parte da grade curricular do colégio, assim como Francês, Música, Desenho, Canto, Dança e todas as Prendas Domésticas. Se as famílias ricas de Campinas já não mais queriam e já não mais mantinham filhas analfabetas em casa, pois a racionalidade positivista flagrada na cidade em meados do século XIX via com bons olhos a aquisição de uma educação científica, é importante salientar que, entretanto, trata-se de uma época em que as moças campineiras, mesmo letradas, ainda continuavam a ser preparadas para a vida do lar. Daí, o ensino-aprendizado das Prendas Domésticas proporcionado por aquele colégio respondia a anseios sociais bastante reais.

No rol dos tópicos compreendidos nas Prendas Domésticas, estavam os afazeres ligados à cozinha e ao preparo da comida, à costura, ao bordado de todas as qualidades, aos tipos de renda e de tricô, à identificação e cuidado com as flores, e a tudo o que tivesse relação com o bom andamento de uma casa, senão para que aquelas moças pudessem elas mesmas, quando casadas, desempenhar os trabalhos, mas, sobretudo, para que soubessem orientar, distribuir tarefas e avaliar os resultados. Enfim, naquele cenário, o ensino-aprendizagem da prendas domésticas para as moças abastadas era realizado com vistas ao exercício efetivo da gestão doméstica.

A língua estrangeira e as notas musicais do piano estariam somando refinamento aos dotes de uma moça. É relativamente conhecido o fato de que, entre os aspectos relativos e adequados à educação das mulheres em meados do século XIX, ainda estavam presentes conteúdos que enalteciam os chamados atributos femininos, como suavidade, doçura, bom comportamento, virtude, entre outros. E embora as resistências a esse modelo tenham de fato existido, percebidas

na burla de algumas mulheres da elite que, na segunda metade do século XIX, dirigiam-se para outros países em busca de educação superior, o ideal propagado na sociedade brasileira da época, em se tratando da educação feminina, ainda resvalava na “preparação para a permanência no espaço privado”¹⁹⁴. Recorrente nos escritos do final do século XIX que se reportam ao Perseverança, o colégio era referência na preparação das meninas para o lar, pois as meninas e moças que pelo Perseverança passavam estavam sujeitas a “um influxo d’aquelle excelente regimem, [e, por isso, tornar-se-iam] virtuosíssimas mães de família”¹⁹⁵. Enfim, naquele cenário, o ensino-aprendizagem das prendas domésticas para aquelas moças era realizado com vistas ao exercício efetivo da gestão doméstica.

Em suma, a rotina estabelecida e os conteúdos ensinados no Perseverança comungavam com os valores e conhecimentos em voga na época, no que concerne à educação feminina. E, ao que parece, os proprietários do colégio, mais do que compartilhar dos valores ainda em voga na sociedade campineira, souberam alçá-los ao sabor das novas demandas sociais. Na combinação de uma instrução formal aperfeiçoada e no preparo das moças para o casamento, o Perseverança ia, a contento, formando suas alunas e, com isso, tendo reconhecimento.

Em relação à boa aceitação e reputação desse colégio, deve-se levar em conta, em segundo lugar, a “qualidade” do corpo discente. Se as expressões “filhas das melhores famílias”, “pertencentes às primeiras famílias”, “moças, filhas de fazendeiros”, em referência às discentes que frequentavam o colégio, mais do que especificar a origem social das moças, enfatizava, a boa aceitação do colégio junto a sociedade campineira e a presença das (poucas) meninas pobres, orfãs e negras conferia ao colégio uma reputação, por assim dizer, generosa. A dimensão simbólica que está por trás do destaque da origem social das alunas do Perseverança deve ser admitida tanto pelo prestígio quanto pelo desvelo.

Em terceiro lugar, deve-se mencionar a presença dos indivíduos que lá ensinaram. Afinal, um professor de Latim de família ilustre; um promissor funcionário público, que mais tarde tornar-se-ia um proeminente jornalista da cidade; um padre cuja batina poderia infundir seriedade por onde passasse, pois não se pode esquecer de que se trata de uma localidade de tradição

¹⁹⁴RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A educação feminina durante o século XIX: o Colegio Florence em Campinas 1863-1889*. Campinas, SP: CMU/Unicamp, 2006, p. 56.

¹⁹⁵RIBEIRO, op. cit, 2006,p.48.

católica, e que não muito tempo antes do transcorrer desses eventos era chamada de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas; todos esses sujeitos, que carregavam consigo a envergadura de suas pertencas, estariam afiançando a reputação do colégio.

Se os dados de que disponho não são capazes de revelar o momento exato e a maneira específica pela qual Cesarino conheceu e travou relações com cada uma dessas pessoas e as aglutinou no espaço do colégio, nota-se, todavia, uma cordialidade entre eles. Por exemplo, no ano de 1875, Cesarino teria convidado o jornalista Leopoldo Amaral para participar da banca dos exames de finais de ano do colégio e que o resultado da participação de Leopoldo na banca teria sido excelente. Cesarino simpatizou tanto com seu sistema de perguntas de Leopoldo que, então, insistiu com ele para ir ensinar francês as meninas mais adiantadas. Decorridas as férias, lá estava Leopoldo dando a primeira aula de francês, para alegria do velho Cesarino. Note-se que um dos preceitos caros a Marcel Mauss ao sugerir a reciprocidade é que: “O convite deve ser feito e deve ser aceito”¹⁹⁶. Assim, por entre cordialidades, convites, aceites e resultados excelentes, Cesarino pôde ir formando o corpo docente de seu colégio e ir se relacionando com essas pessoas importantes da cidade.

Cabe salientar ainda que Cesarino parece ter se valido de certas práticas de sociabilidade e delas ter derivado uma boa impressão para o seu colégio. Corria o mês de dezembro de 1875 quando, em uma noite, Cesarino promoveu um baile no Perseverança e nesse baile tomaram parte o corpo discente, nas figuras das muito “desembaraçadas” alunas, as famílias das alunas, professores e outras pessoas da sociedade local. O Major Moraes Sarmiento, por exemplo, esteve presente no baile e, pelo que dizem, foi um dos que mais dançou: “o Major Sarmiento se deve lembrar [daquele baile], e como a gente tinha vinte annos, foi um dansar sem fim”¹⁹⁷. Conquanto o jovem Moraes Sarmiento e seus amigos tenham muito bailado naquela noite, as alunas, em seus desembaraços, tenham garantido não só os passos de dança, mas também a alegria da festa e as recordações satisfatórias a respeito do baile terem sido manifestas, o que se deve observar, com esse evento, é que Cesarino fazia a promoção de seu colégio também pela via da sociabilidade, do divertimento.

¹⁹⁶ MAUSS, op. cit., 2003, p.295.

¹⁹⁷ CMU, FJB, série 10-Personagens, “C”, P316, fl. 5.

Por fim, há que se notar que Cesarino cumpria certos requisitos e procedimentos que permitiam o bom andamento do seu colégio. Em dezembro de 1872, realizou-se no Colégio Perseverança a entrega de prêmios para as alunas que passaram nos exames finais com distinção. Nessa ocasião, o colégio recebeu a visita do “inspector do distrito, o capitão Pimenta e dos Srs. Diogo Pupo, Dr. Americo Brasiliense de Almeida Mello e Dr. Manuel Ferraz de Campos Salles”, os dois últimos membros da Sociedade Culto a Ciência. A presença do inspetor do distrito era obrigatória para dar validade aos exames, principalmente em se tratando de escolas privadas¹⁹⁸. De todo modo, a presença de uma autoridade e a presença de notáveis eram tomadas como um fator político, na medida em que as diretorias de escolas da época demandavam essas presenças em busca da cidadania e do reconhecimento público. Pesquisando sobre a escola do *Circolo Italiani Uniti*, Heloisa Helena Pimenta Rocha e Rosa Lydia Teixeira (1997) afirmam:

O prefeito ou um representante seu, não deixam de ser convidados pela diretoria da associação para assistirem os exames finais da escola do *Circolo*. O espaço de cidadania tem que ser veemente buscado. Uma possibilidade é fazer-se reconhecer através de seus empreendimentos e, por assim dizer, pela sociedade local. Nesse sentido então, à educação atribui-se um duplo papel de cidadania: enquanto acesso e enquanto iniciativa de promovê-la¹⁹⁹.

Cumprindo os requisitos, atinando com os procedimentos que favoreciam seu colégio, Cesarino e o Perseverança seguiam bem.

Pelo exposto, considero que a criação daquele colégio e a boa reputação que teve foram possíveis graças ao alinhamento de fatores tão diversos quanto vigorosos. Desde o contexto sócio-histórico favorável, em que a criação de escolas, mais do que incentivada, constituía um

¹⁹⁸ Em relação a essa obrigatoriedade, ver: PEREIRA, José Galdino. *Os negro e a construção da cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor, 1896 a 1914*. 2001. 201f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 43, nota 76.

¹⁹⁹ ROCHA, Heloisa Helena Pimenta e CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. *Escola de Imigrantes Italianos e a Formação do Cidadão*. In: Comunicação na ANPHU, 1997. Para além desse trabalho, cabe ressaltar que com a cada vez mais crescente imigração italiana para o Brasil a partir da segunda metade do século XIX, muitos italianos foram se associando e formando agremiações. Em 1881 o comerciante Attilio Bucci fundou em Campinas o *Circolo Italiani Uniti*, que tinha por objetivo fornecer ensino escolar gratuito e atendimento médico-hospitalar para seus conterrâneos mais pobres. Com a epidemia de febre amarela de 1889as salas de aula do *Circolo* tornaram-se leitos de hospital.

projeto de grupos proeminentes da cidade, passando pelo dinheiro de que Cesarino dispunha para a criação do colégio e em sua disposição em se tratando de investidas no mundo dos negócios. Atam-se a isso seus predicados pessoais, aportes educacionais, esses que se somaram aos de suas filhas, e a boa relação com destacados nomes da sociedade campineira. O cumprimento de requisitos burocráticos, a atenção dada a procedimentos que favoreciam o reconhecimento do colégio, as práticas de sociabilidade, são elementos que contribuíram para que Cesarino fundasse e mantivesse seu colégio na cidade de Campinas por mais de duas décadas.

Em relação ao fechamento desse colégio, Barbosa (1997) afirma que o Perseverança deve ter desaparecido no final do ano de 1876, quando Cesarino declarou a um jornal que fechara seu estabelecimento de ensino para meninas. Nessa perspectiva, o colégio funcionara por dezesseis anos. Em contrapartida, Ribeiro (2006), em seu estudo sobre colégios femininos na cidade de Campinas, considera que o colégio dos Cesarinos deve ter funcionado até o ano de 1885, pois a partir daí não encontrou mais referências a seu respeito. Amaral Lapa (1996) também aponta o ano de 1885 como o do provável fechamento do colégio. Nesse ponto, as informações desses últimos dois autores parecem as mais factíveis, haja vista que no próprio jornal *A Gazeta de Campinas* do ano de 1883 encontram-se informações a respeito do colégio funcionando naquele ano. Fechado em 1885, contam-se, então, vinte e três anos de funcionamento do colégio dos Cesarinos²⁰⁰.

²⁰⁰ Luiz Carlos Capellano, em um artigo publicado em seu *blog* intitulado *Breve História da Educação em Campinas*, assim escreve: “Em 1860, em plena vigência da escravidão, o escravo liberto Antonio Ferreira Cesarino e suas irmãs Bernardina, Amância e Balbina fundaram em Campinas o Colégio Perseverança, conhecido como Colégio Cesarino, para mulheres. Lecionavam professores negros de grande prestígio e havia alunas negras sem recursos, sem qualquer tipo de subvenção oficial, além de alunas pagantes, inclusive de camadas abastadas da sociedade. Em 1876, a instituição foi visitada pelo Imperador D. Pedro II”. Capellano acerta na data de fundação do colégio; parece acertar, considerando a bibliografia acadêmica, a situação legal de Cesarino, escravo livre; acerta na evidência de que o Perseverança era um colégio para mulheres, que recebia alunas negras sem recursos e alunas abastadas. Entretanto, Capellano comete alguns erros. O primeiro deles é em relação à filiação de Cesarino. O FSIGI, indexing project, batch number: C03705-5, source film number: 1251949, mostra que Amancia era filha de Cesarino e não sua irmã. De acordo com a documentação do CMU, FJB, série 4, Ensino e Pesquisa, subsérie 4, Escolas, filipetas, Bernardina e Balbina também eram filhas de Cesarino. Além disso, sabe-se, pelos registros do FSIGI e do FAFCJ que Cesarino foi casado com uma mulher que também chamava-se Balbina. Capellano erra também no argumento de que o Colégio Perseverança não recebia subvenção oficial, pois, de acordo com os documentos doados pela família Cesarino dispostos no CMU, FAFCJ, Mb, P3, 20, lê-se: “Era um colégio só para moças. Chegou a ter renome. Recebia moças das famílias mais importantes de então. Havia uma parte grátis nesse colégio, para o que recebia uma subvenção da Intendência Municipal”. Portanto, esse colégio recebia “algum tipo” de subvenção oficial. Por fim, Capellano (e outros autores) não acertam na data da visita do Imperador D. Pedro II ao Colégio Perseverança. Tive acesso às páginas do Diário do Imperador e o ano da visita a esse colégio foi 1875. Em relação à frase de que no colégio: “Lecionavam professores negros de grande prestígio”, eu não tenho conhecimento. Os professores sobre os quais tenho informações de que lecionaram no Colégio Perseverança foram indicados neste

Em 10 de agosto de 1886, foi apresentada uma demanda na sessão da Câmara Municipal de Campinas propondo a mudança do nome da Rua da Boa Morte para Rua Antonio Cesarino. Mas, ao que tudo indica, o pedido ficou arquivado por alguns anos até que, em 13 de janeiro de 1899, foi unanimemente aprovado²⁰¹. Ao que consta, mais tarde um vereador quis mudar o nome da rua, mas o camarista (cargo correspondente a vereador atualmente) Antonio Lobo não deixou: “enquanto existir um membro da família Cesarino”. Como existiam muitos deles e existem até hoje, pode-se ver no centro da cidade de Campinas, bem próxima à Prefeitura, uma rua estreita, com a placa azul anil pregada ao poste, onde se lê em letras brancas: Rua Antonio Cesarino. De todo modo, Cesarino não pôde receber a homenagem concedida a ele em 1899, pois, veio a falecer em 2 de novembro de 1892.

Para finalizar este capítulo, gostaria de brevemente tocar em um ponto que chamou a atenção ao observar a vida adulta de Cesarino: a notada relação de proximidade que ele tinha com os jornalistas da cidade. Tive curiosidade em saber porque Cesarino se relacionava e se aproximava tanto de jornalistas. Como argumento mais consistente, assinalo a profissão de um de seus filhos: Aprígio Cesarino, que além de músico era jornalista. Aprígio foi considerado um “valeroso jornalista” e “redator de vários jornais, tanto no Rio como em São Paulo e no interior do Brasil, notadamente do Diário de Notícias do Rio e da Gazeta de Campinas”²⁰².

No final da década de 1860, após o fim da Guerra do Paraguai, a imprensa brasileira começou a se agitar. Cingidos por orientações políticas as mais variadas, os jornais do Brasil passaram abertamente a apoiar determinados partidos e questões específicas²⁰³ como, por exemplo, o fim da escravidão e o problema da sucessão ao trono do Império. A defesa de ideias era o ponto central dessa efervescência e cada jornal, através dos seus jornalistas, defendia seu ponto de vista. Em relação aos jornalistas e periódicos cariocas, alguns entendiam que “o jornalista no Rio de Janeiro não é o que geralmente se pensa. O jornalismo do Rio de Janeiro não

trabalho. Endereço do blog de Luiz Carlos Capellano. <http://www.webartigos.com/artigos/breve-historia-da-educacao-em-campinas/15378/>. Acessado em: outubro de 2011.

²⁰¹ Ver a transcrição do pedido e a aprovação para a mudança da Rua da Boa Morte para Rua Antonio Cesarino, em anexo à p.181.

²⁰² CMU, FAFCJ, Mb, Pasta 3, fl. 21.

²⁰³ Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; GRINBERG, Keila et al. *Para conhecer Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

é um deboche, nem um sacerdócio, nem uma arte [...]. Antes quando se dedicava um homem ao jornalismo é que alguma coisa o arrastava; se não é uma simples fantasia do espírito era uma funda convicção na alma [...]”²⁰⁴.

Aprígio foi jornalista do *Diário de Notícias*. Localizado na Rua Riachuelo, o *Diário de Notícias*, em 1864, tinha como orientação o equilíbrio no debate e a aposta no fator noticioso. Embora tenha surgido em decorrência da movimentação política da segunda metade do século XIX, esse jornal não fazia parte da imprensa republicana *strictu sensu*, pois não tinha como objetivo maior angariar adeptos para a causa republicana, sobretudo porque compartilhava de uma relativa mentalidade empresarial no meio jornalístico que enxergava esta atividade menos que um instrumento de ação política e mais como um empreendimento econômico. Em contrapartida, o jornal *Gazeta de Campinas*, em que Aprígio também trabalhou, tinha aspiração abertamente republicana. Foi fundado em outubro de 1869 pelo escritor, poeta e jornalista Francisco Quirino e passou a ter circulação diária em 1876.

O jornal *Gazeta de Campinas* desapareceu em 1889 e ressurgiu no período de maio de 1921 a outubro de 1930 com o nome *Nova Gazeta de Campinas*. Foi um dos mais importantes jornais campineiros da segunda metade do século XIX. Ainda que não se saiba o período em que Aprígio trabalhou nesses jornais, fica evidente sua inserção no mundo do jornalismo e uma possível contaminação de seu pai por esse mundo e, devido a profissão do filho, um interesse maior por esses esses profissionais. Lembrando do trecho acima: “quando se dedicava um homem ao jornalismo é que alguma coisa o arrastava; se não é uma simples fantasia do espírito era uma funda convicção na alma”. Provavelmente, fantasias e convicções estivessem arrastado Cesarino para o convívio com os jornalistas. A **imagem 5** mostra a fotografia de Aprígio e a **imagem 6** o verso da fotografia.

Apresentados os aspectos centrais da trajetória sócio-profissional de Cesarino e as questões que esta suscita, o próximo capítulo examina as possíveis relações entre classificação racial e condição social.

²⁰⁴ BRIDDAINE, *O Mequetrefe*, 1875, apud MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. “Olhares da imprensa sobre a atuação da Princesa Isabel na terceira regência”. In: *Caderno Caminhos da História*. Universidade Severino Sombra. v. 3., p. 1-11, 2007.



Imagem 5: Frente da fotografia de Aprígio Cesarino.



Imagem 6: Verso da fotografia de Aprígio Cesarino.

Capítulo III – A Cor como condição social

A hierarquia da sociedade escravista brasileira se definia não apenas pela evidente distinção jurídica e social entre livres e escravos, mas também pelas clivagens que perpassavam a população negra livre, forra e de descendentes de escravos. As diferenças com relação a essa população podiam ser matizadas de variadas maneiras: fosse pela condição legal (livre, ingênuo ou forro), pela nacionalidade (africano ou crioulo), pelos mecanismos particulares para se obter a liberdade e a sobrevivência ou ainda, pelos designativos de cor. De certa maneira, nos termos de cor a hierarquização, por essa época, projetou mais uma de suas expressões.

Para os dicionaristas, o designativo “pardo” se assentava singularmente no fórum da mestiçagem, e indicava tanto o um mulato como o mestiço, de maneira geral. Para o dicionarista Raphael Bluteau (1638-1734), por exemplo, o termo “pardo” refere-se à “cor entre o branco e o preto, própria do pardal, donde parece lhe veio o nome”²⁰⁵. Seguida a primeira definição do vocábulo pardo, há uma subentrada do verbete, onde consta a seguinte informação: “homem pardo. Vide mulato”²⁰⁶. Desse modo, na perspectiva de Bluteau, pardo e mulato descreviam o mesmo tipo humano.

Para Antonio Moraes Silva (1755-1824), que teve a primeira edição do seu dicionário publicado em 1789 e a segunda em 1813, o termo “pardo” expressava “a cor entre branco e preto; o ar pardo, é de manhã, antes de esclarecer o dia. Ainda era o ar pardo, isto é, já começava a anoitecer”²⁰⁷. Nesse dicionário, a palavra pardo também podia indicar um mulato.

Deixando os dicionários, partimos para um episódio que bem ilustra essas aproximações entre pardos, mulatos e mestiços. Em 1680, ocorreu na Bahia um episódio que ficou conhecido como: “A Questão dos Moços Pardos”, quando “moços pardos e mulatos” foram proibidos de

²⁰⁵ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, etc.* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721, v. 6, p. 265.

²⁰⁶ BLUTEAU, op. cit., v. 6, p. 265.

²⁰⁷ Dicionario da Lingua Portugueza recopilado de vocabulários impressos até agora, e nestasegunda edição novamente emendado e muito acrescentado por Antonio Moraes Silva, Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813. As referências em relação ao termo “pardo” presentes neste dicionário foram apresentadas por SANTOS, Jocélio Teles dos. “De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII e XIX”. In: *Afro-Ásia*, número 32, 2005, p. 122.

frequentar os colégios jesuítas. A justificativa para a proibição foi a falta de comprometimento desses moços para com os estudos e a falta de tolerância dos pais dos moços brancos. Uma apelação dos moços pardos foi levada ao El Rei e ao Provincial Geral e ambos responderam. Serafim Leite (1945) nos faz saber que, segundo o Provincial Geral, vários “mestiços” lhe escreveram, e ele estranhou a ocorrência, não vendo porque não admiti-los em razão de serem mestiços, uma vez que nas mais célebres escolas da Companhia em Portugal, estes estudos eram permitidos para eles. A Carta Régia escrita por El Rei D. Pedro em 20/11/1686 e endereçada ao Marquês das Minas faz coro ao Provincial Geral:

[...] Por parte dos moços [mossos] **pardos** dessa cidade, se me propôs aqui, que estando de posse há muitos anos de estudarem nas Escola Públicas do Colégio dos Religiosos da Companhia, novamente os excluíram e não querem admitir, sendo que nas Escolas de Évora e Coimbra eram admitidos, sem que a cor deles lhes servisse de impedimento, pedindo-me que mandasse os tais Religiosos os admitirem nas suas escolas dêsse Estado, como o são nas outras do Reino. E parece-me ordenar-vos (como por esta o faço) que, ouvindo aos Padres da Companhia, vos informeis se são obrigados a ensinar nas escolas dêsse Estado, e constando-vos que assim é, os obrigueis a que não excluam a êstes moços geralmente, só pela qualidade de **pardos**, porque as escolas de ciências devem ser comuns a todo o gênero de pessoas sem exceção alguma²⁰⁸.

Pe. Antonio Vieira também se manifestou em carta de 27 de julho de 1688:

Perguntava também Vossa Paternidade, em carta de 7 de fevereiro de 1688, a razão por que os moços **mestiços** (vulgo **mulatos**) se tinham excluído das nossas escolas, se o foram por ordem de algum Padre Geral, ou de alguma lei ou estatuto. Isso mesmo perguntou o sereníssimo Rei ao Governador da Baía na sua

²⁰⁸ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V Da Baía ao Nordeste. Estabelecimentos e assuntos locais. Séc. XVII – XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro- Lisboa: Livraria Portugália, 1945, p. 76. Grifo meu.

última carta; e a resposta que lhe demos, a mesma que damos agora a Vossa Paternidade, a saber: nunca nenhum moço honesto de bons costumes foi por nós excluído, apesar de não sermos obrigados a admitir nenhum estudante por força de fundação, mas só de caridade. (...). Se ele mandar que se admitam de novo, se abrirá a porta a todos. Foi o que a eles mesmos [aos moços pardos] se respondeu, quando mostraram ao Provincial a Carta de Vossa Paternidade, para que eles não cuidem que somos nós que teimamos em os excluir, e para que, ouvidas as razões, aguardem o decreto de El. Rei²⁰⁹.

De acordo com Serafim Leite (1945), nada mais se viu sobre esse episódio e os moços pardos (chamados de pardos, mulatos, mestiços) foram admitidos aos graus superiores e a norma geral passou a levar em conta a idoneidade moral do estudante e não a cor. Luiz Antônio Cunha (2007) diz que a contenda realmente terminou com um acordo entre as partes, no qual os jesuítas modificam seu entendimento com relação aos “moços pardos”, afirmando que a exclusão se justificou “mais pelo número dos que entravam que pelo mau exemplo que davam aos brancos” (CUNHA, 2007, p.34). Enfim, apresentar citações acerca desse episódio tem como finalidade mostrar que a “A Questão dos Moços Pardos” dizia igualmente respeito aos mulatos e mestiços.

Análises sobre o significado do termo “pardo” no período escravista brasileiro não constitui exatamente uma novidade, haja vista que ensaístas das primeiras décadas do século XX, seguidos por brasilianistas e americanistas e por integrantes da Escola Paulista de Sociologia que se detiveram no tema da mestiçagem já apontavam o que julgavam ser a singularidade do pardo²¹⁰. Para os contornos deste trabalho, é necessário que se diga que não tenho o propósito de me deter nesses autores, nem acompanhar suas argumentações a respeito dos pardos. O objetivo aqui consiste em apenas indicar a perspectiva mais geral que os aproxima e apontar a inflexão sobre o tema que, depois deles, foi produzida.

Apenas a título de exemplo, Gilberto Freyre, figura central na desconstrução do modelo interpretativo dominante sobre a mestiçagem verificado até as três primeiras décadas do século XX – modelo interpretativo que considerava a mestiçagem prejudicial para o desenvolvimento do

²⁰⁹ LEITE, op. cit., 1945, p. 78.

²¹⁰ Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Stanley Stein, Charles Boxer, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Charles Wagley, entre outros, se detiveram no tema da mestiçagem.

futuro do Brasil²¹¹ – se deteve na temática e na experiência de convívio entre as “três raças”, lançando mão dos estudos culturalistas como modelo de análise. Para Freyre, raça, meio e cultura deveriam estar presentes na análise, não para a anulação dos preceitos quanto aos aspectos da raça, mas para o redirecionamento do enfoque nos aspectos culturais. Este estudioso posicionou-se criticamente em relação aos teóricos da degeneração e do branqueamento e estabeleceu novos parâmetros para se pensar a mestiçagem como um fator positivo, uma força determinante para o progresso do país²¹². Neste sentido, a temática da mestiçagem foi ganhando espaço nas análises do autor e a figura do pardo se fez presente. Ao tratar de alguns grupos étnicos que vieram para o Brasil e contribuíram com a mestiçagem, uma passagem se faz emblemática:

Os hauças, estoque de que também houve larga importação para o Brasil, notadamente para a Bahia, são igualmente mestiços de hamitas e talvez de berbere, embora nele os traços negros predominem. Também os Niam Niam, os mangbatu, o kanembu, os bagirmi, os bornu, os kanuri. Os mandingo, de que o Brasil recebeu várias levas, acusam por sua vez o sangue árabe e tuaregue; os ioruba acusam sangue não negro; ainda por identificar e os próprios bantos nos apresentam na sua grande variedades de tipos, tocados de vários sangue: de hamita e negrilo, principalmente. Nos demais característicos físicos são: na cor de um **pardos** escuro, chocolate, diferente do amarelo sujo ou do pardo claro, avermelhado, dos fulos, tanto quanto na cor de couro dos hotentotes e dos boximanes ou do preto retinto dos naturais da guiné[...]²¹³.

Para Gilberto Freyre, as gradações do pardo eram a síntese da integração racial, étnica e cultural dos mestiços.

De toda forma, muito embora autores, de tradições interpretativas distintas, tivessem visões divergentes sobre o estatuto do mestiço no Brasil escravista, concordavam que tanto o

²¹¹Estudiosos como Alberto Torres, Paulo Prado, Oliveira Vianna, entre outros, entendiam a mestiçagem como força negativa.

²¹²Desse ponto de vista compartilharam, entre outros, Arthur Ramos e Donald Pierson.

²¹³FREYRE, Gilberto, “IV - O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”. In: *Casa Grande & Senzala: formação da família sob o regime de economia patriarcal.*. Editora Record, 28ª Edição, 1992, 283-379.

mulato como o pardo eram “tipos” de mestiços e que os mestiços de pele mais clara eram classificados como pardos. Daí, postularam os sociólogos da Escola Paulista, que os mestiços de pele mais clara, chamados pardos, tinham mais chances de inserir-se na sociedade e ascender socialmente.

E mesmo para os autores que utilizaram o ponto de vista histórico nas análises sociológicas sobre o escravismo no século XIX, cobrindo várias regiões do Brasil e, sobretudo, questionando o conceito de “democracia racial” no Brasil²¹⁴ e mesmo para aqueles que abriram novos caminhos para a investigação do *status* dos negros na sociedade brasileira²¹⁵, o pardo, no período escravista, continuava a ser visto como um tipo de mestiço²¹⁶.

Sem subestimar a influência que esses autores tiveram nas discussões sobre a sociedade escravista brasileira, a importância de cada um na reflexão sobre pontos específicos se observa, contudo, o comprometimento de suas análises quanto aos usos e sentidos dos termos de cor na sociedade escravista brasileira. Grosso modo, pode-se dizer que esses autores pouco problematizaram os (re)arranjos da terminologia racial no período escravista.

Mas a problematização não tardou a ser feita. Em *Escravos e libertos no Brasil Colonial*, livro publicado originalmente em 1967, o historiador Anthony John R. Russel-Wood trata dos usos e significados dos termos de cor na sociedade escravista brasileira, argumentando que os termos de cor estariam relacionados com a *condição social* dos indivíduos²¹⁷. A tonalidade da pele não se apresentava como o critério unívoco da classificação, mas também as (des)qualificações sociais dos indivíduos. Para determinar a posição de uma pessoa, “mesmo

214Florestan Fernandes afirmava que o mito da democracia racial impedia uma verdadeira democracia racial e que negação da discriminação era uma forma de mascarar o problema.

215AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social e Classes sociais e grupos de prestígio*. Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996; COSTA PINTO, Luiz Aguiar da. *O negro no Rio de Janeiro. Relações de raça numa sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

216 CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; CARDOSO, Fernando Henrique *O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 [1962]. CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octávio Ianni. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952, Coleção Brasileira, v.276; IANNI, Octávio, *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor, 1988.

217RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Trad. Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

exclusivamente dentro dos parâmetros estreitos da raça”²¹⁸, era necessário levar em conta aspectos como riqueza, posição social e comportamento. O autor afirma também que a designação racial de um indivíduo devia muito ao contexto local e à condição social desse indivíduo. Desse modo, as circunstâncias estariam determinando as designações, inclusive no que se refere ao termo “pardo”:

Em circunstâncias variadas, a denominação de um indivíduo como *pardo* podia ser alterada para *mulato*, possuindo esta última, em geral, uma conotação pejorativa, sendo com freqüência qualificada com adjetivos tais como preguiçoso ou imprestável. Os extremos diametralmente opostos do espectro racial (branco-negro) nem sempre correspondiam aos extremos diametralmente opostos do espectro moral. Enquanto os brancos eram considerados honestos, trabalhadores e tementes a Deus, os mulatos – e não os negros – eram vistos, em geral, como portadores de atributos como preguiça, desonestidade, astúcia, arrogância, falta de confiabilidade e deslealdade. Finalmente, apesar da infinidade de termos raciais, havia não só a ambiguidade em torno de sua aplicação como incerteza quanto à relação entre eles. *O fato de um mulato ser visto como moralmente inferior a um pardo era aceito, mas havia dúvida se sua pele era mais escura*²¹⁹.

Tem-se, assim, um viés interpretativo que leva em conta percepções, incertezas, ambiguidades, fatores múltiplos, enfim, toda a dinâmica da sociedade. Interessante também é imagem da qual Russel-Wood se vale para expressar sua ideia a respeito dessa dinâmica social: o *livro de combinações*. Um livro que deveria considerar fatores inter-relacionados que interferiam no papel e na integração social das pessoas de cor livres no Brasil colonial. Fazendo uma crítica ao conceito de pirâmide social – pirâmide em que a base era composta por escravos e o topo estava reservado à aristocracia, nobreza mercantil e proprietários de terras – nas sociedades escravocratas do Novo Mundo, o autor alerta que é preciso ter cautela com esse conceito de pirâmide, pois, do seu ponto de vista, ainda que esse conceito possa ser aceito em termos

²¹⁸ RUSSEL-WOOD, op. cit., 2005, p. 47.

²¹⁹ RUSSELL-WOOD, op. cit., 2005, p. 49. Grifo do autor.

econômicos e demográficos e talvez aplicável à América inglesa, ele é restritivo em se tratando das colônias da América portuguesa e espanhola e, sobretudo, em se tratando do caso brasileiro, por dois motivos. Primeiro porque na sociedade brasileira “havia grande mobilidade vertical e horizontal e onde existiam drásticas variações regionais de composição social”²²⁰. Além disso, diz ele, havia um fator cronológico, pois a sociedade do primeiro século de colonização em muito se diferenciava daquela de dois séculos depois. O segundo motivo da cautela tem a ver com a disposição da suposta pirâmide, disposição que, segundo Russel-Wood, encontrava-se “justaposta, inter-relacionada e até, às vezes, coincidente com a pirâmide étnica, religiosa e econômica; mas em tempo algum houve um elemento estático”²²¹.

Daí vem a sua metáfora do *livro das combinações*: um livro em que cada “página” seria composta de cinco ou seis tiras individuais, divididas horizontalmente. As tiras de cima de cada “página” apresentariam um tema geral em comum; assim, poder-se-ia obter uma infinita variedade de imagens combinando as diferentes tiras temáticas. Se a encadernação, o formato e o tema geral podiam apresentar-se como fatores limitantes, a visão do leitor da imagem final teria o potencial de variedade. Um livro desses sobre o período colonial brasileiro poderia conter tiras com os seguintes temas: local de nascimento; sexo; religião; pigmentação; situação legal; atributos sociais; recursos financeiros; ligações familiares; fluência em português e grau de alfabetização; tempo de residência na América; profissão; cronologia; residência urbana ou rural e região da colônia e aptidões²²².

Esse livro imaginário bem ilustra o esforço do autor em salientar aspectos da realidade social. O que não quer dizer que, com esse parâmetro de análise, Russel-Wood recusou a concepção que apreendia os termos de cor sob os fóruns da mestiçagem, pois, segundo ele, os termos pardo e mulato podiam mesmo aludir aos nascidos do intercurso sexual entre brancos e negros e seus descendentes até a quarta geração. Mas, ainda assim, esse autor considerou que a condição do indivíduo era um fator considerável na atribuição de sua cor. Em suma, o parâmetro da condição social foi por Russel-Wood apresentado e os estudiosos que se seguiram, compartilhando dessa medida, apresentaram algumas adições.

²²⁰ RUSSEL-WOOD, op. cit., 2005, p. 119.

²²¹ Idem.

²²² RUSSEL-WOOD, op. cit., 2005, p. 120.

Peter Eisenberg, historiador americano que teve sua atenção voltada ao exame das alforrias na sociedade escravista campineira, é um dos estudiosos que marcaram a discussão sobre os usos e sentidos da categoria de cor parda no Brasil escravista²²³. Ao examinar as alforrias ocorridas em Campinas a partir do final do século XVIII até a abolição, Peter Eisenberg (1989) utilizou como fontes basilares as cartas de liberdade registradas nos cartórios do Primeiro e Segundo Ofícios do município²²⁴. Na classificação das manumissões, foram consideradas variáveis como condicionais ou incondicionais, pagas ou gratuitas, sexo, cor, idade, profissão, naturalidade, estado civil, e outras, levando o autor a concluir que até a década de 1870 os padrões de alforrias em Campinas se davam “desproporcionalmente entre escravas mulatas, crioulas muito jovens ou em menor grau, muito velhas e empregadas no serviço doméstico”²²⁵, mas que, nos últimos anos da escravidão, as alforrias foram um tanto mais “aleatórias”, isto é, o perfil dos alforriados se parecia mais com o perfil do coletivo de escravos.

Além de oferecer evidências sobre essas práticas, o autor faz considerações sobre os termos de cor e afirma ele que o termo “pardo”, assim como o “mulato”, além de indicar a cor mais clara dos descendentes de africanos no Brasil tendia também a significar a condição legal de livres das chamadas pessoas de cor:

(...) achamos que os termos “pardo”, “mulato” e outras palavras indicando uma cor mais clara ou um fisiotipo mais parecido com o dos portugueses **tendiam a significar também uma condição de livre**. Por estar livre, uma pessoa de cor ‘parecia’ mais clara, da mesma forma que se diz no século XX que o dinheiro enbranquece uma pessoa de cor²²⁶.

Em sua perspectiva, o termo “pardo” referia-se tanto ao mestiço de pele mais clara como

²²³EISENBERG, Peter. “Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX”. In: _____. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

²²⁴Peter Eisenberg analisou 2093 cartas de alforrias, as quais libertavam 2277 escravos. Não obstante, o autor observa que os livros de batismos, os testamentos e inventários post-mortem, os processos criminais, entre outras fontes, também podem ser utilizados e que se deve fazer o cruzamento destas fontes com as cartas de alforria registradas em cartório.

²²⁵ EISENBERG, op. cit., 1989, p. 299.

²²⁶ EISENBERG, op. cit. 1989, p. 269-270. Grifo meu.

ao afrodescendente livre. Os rebentos de ventre forro seriam livres e também seriam classificados como pardos. Assim, o termo “pardo” não dizia respeito necessariamente à cor dos indivíduos, mas também a sua condição de viver em liberdade²²⁷.

Tal como Russel-Wood, Eisenberg também não deixa de considerar a pigmentação da pele nas atribuições dos termos de cor; mas tal como Russel-Wood, também salienta a condição social daqueles a quem a cor estava sendo atribuída. Ao apresentar um valioso estudo sobre os padrões das manumissões ocorridas nesse município cafeeiro, Eisenberg enfatiza a condição legal como fator relevante para a classificação dos indivíduos na categoria de cor parda.

A perspectiva adotada por Russel-Wood (a da condição social, que deveria ser apreendida nos tropos da dinâmica social) e a perspectiva de Peter Eisenberg (a da situação legal), ganharam contornos nítidos na década de 1990, quando historiadores aprofundaram as formulações de Russel-Wood e Eisenberg. Para o exame proposto neste capítulo, destaco os trabalhos de Hebe Mattos (1996 e 2000), Sheila do Castro Faria (2004), Silvia Lara (2007), Roberto Guedes (2007).

Em páginas dedicadas ao exame das relações entre identidade racial, escravidão e cidadania no Brasil oitocentista, Hebe Mattos (2000) apresenta considerações importantes. De acordo com a autora, no final do período colonial, o Brasil contava com uma população de 3.500.000 habitantes, dos quais 40% eram escravos. Em relação aos 60% restantes, 6% eram índios aldeados e os demais eram classificados metade como “brancos” e outra metade como “pardos”. Para a década de 1780, o contingente de pessoas livres classificadas como pardas era estimado em torno de 1/3 da população²²⁸. Oferecendo uma medida de comparação, a autora nota que na mesma época, nos Estados Unidos e no Caribe, os descendentes de africanos livres não somavam mais que 5% da população. Ou seja, nas últimas décadas do período colonial no Brasil, a quantidade de descendentes de africanos livres já era muito elevada²²⁹.

²²⁷ Sheila do Castro Faria concorda com esse o viés interpretativo que considera que no século XIX o termo “pardo” não dizia respeito necessariamente à cor dos indivíduos. FARIA, Sheila do Castro. “Cotidiano do Negro no Brasil Escravista”. In: ANDRÉS-GALLEGO, José. (Org.). *Tres Grandes Cuestiones de la Historia de Iberoamérica*. 1 ed. Madrid: Fundación Mapfre Tavera - Fundación Ignacio Larremendi, 2005, v. 1.

²²⁸ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2000, p. 16.

²²⁹ No artigo “Os Homens Livres de Cor na Sociedade Escravista”, Herbert S. Klein observa o crescimento da população de cor, livre, no século XIX, para as regiões nordestinas e para as regiões cafeeiras de São Paulo e Rio de Janeiro. Para meados do século XIX, Klein estimou que a população total de cor era entre 40 e 60%, e atingiu 74% no recenseamento de 1872. KLEIN, Herbert S. “Os Homens Livres de Cor a Sociedade Escravista”, *Dados*, n. 17, 1978, p. 9.

Do fato de que durante todo o período colonial, e mesmo até várias décadas do século XIX, os termos “negro” e “preto” foram usados *exclusivamente* para designar escravos e ex-escravos, procede o argumento de Hebe Mattos em relação aos descendentes de africanos, que não se enquadravam mais nesses termos, pois viviam em liberdade e já viviam há algumas gerações. Assim, da perspectiva da autora, o designativo “pardo” passou a figurar na terminologia racial de modo a compreender e indicar a população de negros que estavam vivendo em liberdade. Atenta à historicidade do termo, a autora sublinha que:

“Pardo” foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência européia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não era mais cabível a classificação de ‘preto’ ou de ‘crioulo’, na medida em que estes tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo. A emergência de uma população livre de ascendência africana – não necessariamente mestiça, mas necessariamente dissociada, já por algumas gerações, da experiência mais direta do cativo – consolidou a categoria ‘pardo livre’ como condição linguística para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis que implicava²³⁰.

No livro *Das Cores do Silêncio*, Hebe Mattos já conferia uma dimensão social ao termo “pardo”. Esse livro, originado de sua tese de doutorado, evidencia os significados da liberdade no Brasil no final do século XIX²³¹. Para tanto, a autora se volta para o ano de 1850 e as condições que orientaram a lei de terras e o fim do tráfico; as ações dos senhores e dos escravos; a reelaboração das condições de dominação com o fim do escravismo; a multiplicidade das relações de trabalho no campo, e as vivências dos indivíduos envolvidos, através de uma narrativa que, nas palavras de Ângela de Castro Gomes, faz emergir “homens de carne e osso”.

²³⁰MATTOS, op. cit., 2000, p. 17.

²³¹MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil XIX)*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

Combinando abordagens macro e micro-históricas, Mattos utiliza um diversificado conjunto de fontes, como inventários *post mortem*, jornais e documentos da Corte de Apelação.

No que se refere ao termo “pardo”, a autora observa que a literatura tratava-o, em geral, de maneira restrita e pouco problematizada, pois comumente o termo era utilizado para indicar o indivíduo que tinha a pele mais clara que o mestiço ou como sinônimo de mulato. Questionando essa correspondência, Mattos se volta para suas fontes e observa que:

Na qualificação dos réus e testemunhas, nestes documentos, a ‘cor’era informação sempre presente até meados do século XIX. Neles, todas as testemunhas nascidas livres foram qualificadas como brancas ou pardas. Deste modo, ao contrário do que usualmente se pensa, o termo me parece que não era utilizado (no período colonial e mesmo no século XIX, pelo menos para as áreas em questão) apenas como referência à cor da pele mais clara do mestiço, para a qual se usava preferencialmente o significante mulato. A designação de ‘pardo’era usada antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição de não branco²³².

Desse modo, o termo “pardo” tinha um significado mais alargado do que os termos “mulato” ou “mestiço”, uma vez que não se referia apenas à cor da pele dos indivíduos, mas, sobretudo, referia-se e marcava uma diferenciação social.

É interessante notar que os próprios pardos se davam conta dessa diferenciação social e a utilizavam em favor dos seus interesses mais imediatos, como mostra Daniel Precioso (2010). Durante a segunda metade do século XVIII, os “homens pardos” encaminharam cartas ao Conselho Ultramarino questionando os impedimentos que não lhes permitia conquistar posições mais elevadas da escala social. Naquelas missivas, os pardos requeriam, diz Precioso, o afrouxamento das leis que lhes impediam o direito de associações em Ordens Terceiras, de ocupações de cargos públicos e do exercício de funções eclesiásticas. Nas cartas, os pardos apresentavam suas justificativas para tal pleito, pois, afinal, eram:

²³²MATTOS, op. cit. 1996, p. 29-30.

[...] “legítimos vassalos” ou “bons e leais vassalos”, pois eram casados, “nacionais do domínio”, filhos de homens brancos e como tais reconhecidos, mestres em artes liberais (música) ou em ofícios mecânicos, sendo muitos ocupados nos reais serviços militares, policiando os sertões e as estradas, combatendo quilombolas e realizando achados de metais preciosos²³³.

Segundo Daniel Precioso, algumas cartas contaram com recomendações de pessoas importantes, como Bernardo José Maria Lorena e Silveira, governador de Minas Gerais no período de 1797-1803. Nesse episódio, o designativo “pardo” conforma-se tanto à mestiçagem (filhos de homens brancos) como à condição social (mestres e artes e ofícios, militares, ditos garimpeiros). Aqui cor e qualidade se misturam.

Sheila do Castro Faria (2004), em um estudo sobre mulheres escravas e libertas que mercadejavam nos arraiais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, apresenta um pensamento parecido ao de Peter Eisenberg e Hebe Mattos ao observar que o termo “pardo” não se referia necessariamente à cor da pele, mas à condição de livres dos indivíduos de ascendência africana. Não obstante, a autora deixa ver também o uso variado do termo pardo, que funcionava como uma espécie de carta, segundo a combinação que o jogador tinha na mão, o que a leva a habilmente sentenciar que:

O termo pardo fosse uma espécie de curinga, pois qual outra denominação deveria ser dada aos filhos, já nascidos livres, de africanos libertos, por exemplo? Pretos não podiam ser, porque não nasceram na África. Mulato e cabra também não, porque não eram mestiços. Restava o pardo, amplamente utilizado para se referirem aos que não eram africanos ou crioulos, na escravidão, e aos filhos de alforriados, na liberdade²³⁴.

²³³PRECIOSO, Daniel. “Taxionomia das “Cores”: os pardos nos registros coloniais (Minas Gerais, século XVIII)”. In: *3º Simpósio Impérios e lugares no Brasil*, Mariana, Minas Gerais, Maio 12-14, 2010, p. 4. Mimeo.

²³⁴FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. 2004. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2004, p. 69.

A ideia expressa nessa passagem leva à conclusão de que “pardo, como negro, preto, dentre outras expressões, eram pessoas que não tinham cores diferentes, mas diferentes qualidades”²³⁵.

Silvia Lara (2007) examinou os significados políticos da presença expressiva de escravos e libertos nos centros urbanos da América portuguesa e evidenciou como esse contingente foi integrado à hierarquia das relações sociais na colônia. Para a autora, cor e condição “[...] não caminhavam de modo direto, mas transversal, passando por zonas em que os dois aspectos se confundiam ou se afastavam, e em que critérios díspares de identificação social estavam superpostos”²³⁶.

Assim, pois, o que poderia ser interpretado como uma combinação simples – cor e condição social, juntos, determinando a classificação racial do indivíduo – ganha no argumento de Silvia Lara (2007) tratamento mais apurado, na medida em que, colocados em perspectiva e cotejados, a análise de Silvia revela que a combinação entre esses dois aspectos não se dava de maneira tão fácil assim, nem seguia uma regularidade; ao contrário, os efeitos dessa combinação podiam resvalar na assimetria e no embaraço. Se a classificação racial do indivíduo era avisada pelos aspectos cor-condição, era, contudo, especificada nas “zonas” por onde esses aspectos passavam e pelos critérios lá deflagrados. Saber se era mais a cor ou se era mais a condição que tinha maior peso na classificação, isso dependia de onde e de como essas variáveis estavam sendo postas.

Do termo “pardo” e dos outros termos de cor nos fala Silvia Lara. Ao examinar a terminologia racial dos Setecentos, a autora afirma que, em determinados contextos, os indivíduos eram caracterizados por palavras que indicavam critérios classificatórios baseados na cor ou na mestiçagem, tais como “preto”, “negro”, “pardo”, “mulato”, “cafuzo”, e que algumas designações foram empregadas com o objetivo de desqualificação social. Exemplo disso foi a palavra “mulato”, por exemplo, que além de “ter ganhado conotações pejorativas ao longo do tempo, já que podia ser considerada infamante”²³⁷, também era associada “a um nascimento

²³⁵ FARIA, op. cit., 2004, p. 78.

²³⁶ LARA, Silvia. *Fragments setecentistas*. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 131.

²³⁷ LARA, op. cit., 2007, p. 137.

bastardo”, valendo como injúria ou xingamento²³⁸. Nos processos de injúria, o uso do epíteto de “mulato” tinha por força diminuir a condição social de um indivíduo. Já o termo “pardo” ganhara significados bem menos pejorativos.

Observando o dicionário de Raphael Bluteau, Silvia Lara considera que o termo pardo pôde talvez “ter seu significado mais descritivo, associado a uma cor situada ‘entre branco e preto’, o termo ‘pardo’ pudesse ser tomado de forma mais neutra”²³⁹. Se os brancos eram associados à liberdade, os pretos eram ao cativeiro, e para todas as outras gradações na cor da pele, a ambiguidade imperava.

Ao estudar as trajetórias de famílias egressas do cativeiro que vivenciaram a ascensão social numa vila paulista do século XIX, a vila de Porto Feliz, Roberto Guedes (2007) observa que os designativos usados em referência aos afrodescendentes acompanhavam suas reputações sociais e que a mobilidade social daqueles indivíduos nem sempre era ascendente, mas quando era, reunia elementos bem conduzidos do trabalho, das relações familiares e da inserção em redes de socialização. O autor não deixa de notar também que a mudança de posição se dava não apenas na hierarquia social estamental, mas também em via intragrupal, ou seja, no âmbito familiar e através de gerações.

Guedes observa que nos mapas de população da vila de Porto Feliz aparecem os termos brancos, pardos, mulatos e pretos livres, isto é, pardos livres, pretos livres e mulatos, mas que não há negros livres em nenhuma ocasião. Já nos registros de batismo e ordenanças aparecem ainda as expressões pardo forro e pardo liberto, mas não pardo livre, informações que levam o autor a concluir que pardo pode, ou não, indicar um distanciamento geracional maior em relação ao cativeiro. Nas listas nominativas, muitos pardos eram forros. Com essas informações, o autor conclui que o termo pardo, quando aplicado a livres, indicava uma posição social distinta em relação a outros descendentes de escravos (pretos e negros), e a brancos²⁴⁰. Por isso, há que se atentar para as situações sociais em que essas expressões são definidas.

²³⁸ LARA, op.cit., 2007, p. 140.

²³⁹ LARA, op. cit., 2007, p. 142.

²⁴⁰ GUEDES, Roberto. “De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX)”. In: FRAGOSO et. al. (orgs.). *Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 347.

Os dados enfeixados pelo autor de fontes seriais são reveladores e permitem-lhe afirmar que a ascensão social poderia levar até mesmo à mudança de cor, isto é, se em determinado ano, um forro era classificado como pardo, em outro, a classificação podia variar de tal modo que aquele mesmo indivíduo, de acordo com sua ascensão social, podia ser reclassificado como branco²⁴¹.

Ainda falando em “mudança de cor”, Clotilde A. Paiva traz um dado interessante. Comparando as listas nominativas dos anos de 1831 e 1839 em um Distrito da província de Minas Gerais, a autora constatou que houve:

[...] um indivíduo listado como pardo em 1831 e como branco em 1839. Possivelmente, em decorrência e uma percepção diferenciada dos Juízes de Paz, responsáveis por tal Distrito, nos dois momentos de 1831 e 1839/1840. Ou ainda, e aí mais interessante e sugestivo por mudança e status econômico-social de tal indivíduo, enviesando sua própria aparência/percepção, fato explicável dentro de uma sociedade notadamente estratificada e racista²⁴².

Voltemos, para encerrar os exames desses autores, a Roberto Guedes (2007) e sua análise sobre a trajetória de ascensão social do forro Joaquim Barbosa Neves, “um liberto de abundosos bens”, que ao morrer era senhor de 41 escravos; esse homem tinha suas qualidades reconhecidas pelas elites locais e amplos laços de sociabilidade, abarcando desde comerciantes e artesãos da vila de Porto Feliz até comerciantes da Corte do Rio de Janeiro. Roberto Guedes sublinha que este forro quase sempre foi reconhecido socialmente como pardo. A partir da trajetória desse forro, o autor conclui que a lógica da mobilidade social do forro por ele pesquisado incluía algum tipo de habilidade no exercício de uma função, o comércio, a estabilidade familiar e, principalmente, a aliança com as elites.

As análises desses autores sobre os usos e sentidos do termo pardo no Brasil escravista são, evidentemente, bem mais elaboradas do que o apresentado acima, mas para os propósitos

²⁴¹ Sheila de Castro faria também observa que a cor podia inclusive “mudar” conforme a condição das pessoas. FARIA, Sheila do Castro. “Cotidiano do Negro no Brasil Escravista”. In: ANDRÉS-GALLEGO, José. (Org.). *Tres Grandes Cuestiones de la Historia de Iberoamérica*. 1 ed. Madrid: Fundación Mapfre Tavera - Fundación Ignacio Larremendi, 2005, v. 1, p. 41.

²⁴² PAIVA, Clotilde Andrade. (Coordenadora). *Estrutura e dinâmica da população mineira no século XIX*. Belo Horizonte: Relatório de Pesquisa/CEDEPLAR, 1989, p. 47.

deste capítulo, a indicação parece suficiente. De suas análises retém-se que, no período escravista, o termo “pardo” não necessariamente indicava a cor mais clara do mestiço ou do mulato, visto que também podia indicar a condição social dos indivíduos, em especial, a condição de liberdade. Em suma, “pardo” era um termo que podia combinar aspectos da cor e da condição social, mas tal combinação não era simétrica e a ênfase em um aspecto ou outro dependia do contexto. Eram pardos mediante os olhos dos outros, ou seja, para serem considerados pardos, os indivíduos dependiam do reconhecimento social de sua condição de liberdade, que era constituída, vale dizer, pelas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam.

Por fim, destaco um ponto importante, que também foi lembrado por Guedes (2007) em sua pesquisa: o relacionamento dos afrodescendentes em condição de liberdade com pessoas da elite local. Cesarino muito bem relacionou-se com pessoas da elite campineira. Se essa relação poderia implicar a submissão de Cesarino às pessoas dessa elite, acredito, entretanto, que a submissão não era de toda forma. Embora certamente houvesse desigualdade e assimetria nas relações entre os afrodescendentes em condição de liberdade e pessoas da elite e, por suposto, houvesse desigualdade e assimetria nas relações de Cesarino com a elite local, a dependência, como vimos, nem sempre era unilateral, podendo haver, assim, interesse das duas partes. Considerando muitas passagens da vida de Antonio Ferreira Cesarino, isso se mostra plausível.

Capítulo IV – A parentela

Consta que Antonio Ferreira Cesarino e Balbina Gomes Cesarino tiveram 10 filhos, foram eles: Amancia, Zeferina, João Clímaco, Antonia, Maria, Bartholomeu, Antonio, Aprígio, Bernardina e Balbina. Talvez porque alguns deles morreram ao nascer ou ainda jovens, uma fonte refere-se e enumera os filhos de Cesarino e Balbina como sendo “três casais”²⁴³.

Sobre Zeferina, Antonia e Maria tenho pouquíssimas informações. De acordo com os registros individuais do Family Search International Genealogical Index (FSIGI), Zeferina Cesarino foi crismada em 24 de fevereiro de 1839 na Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Campinas. Antonia foi crismada em 26 de janeiro de 1845 e Maria Cesarino em 13 de abril de 1846. Antonio Cesarino foi crismado em 27 de novembro de 1848, na Igreja Nossa Senhora da Conceição²⁴⁴. Esse Antonio, homônimo do pai, morreu aos 21 anos de idade; portanto, por volta de 1869.

Não há resultado de busca no FSIGI para a data do nascimento, batismo ou crisma de Balbina-filha e Bernardina. A informação de que elas eram filhas de Cesarino e Balbina Gomes vem do FJB, série 10- Personagens, “C”, P 316 e do FAF CJ, pasta 3, Família Cesarino.

Amancia Cesarino foi batizada e crismada em 24 de abril de 1831 na Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Campinas. Solteiras por toda a vida, Amancia e Bernardina trabalharam como professoras no Colégio Perseverança até que assumiram o negócio da família. Bernardina respondia ainda pela direção do colégio. Em 30 de agosto de 1869, Amancia e Bernardina deram entrada a um requerimento junto à Câmara de Campinas solicitando a isenção de seus impostos pessoais e do imposto sobre o “colégio que cupicantes estabeleceram nesta cidade e debaixo de vigilância de seus pais”, alegando que estariam sustentando os pais já velhos e que estariam passando por dificuldades financeiras para a manutenção do colégio. Ao que parece, o requerimento foi deferido, pois três anos mais tarde, em 14 de julho de 1873,

²⁴³ CMU, FAF CJ, Mb, Pasta 3, fl. 19, 20.

²⁴⁴ Cópias dos documentos sobre as datas de nascimento, batismo ou crisma das pessoas mencionadas neste capítulo, de acordo com o FSIGI, encontram-se anexados nesta tese a partir da página 184.

“Bernardina Cesarino Gomes e Irmãs” entram novamente com um ofício junto à Câmara solicitando nova isenção e dessa vez com a justificativa que “sobre sacrifício com que tem sustentado as suplentes dirigido o seo Colégio Perseverança, onde tem educado gratuitamente algumas meninas pobres”²⁴⁵.

Como se vê, essas filhas de Cesarino, além de tomarem a frente do negócio da família e defenderem seus interesses, também se valeram, a exemplo do pai e de outros membros da família, de dispositivos inscritos no trânsito de mercês: porque atendiam meninas pobres no colégio, acharam-se em condições de pedir isenção de imposto para si e para o próprio colégio. Se o exposto demonstra isso, também demonstra que essas moças estiveram atentas ao clima social vigente na época. Afinal, fizeram o que fizeram, isto é, solicitaram a isenção de impostos sobre o colégio porque perceberam que tal coisa era passível de ser feita e alcançada naquele contexto. Ao que parece, Amancia e Bernardina morreram entre finais da década de 1880 e os primeiros anos da década seguinte.

Dos filhos homens do casal Cesarino e Balbina, aparece João [Clímaco] Cesarino, que nasceu em São Carlos, mas foi crismado em Campinas em 12 de julho de 1840. Na vida adulta, João foi solicitador, aquele profissional liberal licenciado em Solicitadoria que praticava atos jurídicos por conta de outrem, mediante retribuição. O solicitador representava, aconselhava e acompanhava os cidadãos junto aos órgãos da administração, tribunais, defendendo seus direitos. Mudam-se os termos e João Clímaco Cesarino aparece com a ocupação de advogado provisionado²⁴⁶, também chamado de rábula, aquele que no período imperial trabalhava como advogado, sem título acadêmico, mas autorizado pelo órgão competente do Poder Judicial a postular em juízo através de uma provisão ou carta de provisão. A situação de um homem sem título acadêmico, mas que exercia uma profissão regular, não ocorria apenas com a advocacia, pois assim como os advogados sem título, houve durante todo o Brasil colonial e imperial uma sorte de dentistas, médicos, engenheiros e outros tipos de profissionais que eram, quando não incentivados, bastante tolerados face à significativa falta de profissionais formados para as diversas funções²⁴⁷; e, por força dessa lacuna, João Clímaco pôde desenvolver suas habilidades.

²⁴⁵ CMU, FJB, série 4: Ensino e Pesquisa, subsérie 4: Escolas, filipetas.

²⁴⁶ CMU, FAFCJ, Mb, Pasta 3, fl. 20

²⁴⁷ Entre os rábulas famosos destacam-se Luis Gama, Evaristo de Moraes e Cosme de Farias. Em um capítulo de *Sobrados e Mocambos*, Gilberto Freyre trata da ascensão do bacharel e do mulato no período do Segundo Reinado

Através das informações depreendidas do Inventário de seu pai, sabe-se que João Clímaco foi casado com Delfina Maria e que tiveram dois filhos: Izara e Aristides²⁴⁸. De acordo com o verso de sua fotografia, João Clímaco faleceu em março de 1882. A **imagem 7** mostra a fotografia de João Clímaco e a **imagem 8** o verso da fotografia.

Aprígio, de quem já se falou no final do segundo capítulo, nasceu em 27 de maio de 1851 e foi crismado em 27 de junho na Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Campinas. Como já foi dito, Aprígio foi jornalista, mas também foi músico. Em relação à sua profissão de músico, sabe-se que, além dele ter vivamente se interessado por música, interesse corrente em sua família, Aprígio foi um “bom músico” e tocava vários instrumentos, dentre eles o piano²⁴⁹. Não se sabe se Aprígio casou e/ou teve filhos.

Outro filho de Cesarino que atingiu a vida adulta foi Bartholomeu (em certos documentos o nome dele aparece com a grafia Bartolomeu ou Bartolomeo), que desempenhou o ofício de marceneiro e mais tarde se tornou carteiro da cidade de Campinas. Não há fotografia de Bartholomeu, mas há registro no FSIGI sobre a data de seu batismo e crisma: 20 de abril de 1847. Em relação a sua profissão de carteiro, feita por um de seus netos, aparece uma observação em tom malicioso: “[...]. Dizem que a exercia muito bem, ao ponto de entregar, às vezes, às destinatárias, algo mais do que correspondência...”²⁵⁰.

Malícia à parte, é importante sublinhar que, embora os primeiros carteiros tenham sido os tropeiros e qualquer viajante que vencesse os caminhos no lombo de um burro ou nas tábuas de uma canoa pudesse muito bem exercer tal função, como de fato exerciam, a denominação “carteiro” foi usada pela primeira vez oficialmente no Decreto 255 de 29 de novembro de 1842, instrumento legal que detalhava seus deveres, previa punição para os relapsos e também previa a perda do direito ao serviço de entrega postal toda pessoa que maltratasse o seu carteiro.

e na República, onde “uma fulgurante plebe intelectual” da qual participam bacharéis de origem humilde, muitos deles pretos e mestiços que formavam uma nova elite que se destaca frente as deficiências da posição social de origem ou mesmo da origem étnica (FREYRE, 2004 [1936]).

²⁴⁸ CMU, FTJC, 1892, c.x. 385, proc. 7652.

²⁴⁹ CMU, FAFCJ, Mb, Pasta 3, fl.19

²⁵⁰ CMU, FAFCJ, Mb, Pasta 3, *Memórias de um Pajem*, fl. 5.

João Clímaco Cesarino

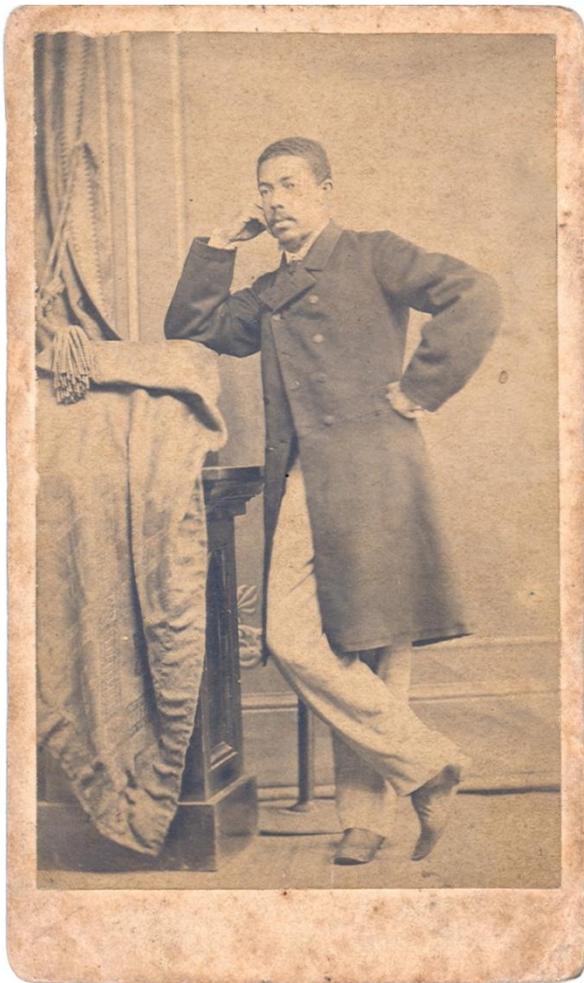


Imagem 7: Frente da fotografia de João Clímaco Cesarino.

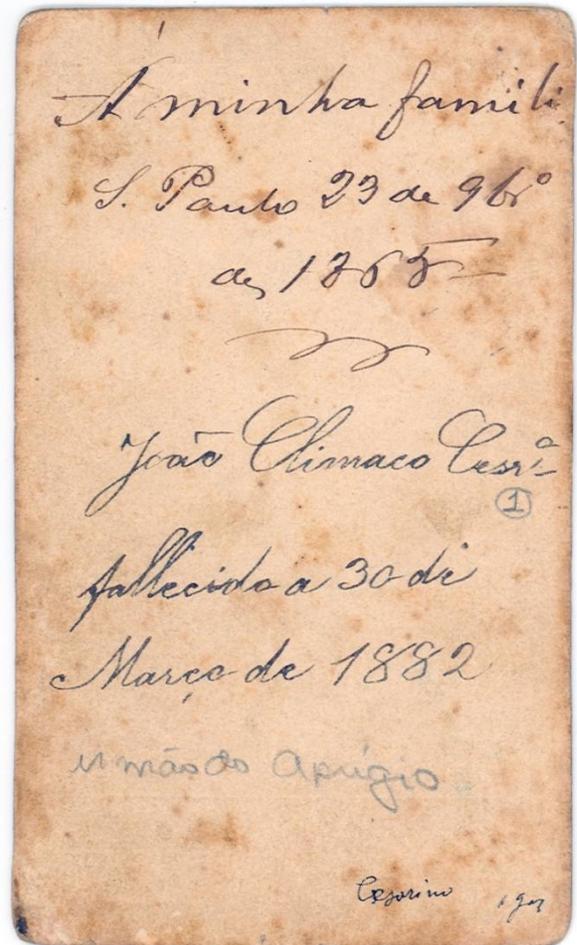


Imagem 8: Verso da fotografia de João Clímaco Cesarino. Data indicada da fotografia: 1865

Escrevendo sobre os correios, informa Ricardo Gumbleton Daunt que o primeiro posto desse estabelecimento em Campinas data de 1822 e que por muito tempo o serviço de remessa e distribuição das cartas fora feito gratuitamente. “Passados anos, foi remunerado, porém mal, e em todo período de que se trata era instituição muito acanhada”²⁵¹. Mas em meados do século XIX, diversas leis foram decretadas para melhorar as condições de trabalho do carteiro e aumentar os baixos salários que até então recebiam. Nesse horizonte, tentava-se exigir desses homens um padrão razoável de competência e, através de concursos que contavam com provas de leitura, escrita e aritmética elementar e com um atestado de bons antecedentes, emitido pelo pároco de freguesia ou por autoridade policial, o carteiro era então admitido. Ao longo de sua jornada de trabalho, o carteiro não podia fumar, nem conversar com amigos na rua. Em virtude de todas essas exigências que restringiam o acesso ao cargo, apenas as pessoas de um certo nível de instrução exerciam a profissão e, por isso mesmo, os carteiros passaram a gozar de estima geral²⁵².

Em 1875, Bartholomeu casa-se com Maria Joaquina, aluna do colégio de seu pai. Considerando a narrativa dos descendentes, é possível que Maria Joaquina estivesse entre as alunas que estudavam no colégio e que nada pagavam. Leitora assídua de um tal livro “*Narrativans Françaises*, de Filon”²⁵³, supõe-se que Maria Joaquina conhecia a língua francesa. O relato de uma descendente desses Cesarinos sugere que Bartholomeu e Maria Joaquina se casaram talvez devido também ao empenho das professoras do colégio, as irmãs de Bartholomeu, em aproximá-los. Dessa perspectiva e de maneira divertida, sugeriu-se que as irmãs de Bartholomeu, “tiveram culpa no cartório”²⁵⁴.

Bartholomeu Cesarino e Maria Joaquina Cesarino tiveram cinco filhos, que conformaram a geração dos netos/as de Cesarino. Foram eles: Alice, Antonio, João, Aristides e Gatino. Alice Ferreira Cesarino recebeu “os santos óleos de batismo” no dia 1º de agosto de 1880 na Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Campinas. Antonio Ferreira Cesarino, de quem ainda se falará,

²⁵¹DAUNT, 1904 [1941], p. 340

²⁵² Dados obtidos dos Cartões Postais sobre a evolução dos uniformes de carteiros, Museu Postal e Telegráfico - ECT, Brasília/DF.

²⁵³ Cf. CMU, FAFCJ, Mb, Pasta 3, fl. 6. Provavelmente referência ao livro de A. Filon: *Nouvelles narrations françaises*. Paris: Hachette, 1876.

²⁵⁴ Relato de Flávia Cesarino Costa, em Fevereiro de 2008.

pois, além de ele carregar o nome de seu avô, ele mesmo passou o nome adiante, registrando seu filho com o mesmo nome), nasceu em 28 de novembro de 1881 e foi batizado e crismado em 31 de março de 1882 na Igreja Nossa Senhora da Conceição. João Cesarino, por sua vez, foi batizado e crismado em 09 de dezembro de 1883 naquela mesma igreja. Já Aristides Cesarino, nasceu em 02 de dezembro de 1887 e foi batizado em 03 de dezembro na Igreja Nossa Senhora do Carmo, em Campinas. Gatino Cesarino foi batizado e crismado em 29 de setembro de 1889. Não há outras informações sobre Aristides e Gatino.

Assim como o pai, parece que Bartholomeu se encontrava inserido no trânsito de mercês. É o que mostra o *post scriptum* de uma carta que ele enviou a um de seus filhos:

Em tempo. Seguio para essa cidade (hontem) removido para a Agencia de Correio, o praticante desta Adminstração Sr. Herculano Pimentel distincto mosso a quem eu devo muitas finezas, a meu pedido elle tem de procuraste, fazer por tão digno mosso que em tuas forças estiver²⁵⁵.

De maneira bastante direita, Bartholomeu pede ao filho que faça tudo o que estiver ao seu alcance em favor de uma terceira pessoa, a quem Bartholomeu devia “muitas finezas”. Nesse trecho, evidencia-se um dos argumentos deste trabalho: o de que alguns filhos e netos de Cesarino também se viram inseridos em um regular esquema de troca de favores em seu convívio social.

Se para Bartholomeu não se tem informação sobre a causa de sua morte, de Maria Joaquina sabe-se que morreu na primeira epidemia de febre amarela na cidade de Campinas em 1889. Com a morte de Amancia, Bernardina e, nesse ano de 1889, de Maria Joaquina, “mudaram-se todos [o velho Cesarino, Bartholomeu e filhos] para uma pequena casa na Rua Barão de Jaguará”²⁵⁶.

Em relação aos netos de Cesarino, concentremos naqueles sobre os quais tenho alguma informação. Sabe-se que a filha de Cesarino, Balbina-filha, casou-se com Jeremias Antonio (ou Antenor) da Silva. A julgar pela data de batismo do primeiro filho do casal, o casamento deve ter

²⁵⁵ Carta que fazia do conjunto de documentos doados pela família Cesarino ao Centro de Memória da Unicamp e que, na época desta pesquisa, não estavam ainda catalogados.

²⁵⁶ CMU, FAFCJ, Mb, Pasta 3, fl. 20.

sido realizado por volta de 1868. Esse casal teve 6 filhos: Antonio Silva, Amancia da Silva, Rita da Silva, Benta da Silva, Balbina da Silva, e Jeremias da Silva. Todos com resultado de busca no FSI.

Mas Balbina-filha ficou viúva muito cedo. Com o fechamento do Colégio Perseverança e a morte de seus parentes mais próximos, ela teria ficado desamparada até que conseguiu, com o auxílio de um senhor chamado Alberto Faria, uma vaga para lecionar na escola municipal do Bairro do Filipão. Amparada, Balbina pode tocar a vida e criar os filhos de maneira mais acertada.

Por onze anos Balbina-filha permaneceu na escola municipal, onde “muito trabalhou não só para os alunos, como também em prol do melhoramento do Bairro”²⁵⁷. Atribuiu-se à essa Balbina os esforços num pleito junto à Estrada de Ferro Sorocabana para que se fizesse uma parada de trem no Bairro do Filipão, pois antes os moradores desse bairro tinham como parada mais próxima a Estação Sete Quedas, localizada a dois quilômetros de distância²⁵⁸. A Estrada de Ferro Sorocabana foi fundada em 1872 e o primeiro trecho da linha foi aberto em 1875, até Sorocaba. Em 1892, foi fundida pelo Governo com a Ituana, na época à beira da falência e, com essa anexação, o trecho foi prolongado até Mairinque e, conseqüentemente, o trecho entre Mairinque e Francisco Quirino foi prolongado até Campinas, dando origem ao ramal de Campinas²⁵⁹. Portanto, é provável que o pleito capitaneado por Balbina tenha sido feito em meados da década de 1890.

Note-se que se Balbina recebeu a ajuda de Alberto Faria para conseguir uma vaga para lecionar na escola municipal do Bairro do Filipão, ela mesma muito ajudou ao melhoramento do bairro e batalhou pela parada do trem no bairro. Nesse caso, efetivamente, a circulação de dádivas e contra-dádivas corresponde a um “fato social total”, que engloba domínios da vida coletiva.

Seguindo na apresentação dos netos de Cesarino, dos quais conseguiu-se reunir algumas informações, tem-se os filhos do carteiro Bartholomeu: Alice Cesarino e Antonio Ferreira Cesarino. Começamos por Alice. Muito provavelmente foi alfabetizada ainda na infância, se não

²⁵⁷ CMU, FAFJ, Pasta 3, fl. 19

²⁵⁸ CMU, FAFJ, Pasta 3, fl. 20.

²⁵⁹ GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Um dia o trem passou por aqui*. Santo André: Alpharrabio, 2002.

por seus pais, que tinham um grau considerável de instrução – pois, como ressaltado, o pai carteiro, para ser admitido ao cargo, teve que provar um nível de instrução distinto à época, e a mãe havia recebido toda a sorte de instrução oferecida pelo Colégio Perseverança – talvez até mesmo por suas tias-professoras. Se, como vimos o Perseverança fechou suas portas no ano de 1885, Alice, à época, contava com no máximo seis anos, idade com a qual, talvez, não seria admitida nesse colégio. Para a primeira epidemia de febre amarela de Campinas, em 1889, Alice perdeu a mãe (Maria Joaquina). Mas com alguma sorte, a menina não foi mandada para os estabelecimentos então criados para abrigar os órfãos que tiveram seus pais vitimados pela febre²⁶⁰. Mas, na verdade, o que Alice teve não foi sorte, foi o apoio e o desvelo da família. Trata-se da mercê que, sem muita variação, reveste a maior parte das “famílias estruturadas”. Contando com o pai, os irmãos e as tias, Alice seguiu em frente sob os cuidados dos seus. Já moça viçosa, o pai pedia a ela toda atenção à virtude; pedido que pode ser recuperado no poema que Bartholomeu escreveu e dedicou à Alice em janeiro de 1891. Seguem as linhas do poema²⁶¹.

A Uma Jovem

Põe na virtude, filha querida,
Da sua vida todo o primor;
Não dêo à sorte, que tanto illude,
Sem a virtude algum valor.

Tudo perece, murcha a beleza
Foge a riqueza, esfria o amor
Mas a virtude zomba da sorte,
Até da morte disfarça o horror.

Brilha a virtude na sua vida pura
[ilegível]
Oculta, attenta filha mimosa,
Sempre viçosa, tão linda flor

²⁶⁰ Um desses estabelecimentos foi criado pelo padre campineiro João Batista Corrêa Nery, que recolheu em sua casa muitos órfãos em razão da epidemia. Nessa época, Campinas contava com um orfanato, o Orfanato São Francisco, que se tornou pequeno diante da epidemia.

²⁶¹ Esse poema encontra-se entre o material doado pela família Cesarino ao Centro de Memória da Unicamp e, na data da minha consulta, abril de 2009, tal material ainda não havia sido catalogado. Poema escrito a lápis, em letra cursiva, folha solta, recortada, com pauta, muito prejudicada pela ação do tempo. Campinas, 17 de janeiro de 1891.

Alice, moça virtuosa. E talvez devido a tanta virtuosidade, ou até mesmo por culpa dela, ela só foi casar-se aos 25 anos de idade, idade considerada tardia para a época, pois nas últimas décadas do século XIX ainda era costume das mulheres do Brasil casarem cedo, aos quatorze, treze e até doze anos²⁶². E o escolhido foi o italiano Affonso Massarotto, então com 24 anos de idade²⁶³. Affonso nasceu na província italiana de Treviso e era filho de Ferdinando Massarotto e Anna Volpato, que chegaram ao Brasil em 1888, trazendo consigo seus cinco filhos²⁶⁴. Após uma curta passagem pela Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, a família se dirigiu para a cidade de Campinas. Ainda que suscetível à evidência empírica, abro um parênteses e reproduzo um fragmento das notas do sobrinho-neto de Affonso Massarotto, Fábio Moretto, que remonta a chegada desses italianos em terras por nós conhecidas. Após chegar às terras de um fazendeiro de nome Pedro Americo, a numerosa família teria sido alojada na senzala. Daí, segue o texto de Fábio Moretto:

Na manhã seguinte foram para a lavoura. No final do dia Ferdinando tentou explicar a Pedro Americo que não era lavrador e não tinha habilidades no campo, pois era pedreiro. O fazendeiro Pedro Américo fez-se de desentendido alegando não entender o idioma italiano. Na mesma noite Ferdinando cortou a cerca de arame da fazenda com suas ferramentas de pedreiro (martelo e talhadeira), fizeram sete mochilas e fugiram às 3 horas da madrugada. [...] Quando amanheceu avistaram uma pequena casa pintada de branco e para lá se dirigiram. Acabaram chegando à porteira de uma fazenda. O casal e seus 5 filhos chamaram a atenção e logo veio um funcionário da fazenda para saber do que se tratava. Foi então chamado o proprietário, o qual era o **Barão Geraldo de**

²⁶²Escreveu Gilberto Freyre: Foi geral, no Brasil, o costume de as mulheres se casarem cedo. Aos doze, treze, quatorze anos. Com filha solteira de quinze anos dentro de casa já começavam os pais a se inquietar e a fazer promessa a Santo Antônio ou São João. Antes dos vinte anos, estava a moça solteirona (...). Quem tivesse sua filha, que a casasse meninota. Porque depois de certa idade as mulheres pareciam não oferecer o mesmo sabor de virgens ou donzelas que aos doze ou aos treze anos FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2004, p. 429.

²⁶³ Cf. notas escritas por Fábio Moretto. Fábio disponibilizou três páginas datilografadas que remontam algumas datas e fatos que julga importantes na história da família Massarotto.

²⁶⁴ Segundo as notas escritas por Fábio Moretto, em novembro de 1888 o casal Ferdinando Massarotto, então com 46 anos, pedreiro, e Anna Volpato, com 45 anos, que trabalhou como babá na casa de uma condessa italiana, desembarcaram no Porto de Santos junto com os filhos: Orsolina Genovessa, de 17 anos; Giuseppe (ou Giovanni), de 13 anos; Pietro Alessandro, com 10 anos; e os gêmeos Affonso e Zeffira, com 7 anos.

Resende. Tendo já em suas fazendas alguns colonos italianos, Geraldo de Resende que possuía uma cultura razoável, entendia e falava um pouco o idioma italiano, ouviu a história de Ferdinando e lhe disse que ficassem por ali pois necessitava de pedreiros para a construção de moradias para futuros colonos que estavam por chegar.

Fecho o parênteses. Em Campinas, Alice e Affonso se conheceram. Passados alguns anos da chegada ao município paulista, o italiano Affonso e seu irmão mais velho, Pietro, começaram a auxiliar o pai nos serviços do ofício de pedreiro. E não foi apenas pelo excelente desempenho desse ofício que os homens dessa família italiana ficariam conhecidos na cidade, pois, ao frequentarem o *Circolo Italiano* de Campinas, esses jovens recitavam poemas²⁶⁵. As bodas de Alice Cesarino e Affonso Massarotto aconteceram no dia 08 de dezembro de 1905; esse dia se mostra importante não só da perspectiva dos noivos, mas mostra-se sobretudo importante de uma perspectiva analítica, na medida em que inaugura uma série de sucessivos casamentos inter-raciais na família Cesarino²⁶⁶ e também porque é o primeiro dos dois casamentos que se fizeram entre as famílias Cesarino e Massarotto²⁶⁷. Alice e Affonso tiveram 10 filhos²⁶⁸. Em agosto de 1923, Affonso e seu irmão mais velho, Pietro, abriram na Rua Visconde de Indahyatuba, distrito da Conceição, em Campinas, uma empresa no ramo de “construção e reconstrução de prédios”, a *Affonso Massarotto & Irmãos*²⁶⁹. Ao que parece, a empresa ia bem e essa hipótese se confirma

²⁶⁵ Talvez aí esteja indicado um dos pontos que aproximaram as famílias Cesarino e Massarotto, pois a um sarau promovido por uns, poderiam ser muito bem-vindas as poesias declamadas pelos outros.

²⁶⁶ Vale notar que a partir de Alice e Affonso os casamentos inter-raciais se tornaram constantes e o processo de branqueamento da família Cesarino se efetivou em grande medida.

²⁶⁷ O segundo casamento entre Cesarinos e Massarottos se deu na geração seguinte, no ano de 1926, quando o jovem promissor Antonio Ferreira Cesarino Júnior (filho de Antonio Ferreira Cesarino, aquele que era irmão de Alice) desposa Flora Massarotto (filha de Pietro Massarotto, que era irmão de Affonso).

²⁶⁸ Dos quais consegui recuperar os nomes de apenas oito: Octavio Massarotto; Odillo Massarotto; Omar (ou Onar) Massarotto; Affonso Massarotto Filho; Alice Massarotto; Maria de Lourdes Massarotto; Oswaldo Massarotto; Orlando Massarotto.

²⁶⁹ Para abrir a empresa, cada irmão forneceu um capital de igual valor: 2:284\$785, e pelo contrato todos os lucros e prejuízos deveriam ser partilhados na proporção de 50% para cada um. Cf. Inventário de Afonso Massaroto (CMU, FTJC, 1930, of. 3. cx. 21/23, proc. 320).

através dos vários bens elencados no inventário de Affonso²⁷⁰. Cuidando da casa e da penca de filhos, seguindo à risca os compromissos de uma católica praticante, indo vez ou outra aos saraus promovidos pela prima, alegrando-se com o relativo sucesso profissional de seu marido, Alice viu passar os vinte e cinco anos de seu casamento. Em outubro de 1929, os irmãos Affonso e Pietro, de comum acordo, entenderam por bem liquidar a sociedade e em janeiro do ano seguinte, Affonso veio a falecer, “victmado por euterite tuberculose”²⁷¹.

Na condição de inventariante, Alice teve que lidar com a partilha dos bens entre todos os herdeiros, as dívidas ativas e passivas do marido falecido, a renúncia da herança de alguns filhos homens como forma de cedê-la às irmãs e outros trâmites burocráticos²⁷². Com a venda de alguns imóveis, o seguro deixado pelo falecido marido, suas próprias economias e a ajuda dos filhos, essa neta de Cesarino pôde viver seus últimos anos, se não em berço esplêndido, mas com algum conforto material.

Em relação ao casamento de Alice e Affonso, o sobrinho-neto de Affonso comenta:

Alice Cesarino, uma afro-descendente e Affonso Massarotto, um italiano. Deve ter sido um casamento com componente romântico. Só pode ter [sido], eles eram jovens. Um componente romântico que afrontou totalmente os costumes da época. Naquela época era impossível haver um casamento de uma negra com um branco²⁷³.

Alice aparece na **imagem 9** (já viúva) e Affonso na **imagem 10** (em sua juventude).

²⁷⁰Bens deixados por Affonso:“ a) a casa, terreno e quintal, sita a Rua Barão de Jaguará, n. 871 outro´ra 118, depois 140 na freguesia da Conceição; b) a casa, terreno e quintal, da rua Riachuelo, n. 217 antigo 72 sita na freguesia e distrito da Conceição; c) metade do prédio n. 226, antigo 43, da rua Visconde de Indaiatuba, na freguesia e distrito da Conceição, que era da extinta firma Affonso Massarotto e Irmão e que pertence actualmente ao sócio Pedro Massarotto [...]; d) um terreno com várias benfeitorias, sito a rua Duque de Caxias hoje, 1.117” (CMU, TJC, 1930, of. 3. cx. 21/23, proc. 320, fls. 6-8). Os bens imóveis da herança foram avaliados em 54:000\$100 (CMU, FTJC, 1930, of. 3. cx. 21/23, proc. 320, fls. 39).

²⁷¹Segundo as narrativas de um descendente dos Massarotto, Alice faleceu em 05 de novembro de 1942.

²⁷²CMU, FTJC, Inventário, 1930, of. 3. cx. 21/23, proc. 320.

²⁷³Palavras de Fábio Moretto, sobrinho-neto de Affonso Massarotto. Esse trecho faz parte de uma longa conversa de Fábio Moretto teve com as pessoas que estiveram presentes no jantar realizado em dia 16 de março de 2006, em homenagem a Cesarino Júnior. A maior parte das pessoas presentes fizeram várias perguntas a Fábio Moretto. Conversa gravada em áudio por Flávia Costa Cesarino. Tenho uma cópia desse áudio.

Alice Cesarino Massarotto



Imagem 9: Fotografia de Alice Cesarino. Sem data

Affonso Massarotto



Image 10: Fotografia de Affonso Massarotto. Sem data.

“Naquela época era impossível haver um casamento de uma negra com um branco”, consta no relato. Impossível não era, pois estudos que tratam dos casamentos inter-raciais de jovens italianos no oeste paulista na virada do século XIX para o XX dão provas disso²⁷⁴. Se é certo que esse tipo de casamento não era comum, o que não era de fato, não quer dizer que eram impossíveis de acontecer. Aconteciam. Assim, central à análise é matizar as variantes de como aconteciam.

Inicialmente cabe observar que, a partir da segunda metade do século XIX, um grupo de fazendeiros do Oeste Paulista, premido pela falta de mão-de-obra escrava, decorrente principalmente da extinção do tráfico negreiro, defendeu o uso da mão-de-obra livre em suas lavouras cafeeiras. Como parte desse processo, havia também a campanha abolicionista que em um de seus principais marcos defendia a constituição do trabalho assalariado no país. Em paralelo a essas demandas, estavam em curso no norte da península itálica transformações sócio-econômicas que afetaram principalmente a propriedade da terra. Impulsionados por essas transformações, um número significativo de italianos começa a imigrar para o Brasil a partir da década de 1870, movimento que atingiu o ápice no período de 1880 a 1930. Ainda que tenha sido a região sul do país que inicialmente recebera os primeiros imigrantes, foi na região sudeste que se estabeleceram em maior número. Eram famílias inteiras, casais com um ou dois filhos, homens casados sem família (a família viria depois) e jovens homens solteiros, que vinham tentar a sorte no país. Estabelecidos na nova terra, esses imigrantes passaram a levar suas vidas, não sem algum estranhamento, nas fazendas de café do interior paulista e nos diversos tipos de trabalho que suas habilidades permitiam. E aqueles imigrantes solteiros passaram então a constituir suas famílias.

A partir de uma acurada busca em registros paroquiais, Oswaldo Truzzi, Karl Monsma e Silvia Keller Villas Bôas (2004) mostram o alto índice de endogamia nos casamentos de italianos realizados no Brasil no período entre 1886 e 1916; quer dizer, quando os italianos não se casavam com italianos, procuravam se casar com brasileiros filhos de italianos (BESSANEZI, 1990,

²⁷⁴ BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. “Nascimento, vida e morte na fazenda. Alguns aspectos do cotidiano do imigrante italiano e de seus descendentes”. In: DE BONI, Luis A. (org.), *A presença italiana no Brasil*, Vol. II. Porto Alegre e Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990; BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. “Sposarsi nel Brasile: alguns aspectos da nupcialidade entre imigrantes italianos em terras paulistas.” In De Boni, Luis A. (org.), *A presença italiana no Brasil*, Vol. III. Porto Alegre e Torino: Edições EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996; ANDREWS, George Reid. *Blacks and whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991; MONSMA, Karl. “Identidades, desigualdade e conflito: imigrantes e negros em um município do interior paulista, 1888-1914. Notas de pesquisa”. In: *História Unisinos*, v. 11, p. 111-116, 2007.

1996). Os argumentos a favor da endogamia estiveram relacionados, afirma Giralda Seyferth (2000), à função da família como transmissora da língua e dos costumes para os descendentes.

Sucedia, porém, que alguns/algumas italianos/as começaram a se casar com brasileiras/os²⁷⁵. Se assim ocorria, considere-se, em primeiro lugar, as possibilidades sociais para que esse empreendimento fosse levado a cabo. Sabe-se que os namoros de imigrantes com brasileiros aconteciam em maior número no Oeste Paulista, devido também à heterogeneidade étnica dessa região, em se comparando com a composição étnica homogênea das localidades do Sul do país. E em se tratando das possibilidades de sociabilidade de jovens italianos/as com outros grupos em São Paulo, há que se notar que tal possibilidade era passível de acontecer ora nas fazendas para onde os/as italianos/as se dirigiram, fazendas que também comportavam trabalhadores brasileiros, ora nas missas de domingo, e muito ainda nas festividades e nos aglomeramentos do comércio (TRUZZI, 2004). Em suma, havia sim os “*points de encontro*”.

Em segundo lugar, há que se considerar o excedente de homens entre os imigrantes italianos no Brasil, o que significa dizer que faltavam italianas solteiras no mercado matrimonial²⁷⁶. A relativa escassez de italianas solteiras podia ser corrigida no relativo excedente de brasileiras solteiras em idade de se casar. Contudo, ingênuo seria supor que o casamento de italianos com brasileiras, ainda mais com brasileiras pretas, poderia ser realizado de forma tranquila, haja vista a corrente ideia de que os imigrantes italianos procuravam a todo custo se distinguir dos negros, pois não desejavam ser tratados com estes (MONSMA, 2007).

Mas em relação aos pais da moça negra brasileira, a recíproca comumente não se aplicava, pois “os pais brasileiros geralmente não se opunham ao casamento de suas filhas com

²⁷⁵ Nesse registro, chama à atenção os casos de raptos e fugas, que não eram incomuns. Mas é interessante notar que, quando os raptos aconteciam, os raptos eram homens brasileiros, ainda que ocorressem casos de raptoras italianas. É o que mostra a notícia do jornal *Correio de São Carlos* de 1901 recuperada por MONSMA et al: “Tem graça! Foi presa na estação de Casa Branca, à requisição da polícia da Mooca, uma italiana que raptou um preto e fugiu para aquela região” *Correio de São Carlos* apud MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo; VILLAS BÔAS, Silvia Keller. “Entre la pasión y la familia: casamientos interétnicos de jóvenes italianos en el oeste paulista, 1889-1916”. In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, v. 18, n. 54, 2004, p. 19.

²⁷⁶ “Embora alguns italianos pudessem ‘encomendar’ uma mulher da Itália (onde, aliás, havia excedente de solteiras em muitos municípios, devido à emigração masculina), e outros sonhassem voltar à Itália – e, portanto, quisessem adiar o casamento para depois do retorno – para muitos a melhor opção era se casar com uma mulher brasileira ou de outra etnia imigrante” In: MONSMA et al, op.cit., 2004, p. 7.

italianos”²⁷⁷. Os motivos para isso poderiam ser variados, desde a aposta, ainda que inconsciente, na ideologia do branqueamento que já estava em curso na sociedade brasileira do período assinalado, à intenção de que a filha melhorasse sua situação econômica estando casada com um supostamente bem remunerado trabalhador italiano, portanto, uma intenção de mobilidade social ascendente; e, finalmente, uma presunção acerca do *status* social positivamente diferenciado no interior do grupo da população negra que tal casamento deflagraria.

No clássico, *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem*²⁷⁸, Oracy Nogueira afirma que, se a ascensão social dos imigrantes europeus ocorreu com ou sem cruzamento com os descendentes dos colonizadores portugueses, na ascensão dos negros, o cruzamento com o branco, de qualquer origem, foi recorrente. Segundo o autor:

[...] os indivíduos de cor, em condições de subir socialmente, em geral, se unem com pessoas brancas, seja como um meio de favorecer a própria ascensão, seja como um modo de consolidar o status já atingido, ou seja ainda, porque a identificação com as classes média e dominante implica a interiorização dos ideais sexuais e estéticos destas²⁷⁹.

Em todo caso, esse tipo de casamento envolvia processos bastante complexos, perpassados por disposições as mais variadas e, nessa perspectiva, Fábio Moretto, descendente de Affonso Massarotto, talvez tenha razão ao mencionar um afrontamento aos costumes da época, pois, ao escolher casar-se fora de sua “colônia”, e principalmente com uma negra, o noivo corria o risco de se deparar com oposições no interior de sua família e ambos os noivos poderiam experimentar a censura da comunidade em que viviam.

Os estudos que tratam dos casamentos entre italianos/as e negras/os em terras paulistas na virada do século XIX para o XX têm indicado uma condição necessária para que tais casamentos ocorressem. Ainda que entrassem em cena condições e intenções as mais variadas já indicadas - a

²⁷⁷ Cf. MONSMA et all, op.cit., 2004, p. 11.

²⁷⁸ NOGUEIRA, Oracy. “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”. In: *Revista Anhembi*: São Paulo, 1955.

²⁷⁹ NOGUEIRA, op. cit., 1955, p. 502.

falta de mulheres italianas solteiras, para o caso dos homens italianos ou a aposta na mobilidade social, para o caso das mulheres negras – parece constituinte à cena aquilo que Fábio Moretto chama de “componente romântico”. A literatura tem mostrado que as escolhas matrimoniais, em se tratando do elo desses dois grupos – negros e italianos – nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX, nem sempre se deram segundo decisões calculadas racionalmente, disposição ainda corrente na época, e que, em muitos casos, os casamentos desse tipo no Brasil daquele tempo, quando aconteciam, eram motivados pela paixão e/ou pelo amor.

Verena Stolcke atinou para esse aspecto. Em sua análise sobre o racismo e a sexualidade na Cuba colonial, o componente do amor romântico figurava como um dos principais elementos que levavam ao casamento inter-racial, naquele contexto proibido. De acordo com a autora, “el amor significaba la afirmación de la libertad individual de elección por encima de las convenciones sociales”²⁸⁰.

Interrogando o argumento da mobilidade social nos relacionamentos inter-raciais, Laura Moutinho observa que, ao se considerar unicamente os benefícios sociais desse tipo de relacionamento – como poder, *status* e riqueza –, desconsidera-se a forte influência do erotismo e do afeto presentes nesse tipo de relação, quando “o interdito não apenas ordena positivamente as trocas, mas erotiza o próprio objeto da proibição”²⁸¹. Sem deixar escapar, todavia, os argumentos relativos às estratégias de ascensão social, a autora enfatiza, também, o “desejo” que funciona como elemento de atração.

Para Schoen e Kluegel (1988), a escolha do parceiro se dá em conformidade com a composição da população, mais especificamente, com a disponibilidade de existir parceiros potenciais com determinadas características, assim como com a propensão para casar, isto é, se há atração mútua para o casamento entre esses homens e mulheres com as tais características específicas, independentemente da composição da população.

Laura Moutinho observou ainda que o casal inter-racial: “[...] do ponto de vista das alianças e reciprocidades de parentesco, não teria uma moeda de troca social para efetuar a transação”²⁸². Ainda que o argumento da autora seja válido, ele não se aplica para o caso do

²⁸⁰ STOLCKE, Verena. *Racismo y sexualidad en la Cuba colonial*. Madrid: Alianza, 1992 [1974], p. 110.

²⁸¹ MOUTINHO, Laura. *Razão, "cor" e desejo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 342.

²⁸² MOUTINHO, op. cit., 2004, p. 424.

casamento de Alice e Affonso. Considero que nesse casamento houve a tal “moeda de troca social”. Se Affonso era branco, de origem europeia e estava dando início a uma carreira profissional promissora no Brasil, Alice, conquanto preta, não deixava de ser um “bom partido”: moça virtuosa, instruída, neta de um homem que marcou positivamente a história da Educação na cidade, de parentela reconhecida e respeitada, Alice encontrava-se em condições de fazer a transação de maneira, se não igualada, quer dizer, sob os mesmos preceitos, ainda assim, correspondente, equivalente. Amor, paixão, confrontos, ajustes, interesses e equivalências enlaçaram esses pretendentes de cores diferentes no principiar do século XX.

O outro filho do carteiro Bartolomeu (portanto, neto do velho Cesarino de Paracatu), foi Antonio Cesarino, chamado pelos familiares de Totó, nascido em 28 de novembro de 1881, em Campinas. Ao que consta, esse Antonio recebeu alfabetização em casa, com a mãe e as tias, e já rapazinho foi estudar no Liceu de Artes e Ofício de São Paulo. No Liceu, teve alguns colegas campineiros de destaque, entre eles Américo de Moura, que já adulto “dedicou-se extraordinariamente ao serviço dos pobres, na sociedade São Vicente de Paula, em Campinas”²⁸³. Pouco antes de se casar, e talvez como condição para fazê-lo, enviou uma importante e desesperada carta a seu pai, pedindo conselhos sobre se deveria ou não unir-se em matrimônio com aquela moça. Apesar de não conseguirmos recuperar o conteúdo escrito da carta enviada, entendemos que, pela resposta do pai, a dúvida tinha a ver com maledicências que se falavam [não fica claro quem falava] a respeito da moça. Segue a resposta do pai:

S. Paulo, 27 de maio de 1904. Totó, Recebi sua carta de 23 do andante, sciente no conteúdo respondote; com tudo que dizeme não vejo motivos para dares ao dezespero, bem sabeis, que cazamento e mortalha no céu se talha. Porem se for essa a sua sorte, cazarás com essa moça subjugando os caluniadores e a malidicencia, pois para isso tens o meu consentimento; e se te for adverça, aconselhote que deveis reflectir maduramente e fazer por esqueceres, pó que o homem é superior a tudo. Creio que a verdadeira idade de um rapaz a dar tão melindroso passo, é a de 25 annos; não obstante se até esta dacta teres dado provas de muito júzo em teus actos, fasso votos a Deus que continues a assim proceder em todo e qualquer terreno. Vire. Recomendame a todos de caza, e

²⁸³ CMU, FAFCJ, Mb, Pasta 3.

aceites o pai estremoço que em nome de Deus abençoa-te. Bartholomeu Cesarino²⁸⁴.

Provavelmente a carta deve tê-lo encorajado, tanto que nem esperou os 25 anos para dar o “melindroso passo”, pois, ao que consta, em 1905, portanto, com mais ou menos 22 anos de idade, esse Antonio já se encontrava casado²⁸⁵ com Júlia de Franco Andrade. Júlia, branca, filha de nordestinos de origem humilde e, apesar de não ter recebido uma instrução formal, recebeu letramento e desenvolvia as atividades de quitandeira na cidade de Campinas. O casal teve 8 filhos, sendo Antonio Ferreira Cesarino Júnior o primogênito.

Antonio Ferreira Cesarino- neto, apelidado Totó, trabalhou boa parte de sua vida, de 1901 a 1935, no Colégio Estadual Culto à Ciência. Na *Monografia Histórica* dessa instituição de ensino, no capítulo que trata da formação de seu corpo docente e administrativo, encontra-se o seguinte trecho:

Foram nomeados para as funções de contínuos, a 8 de março de 1901, os cidadãos João Mariano da Costa Lobo e Antônio Ferreira Cesarino. O primeiro foi removido para o Instituto Agrônomo do Estado, em 25 de novembro de 1925, e o segundo aposentado a 1.º de agosto de 1935, ambos zelosos cumpridores de seus deveres²⁸⁶.

Os préstimos desse Antonio Ferreira Cesarino-neto ao Colégio Estadual Culto à Ciência não se detiveram nas atribuições de sua função de contínuo, pois seu conhecimento de Português e de um pouco de francês fez com que ele fosse muitas vezes indicado para substituir o bibliotecário. Como funcionário público, batalhou ao lado de Júlia na criação de seus 9 filhos. E a batalha parece não ter sido fácil, pois parte significativa de sua renda pessoal mensal, de mais ou menos 200 mil réis, era destinada ao pagamento do aluguel da casa em que ele, esposa e filhos

²⁸⁴ CMU, documentos doados pela família Cesarino ao Centro de Memória da Unicamp. Por ocasião da pesquisa tais documentos ainda não estavam catalogados, pois a doação havia acontecido recentemente.

²⁸⁵ Cf. Autos de Alistamento Eleitoral. CMU, FTJC, 1905, fl. 3.

²⁸⁶ Colégio Estadual “Culto à Ciência – Campinas, SP. *Monografia Histórica e Memória Fotográfica*. Segunda Parte. Capítulo III: O primeiro corpo docente e administrativo”. In: <http://www.francisco.paula.nom.br/Culto/index%20culto.htm>. Informação capturada em fev. de 2008.

viviam na Rua Doutor Quirino nº 120, que no ano de 1917 atingia o valor de 115 mil réis²⁸⁷. Sobrando poucos réis do seu salário, a família contava com os rendimentos que Júlia conseguia como quitandeira. Júlia e Antonio aparecem na **imagem 11**.

²⁸⁷ O montante de sua renda mensal foi calculado a partir da informação de sua renda anual, disposta nos Autos de Alistamento Eleitoral, que perfazia na data de 13 de abril de 1917 o montante de “2:400#000 (dous contos e quatrocentos mil reis)”. A informação sobre o valor da casa alugada também foi coligida da mesma fonte (CMU, FTJC, 1917, of. 2, cx. 53/61, proc. 789, fl. 6 e fl. 4/5, respectivamente).



Imagem 11: Fotografia de Júlia Franco de Andrade Cesarino e Antonio Ferreira Cesarino. Sem data. [fotomontagem?]

Pelejando daqui e dali, juntando as sobras do salário como contínuo, os rendimentos de Júlia, a família ia tocando a vida. Mas ia mal. É novamente Irene Barbosa (1997) que observa que por essa época a pobreza dessa família era tamanha que fora “jogada na rua” devido à falta de pagamento do aluguel e que um amigo do contínuo, que trabalhava como secretário no colégio estadual, se dispôs a abrigar num cômodo de sua casa toda a família Cesarino até que as coisas melhorassem. Naquele momento crítico, é nítido que os descendentes do velho Cesarino de Paracatu receberam uma mercê. Ao que parece, tempos depois, a família passou a morar na Rua Irmã Serafina²⁸⁸. Em 1936, Antonio veio a falecer, vítima de um atropelamento em São Paulo.

Após a morte do pai, Antonio Ferreira Cesarino Júnior, então com 30 anos de idade, seguiu cuidando da família, trabalhando e estudando. É interessante notar que Cesarino Júnior foi alfabetizado aos cinco anos de idade pela tia-avó, Balbina Cesarino Silva, professora da escola municipal²⁸⁹. Tal como o velho Cesarino de Paracatu fora alfabetizado por graça da tia Marianna no início do século XIX, Totó foi alfabetizado por sua mãe e tias no final daquele século e Cesarino Júnior por sua tia-avó Balbina, no início do século XX. O que afirmo a respeito dos Cesarinos em relação ao letramento é que, parafraseando Mauss, seus esforços, suas dádivas, não são perdidas, reproduzem-se.

A única vez que Cesarino Júnior, então com 14 anos, cogitou em abandonar os estudos para trabalhar, dada a difícil situação financeira pela qual passava sua família naquele momento, a mãe, Júlia, impediu-o. Diante da atitude resoluta da mãe, o rapazinho resolveu então continuar estudando. Endossando a perspectiva sobre a dificuldade financeira dessa família nas primeiras décadas do século XX, Irene Maria Ferreira Barbosa (1997) nota que Cesarino Júnior, teve desde cedo que ajudar no orçamento doméstico quando na escola em que estudava vendia resumos de aulas a troco de alguns tostões, além de ajudar nas igrejas como coroinha. Venda de resumos, recebimento de tostões. A troca de mercês não extenua práticas de ordem financeira.

Em 1924 Cesarino Júnior ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde colou grau em 1928. Fez ainda, na Faculdade de Direito da USP, o curso de doutorado durante os anos de 1933 e 1934. Em 1938, prestou concurso à cátedra de Legislação Social criada no ano anterior nessa Faculdade, e foi classificado em primeiro lugar entre vários outros

²⁸⁸ Cf. Fábio Moretto.

²⁸⁹ A informação sobre a alfabetização de Cesarino Júnior aos cinco anos de idade encontra-se na “Introdução” do manuscrito autobiográfico intitulado *Memórias de um pajem*, de 1986, disposto no CMU, FAFCJ, Mb, Cx4, P3.

candidatos. Em 1948, após concursos de títulos, foi nomeado professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, tornando-se professor catedrático por concurso de títulos e provas em 1960. Antes, porém, em 1952, formou-se médico pela Faculdade Paulista de Medicina, ao mesmo tempo em que exerceu as atividades de advogado, jurisconsulto e professor. Atingiu a mais alta posição da carreira universitária e grande projeção no cenário internacional na área em que foi especialista: Direito do Trabalho. A **imagem 12** mostra Antonio Ferreira Cesarino Júnior, sua esposa e filhos. Ele casou-se com Flora Maria Massarotto, filha dos imigrantes Pietro Massarotto e Anna Rodrigues da Silva Massarotto. Esse casal teve quatro filhos. Esse foi o segundo casamento entre Cesarinos e Massarottos.

Antonio Ferreira Cesarino Júnior, bisneto do velho Cesarino de Paracatu, o quarto Antonio da família, concretizou todos os sonhos acalentados pelos outros “Antonios Cesarinos” que o antecederam. A expressão “ser alguém”, proferida pelo velho tropeiro Custodio e cultivada pelo velho Cesarino de Paracatu, foi com Cesarino Júnior levada a cabo e, ao que parece, com bastante veemência²⁹⁰.

²⁹⁰ No *site* do IBDSJ há mais detalhes sobre sua carreira profissional. Endereço do site: <http://www.institutocesarinojunior.org.br/>. Biografia. Professor Visitante da Universidade de Wisconsin, (EUA, 1953); Professor Honorário da Universidade Central da Venezuela (1955); Professor Catedrático da Faculdade de Economia da USP (1960); Professor Titular da Faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Sorocaba, 1962); Ex-Membro da Comissão de Peritos da Organização Internacional do Trabalho (Genebra, 1976); Professor Emérito da Faculdade de Direito da USP (1978); Membro Honorário da Sociedade de Medicina do Trabalho (Strasbourg, 1954); Presidente da Sociedade de Medicina Social e do Trabalho (São Paulo, 1955); Membro da Academia Nacional de Letras Jurídicas - Co-fundador, Presidente Honorário e Presidente Efetivo da Société Internationale de Droit du Travail et de la Sécurité Sociale (Genebra, 1958-1982); Co-Fundador e Primeiro Presidente da Associação Nacional de Medicina do Trabalho ANAMT (São Paulo, 1968); Membro Honorário da ANAMT (São Paulo, 1977); Presidente de Honra da Academia Nacional de Direito do Trabalho (1978); Presidente Honorário do Instituto de Direito Social, hoje, Instituto Brasileiro de Direito Social Cesarino Junior; Fundador do Partido Democrata Cristão (9 de julho de 1945). Comendador da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Brasília, 1977); Comendador da Ordem de Francisco Miranda (Caracas, 1978); Agraciado com as Medalhas da Ordem do Mérito Social (1963) pelo Instituto de Direito Social e Medalha Jorge Duprat Figueiredo (1988) pela FUNDACENTRO; Membro das Associações Brasileira (AMB) e Paulista de Medicina (APM) e da Academia de Medicina (São Paulo); Ex-Presidente do Departamento de Medicina do Trabalho da Associação Paulista de Medicina (APM); Ex-Membro do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP). Idealizador e Ex-Presidente da Academia Paulista de Direito e do Instituto de Direito Social

Antonio Ferreira Cesarino Júnior e família



Imagem 12: Antonio Ferreira Cesarino Júnior, Flora Massarotto Cesarino e filhos.

Por fim, cumpre dizer que os Cesarinos eram católicos. As orações previstas no regime de funcionamento do Colégio Perseverança, as diárias Ave-Maria, marcadas para depois das seis da manhã e, novamente, para depois das oito e meia da noite; os batismos, as crismas e os casamentos dos Cesarinos, realizados em igrejas católicas e registrados nas fontes; as promessas e novenas narradas pelos descendentes, indicam essa religião.

Antes de falecer, em 2 de novembro de 1892, o velho Cesarino do Paracatu escreveu um pedido em relação ao cortejo de seu corpo:

O meu cadáver quero que seja conduzido no carro dos pobres desde a casa onde móro até a igreja, para ser recomendado simplesmente, sem nenhum aparato, e da igreja ao cemitério conduzido no mesmo carro. Peço ao Reverendo que fizer a encomendação faze-la por esmola²⁹¹.

A simplicidade de seu pedido estava em conformidade com o recato de seus últimos anos de vida.

Atribui-se a Balbina-filha a iniciativa da construção de uma capela no Bairro do Filipão, capela construída sob invocação do Sagrado Coração de Jesus²⁹². Dizem que Balbina era “muito religiosa”.

Antonio Ferreira Cesarino, neto de Cesarino, teria integrado a Sociedade São Vicente de Paulo, em Campinas, organização católica que teve papel relevante na ação social da cidade na primeira metade do século XX. Segundo Carlos Paula (1952), “no dia 13 de setembro de 1907 a Sociedade São Vicente de Paulo inaugurou na rua Sales de Oliveira uma Vila Vicentina, com 48 casas, voltada a abrigar as viúvas e seus os filhos²⁹³”.

Antonio Ferreira Cesarino Júnior, bisneto de Cesarino, frequentou a Escola Santo Antonio e o Instituto Santa Maria, fundado pelo Padre Almeida, um português, que ainda fundou na cidade de São Paulo o Instituto Bom Pastor. Nas palavras de outro padre que conheceu Cesarino

²⁹¹ CMU, FAFCJ, Pasta 3, I: Origens.

²⁹² CMU, FAFCJ, Pasta 3, fl. 19.

²⁹³ PAULA, Carlos F. De. “Assistência Pública”. In: *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, p.486.

Júnior e sua família: “O professor Cesarino teve a felicidade de nascer no grêmio de uma família tradicionalmente católica”²⁹⁴.

Antonio Ferreira Cesarino Júnior criou o Instituto Brasileiro de Direito Social Cesarino Júnior. Nos termos previstos no Estatuto desse Instituto, lê-se em seu artigo 2º: “O Instituto Brasileiro de Direito Social Cesarino Júnior tem por fins: promover o estudo, a pesquisa, o ensino, a difusão e a atuação dos conhecimentos referentes ao Direito Social, em todos os aspectos, sempre de acordo com os princípios da doutrina social católica, sem prejuízo, porém, da liberdade jurídico-científica”²⁹⁵. Antonio Ferreira Cesarino Júnior veio a falecer em 1992.

Ao longo de todo o século XIX até as primeiras décadas do século XX, os Cesarinos professavam e praticavam a fé católica.

Por fim, a **imagem 13** traz um quadro parcial das relações de parentesco Antonio Ferreira Cesarino.

²⁹⁴ CMU, FAFCI, Pasta 3, II: Educação Cristã.

²⁹⁵ Endereço do site: <http://www.institutocesarinojunior.org.br/>. Estatutos. Artigo 2º. Informação captada em: março de 2008.

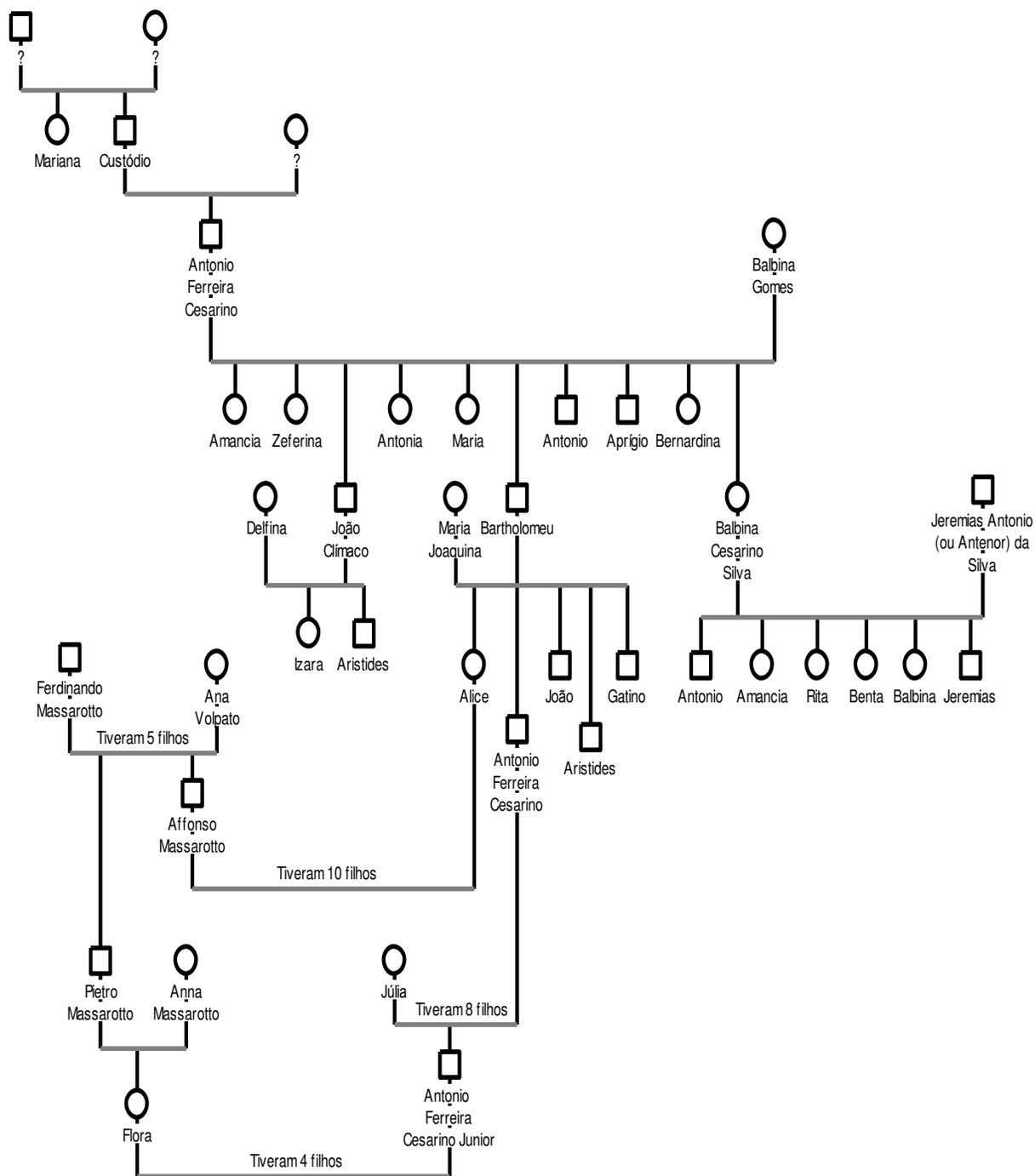


Imagem 13: Quadro parcial das relações de parentesco Antonio Ferreira Cesarino.

Considerações finais

Antonio Ferreira Cesarino, o homem homenageado, prestigiado e reconhecido na cidade de Campinas no final do século XIX por seus *honrados janeiros*, nasceu na Vila do Paracatu do Príncipe, noroeste da província de Minas Gerais, em 1808. Alguns autores afirmam que Cesarino era escravo liberto; entretanto, os autores não indicam referências que comprovem tal afirmação, nem especificam o tipo de alforria por Cesarino obtida (se paga e onerosa ou se gratuita). Certo é que, em 1822, na Lista de Habitantes da Vila de São Carlos (futura cidade de Campinas), para a qual Cesarino se mudou, ele não aparece como escravo; portanto, se Cesarino tivera sido escravo, aos 14 anos já não era mais.

Mas os primeiros dias de vida daquele menino foram marcados por sorte adversa, pois logo que nasceu morreu-lhe a mãe. Cesarino foi criado por uma tia paterna, que lhe ensinou a ler e escrever. Como procurei mostrar, ainda que a dedicação daquela tia para o letramento de Cesarino possa ser apreendida, de modo legítimo, na paisagem dos afetos, onde as ações são movidas pelos sentimentos, por que não dizer, por força do parentesco, deve-se reconhecer, em meio a isso, que seu o letramento ocorreu porque houve alguém que se dispôs a fazê-lo, alguém que lhe apresentou a possibilidade e, assim, lhe concedeu aquele benefício. Argumentei que o letramento de Cesarino se fez possível devido a uma mercê.

O pai de Cesarino, o tropeiro Custódio, não o vira nascer, pois estava a muitas léguas de distância, seguindo viagem pelos sertões e pela província de São Paulo. Órfão de mãe, criado pela tia, letrado, Cesarino passou a infância ansiando estar com o pai e a ansiedade do menino tinha sua razão de ser, pois só foi conhecê-lo muito tempo depois do seu nascimento, aos onze anos de idade, quando o tropeiro retornou à Vila do Paracatu. Nas cercanias do Paracatu, era comum o trânsito das tropas de burros e mulas, assim como eram comuns as indas e vindas dos intrépidos tropeiros. Aliás, vale notar, que a Vila do Paracatu era conhecida como um lugar que abrigava ou servia de passagem para oesses homens ávidos por fortuna, ativos e de rija têmpera. Esses são os atributos do “irascível” Custodio, pai de Cesarino.

No primeiro encontro entre pai e filho, o pai tropeiro, um homem informado sobre o que poderia levar alguém a ter êxito naquela sociedade, tomou conhecimento do especial predicado de seu filho: o menino era letrado. E foi nesse registro que o tropeiro manifestou um de seus mais acalentados sonhos: “queria que o filho fosse alguém”. Sem demora, o tropeiro resolveu o que

faria para que seu sonho fosse realizado: ele e o filho haveriam de deixar a já decadente Vila do Paracatu do Príncipe e tomariam o rumo da promissora vila paulista, pois ao filho com especial predicação cabia uma cidade promissora. Esse foi o viés que organizou e deu sentido à mudança de Cesarino para Vila de São Carlos.

Na Vila de São Carlos, Cesarino foi viver como agregado nas lavras de um importante fazendeiro, o “senhor de terras e homens”, capitão-mor João Francisco de Andrade. Não muito tempo depois de ter chegado à vila, morreu o pai de Cesarino; o rapaz, porém, continuou a viver como agregado na fazenda.

Alcançando a confiança desse fazendeiro, Cesarino tornou-se feitor, passando a viver de maneira diferenciada e a mobilizar conteúdos considerados sofisticados à época: na fazenda do capitão-mor, Cesarino aproveita as horas vagas para alargar os estudos, entre eles o de música. Teve aulas com Manoel José Gomes, o Maneco músico, pai do compositor Carlos Gomes. Este foi um dos exemplos do quanto as mercês estiveram presentes na vida Cesarino. Afinal, ele só pôde ter a ventura de aproximar-se e ser aluno de Maneco por estar inserido no halo, no círculo de convivência do capitão-mor. Em meu argumento, tanto o capitão-mor como o próprio Maneco, estavam, a seus modos, concedendo mercês a Cesarino.

Considerando a figura do agregado, os trabalhos acadêmicos dos quais me vali, sem dúvida, trouxeram informações importantes sobre as disposições que levavam as pessoas a se dirigirem a terras alheias, tornando-se agregados, assim como as disposições que levavam os fazendeiros a admitirem essas pessoas em seus domicílios. Não obstante, resolvi mudar o foco da minha análise para domínios que considere um tanto mais subjetivos. Minhas novas questões eram: quais os anseios dos agregados? Como apreendiam o contexto em estavam inseridos? O que era colocado em voga e o que, de fato, estava em voga nas relações entre agregados e senhores proprietários?

A despeito desses questionamentos sobre a vida dos agregados, tive por referência as personagens de alguns romances de Machado de Assis. De modo irredutível, Machado de Assis imprime bem e com frequência a figura do agregado na sociedade brasileira do século XIX. Personagens principais em muitos de seus romances, secundários em outros, os agregados aparecem por toda sua obra machadiana. O bruxo do Cosme Velho, ele próprio, teria experimentado a condição de agregado na infância. Talvez daí se derive a regularidade com que esse tema aparece em seus escritos e os vários ângulos por ele apresentados.

Deixei claro que a razão de Machado de Assis figurar neste trabalho está no fato desse autor pautar, de maneira alargada, o alcance das experiências dos agregados. Mas não se trata, bem entendido, de praticar-se um jogo de espelhos entre a realidade e a ficção, forçando o reflexo de Cesarino nas personagens machadianas ou vice-versa. Trata-se de atentar-se para uma escrita que reconstrói com clareza experiências possíveis. Considerar as personagens de alguns livros de Machado de Assis não significa eleger a sua interpretação para o sujeito desta pesquisa, mas significa, isto sim, ter a chance de interrogar o sujeito desta pesquisa à luz de descrições cuidadosamente feitas e de caracteres que, em alguma medida, estiveram presentes nos dados que apresentei.

Ao deixar a fazenda do capitão-mor e, conseqüentemente, ao deixar de ser agregado, Cesarino passou por um rol de ocupações: foi carpinteiro, músico e alfaiate. No final da década de 1820, Cesarino casa-se com Balbina Gomes da Graça. Casado e com filhos, Cesarino continua trabalhando no ramo do vestuário, mas agora na comercialização de fazendas (de tecido). Ao que parece, esse negócio foi lucrativo por algum tempo, tanto é que no livro *Campinas de outr'ora*, publicado em 1905, Raphael Duarte deixou registradas as antigas casas comerciais que existiram em Campinas a partir de 1840. De acordo com Raphael Duarte, a loja de Cesarino figurava entre as mais importantes da cidade. Mas, com o passar do tempo, com ventos soprando ao contrário, Cesarino foi tentar a sorte em outra freguesia. Ou melhor, em outras freguesias, pois ele entendeu salvar-se indo mascatear. Assim, foi ele para Curitiba, acompanhado por um moleque negro que havia comprado em São Paulo. Abro um parêntese: como mostram as fontes, Cesarino teve pelo menos um escravo. Como informou o professor e historiador Sidney Chalhoub no meu exame de qualificação, esse era um proceder comum aos negros que naquela época ascendiam socialmente. Aliás, a primeira coisa que faziam ao ascender socialmente era comprar um escravo, pois ter um escravo dimensionava o status de uma pessoa. Fecho o parêntese. Depois de mascatear, Cesarino voltou para Campinas - a Vila de São Carlos alcançou o status de cidade de Campinas em 1842 - sem o moleque e com alguns réis no bolso, pois nessas andanças havia conseguido juntar dinheiro. Sem perda de tempo, Cesarino e sua esposa Balbina abriram outro negócio que, diferente dos anteriores, perdurou por um longo tempo e através do qual ficou conhecido na cidade, constituindo parte de sua história.

Aos 10 dias do mês de março de 1860, Antonio Ferreira Cesarino e a sua esposa Balbina Gomes da Graça Cesarino abriram as portas de um colégio para moças na então pujante cidade

paulista de Campinas. O corpo discente do Colégio Perseverança era composto pelas “filhas das melhores famílias” da cidade, mas não apenas por elas, pois o colégio recebia uma subvenção da Intendência Municipal para educar moças pobres, negras e órfãs.

Argumentei que a criação daquele colégio e a boa reputação que teve foram possíveis graças ao alinhamento de fatores tão diversos quanto vigorosos, a começar pelo contexto sócio-histórico favorável, posto que no quadro de modernização/adequação da cidade, a criação de escolas mais do que incentivada, constituía um projeto de grupos proeminentes da cidade. Atam-se a isso as transformações na mentalidade dos habitantes, quando as famílias abastadas da cidade já não mais queriam e já não mais mantinham filhas analfabetas em casa, pois a racionalidade positivista flagrada em Campinas em meados do século XIX via com bons olhos a aquisição de uma educação científica. Considerei também o capital financeiro de que Cesarino dispunha para a criação do colégio e sua disposição em se tratando de investidas no mundo dos negócios e seus predicados pessoais, aportes educacionais, esses que se somaram aos de suas filhas, e a boa relação com destacados nomes da sociedade campineira. Notei também que a rotina estabelecida e os conteúdos ensinados naquele colégio comungavam com os valores e conhecimentos em voga na época, no que concerne à educação feminina. Combinando uma instrução formal aperfeiçoada e o preparo das moças para o casamento, o Perseverança ia, a contento, formando suas alunas e, com isso, alcançando prestígio.

Ao mencionar os professores que lecionaram no colégio, alguns deles oriundos de famílias conhecidas e de prestígio na cidade, observei que esses professores carregavam consigo a envergadura de suas pertenças e, assim sendo, iam afiançando a reputação do Colégio Perseverança. No mais, sublinhei a cordialidade que permeava as relações entre Cesarinos e os professores do colégio. Através de mercês, préstimos e cordialidades produziram-se alianças que sustentaram o itinerário de nosso personagem. Finalmente, observei que o cumprimento de requisitos burocráticos, a atenção dada a procedimentos que favoreciam o reconhecimento do colégio e as práticas de sociabilidade foram elementos que somados a outros fatores contribuíram para que Cesarino fundasse e mantivesse por mais de duas décadas seu prestigiado colégio na cidade de Campinas.

O Colégio Perseverança era realmente prestigiado. Em 1975, o imperador do Brasil, D. Pedro II, visitou o colégio e escreveu em seu diário: “Colégio Perseverança do Cesarino e sua mulher pardos tem muitas meninas e é conceituado”. Cesarino foi classificado como “pardo” pelo

imperador. Do mesmo modo, na Lista de Habitantes Existentes na Vila de São Carlos, de 1822, Cesarino aparece classificado como “pardo”. Entretanto, outras fontes, como os trabalhos acadêmicos que mencionam Cesarino e as narrativas de seus descendentes, consideram Cesarino negro. Um antigo registro iconográfico de Cesarino também dá a ver um homem negro. Assim sendo, procurei entender porque Cesarino foi classificado como “pardo”. Considerei a literatura acadêmica sobre o tema e compartilhei dos argumentos que observam que na sociedade escravista brasileira o designativo “pardo” relacionava-se a com condição social do indivíduo.

Mesmo reconhecendo as contribuições da recente historiografia para a compreensão da classificação dos indivíduos na categoria parda no período escravista brasileiro, penso que a contribuição da antropologia em sua discussão sobre identidade étnica deva ser aqui considerada, particularmente a relação entre os sinais diacríticos, as classificações e os processos de diferenciação. Ainda que pese a complexidade dessa temática, é preciso destacar algumas de suas linhas centrais para que se possa precisar os sentidos dos sinais diacríticos e assim compreender a maneira pela qual eles se exprimem contextualmente.

São muitas as análises que comprovam o contínuo interesse da antropologia pela questão da identidade étnica; embora sem a mesma intensidade apresentada há três décadas atrás, constata-se o investimento analítico nessa temática no horizonte das ciências sociais²⁹⁶. O assunto tem se demonstrado instigante, razão pela qual também vem sendo discutido em outros campos do conhecimento, em particular, por autores que se filiam aos chamados Estudos Pós-Coloniais²⁹⁷.

²⁹⁶Ver: CARDOSOS DE OLIVEIRA, Roberto, “Os (des)caminhos da identidade”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15, n.º. 42, São Paulo, p. 7- 21, 2000.

²⁹⁷ Ver: COSTA, Sérgio, “Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21 n.º. 60. São Paulo, p. 117-134, fevereiro de 2006. Como bem observa Sérgio Costa (2006), os Estudos Pós-Coloniais não constituem propriamente uma matriz teórica, pois se trata de uma variedade de contribuições com orientações distintas. O autor entende que a distinção entre estudos culturais, na versão britânica (desenvolvida principalmente no *Birmingham University’s Centre for Contemporary Studies*), e estudos pós-coloniais seja apenas cronológica, haja vista que “desde que Stuart Hall, figura central dos estudos culturais britânicos, desloca sua atenção, a partir dos anos de 1980, de questões ligadas à classe e ao marxismo para temas como racismo, etnicidade, gênero e identidades culturais, verifica-se uma convergência plena entre estudos pós-colônias e estudos culturais” (Morley e Chen, 1996 citado por Costa, 2006). Para um entendimento circunstanciado da constituição do campo dos Estudos Pós-Coloniais, ver: ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. (ed.). *The Post-colonial Studies Reader*. London and New York: Routledge, 1995.

Mas foi o célebre artigo de Fredrik Barth, “Grupos étnicos e suas fronteiras”²⁹⁸, publicado em 1969, que parece ter acelerado o interesse acadêmico por essa temática. Nesse artigo, Barth desenvolve três pontos que envolvem o que para ele seriam os fundamentos da identidade étnica. Primeiramente, o autor define os grupos étnicos como categorias de atribuição e identificação, que são estabelecidas pelos próprios indivíduos e grupos. Em seguida, como parte complementar, o autor trata dos processos que estão envolvidos na geração e manutenção desses grupos. Por fim, Barth passa da análise interna dos grupos para as fronteiras étnicas e sua manutenção, isto é, há uma mudança de foco da história e constituição interna dos grupos para a delimitação social que os separa. Desse modo, a noção de “fronteira” é vista como um elemento definidor na demarcação da “diferença entre culturas” e na definição do chamado “grupo étnico”, portador de “identidade étnica”.

Ao definir os grupos étnicos como categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios indivíduos, Barth dinamiza a noção de identidade étnica, afirmando que ela não é estática, uma vez que se transforma e se atualiza de acordo com as relações, os interesses e o contexto. Para se compreender a dinâmica da identidade étnica é fundamental estar atento às características que são significantes para os grupos. Nas palavras do autor:

Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional”. [...]. “As características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças ‘objetivas’, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significantes” (BARTH, 1998, p. 189-190).

Desse modo, Barth entende que o grupo se organiza para interagir e categorizar a si mesmo e aos outros de acordo com as diferenças que os indivíduos consideram significativas no contexto da interação. E no movimento de categorização, apresentam-se os sinais diacríticos, que são justamente os signos e os símbolos eficazes como expressão diferenciadora. Os sinais podem vir na forma de língua, vestuário, moradia, padrões de moralidade e o que mais se mostrar disponível para estabelecer a contrastividade em relação aos outros. Uma vez assim disponíveis,

²⁹⁸ BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*; seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 1998.

os sinais diacríticos podem ser criados ou inventados, podem ser exaltados ou minimizados, mas o mais importante a se notar é que mesmo que as categorias de atribuição e identificação que os atores julgam significativas mudem, o determinante é que eles acionem a oposição entre “eles” e “nós”.

Roberto Cardoso de Oliveira foi um dos antropólogos brasileiros que acompanhou as reflexões de Barth. Nos anos de 1970, Cardoso de Oliveira realizava pesquisas no norte do Brasil examinando os conflitos que envolviam as populações indígenas, ameaçadas de perder as terras em que viviam, e os fazendeiros interessados na apropriação dessas. Tendo em vista esta situação de conflito e dominação, Cardoso de Oliveira (1976), além de tratar da “situação de fricção interétnica”²⁹⁹, reafirmou que a identidade étnica situa-se ideologicamente como oposição entre o “nós” e os “outros”; é uma modalidade de identidade contrastiva e situacional³⁰⁰.

Assim, os fenômenos étnicos se dão pelo contraste e em função da situação. A identidade étnica se configura à medida que um sujeito se vale de termos raciais, nacionais ou religiosos para se identificar e identificar os outros. Para ser afirmada, a identidade étnica depende da situação, depende dos elementos de contraste e, portanto, depende sempre da presença do outro e dos sinais diacríticos.

Para Manuela Carneiro da Cunha (1987), é a escolha de traços culturais que garantirão a distinção de um grupo ou de uma fração de sociedade enquanto tal depende de outros grupos em presença e da sociedade em que estão inseridos, “já que os sinais diacríticos devem se opor, por definição, a outros do mesmo tipo”³⁰¹. É através dos sinais diacríticos que o grupo busca “explicitar marcadamente” as diferenças entre o “nós” e os “outros”³⁰². Manuela observa que em

²⁹⁹“Chamamos de “fricção interétnica” o contato entre grupos tribais e segmentos da sociedade brasileira, caracterizado por seus aspectos competitivos e, no mais das vezes, conflituais, assumindo esse contato proporções “totais”, isto é, envolvendo toda a conduta tribal e não-tribal que passa a ser moldada pela situação de fricção interétnica”. CARDOSO DE OLIVEIRA Roberto. “O movimento dos conceitos em antropologia” In: ____ O trabalho do antropólogo. 2ª ed. Brasília/São Paulo, Paralelo 15/Ed. UNESP,[1993] 2000, p. 46.

³⁰⁰Para Julio Cesar Melatti, uma das muitas contribuições de Roberto Cardoso de Oliveira à temática é chamar a atenção para o caráter contrastivo dos fenômenos étnicos. “Ou seja, uma etnia não existe por si mesma, mas somente em contraste com outra. Só tem sentido falarmos de índios se os opusermos a outro grupo ou categoria...”. MELATTI, Julio Cesar, *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 39.

³⁰¹CARNEIRO DA CUNHA, Manuela, “Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível”. In: ____ *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986, p. 100.

³⁰² Para a autora, a etnicidade é uma forma de organização política.

situações de intenso contato a cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos. É central ao argumento da autora mostrar “traços culturais isolados do todo, que servirão, basicamente, como sinais diacríticos para uma identificação étnica” (CUNHA, 1987, p. 88). É na relação entre a formulação de grupos de interesses em oposição e o disponível cultural (sistema de classificação operante) que a operação dos sinais diacríticos é compreendida.

A meu ver, os sinais diacríticos adensam a compreensão sobre o uso do termo pardo na classificação de negros no Brasil escravista. Mas antes de continuar, e para evitar confusões, é preciso esclarecer que embora no Brasil escravista houvesse distintas etnias participando do espaço social – em particular e em maior número as de origem africana e indígena – não é sobre as etnias e as identidades étnicas que recai meu argumento. O foco não esteve na identidade étnica, mas nas oposicionalidades, nos sinais disponíveis para se diferenciar socialmente.

Como mostraram os historiadores, na sociedade escravista brasileira, a classificação de um indivíduo em uma determinada categoria de cor se dava de acordo com a sua condição social. Se, até as últimas décadas do século XVIII, a cor apresentava-se como um mecanismo de distinção social, cujo sentido se fundamentava, na maior parte das vezes, na condição de liberdade dos brancos e de escravidão dos negros, na virada daquele século, quando muitos negros, homens e mulheres, alcançaram a condição de livres, os sentidos a respeito da cor foram ganhando contornos ampliados. A experiência do cativo já não concernia a muitos negros e, por isso mesmo, a terminologia racial teve que se ajustar a essa realidade e dar conta da população negra, não-escrava e distinta em seu conjunto. Dessa maneira, procede que havia marcadas diferenças sociais acompanhando os negros escravos e não-escravos.

Com efeito, considero que foi a cor o sinal diacrítico mais acionado para explicitar marcadamente as diferenças entre o “nós” e os “outros”, sejam brancos, negros, escravos, libertos, negros livres ou negros em processo de ascensão social. O termo “pardo” funcionava também como um sinal diacrítico acionado para explicitar a diferença entre “ele”, Cesarino, e os “outros” negros.

Naquele contexto, os signos que os indivíduos e a sociedade julgaram importantes para se representar não foram primordialmente a língua, a religião, a vestimenta ou outros caracteres, mas a cor. Desse modo, o termo “pardo”, embora possa ser considerado um mediador fixo, deveria ser visto mais como uma modalidade oposicional e, no conjunto dos outros termos,

apresentava-se, parafraseando Manuela Carneiro da Cunha, como um sinal diacrítico que acentuava, simplificava e enrijecia a diferença.

Liberto, conhecedor das letras e dos números, protegido por um homem que era a maior autoridade da Vila de São Carlos durante longos vinte e quatro anos, tais eram as disposições que se inscreviam em Cesarino por ocasião de sua classificação como “pardo” na lista de habitantes da cidade. Na fazenda em que ele vivia, sua condição legal não se confundia com a condição legal dos outros negros: Cesarino era liberto e os outros negros da fazenda eram escravos; Cesarino vivia como agregado à fazenda, enquanto os outros negros viviam como cativos; Cesarino sabia ler e escrever, coisa pouco comum na época. Após deixar a fazenda, Cesarino experimentou diversos ofícios (carpinteiro, músico, mascate, alfaiate e professor), tornou-se proprietário de um conceituado colégio na cidade, inserindo-se em uma bem constituída rede de relações, constituindo-se como cabeça de uma família cujos membros eram conhecidos e respeitados na cidade. Tais eram as disposições que Cesarino carregava quando o imperador o classificou como “pardo”. Nos dois momentos, 1822 e 1875, em que Cesarino foi designado pardo, ele carregava marcas contrastivas que permitiam tal designação.

Em uma sociedade racialmente hierarquizada, mas afeita a lógicas raciais contextuais, o termo “pardo” inseria-se em uma taxonomia *a fortiori* classificatória e contextual, mas que não era estática, pois se atualizava de acordo com interesses e situações. Enquanto sinal diacrítico, o designativo “pardo” encontrava sentido próprio no processo interativo.

Em paralelo, este trabalho procurou mostrar os momentos em que as mercês e o trânsito de mercês estiveram presentes na trajetória de Cesarino e em alguns momentos da vida de seus filhos e netos. Para entender essas práticas, aproximei-me da visão de Marcel Mauss, de que as dádivas e troca de dádivas mesclam “generosidade e interesse”, à medida que “nossa moral e nossa própria vida permanece estacionada nessa mesma atmosfera em que dádiva, obrigação e liberdade se misturam” (MAUSS, 2003, p. 294). Algumas informações apresentadas sobre o colégio que Cesarino fundou na cidade de Campinas e manteve por mais de vinte anos, o Colégio Perseverança, vão ao encontro dessa ideia de Mauss e exemplificam-na. Considere-se, por exemplo, que os membros da família Cesarino que trabalharam e ensinaram no colégio talvez o tenham feito porque foram requeridos por Cesarino a fazê-lo (obrigação) ou talvez porque foram mesmo impelidas por vontade própria (liberdade). O trabalho e o ensino no colégio podia parecer-lhes uma coisa boa, uma ventura para suas vidas (dádiva). Os professores que lá

lecionaram talvez o tenham feito porque necessitassem de honorário/experiência (obrigação) ou por amizade a Cesarino (dádiva). Considere-se, ainda, que simplesmente pudessem ter tido o ânimo de lá ensinar (liberdade).

Na entrega de prêmios às alunas que passaram nos exames finais com as melhores notas, pode-se pensar que muitas delas ficaram felizes e honradas em receber os prêmios (dádiva); outras, poderiam ainda encontrar-se esgotadas pelas tantas horas de estudo que tiveram que cumprir ou mesmo chateadas com a sempre possível cobrança dos pais por boas notas e, dessa forma, a cerimônia poderia ter sido mais uma imposição para elas (obrigação). A visita do inspetor do distrito nos exames finais do colégio teria sido uma obrigação tanto para ele como para Cesarino, mas também uma dádiva para Cesarino, uma vez que com a visita do inspetor o colégio estaria livre de impedimentos burocráticos. Quanto ao baile, pelo que foi descrito, parece ter sido uma dádiva para as moças e moços, uma obrigação para os pais que tinham que vigiá-los e uma liberdade para quem, aos seus modos, pudesse desfrutá-la – o que demonstra que Mauss está certo ao afirmar que em uma mesma atmosfera, dádiva, obrigação e liberdade podem se misturar.

Ao longo deste trabalho, procurei mostrar os momentos em que as mercês e a troca de mercês estiveram presentes no itinerário do nosso personagem e em alguns momentos da vida de seus filhos e netos. Para entender essas práticas, aproximei-me da visão de Marcel Mauss, através do célebre artigo “O Ensaio sobre a Dádiva”. Para Mauss, as dádivas e troca de dádivas mesclam “generosidade e interesse”, à medida que “nossa moral e nossa própria vida permanecem estacionadas nessa mesma atmosfera em que dádiva, obrigação e liberdade se misturam”.

Ainda conforme Mauss: “No entanto, é preciso que o indivíduo trabalhe. Ele tem que ser forçado a contar mais consigo do que com os outros” (MAUSS, 2003, p. 298). Sem que haja contradição em seu argumento, nessa frase, Mauss destaca, mais do que a individualidade, a postura do indivíduo no interior de seu grupo social. Ainda que Cesarino tenha sido favorecido pelas mercês e pela troca de mercês ao longo de sua vida, ainda que tenha feito alianças vantajosas e contado muito com os outros, ele contou muito mais consigo mesmo. Aos quatorze anos de idade, Cesarino já era órfão de pai e mãe, lembremos. Sem dúvida, Cesarino foi um homem marcado por condições favoráveis, mas também pelo pensamento e pela ação.

Evidentemente, a experiência social de Antonio Ferreira Cesarino não foi única, pois não

se desconhecem as trajetórias de negros que ascenderam a posições sociais ao longo do século XIX e distinguiram-se nas artes, nas letras, nas ciências e na política, como é o caso de José do Patrocínio, Luís Gama, Juliano Moreira, Cruz e Souza e os irmãos Rebouças, por exemplo. Provavelmente, assim como Cesarino, os homens perfilados acima souberam operar as possibilidades contextuais disponíveis; aliás, em relação a Luiz Gama, em particular, cheguei a apontar uma evidência. Cesarino vivenciou um contexto marcado pela estrutura de dependência e favor e por uma rígida hierarquização social, mas operando as possibilidades disponíveis e devido a uma série de combinações, ele pôde mover-se bem no mundo senhorial.

Para finalizar, trago as palavras de Marcell Mauss. Diz Mauss: “No entanto, é preciso que o indivíduo trabalhe. Ele tem que ser forçado a contar mais consigo do que com os outros”. Ainda que Cesarino tenha sido favorecido pelas mercês e pela troca de mercês ao longo de sua vida, ainda que tenha feito alianças vantajosas e contado muito com os outros, ele contou muito mais consigo mesmo. Aos quatorze anos de idade, Cesarino já era órfão de pai e mãe, lembremos. Cesarino foi um homem marcado por condições favoráveis e desfavoráveis, mas sobretudo pelo pensamento e pela ação.

Entendo Cesarino como um homem que se atinha às suas relações sociais e as valorizava; atento às suas possibilidades e seus alcances, fato que pode ser apreendido pelas diversas profissões que teve, pela empreitada de abertura e manutenção do colégio em uma sociedade escravista e pelas alianças pessoais que estabeleceu. Vê-se, assim, um movimento pendular entre as relações que ele travava no interior da sociedade em que vivia e sua autoafirmação como indivíduo nessa sociedade. Esse foi o portar-se do negro, do “pardo” Antonio Ferreira Cesarino, na imperial cidade de Campinas.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Wlamira R. de & FRAGA FILHO, Walter. “Capítulo VI: Negros escravos, libertos e livres: In: *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centros de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Aluísio de. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo: Editora Martins, 1971.

ALTMAN, Raquel Zumbano. “Brincando na História”. In: Mary del Priore (org.). *História das Crianças no Brasil*. 5ª. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

ANANIAS, Mauriceia. “O ensino em Campinas na segunda metade do século dezanove: a escola Correa de Mello, de Campinas”. In: *Quaestio* (UNISO), Sorocaba SP, v. 3, n. 1, p. 85-96, 2001.

ASSIS, Flávia Gieseler de. *Visões do Agregado em Machado de Assis*. 2007. 110f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, 2007.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social, 1999.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)*. 1994. Tese (Doutorado em História) - FFLCH-USP: São Paulo, 1994.

BARBOSA, Irene Maria Ferreira. *Enfrentando preconceitos: um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Promoção, 1961.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. “Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX”. In: *História da Educação do negro e outras histórias*. Org. Jeruse Romão. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 79-92.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. 4ª ed. São Paulo: Global Editora, 2008 (1ª. ed. 1955).

BERNARDES, Elizabeth Lannes. “Jogos e Brincadeiras Tradicionais: um passeio pela história”. *Cadernos da Educação*, São Paulo, n. 06, jan/dez 2006.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, etc.* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721. 8 v.

BOAS, Franz. “The Methods of Ethnology”. In: *American Anthropologist*, n.s., vol. 22, 1920, pp. 311-322.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p. 74-82.

BRÜGGER, Silvia M. Jardim. “Compadrio e patriarcalismo”. In: Encontro do Centro do Estudo do Oitocentos – CEO. São João Del Rei, maio 2005.

BURKE, Peter. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAMARGO, Edwiges Pereira Rosa. *O negro na educação superior: perspectivas das ações afirmativas*. 2005. 200f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005

CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Notas sobre rituais de morte na sociedade escravista”. In: *Revista do departamento de História da UFMG*, 6 (1988), p. 109-122.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso de Oliveira. “Identidade Étnica, Identificação e Manipulação”. In: *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, 1976.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “O movimento dos conceitos em antropologia”. In: _____. *O trabalho do antropólogo*. 2a. ed. Brasília/São Paulo, Paralelo 15/Ed. UNESP, p.37-52, [1993] 2000.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Etnicidade: Da cultura residual, Mas irreduzível”. In: _____. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Entrevista”. *Boletim ABA*, 28, segundo semestre de 1997.
- CARRARA, Ângelo Alves. “Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros”. *Varia história.*, jul./dez, vol. 23, n.38, 2007, p.574-596.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. “Entrevista”. In: *Revista de História*. edição online, 1/9/2008. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/sidney-chalhoub>
- CHAVES, Claudia. *Perfeitos negociantes: Mercadores nas Minas Setecentistas*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) - UFMG, 1995.
- COHN, Abner. *Custom and politics in urban África*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1969.
- COSTA, Iraci del Nero da. “Vila Rica: produção (1719-1826)”. In: *Ensaio Econômico*, 1 São Paulo, IPE-USP, 1979.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã: O Ensino Superior, da Colônia à Era Vargas*. São Paulo: UNESP, 2007.
- CUNHA MATOS, Raimundo José da. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, v.1-2, 1981.
- D’ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Edição eBooksBrasil, digitalizado. Biblioteca Histórica Paulista. Copyright: ©2001, 2006..
- DAUNT, Ricardo Gumbleton. “Reminiscências do distrito de Campinas em bairro, freguesia e vila”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*. Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Volume XL, 2º semestre de 1941.

DAVES, Alexandre P. *Vaidades das vaidades: os homens, a morte e a religião nos testamentos da Comarca do Rio das Velhas (1716-1755)*. 1998. 278f. Dissertação (Mestrado, em História) - FAFICH/UFMG, 1998.

DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Edunb, 1993.

DEL PRIORE, Mary. "O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império". In: Mary Del Priore (Org.), *História das Crianças no Brasil*. 5ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DIAS, Vivian Lis Ferreira Nogueira. *Um resgate do patrimônio musical paulista: transcrições musicológicas e considerações analíticas de três Missas de Manoel José Gomes, mestre-de-capela em Campinas*. 2008. 262f. Tese (Doutorado em Música) - Instituto de Artes da UNICAMP, 2008.

DUARTE, Raphael Duarte. *Campinas de outr'ora*. São Paulo: Typographia Andrade & Mello, 1905.

EINSENBURG, Peter. *Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

EINSENBURG, Peter. "Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX". In: _____ *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séc. XVIII e XIX*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. 2004. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FARIA, Sheila de Castro. "Cotidiano do Negro no Brasil Escravista". In: GALLEGO, José Andrés (Org.). *Tres Grandes Cuestiones de la Historia de Iberoamérica*. 1 ed. Madrid: Fundación Mapfre Tavera - Fundación Ignacio Larremendi, 2005, v. 1.

FARJALLAT, Célia Siqueira Farjallat. "O primeiro capitão mor de Campinas". In: *Correio Popular*, Campinas, 16 jan., 1972 (Nossa terra e nossa gente).

FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Porto Feliz, São Paulo, c. 1789 - c. 1850. 2005. Tese (Doutorado em História) - IFCS/UFRJ, Rio De Janeiro, 2005.

FONSECA, Vinicius. *Educação dos negros*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FRAGA FILHO, Cláudio Luiz Pereira Resenha & FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto, "IV - O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro". In: _____ *Casa Grande & Senzala: formação da família sob o regime de economia patriarcal*. Editora Record, 28ª Edição, 1992, p. 283-379.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2004 [1936].

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes; o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Cordel: leitores e ouvintes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Um dia o trem passou por aqui*. Santo André: Alpharrabio, 2002.

GODOY, João Miguel Teixeira de. “Memória, história e sociedade”. In: apresentação no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), no Rio de Janeiro, Brasil, de 11 a 14 de junho de 2009.

GODOY, João Miguel Teixeira de; BARONI, Gabriel Vinicius. “História fabricada: controvérsias em torno da fundação da cidade de Campinas”. In: *Revista de História Regional* 16(1): 119-153, Verão, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. “História, protesto e cultura política no Brasil escravista”. In: SOUZA, Jorge Prata de (org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

GONZAGA, Olímpio. *Memória histórica de Paracatu*. Paracatu: edição do autor, 1910.

GOULART, Edmo. *Campinas-Ruas da época Imperial*. Campinas: Editora Maranata, 1983.

GRISOTTO, Rosely Fontes. *A luta pela terra no noroeste mineiro: a experiência em Paracatu – MG (1985-2000)*. 2003. 87f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 2003.

GUEDES, Roberto. “De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de (Orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no antigo regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 337-376, 2007.

H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, EDUSP, 1972.

HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JOVINO, Ione da Silva. “Entre o sentimento da infância e a invisibilidade das crianças negras: ambiguidades no século XIX”. 31ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2008.

- KLEIN, Herbert S. “Os Homens Livres de Cor a Sociedade Escravista”. In: *Dados*, n. 17, 1978.
- KOFES, Suely. *Uma trajetória, em narrativas*. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil* (1816). Recife: Massangana, 2002, v.2.
- KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *No estúdio do fotógrafo: representação e autorepresentação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX*. 2006. 373f. Tese (Doutorado em Multimeios) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.
- LANA, Marcos. “Notas sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva”. In: *Revista de Sociologia e Política*. Nº14: 173-194 JUN. 2000.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: Os Cantos e os Antros*: Campinas: 1850-1900. 1ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V Da Baía ao Nordeste. Estabelecimentos e assuntos locais. Séc. XVII – XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro- Lisboa Livraria Portugália, 1945.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. “A escolha do cônjuge”. In: *Revista Brasileira de Estudos de População* [online], vol. 26, p. 117-133, 2009.
- LIMEIRA, Aline de Marais. *Educação Particular e Publicidade no Almanak Laemmert (1844/1859)*. Fundação Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. 2007.

LOTT, Miria Moura. "Registros paroquiais: mudanças e permanências - século XIX". In: II Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidades e Culturas, 2006, Dourados: Editora UFMS, 2006.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE-USP, 1982.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades*. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais - PR, passagem do XVIII para o XIX). 2006. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História) - IFCS/UFRJ, 2006.

MARCILIO, Maria Luíza. "Migrações no Brasil Colonial: uma proposta de classificação". *LPH-Revista de História*, (1), 1990, pp.36-45.

MARQUESE, Rafael de Bivar. "A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negro e alforrias, séculos XVII a XIX". In: *Novos estudos CEBRAP* [online], n. 74, 2006.

MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*. Campinas, Área de publicações: CMU/UNICAMP, 1996.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. *Historia do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil XIX)*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2000.

MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a Dádiva: Forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas". In: _____ *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 183-314, 2003.

MAUSS, Marcel. “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção de ‘eu’”. In: _____ *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, p.367-397, 2003.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro*. A pobreza mineira no século XVIII. 2ª ed.; Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina/MG: Maria Fumaça, 2000.

MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo; VILLAS BÔAS, Silvia Keller. “Entre la pasión y la familia: casamientos interétnicos de jóvenes italianos en el oeste paulista, 1889-1916”. In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, v. 18, n. 54, pp. 241-270, agosto 2004.

MONSMA, Karl. “Identidades, desigualdade e conflito: imigrantes e negros em um município do interior paulista, 1888-1914. Notas de pesquisa”. In: *História Unisinos*, v. 11, 2007, p. 111-116.

MORAIS, Christianni Cardoso. “Ler e escrever: habilidades e escravos e forros? (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850)”. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, 2007, p. 493-504.

MORELLI, Jonice. *Escravos e crimes – fragmentos do cotidiano: Montes Claros de Formigas no século XIX*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

MOTT, Luiz. “Acotundá: raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro”. In: *Anais do Museu Paulista*, nova série, volume XXXI, São Paulo, 1986, pp. 124-147.

MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia; uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

MOTT, Luiz. “Cotidiano e vivência religiosa: entre capela e o calundu”. In: *Historia da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda., 1997, p. 155-220.

MOUTINHO, Laura. *Razão, "cor" e desejo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MOURA, Clovis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2005.

NOGUEIRA, Oracy. “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”. In: *Revista Anhembi*: São Paulo, 1955.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de Oliveira. *Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeeira mineira – 1780-1870*. 1999. Tese (Doutorado em História) - UFF, 1999.

OLIVEIRA MELLO, Antonio de. *Memória Cultural (A Cultura em Paracatu)*. Belo Horizonte: Ed. Da Comissão Mineira de Folclore, 1990.

OLIVEIRA MELLO, Antonio de. “Evolução histórica”. In: *Paracatu, meu bem querer*. 2ª Ed. Paracatu: Câmara Municipal, [1973] 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de - *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

PAIVA, Clotilde Andrade (coord.). *Estrutura e dinâmica da população mineira no século XIX*. Belo Horizonte: Relatório de Pesquisa/CEDEPLAR, 1989.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PAIVA, Eduardo França. “Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa”. In: Eliana Regina de Freitas Dutra; Jean-Yves Mollier. (Org.). *Política, Nação e Edição - o lugar dos impressos na construção da vida política - Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

PEREIRA FILHO, Jorge da Cunha. “Tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX”. In: *Boletim do Projeto: Pesquisa Genealógica Sobre as Origens da Família Cunha Pereira*. Ano 03, nº. 12, 01/mar/1998, pp. 5-9.

PEREIRA, José Galdino. “Colégio São Benedito – a escola na construção da cidadania”. In: NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do (Org.). *Memórias da Educação: Campinas (1850-1960)*. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Memória- Unicamp, 1999.

PEREIRA, José Galdino. *Os negro e a construção da cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor, 1896 a 1914*. 2001. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. *Frutos da fragilidade humana: os filhos ilegítimos das Minas Gerais – 1770-1840*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

PRECIOSO, Daniel. “Taxionomia das “Cores”: os pardos nos registros coloniais (Minas Gerais, século XVIII)”. In: *3º Simpósio Impérios e lugares no Brasil*, Mariana, Minas Gerais, Maio 12-14, 2010.

REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil; a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Arilda Inês. *A educação feminina durante o século XIX: O Colégio Florence de Campinas (1863-1869)*. Campinas: UNICAMP, Centro de Memória, 1993.

RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. *Escola de Imigrantes Italianos e a Formação do Cidadão*. In: *Comunicação na ANPHU*, 1997.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROMERO, Silvio Romero. “Explicações Indispensáveis”. Prefácio aos Vários Escritos de Tobias Barreto de Menezes, In: *Obras Completas*, Sergipe, 1926, t. X, p. XXVI.

ROSSETTO, Pedro Francisco. *A cidade do curto século vinte: uma história social do advento e difusão do padrão de casa urbana isolada no lote em Campinas como história da síntese (1917-1927) de um novo padrão de cidade*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RUSSEL-WOOD, Anthony John.R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

SANTOS, Jocélio Teles dos. “De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII e XIX”. *Afro-Ásia*, número 32, p. 115-137, 2005.

SAHLINS, Marshall. *Historical metaphors and mythical realities*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1981.

SCARANO, Julita Scarano. “Criança esquecida das Minas Gerais”. In: Mary Del Priore (org.). *História das crianças no Brasil*. 5ª ed., p. 107-136; São Paulo: Contexto, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1944.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. “Uma sociedade escravista colonial”. In: *Segredos Internos : engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p 209-223.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA, Áurea Pereira da. “Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX)”. In: *Anais do Museu Paulista* [online]. vol. 14, 2006, 81-119.

SLENES, Robert. “A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX”. In: *População e Família*, São Paulo, v.1, n.1, jan./jun. 1998.

STEIN, Stanley J. *Vassouras – um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

STOLCKE, Verena. *Racismo y sexualidad en la Cuba colonial*. Madrid: Alianza, 1992 [1974].

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. “Aspectos da reprodução populacional de Campinas. A fecundidade e a mortalidade da população livre (1774-1850)”. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, setembro, 2010.

TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. São Paulo, Editorações Publicações e Comunicações Ltda., 1992.

TRUZZI, Oswaldo; MONSMA, Karl ; BOAS, Silvia Keller Villas. “Entre a paixão e a família: casamentos inter-étnicos de jovens italianos no oeste paulista, 1890-1914”. In: *Anais do Encontro da ABEP - Associação Brasileira de Estudos da População*, 2004, Caxambu, v. 1, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. “A melancolia dos historiadores”. In: *Topoi*. p. 217-224. Rio de Janeiro: mar., 2001.

VASCONCELOS, Diogo. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1974.

VENANCIO, Renato Pinto. “Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII”. In: *Lócus: revista de história*. Juiz de Fora, vol. 4, n.1, 1998.

VIANA, Larissa. *O Idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas (SP): Ed. UNICAMP, 2007.

VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais*. 4. ed. Rio de Janeiro, 1973.

ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII, 2. edição. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1990.

ZONABEND, Françoise. “A memória familiar. Do individual ao coletivo”. In: *Sociologia – Problemas e Práticas*. nº9, 1991, 179-190.

Obras de Machado de Assis

A Mão e a Luva (São Paulo: Editora Ática, 1981).

Dom Casmurro (Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969).

Iaiá Garcia (São Paulo: Saraiva, 1971).

Helena (Rio de Janeiro: Garnier, 1988).

Obra de José Lins do Rego

Menino do Engenho (Rio de Janeiro: José Olympio, 1969).

Arquivos consultados

Arquivo Edgar Leuenroth – IFCH – UNICAMP – Campinas (SP)

Arquivo Histórico do Museu Imperial – Petrópolis (RJ)

Arquivo Público de Paracatu – Paracatu (MG)

Cartório de Registro de Paracatu – Paracatu (MG)

Centro de Memória – UNICAMP – Campinas (SP)

Bibliotecas consultadas

Biblioteca Prof. Dr. Octávio Ianni – IFCH - UNICAMP– Campinas (SP)

Biblioteca Central – Cesar Lattes – UNICAMP– Campinas (SP)

Benson Latin American Collection – University of Texas at Austin – Austin (TX)

Documentos consultados

Lista Nominativa dos Habitantes Existentes na Vila de São Carlos de 1822

Inventário de Antonio Ferreira Cesarino (neto de Cesarino)

Auto de Alistamento Eleitoral de Antonio Ferreira Cesarino de 1905(CMU, FTJC, 1905, fl. 3).

Auto de Alistamento Eleitoral de Antonio Ferreira Cesarino de 1917 (CMU, FTJC, 1917, 2º ofício, cx. 53/61, proc. 789)

Certidão de Óbito e Inventário de Affonso Massarotto

Inventário de João Francisco de Andrade de 1830 (CMU, FTJC, 1830, 3º. ofício, cx. 335, proc. 6630).

Documentos consultados em sites

Relatório do Presidente da Província de São Paulo de 1865. Endereço do *site*: www.crl.edu/content/brazil/sao.htm→Collections→DigitalCollections→ Collections→ Brazilian Government Document →Browse→ Provincial President Reports (1830-1930)→ São Paulo→ Anexos do relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial em S. Paulo na 2.a sessão ordinária da 15ª legislatura pelo presidente, o conselheiro João Crispiano Soares, Typ. Imparcial de J.R. de Azevedo Marques, 1865→ A1-34→ Collegios Particulares do Sexo Feminino.

Estatuto do Instituto Brasileiro de Direito Social Cesarino Júnior.
Endereço do site: <http://www.institutocesarinojunior.org.br/>

Entrevistas realizadas com:

FÁBIO MORETTO – São Paulo, março de 2006

MARIA DE LOURDES CESARINO COSTA – São Paulo, fevereiro de 2007

FLÁVIA CESARINO COSTA – São Paulo, fevereiro de 2008

MARIA THEREZA CESARINO TREVAS – Brasília, fevereiro de 2008

ANTONIO CARLOS MASSAROTO CESARINO – São Paulo, diversos momentos

Entrevista retirada de revista acadêmica eletrônica

CHALHOUB, Sidney. “Entrevista”. In: *Revista de História*. edição online, 1/9/2008.
<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/sidney-chalhoub>

Fontes Eletrônicas

Family Search International Genealogical Index.

Endereço do site: <http://www.familysearch.org>

Brazilian Government Document

Endereço do site: www.crl.edu/content/brazil/sao.htm

Monografia Histórica e Memória Fotográfica. Segunda Parte. Capítulo III: O primeiro corpo docente e administrativo”. Colégio Estadual “Culto à Ciência – Campinas, SP.

Endereço do site: <http://www.francisco.paula.nom.br/Culto/index%20culto.htm>

Anexo

CMUHE019787

FARJALLAT, Célia Siqueira. O primeiro capitão mor de Campinas.
Correio Popular, Campinas, 16 jan., 1972. (Nossa terra e
nossa gente)

Nossa Terra e nossa Gente
O primeiro capitão mor de Campinas
C. Siqueira FARJALLAT

Correio Popular
16
1
72

O arquivo do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas possui um documento de alto valor histórico: o famoso autêntico do preito e homenagem que, em 13 de fevereiro de 1804, fez, pela então Vila de São Carlos, hoje Campinas, o Capitão Mor, João Francisco de Andrade, perante o Governador e Capitão-Geral, Antonio José de Franca e Horta. Este documento foi examinado do arquivo particular do exco-correspondente do CCLA, Sr. Estavam Logo Bourroul, eruditíssimo autor de magníficos trabalhos históricos, e um dos mais pacientes investigadores da História Paulista.

Antes de transcrevermos este documento, vamos resumir os traços gerais da política e da sociedade na época. Para tanto, recorremos à obra de paciente pesquisa "História da Cidade de Campinas" de autoria de Joluna Brito. Diz este historiador que no começo do século XIX a Vila de São Carlos se desenvolvia rapidamente, em todos os sentidos, e a luta política recém-extinta não iria paralisar a atividade de muitos batalhadores em prol de sua grandezza. O governo de São Paulo dava ordens expressas para que, em nome de S. A. Real, se aboiassem todas as posturas, provenientes das Câmaras que foram contrárias à livre circulação, do comércio, uma vez que tais restrições não fossem necessárias para arrecadação de alguns direitos reais.

Assim — segundo o mesmo brilhante historiador — existia-se um campo mais amplo para o desenvolvimento de nosso incipiente comércio que era regulado por leis de arrocho. Também foi expedida outra portaria para que se promovesse a Apicultura e a livre circulação do comércio, devendo as taxas que pesavam sobre eles serem abolidas.

Orá, precisamente naquela época Franca e Horta tomara posse do governo, em 10 de dezembro de 1802, e como Capitão-General, reunia em suas mãos muito poder. Disto, há comentários minuciosos dos historiadores. Como eles representavam a figura lida como sagrada de El Rei, submetiam docilmente as populações. Por exemplo, esse mesmo Franca e Horta, proibiu a navegação costeira no litoral paulista, exigindo que todo o comércio se fizesse através da porto de Santos, arruinando assim todos os outros portos, e pondo os colonos à mercê de três ou quatro monopolistas. Esta disposição somente foi revogada pela carta régia de 1803, que abriu os portos brasileiros à navegação de todas as nações amigas.

Mas quando a antiga freguesia foi arcaea em Vila, quando o número de habitantes aumentou muito, merecendo portanto o local ter o seu próprio Capitão Mor e os mais oficiais de Ordenança recomendados na Real Provisão de 31 de abril de 1789, foi nomeado o capitão de milícias João Francisco de Andrade para o citado posto de Capitão Mor da Vila de São Carlos. Isso em fevereiro de 1804.

O documento, relativamente bem conservado, e legível, escrito em folha de papel lizo, em caligrafia bem característica da época, e o seguinte, respeitando-se a ortografia original:

"HOMENAGEM QUE FAZ O CAP. M. João Francisco de Andrade pela Vila de S. Carlos.

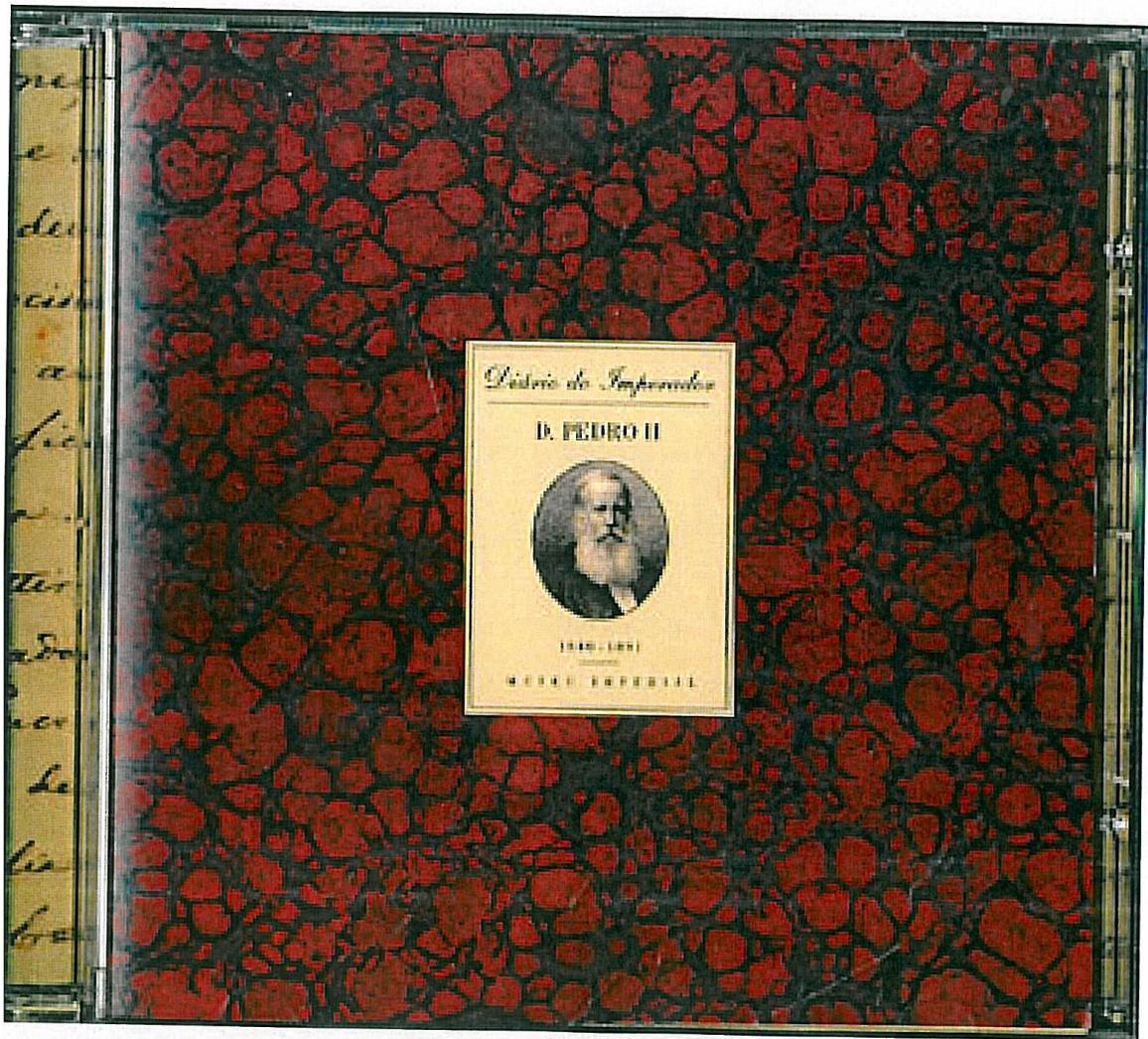
Aos deztois dias do mes de fevereiro do presente ano de 1804 nesta cidade de São Paulo, nas Casas em que reside o Illustrissimo e Exmo. Sr. Antonio José de Franca e Horta Governador e Capitão General desta Capitania, faz preito e Homenagem em suas mãos João Francisco de Andrade pela Vila de São Carlos, como Capitão Mor della e posto de preito com as mãos junctas humas com outra, entre as do dito Ilmo. e Exmo. Sr. Governador, e Capitão General, a sôbra e Missal dos Santos Evangelhos dize:

Eu João Francisco de Andrade faço preito e Homenagem a S. A. R. e a Vossa Exa. em seu nome, como Governador, e Capitão General desta Capitania pela Vila de São Carlos, em que V. Exa. me tem agora provido em Capitão Mor della, para que a tenha guarde e Governes pelo dito Senhor o qual acobhera na dita Vila, alios e batnos delia, de dia ou de noite, a pé ou a cavallo, a quassquer horas e tempo que seja brada e pagada, com pessoas, ou muitas vindos em seu livre poder e della farei guerra e mantereí treguas, e paz, segundo por S. A. ou V. Exa. me for mandado; e a dita Vila não entregarei a pessoa alguma de qualquer estado, grau, dignidade, e prebenhencia que seja, senão a S. A. como meu Príncipe, e Senhor Natural, e a V. Exa. como meu Governador, e Capitão General, ou a quem succeder neste Governo, e a carta recado ven, logo sem delonga, arto ou cautella, estado, ou tempo, que qualquer pessoa me der carta por Sua Real Mão assignada, e Bellada com o Signeto, ou Sello de suas Armas, ou de V. Exa. porque consta haver-me levantado, o desobrigado deste dito preito e Homenagem, que ora faço ao mesmo Senhor nas mãos de V. Exa., huma, duas e três vezes, segundo o uso e costume do Reino de Portugal, e prometto, e me obrigo, que tenha e mantenha, cumpre e guarde inteiramente este preito e Homenagem. O que tudo juro aos Santos Evangelhos, e me ponho as mãos de bem, e verdadeiramente guarde o servidor de S. A. R.

E o dito e Ilmo. e Exmo. Sr. Governador e Capitão General lhe tornou o dito Preito e Homenagem em nome do mesmo Senhor, de que mandou fazer este termo sendo testemunhas presentes o Coronel Luiz Antonio de Souza, e tenente-coronel Francisco Antonio de Souza, e eu, Luiz Antonio Neves de Carvalho, Secretario do Governo, e fez escrever."

Foi este João Francisco a maior autoridade da Vila de S. Carlos durante poucos vinte e quatro anos, isto é até 1828, quando o cargo foi extinto. Foi um cargo de destaque, mas que não lhe deu ampla liberdade de ação, visto a prepotencia do Governador General, João Francisco de Andrade, de estirpe illustre, teve descendencia também illustre, e sua arvore genealogica foi estudada por Henrique de Barcellos Joluna Brito e outros.

Repleta de interesse e de doces, a História de nossa terra merece ser conhecida e interpretada com carinho. Bons livros não faltam como fonte de referências. Talvez, e que falta é o hábito de estudar, o tempo para isso, e a vontade de conhecer como viviam, lutavam e morriam os nossos antepassados.



Almeida Leme mostrou-me um projeto de história de Itu com desenhos com principais edifícios feitos por ele que dizem maluco. Talvez a obra seja curiosa.

Às 10 $\frac{1}{2}$ da noite fora da janela 58° F.

25 de agosto de 1875 — 5 $\frac{1}{2}$ no quarto 68 fora 58° F.

Às 6 parto para Campinas.

Chegada às 7 $\frac{1}{2}$ a Jundiá.

Almoço.

Saída às 9 $\frac{1}{4}$.

Chegada a Campinas às 10 25'.

Caminho mais bonito.

Belo aspecto da estação pela vista e quantidade de gente e de carros.

Casa do Joaquim Bonifácio do Amaral excelentemente preparada.

Almoço.

11h 35' ¹⁴ Casa que se constrói para Misericórdia por esforços sobretudo do padre Vieira de que se diz muitíssimo bem. Dizem que até alguém o assustou de noite mantendo-lhe dinheiro na mão

Linda posição. Ficarà talvez o segundo hospital do Brasil ¹⁴.

Colégio Culto à Ciência. Bem montado ouvi estudantes nas aulas de aritmética, física, alemão e latim. Um estudante pareceu-me distinto por seu caráter estudioso — quis traduzir Tito Lívio apesar de não ser o livro da classe — e passou pelo melhor.

O professor de Física Renschler pareceu-me confuso nas idéias.

O de latim é o filho de Hércules Florence.

Fábrica de chapéus — faz 300 por dia — de Bierrembach onde vi um maquinismo para começar o trabalho tão pesado à mão nos tachos de água fervendo. Muito bem montada. Pedi-lhes um chapéu que ele deu de pelo de rato do Rio Grande do Sul.

A fundição é ainda melhor. Tem um martete automático como não vi no Rio e pretende misturando ferro da Europa e de Ipanema na fusão obter fundições cuja superfície seja endurecida por um resfriamento rápido em forma de ferro. Pode fazer locomotivas e todo o gênero de trabalhos, estudam a introdução do processo Bessemer. São 3 irmãos. O mais velho nasceu em Pelotas e os outros em S. Paulo. O pai veio com as tropas estrangeiras no tempo de meu pai e a mãe viúva foi professora em S. Leopoldo.

Fábrica de Sampaio de tijolos por máquina Clayton que faz 4000 em 5 horas. Tem motor de vapor e de água. Fornos de cozer 80.000 e 30.000. Vi o que resta da antiga fundição. Comunicava-se o escritório com as oficinas por tubos acústicos onde se ouvia à distância de 300 palmos. Sampaio, genro do Três Rios parece-me muito inteligente.

Colégio internacional Morton. Muito bem montado

Ouvi nas aulas de português professor Pestana, álgebra e história e latim o Morton, e grego Dabney, que em 6 meses já fala bem português.

Em álgebra pôs muito bem em uma incógnita de 1° grau a equação e resolveu-a a rapariga Newmann. Vi sobre um harmônio um livro de cantos publicado na imprensa evangélica do Rio

Cemitério geral e do Sacramento. Nada de notável e não tem capela.

Passsei pelos alçerces do novo lazareto de hexagontos, para que há 20 contos de subsecção e foi ao atual muito melhor que os outros. É médico o Dr. Marinho filho do Dr. Marinho americano.

Depois do Culto à Ciência tinha ido ao gasômetro. Muito bem arrumado 2 gasômetros.

Muito contribuem para esse trabalho assim como para o Lazareto o Tenente Coronel Quirino dos Santos

Officinas da estrada de ferro Paulista. Melhores as da Itaquã. Apenas fazem reparos

Colégio de Mme. Florence. Tem três professoras Melles Schmid, Kasselman e Zoega, sueca. Ouvi meninas em alemão e francês. A filhinha do Hércules Florence respondeu bem em alemão. E esportíssima. Florence mostrou-me pinturas suas. O retrato por acabar do Carlos Gomes está horrível.

Colégio Perseverança do Cesarino e sua mulher pardos. Tem muitas meninas e é conceituado.
Matriz nova. Linda obra de talha sobretudo em altares ao lado do arco-cruzeiro. O altar-mor é obra de um Vitoriano da Bahia.

Casa da Câmara e da cadeia piores que as que tenho visto.

Perto de 6h jantar. Conversei durante ele com o botânico boticário Joaquim Correia de Melo sobrinho do Francisco Alvares Machado. Tem relações com Bureau, Hooker e outros. Descobriu novamente um gênero de bignônia.

E um velhinho muito inteligente, vivo e limpinho. Gostei muito dele. Prometi-lhe a remessa regular da Flora de Marau.

Depois recepção. Vieram os alemães cantar. Te Deum.

O pregador é sofrível e vigário da paróquia da Conceição desta cidade.

Entoou o Te Deum o Cônego Montenegro irmão do da Nova Lousã.

Procurou-me durante a recepção o Dr. Valentim da Silveira Lopes dizendo-me que o fazia pelo bem que eu tratara sua filha que recitou uma parte do Misântropo de Castilho e é professor de S. Cristóvão.

Enfim teatro que é sofrível. Assisti a 2 atos da zarzuela O Juramento.

Term. fora 60* — 1h 5' do dia 26.

26 de agosto de 1875 — 6^h 58* fora.

7 saída.

Visitamos a matriz nova.

Fazenda das 7 quedas. Vi as casas dos colonos. Parecem prosperar, sistema de parceria. Conversei longa com Joaquim Bonifácio do Amaral sobre a colônia. Ele sustenta acerrimamente esse sistema. As máquinas de Lidgerwood para o café estão muito bem montadas e são movidas pela água do ribeirão das 7 quedas.

Almoço.

12^h saída para Nova-Columbia colônia de Montenegro associado a Barbosa.

O Cônego Montenegro acompanhou-me. Sistema de salário. Poucas famílias. Casas dadas. Só compram roupa para o que lhes dará o produto das roças. Até três meses tem pago as despesas de seu transporte e adiantamentos. Alguns tem voltado a Portugal com 2 e 3 contos. É a mesma organização da Nova-Lousã que tem mais trabalhadores e foi fundada há 8^h anos.

Volta à fazenda do Joaquim Bonifácio.

Lanche.

Volta para Campinas às 4h 10'. Que poeira!

Jantar.

Recepção de 6 às 7.

Veio a Baronesa de Campinas.

Os barões de Três Rios e de Atibaia preferem o sistema de adiantamentos de terras aos colonos ao de parceria.

Esteve comigo Correia de Melo.

Trouxe-me Memórias de Bentham e Hooker sobre trabalhos deles. Disse-me que não pensa que o café amarelado do irmão em Botucatu seja degenerescência porque a baga é maior, porém ele mesmo falou de hipertrofia que aumentasse o volume da cereja.

Fui ao teatro. Cheio como ontem Zarzuela do Campanone. Boa música.

Chegou esta noite o Homem de Melo do Rio e trouxe-me carta do Bom-Renno sobre o Monumento do Ipiranga.

Meia-noite — Ter. dentro 70* — fora 62*



Brazilian Government Documents

Brazilian Government Documents

About the Project

Provincial Presidential Reports (1830-1930)

Sobre este projeto

Presidential Messages (1889-1993)

Almanak Laemmert (1844-1889)

Ministerial Reports (1821-1960)

English | [Português](#)

The Latin American Microfilm Project (LAMP) at the Center for Research Libraries (CRL) has digitized executive branch serial documents issued by Brazil's national government between 1821 and 1993, and by its provincial governments from the earliest available for each province to the end of the first Republic in 1930. [Read more about the project.](#)



Provincial Presidential Reports (1830-1930)

These state-level messages, issued annually, summarize activities within each province. Access is by province and year, while subject access to selected quantitative information is provided through the [Subject Guide to Statistics in the Presidential Reports of the Brazilian Provinces, 1830-89](#) compiled by Ann Hartness.

- [Reports Listed by Province](#)
- [Statistical Subject Guide](#)

Presidential Messages (1889-93)

The President's annual message has summarized executive branch activities since Brazil became a republic in 1889. These documents are accessible by year and, where available, by the message's table of contents.



Almanak Laemmert (1844-89)

The *Almanak*, published annually, reported on the Brazilian Royal Court. It listed officials of the Court and its Ministries. Also included were sections on provincial officials for Rio de Janeiro and a supplement including a variety of information such as legislation, census data, and commercial advertising.

Ministerial Reports (1821-1960)

Each federal ministry issues an annual report that recounts its activities. Access is by ministry, year, and table of contents (where available).



Please complete the [project survey](#). Your comments are useful to the project advisory committee.

This project was initially funded by the Andrew W. Mellon Foundation.

Librarians
Researchers
Prospective Members

[Search the Catalog](#) [Search CRL.edu](#)

Catalog Search Options »

[Borrowing](#) [Digital Collections](#)
[FAQs](#) [FOCUS Newsletter](#)
[Staff Directory](#) [Topic Guides](#)
[Employment](#) [Reference Help](#)

RECENT CRL NEWS

- **Mar 12 2012**
New Nineteenth Century Collections Online Offer
- **Mar 2 2012**
CRL Posts H.I. Video Tutorial
- **Feb 29 2012**
CAMP Microfilm of Siggi/Taxava Now Available

[More News »](#)

CONNECT

Stay informed by subscribing to our e-mail list and social media outlets.





Center for Research Libraries
GLOBAL RESOURCES NETWORK

About CRL | Membership | Collections | Services | Forum | Archiving & Preservation
Home » Brazilian Government Documents » Provincial Presidential Reports (1830-1930)

Librarians
Researchers
Prospective Members

Search the Catalog Search CRL.edu

Catalog Search Options »

BRAZILIAN
GOVERNMENT

Brazilian
Government
Documents

About the Project

[Provincial
Presidential
Reports
\(1830-1930\)](#)

Sobre este projeto

Presidential
Messages
(1889-1993)

Almanak Laemmert
(1844-1889)

Ministerial Reports
(1821-1960)

Provincial Presidential Reports (1830-1930)

Provinces

[Alagoas](#)

[Bahia](#)

[Espírito Santo](#)

[Maranhão](#)

[Minas Gerais](#)

[Paraná](#)

[Pernambuco](#)

[Rio de Janeiro](#)

[Rio Grande do Sul](#)

[São Paulo](#)

[Amazonas](#)

[Ceará](#)

[Goiás](#)

[Mato Grosso](#)

[Pará](#)

[Paraná](#)

[Piauí](#)

[Rio Grande do Norte](#)

[Santa Catarina](#)

[Sergipe](#)

RECENT CRL NEWS

- Mar 12 2012
New Nineteenth Century
Collections Online Offer
- Mar 2 2012
CRL Posts ILL Video Tutorial
- Feb 29 2012
CAMP Microfilm of Siggel/Taxter
Now Available

[More News »](#)

CONNECT

Stay informed by subscribing
to our e-mail list and social
media outlets.



Center for Research Libraries

Staff Directory
A-Z
Site Map
Feedback

6050 S. Kenwood Avenue
Chicago, IL 60637-2804 USA
Phone: (800) 821-6044 or (773) 955-4545
Fax: (773) 955-4339

About CRL
Membership
Collaborations

Collections
Services
Archiving & Preservation

-34-

| Ns. | LOGARES | PROFESSORAS | ALUNNAS | |
|-----|------------------------|--|---------|--------|
| | | | matr. | freqs. |
| 23 | Jacarehy..... | Eufrozina Maria Pinho..... | 12 | 12 |
| 24 | S. João da Boa Vista.. | Mariana Galvão de Miranda. | | |
| | S. José dos Barreiros | | | |
| 25 | | Catharina Merello..... | 5 | 5 |
| 26 | | Anna Merello Mallet..... | 19 | 19 |
| 27 | Mogy-mirim..... | Maria Lustrina de Sampaio..... | 37 | 24 |
| | Pindamonhangaba | | | |
| 28 | | Maria Angelica de Moraes. | | |
| 29 | | Emilia Augusta Torres Borges..... | 22 | 15 |
| 30 | Pirapora..... | Bernardina Doerlecia Motta..... | 8 | 8 |
| 31 | Pirassununga..... | Izabel Umbelina V. Machado. | | |
| 32 | Porto-Feliz..... | Maria dos Santos Merim..... | 6 | 6 |
| 33 | Rio Claro..... | Maria Joaquina Grellet Bohn..... | 16 | 16 |
| | Santos | | | |
| 34 | | Umbelina Joaquina de Santa Anna... 28 | 26 | |
| 35 | | Carolina Rosa Polidoro..... | 12 | 12 |
| 36 | | Henriqueta B. dos Santos Oliveira. | | |
| 37 | Sapucahy-mirim..... | Mathilde Sophia Renó..... | 23 | 12 |
| | Taubaté | | | |
| 38 | | Anacieta Augusta do Amor Divino... 20 | 18 | |
| 39 | | Mariana das Brotas Monteiro. | | |
| | Ubatuba | | | |
| 40 | | Maria Thereza Pires Nobre..... | 9 | 9 |
| 41 | | Anna Josephina Madeira. | | |
| | Xiririca | | | |
| 42 | | Claudina Maria da Conceição. | | |
| 43 | | Guilhermina das Dores Pereira. | | |
| 44 | | Joaquina Eugenia do Canto. | | |
| | Ytú | | | |
| 45 | | Anna Guilhermina do Amaral Barros.. 11 | 9 | |
| 46 | | Anna Guilhermina Alves. | | |
| 47 | | Mariana Augusta. | | |

COLLEGIOS PARTICULARES DO SEXO FEMININO

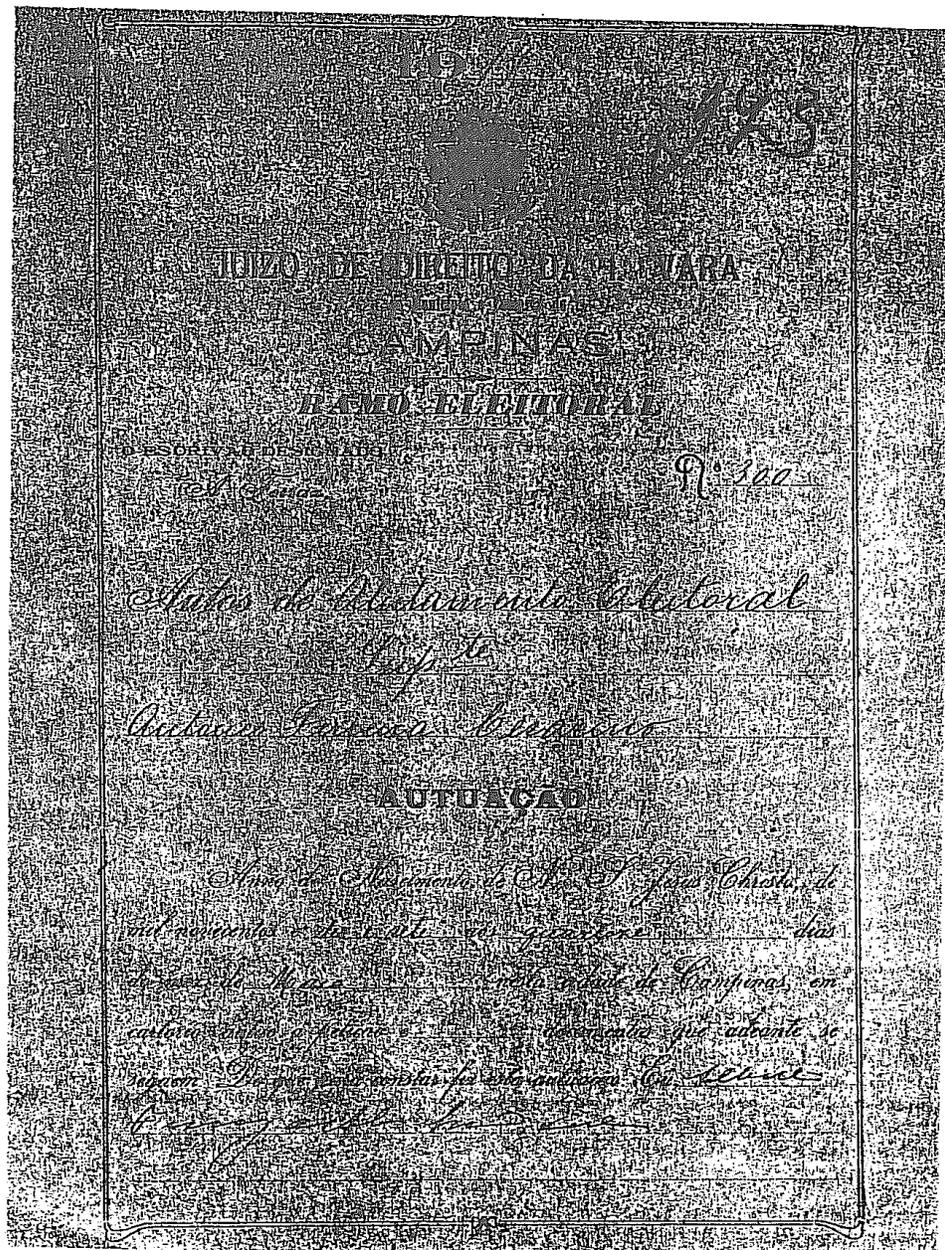
| Ns. | LUGARES | DIRECTORAS E PROFESSORAS | ALUNNAS |
|-----|-----------------------|--|---------|
| 1 | Capital—Santa Anna... | D. Maria das Dores do Amaral Fontoura... | 18 |
| 2 | | D. Manuela Vitalpandos Pereira..... | 38 |
| 3 | | D. Rita Leopoldina da Silva..... | |
| | | Professora d. Antonia Maria de Freitas... 58 | |
| 4 | | D. Francisca Luiza do Lago Reis..... | 12 |
| 5 | Piedade... | D. Maria Amalia Pinto Mauricio. | |
| 6 | Amparo..... | D. Maria Guilhermina Gomide..... | 11 |
| 7 | Bananal..... | D. Maria Carolina Pereira Pinto. | |
| 8 | Campinas..... | D. Bernardina Gomes Czarina..... | 44 |
| 9 | | D. Carolina Florence. | |
| 10 | Guaratingueté..... | Mme. Masson. | |
| 11 | | D. Guilhermina C. da Cunha e Silva..... | 71 |

Pedido e aprovação para a mudança da Rua da Boa Morte para Rua Antonio Cesarino.

“Certidão: Certifico a pedido verbal do sr. Antonio Sarmiento, redactor do Diário de Campinas, que, revendo o livro de actas das sessões da Câmara Municipal, relativo ao anno de 1886, nelle encontrei a fls. 141 o seguinte assentamento, da sessão realisada a 10 de agosto do dito anno e que se refere a denominação da rua Antonio Cesarino dada à antiga rua da Boa Morte. ‘O sr. Mendes apresentou a seguinte indicação – Tenho a subita honra de apresentar a consideração desta illustre Câmara a presente indicação que ligeiramente fundamentada, demonstrará a sua razão de ser. Indico que á rua da Boa Morte se dê dora em diante o nome de rua Antonio Cesarino. Ser. Presidente, há factos em nossa vida social que de maneira alguma devem ser obvidados, e jamais uma corporação como esta, que sempre deve ser fiel interprete de seus municipes, poderá deixar sem publico reconhecimento actos aquelles e benemerencia, como aquelles de que com entusiasmo respeitoso procurarei demonstrar.

E ainda bem moço quem agora vos dirige a palavra, quando teve occasiao de conhecer de perto um respeitavel ancião que, em sua modesta existência, eral geral e respeitosamente estimado não só pelo seu character elevado, como pelos actos humanitários que quotidianamente praticava. É assim, Sr. Presidente, que durante longos anos a orphandade desprotegida encontrava nesse honrado e virtuoso ancião as caricias e protecção de um verdadeiro pae, ministrando o alimento moral e physico a innumeradas orphas desvalidas, não tendo outra recompensa a não ser a satisfação de sua consciencia. Entre as que tiveram a felicidade de ser amparadas por essa nobre alma, existen, eu as conheço, dignas e virtuosas mães de família, que, entretanto, se não fora esse benemérito cidadão, talvez em lugar de occuparem uma posição tão honrosa, talvez... não sei, Sr. Presidente, é tão mesquinha tao ingrata a sorte para os que têm a protecção sobre a terra, qu é de prever fosem bem infelizes. Assim, pois, julgo da maior justiça que esta corporação em cujos actos tão justiceira se ha mostrado durante o mandato que esta a terminar, preste esta singela homenagem ao venerado ancião que, durante a sua existencia tem mais curado as infelizes creaturas desamparadas que de si próprio’.

Foi approvada unanimemente, declarando o Sr. Presidente que si considerassem estas benevolas expressões extensivas ás nobres senhoras que compõem a família do Sr. Cesarino. Assistiram á referida sessão os vereadores srs. Amador Bueno Malhado Florence (presidente), Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, dr. Jorge Miranda, Manoel F. Mendes e dr. José Maria Lamaneres, faltando com participação os demais vereadores. Nada mais consta do referido assentamento, do qual me [retrato?]. Secretaria da Câmara Municipal de Campinas, aos 13 de janeiro de 1899. O secretario Leopoldo Amaral” (CMU, FJB, série 10- Personagens. “C”, P316.



Brazil Baptisms, 1688-1935 for Amancia Cezarino

No image available

| | |
|----------------------------------|---|
| Name: | Amancia Cezarino |
| Gender: | Female |
| Baptism/Christening Date: | 24 Apr 1831 |
| Baptism/Christening Place: | Nossa Senhora da Conceição, Campinas, São Paulo, Brazil |
| Birth Date: | |
| Birthplace: | |
| Death Date: | |
| Name Note: | |
| Race: | |
| Father's Name: | Antonio Ferreira Cezarino |
| Father's Birthplace: | |
| Father's Age: | |
| Mother's Name: | Balbina Gomes Da Graca |
| Mother's Birthplace: | |
| Mother's Age: | |
| Paternal Grandfather's Name: | |
| Paternal Grandmother's Name: | |
| Maternal Grandfather's Name: | |
| Maternal Grandmother's name: | |
| Indexing Project (Batch) Number: | <u>C03705-5</u> |
| System Origin: | Brazil-EASy |
| Source Film Number: | 1251949 |
| Reference Number: | v 5 p 25 |

IGI Individual Record

FamilySearch™ International Genealogical Index v5.0

South America

[Search Results](#) | [Download](#)

Zeferina Cezarino
Female

[Pedigree](#)

Event(s):

Birth:

Christening: 24 FEB 1839 Nossa Senhora Da Conceicao, Campinas, Sao Paulo, Brazil

Death:

Burial:

Parents:

Father: [Antonio Ferreira Cezarino](#)

Family

Mother: [Balbina Gomes](#)

Messages:

Extracted birth or christening record for the locality listed in the record. The source records are usually arranged chronologically by the birth or christening date.

Source Information:

Batch No.: [C037055](#)

Dates:

Source Call No.:

Type:

Printout Call No.:

Film

Sheet:



© 1999-2005 by Intellectual Reserve, Inc. All rights reserved. English approval: 3/1999
Use of this site constitutes your acceptance of these Conditions of Use (last updated: 3/22/1999). Privacy Policy (last updated: 3/27/2006). 25
<http://www.familysearch.org> v.2.5.0

[About Us](#) | [Contact Us](#) | [Press Room](#)
[LDS Church Sites](#) | [LDS Country Sites](#)

Brazil Baptisms, 1688-1935 for Joao Cesarino

No image available

| | |
|----------------------------------|-----------------------------|
| Name: | Joao Cesarino |
| Gender: | Male |
| Baptism/Christening Date: | 12 Jul 1840 |
| Baptism/Christening Place: | Campinas, São Paulo, Brazil |
| Birth Date: | |
| Birthplace: | Sao Carlos, Sp, Brazil |
| Death Date: | |
| Name Note: | |
| Race: | |
| Father's Name: | Antonio Ferreira Cesarino |
| Father's Birthplace: | |
| Father's Age: | |
| Mother's Name: | Balbina Gomes |
| Mother's Birthplace: | |
| Mother's Age: | |
| Paternal Grandfather's Name: | |
| Paternal Grandmother's Name: | |
| Maternal Grandfather's Name: | |
| Maternal Grandmother's name: | |
| Indexing Project (Batch) Number: | <u>C04085-9</u> |
| System Origin: | Brazil-EASy |
| Source Film Number: | 1251950 |
| Reference Number: | vol 6 p 23 |

IGI Individual Record

FamilySearch™ International Genealogical Index v5.0

South America

[Search Results](#) | [Download](#)

Antonia Cezarino
Female

[Pedigree](#)

Event(s):

Birth:
Christening: 26 JAN 1845 Campinas, Sao Paulo, Brazil
Death:
Burial:

Parents:

Father: [Antonio Ferreira Cezarino](#) Family
Mother: [Balbina Gomes](#)

Messages:

Extracted birth or christening record for the locality listed in the record. The source records are usually arranged chronologically by the birth or christening date.

Source Information:

| | | | | | |
|-------------------|---------------|-------------------------|--------------|---------------------------|--------------|
| Batch No.: | Dates: | Source Call No.: | Type: | Printout Call No.: | Type: |
| C040859 | | | | | Film |
| Sheet: | | | | | |



© 1999-2005 by Intellectual Reserve, Inc. All rights reserved. English approval: 3/1999
Use of this site constitutes your acceptance of these Conditions of Use (last updated: 3/22/1999). Privacy Policy (last updated: 3/27/2006). 27
<http://www.familysearch.org> v.2.5.0

[About Us](#) | [Contact Us](#) | [Press Room](#)
[LDS Church Sites](#) | [LDS Country Sites](#)

IGI Individual Record

FamilySearch™ International Genealogical Index v5.0

[Search Results](#) | [Download](#)

South America

Maria Cesarino
Female

[Pedigree](#)

Event(s):

Birth:

Christening: 13 APR 1846 Campinas, Sao Paulo, Brazil

Death:

Burial:

Parents:

Father: Antonio Ferreira Cesarino

[Family](#)

Mother: Balbina Gomes Ribeira

Messages:

Extracted birth or christening record for the locality listed in the record. The source records are usually arranged chronologically by the birth or christening date.

Source Information:

Batch No.: C040859

Dates:

Source Call No.: Type:

Printout Call No.: Type:

Sheet:

Film



© 1999-2005 by Intellectual Reserve, Inc. All rights reserved. English
 approval: 3/1999
 Use of this site constitutes your acceptance of these Conditions of Use (last
 updated: 3/22/1999). Privacy Policy (last updated: 3/27/2006). 27
<http://www.familysearch.org> v.2.5.0

[About Us](#) | [Contact Us](#) | [Press Room](#)
[LDS Church Sites](#) | [LDS Country Sites](#)

Brazil Baptisms, 1688-1935 for Balbina Gomes

No image available

| | |
|----------------------------------|-----------------------------|
| Name: | Bartholomeu Cosarino |
| Gender: | Male |
| Baptism/Christening Date: | 20 Apr 1847 |
| Baptism/Christening Place: | Campinas, São Paulo, Brazil |
| Birth Date: | |
| Birthplace: | |
| Death Date: | |
| Name Note: | |
| Race: | |
| Father's Name: | Antonio Ferreira Cosarino |
| Father's Birthplace: | |
| Father's Age: | |
| Mother's Name: | Balbina Gomes |
| Mother's Birthplace: | |
| Mother's Age: | |
| Paternal Grandfather's Name: | |
| Paternal Grandmother's Name: | |
| Maternal Grandfather's Name: | |
| Maternal Grandmother's name: | |
| Indexing Project (Batch) Number: | <u>C04085-9</u> |
| System Origin: | Brazil-EASy |
| Source Film Number: | 1251950 |
| Reference Number: | v 6 p 134 |

Brazil Baptisms, 1688-1935 for Balbina Gomes

No image available

| | |
|----------------------------------|---|
| Name: | Antonio Cezarino |
| Gender: | Male |
| Baptism/Christening Date: | 27 Nov 1848 |
| Baptism/Christening Place: | Nossa Senhora da Conceição, Campinas, São Paulo, Brazil |
| Birth Date: | |
| Birthplace: | |
| Death Date: | |
| Name Note: | |
| Race: | |
| Father's Name: | Antonio Ferreira Cezarino |
| Father's Birthplace: | |
| Father's Age: | |
| Mother's Name: | Balbina Gomes |
| Mother's Birthplace: | |
| Mother's Age: | |
| Paternal Grandfather's Name: | |
| Paternal Grandmother's Name: | |
| Maternal Grandfather's Name: | |
| Maternal Grandmother's name: | |
| Indexing Project (Batch) Number: | <u>C04087-5</u> |
| System Origin: | Brazil-EASy |
| Source Film Number: | 1251950 |
| Reference Number: | v 6 p 161 |

Brazil Baptisms, 1688-1935 for Aprigio Cesarino

No image available

| | |
|----------------------------------|---|
| Name: | Aprigio Cesarino |
| Gender: | Male |
| Baptism/Christening Date: | 27 Jun 1851 |
| Baptism/Christening Place: | Nossa Senhora da Conceição, Campinas, São Paulo, Brazil |
| Birth Date: | 27 May 1851 |
| Birthplace: | |
| Death Date: | |
| Name Note: | |
| Race: | |
| Father's Name: | Antonio Ferreira Cesarino |
| Father's Birthplace: | |
| Father's Age: | |
| Mother's Name: | Barbina Gomes |
| Mother's Birthplace: | |
| Mother's Age: | |
| Paternal Grandfather's Name: | |
| Paternal Grandmother's Name: | |
| Maternal Grandfather's Name: | |
| Maternal Grandmother's name: | |
| Indexing Project (Batch) Number: | <u>C04087-5</u> |
| System Origin: | Brazil-EASy |
| Source Film Number: | 1251950 |
| Reference Number: | vol 7 p 11 |

IGI Individual Record

FamilySearch™ International Genealogical Index v5.0

South America

[Search Results](#) | [Download](#)

Alice Ferreira Cezarino
Female

[Pedigree](#)

Event(s):

Birth:

Christening: 01 AUG 1880 Nossa Senhora Da Conceicao, Campinas, Sao Paulo, Brazil

Death:

Burial:

Parents:

Father: [Bartholomeu Ferreira Cezarino](#)

Family

Mother: [Maria Joaquina Cezarino](#)

Messages:

Extracted birth or christening record for the locality listed in the record. The source records are usually arranged chronologically by the birth or christening date.

Source Information:

Batch No.: [C037159](#)

Dates:

Source Call No.: [C037159](#)

Type:

Printout Call No.: [C037159](#)

Film

Sheet:



© 1999-2005 by Intellectual Reserve, Inc. All rights reserved. English approval: 3/1999
Use of this site constitutes your acceptance of these Conditions of Use (last updated: 3/22/1999). Privacy Policy (last updated: 3/27/2006). 27
<http://www.familysearch.org> v.2.5.0

[About Us](#) | [Contact Us](#) | [Press Room](#)
[LDS Church Sites](#) | [LDS Country Sites](#)

Brazil Baptisms, 1688-1935 for Antonio Cezarino

No image available

| | |
|----------------------------------|---|
| Name: | Antonio Cezarino |
| Gender: | Male |
| Baptism/Christening Date: | 31 Mar 1882 |
| Baptism/Christening Place: | Nossa Senhora da Conceição, Campinas, São Paulo, Brazil |
| Birth Date: | 28 Nov 1881 |
| Birthplace: | Nossa Senhora Da Conceicao, Campinas, Sao Paulo, Brazil |
| Death Date: | |
| Name Note: | |
| Race: | |
| Father's Name: | Bartolomeu Cezarino |
| Father's Birthplace: | |
| Father's Age: | |
| Mother's Name: | Maria Joaquina Cezarino |
| Mother's Birthplace: | |
| Mother's Age: | |
| Paternal Grandfather's Name: | |
| Paternal Grandmother's Name: | |
| Maternal Grandfather's Name: | |
| Maternal Grandmother's name: | |
| Indexing Project (Batch) Number: | <u>C02314-9</u> |
| System Origin: | Brazil-EASy |
| Source Film Number: | 1251952 |
| Reference Number: | 2:1V1PR26 |

Brazil Baptisms, 1688-1935 for Bartholomeo Cezarino

No image available

| | |
|----------------------------------|---|
| Name: | Joao Cezarino |
| Gender: | Male |
| Baptism/Christening Date: | 09 Dec 1883 |
| Baptism/Christening Place: | Nossa Senhora da Conceição, Campinas, São Paulo, Brazil |
| Birth Date: | |
| Birthplace: | |
| Death Date: | |
| Name Note: | |
| Race: | |
| Father's Name: | Bartholomeo Cezarino |
| Father's Birthplace: | |
| Father's Age: | |
| Mother's Name: | Maria Joaquina Cezarina |
| Mother's Birthplace: | |
| Mother's Age: | |
| Paternal Grandfather's Name: | |
| Paternal Grandmother's Name: | |
| Maternal Grandfather's Name: | |
| Maternal Grandmother's name: | |
| Indexing Project (Batch) Number: | <u>C02314-9</u> |
| System Origin: | Brazil-EASy |
| Source Film Number: | 1251952 |
| Reference Number: | 2:1V1QTJK |

IGI Individual Record

FamilySearch™ International Genealogical Index v5.0

[Search Results](#) | [Download](#)

South America

ARISTIDES CESARINO

Male

[Pedigree](#)

Event(s):

Birth: 02 DEC 1887

Christening: 03 DEC 1887 Nossa Senhora Do Carmo, Campinas, Sao Paulo, Brazil

Death:

Burial:

Parents:

Father: BARTHOLOMEU CESARINO

[Family](#)

Mother: MARIA JOAQUINA CESARINO

Messages:

Extracted birth or christening record for the locality listed in the record. The source records are usually arranged chronologically by the birth or christening date.

Source Information:

Batch No.: C042800

Dates:

Source Call No.:

Type:

Printout Call No.:

Type:

Sheet:

Film



© 1999-2005 by Intellectual Reserve, Inc. All rights reserved. English approval: 3/1999
Use of this site constitutes your acceptance of these Conditions of Use (last updated: 3/22/1999). Privacy Policy (last updated: 3/27/2006). 26
<http://www.familysearch.org> v.2.5.0

[About Us](#) | [Contact Us](#) | [Press Room](#)
[LDS Church Sites](#) | [LDS Country Sites](#)

IGI Individual Record

FamilySearch™ International Genealogical Index v5.0

South America

[Search Results](#) | [Download](#)

Gatino Cesarino
Male

[Pedigree](#)

Event(s):

Birth:

Christening: 1889 Nossa Senhora Da Conceicao, Campinas, Sao Paulo, Brazil

Death:

Burial:

Parents:

Father: [Bartolomeo Cesarino](#)

[Family](#)

Mother: Maria Joaquina Cesarino

Messages:

Extracted birth or christening record for the locality listed in the record. The source records are usually arranged chronologically by the birth or christening date.

Source Information:

Batch No.: **Dates:**

Source Call No.: **Type:**

Printout Call No.: **Type:**

C042803

Film

Sheet:



© 1999-2005 by Intellectual Reserve, Inc. All rights reserved. English approval: 3/1999
Use of this site constitutes your acceptance of these Conditions of Use (last updated: 3/22/1999). Privacy Policy (last updated: 3/27/2006). 27
<http://www.familysearch.org> v.2.5.0

[About Us](#) | [Contact Us](#) | [Press Room](#)
[LDS Church Sites](#) | [LDS Country Sites](#)

Brazil Baptisms, 1688-1935 for Balbina Cezarina Gomes

No image available

| | |
|-------------------------------------|--|
| Name: | Antonio Silva |
| Gender: | Male |
| Baptism/Christening Date: | 28 Mar 1869 |
| Baptism/Christening Place: | Nossa Senhora da Conceição, Campinas, São Paulo, Brazil |
| Birth Date: | |
| Birthplace: | |
| Death Date: | |
| Name Note: | |
| Race: | |
| Father's Name: | Jeremias Antonio Da Silva |
| Father's Birthplace: | |
| Father's Age: | |
| Mother's Name: | Balbina Cezarina Gomes |
| Mother's Birthplace: | |
| Mother's Age: | |
| Paternal Grandfather's Name: | |
| Paternal Grandmother's Name: | |
| Maternal Grandfather's Name: | |
| Maternal Grandmother's name: | |
| Indexing Project (Batch) Number: | <u>C39579-7</u> |
| System Origin: | Brazil-EASy |
| Source Film Number: | 1251951 |
| Reference Number: | |

Brazil Baptisms, 1688-1935 for Balbina Cezarino Gomes E Silva

No image available

| | |
|-------------------------------------|--|
| Name: | Amancia Da Silva |
| Gender: | Female |
| Baptism/Christening Date: | 13 Jun 1872 |
| Baptism/Christening Place: | Nossa Senhora do Carmo, Campinas, São Paulo, Brazil |
| Birth Date: | |
| Birthplace: | |
| Death Date: | |
| Name Note: | |
| Race: | |
| Father's Name: | Jeremias Antonio Da Silva |
| Father's Birthplace: | |
| Father's Age: | |
| Mother's Name: | Balbina Cezarino Gomes E Silva |
| Mother's Birthplace: | |
| Mother's Age: | |
| Paternal Grandfather's Name: | |
| Paternal Grandmother's Name: | |
| Maternal Grandfather's Name: | |
| Maternal Grandmother's name: | |
| Indexing Project (Batch) Number: | <u>C68655-1</u> |
| System Origin: | Brazil-EASy |
| Source Film Number: | 1251968 |
| Reference Number: | 2:27GDX49 |

Brazil Baptisms, 1688-1935 for Jeremias Antonio Da Silva

No image available

| | |
|----------------------------------|---|
| Name: | Rita Da Silva |
| Gender: | Female |
| Baptism/Christening Date: | 27 Jul 1873 |
| Baptism/Christening Place: | Nossa Senhora do Carmo, Campinas, São Paulo, Brazil |
| Birth Date: | |
| Birthplace: | |
| Death Date: | |
| Name Note: | |
| Race: | |
| Father's Name: | Jeremias Antonio Da Silva |
| Father's Birthplace: | |
| Father's Age: | |
| Mother's Name: | Balbina Cezarina Gomes |
| Mother's Birthplace: | |
| Mother's Age: | |
| Paternal Grandfather's Name: | |
| Paternal Grandmother's Name: | |
| Maternal Grandfather's Name: | |
| Maternal Grandmother's name: | |
| Indexing Project (Batch) Number: | <u>C68655-1</u> |
| System Origin: | Brazil-EASy |
| Source Film Number: | 1251968 |
| Reference Number: | 2:27GF7N4 |

Brazil Baptisms, 1688-1935 for Jeremias Antonio Da Silva

No image available

| | |
|----------------------------------|---|
| Name: | Benta Da Silva |
| Gender: | Female |
| Baptism/Christening Date: | 18 Jan 1875 |
| Baptism/Christening Place: | Nossa Senhora do Carmo, Campinas, São Paulo, Brazil |
| Birth Date: | |
| Birthplace: | |
| Death Date: | |
| Name Note: | |
| Race: | |
| Father's Name: | Jeremias Antonio Da Silva |
| Father's Birthplace: | |
| Father's Age: | |
| Mother's Name: | Balbina Cezarino Gomes Da Silva |
| Mother's Birthplace: | |
| Mother's Age: | |
| Paternal Grandfather's Name: | |
| Paternal Grandmother's Name: | |
| Maternal Grandfather's Name: | |
| Maternal Grandmother's name: | |
| Indexing Project (Batch) Number: | <u>C04280-0</u> |
| System Origin: | Brazil-EASy |
| Source Film Number: | 1251969 |
| Reference Number: | |

Brazil Baptisms, 1688-1935 for Jeremias Antonio Da Silva

No image available

| | |
|----------------------------------|---|
| Name: | Balbina Da Silva |
| Gender: | Female |
| Baptism/Christening Date: | 18 Oct 1883 |
| Baptism/Christening Place: | Nossa Senhora da Conceição, Campinas, São Paulo, Brazil |
| Birth Date: | |
| Birthplace: | |
| Death Date: | |
| Name Note: | |
| Race: | |
| Father's Name: | Jeremias Antonio Da Silva |
| Father's Birthplace: | |
| Father's Age: | |
| Mother's Name: | Balbina Cezarino Da Silva |
| Mother's Birthplace: | |
| Mother's Age: | |
| Paternal Grandfather's Name: | |
| Paternal Grandmother's Name: | |
| Maternal Grandfather's Name: | |
| Maternal Grandmother's name: | |
| Indexing Project (Batch) Number: | C02314-9 |
| System Origin: | Brazil-EASy |
| Source Film Number: | 1251952 |
| Reference Number: | 2:1V1QNMB |

Brazil Baptisms, 1688-1935 for Balbina Cezarino

No image available

| | |
|----------------------------------|---|
| Name: | Jeremias Antenor Da Silva |
| Gender: | Male |
| Baptism/Christening Date: | 09 Aug 1885 |
| Baptism/Christening Place: | Nossa Senhora da Conceição, Campinas, São Paulo, Brazil |
| Birth Date: | 04 Aug 1885 |
| Birthplace: | Nossa Senhora Da Conceicao, Campinas, Sao Paulo, Brazil |
| Death Date: | |
| Name Note: | |
| Race: | |
| Father's Name: | Jeremias Antenor Da Silva |
| Father's Birthplace: | |
| Father's Age: | |
| Mother's Name: | Balbina Cezarino |
| Mother's Birthplace: | |
| Mother's Age: | |
| Paternal Grandfather's Name: | |
| Paternal Grandmother's Name: | |
| Maternal Grandfather's Name: | |
| Maternal Grandmother's name: | |
| Indexing Project (Batch) Number: | <u>C02314-9</u> |
| System Origin: | Brazil-EASy |
| Source Film Number: | 1251952 |
| Reference Number: | 2:1V1RXC6 |